

M

MESTRADO em EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

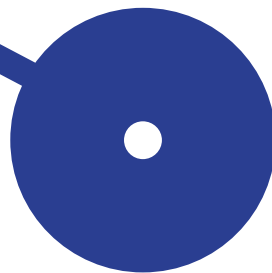
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO em AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

**“(Re)construir, (Re)qualificar,
(Re)significar”**

**Um projeto de intervenção
psicossocial com pessoas em
situação de vulnerabilidade
social numa ilha no centro do
Porto.**

Duda Semedo Montrond

12/2021



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Duda Semedo Montrond

“(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” – Um projeto de intervenção psicossocial com pessoas em situação de vulnerabilidade social numa ilha no centro do Porto.

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social – Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco

Orientação: Prof.^(a) Doutora Ana Maria Bertão

Porto, dezembro de 2021

“De tudo, ficaram três coisas:
a certeza de que ele estava
sempre começando, a certeza
de que era preciso continuar
e a certeza de que seria
interrompido antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho
novo. Fazer da queda um passo
de dança, do medo uma escada,
do sono uma ponte,
da procura um encontro.”

(Fernando Sabino, 2014)¹

¹ Sabino F. (2014). Pensador: colecionador e compartilhador de frases, poemas, mensagens e textos. Disponível em http://pensador.uol.com.br/poemas_de_encontro/.

À minha "vó Bia"

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estar sempre comigo. Grata pelos dias em que me senti insegura e procurei o seu clamor através de longos e diários desabafos que me fizeram lutar contra as vozes que me faziam crer que não seria capaz e que não conseguiria. Obrigada por ter-me feito entender que acreditar é o primeiro passo.

Quero agradecer a uma das minhas inspirações, a minha “vó Bia”, a minha fortaleza, a pessoa que faz com que eu acredite que tudo há de dar certo, a pessoa que não me faz desistir dos grandes desafios, a qual dedico esta conquista. A quem é o meu maior orgulho, a quem me transmitiu valores, a qual preso infinitamente. Sempre grata.

À minha família (pais, irmã/os, sobrinhos/as, tios/as, primos/as) que, independente de qualquer coisa, são a minha fortaleza e desejaram sempre que eu fosse mais além.

Aos meus amigos que aturaram os meus desabafos, os meus momentos de desespero, de loucura, as minhas fases boas e más. Um bem-haja para aqueles que são de verdade e que realmente mostraram-se felizes com o meu progresso e com as minhas conquistas. Obrigada aos amigos que contribuíram e ajudaram-me neste processo longo (a escrita do relatório) com ideias e palavras de alento.

Aos meus colegas do Mestrado em Educação e Intervenção Social que, nos diversos momentos de intervenção, possibilitaram trocas de experiências, momentos de partilhas e de identificação com algumas dificuldades e preocupações, marcado por uma compreensão e apoio mútuos que foram fundamentais.

Um agradecimento especial às minhas colegas Angélica Lemos e mestrandas de arquitetura por terem feito parte deste processo de transformação e crescimento, pelas partilhas, reflexões e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

As docentes Helena Carvalho, Sílvia Barros pelo apoio, disponibilidade, pelas dicas e orientação sobretudo na UC Seminário. Aos restantes docentes que me acompanharam ao longo deste

mestrado, pois toda a aquisição de conhecimentos, inclusive para este relatório, deve-se em grande parte a todos eles.

Realçar um enorme agradecimento à minha orientadora Prof.^a Doutora Ana Maria Bertão pela paciência, dedicação, orientação, pela disponibilidade, por acreditar nas minhas capacidades e neste projeto, por conseguir encontrar uma direção quando não acreditava que fosse possível, por compreender as minhas fases de aflição e transformá-las em momentos de desafios, aprendizagem e superação. Por transformar segundas oportunidades em primeiras.

Por último e não menos importante, um agradecimento especial a cada participante deste projeto: os moradores, a proprietária e o seu filho, os mestrandos da FAUP bem como os demais profissionais e entidades que contribuíram para que este processo e projeto fosse possível. Ao arquiteto Aitor Oro que, incondicionalmente, se mostrou disponível e prestativo em todas as fases deste processo, acreditando que um projeto participativo seria o melhor caminho e fazendo os possíveis para que tal acontecesse. À educadora social Isabel Vieira pelo seu apoio, contributo e dedicação em diversos momentos no decorrer do projeto.

RESUMO

As ilhas do Porto surgiram nos finais do séc. XIX para responder às necessidades habitacionais da classe operária, num período de grande expansão industrial. Durante décadas, o interesse foi a erradicação das ilhas, atualmente o objetivo passa pela sua recuperação, usufruto e valorização (Oro, Vieira, Travasso, & Almeida, 2019). O projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” é um projeto de intervenção psicossocial desenvolvido com pessoas em situação de vulnerabilidade social que residem numa ilha no centro do Porto, com a proprietária da ilha e um grupo de arquitetos, com a finalidade de “transformar o processo de requalificação da ilha num processo participado pelos moradores, com vista ao seu bem-estar e melhoria na qualidade de vida, e alcançar o empoderamento das pessoas baseado em processos de relação de ajuda”.

Assente na metodologia de Investigação-Ação Participativa, o projeto desenvolveu-se em dois eixos: o primeiro foi direcionado a toda a comunidade, com o intuito de transformar o projeto de reabilitação da ilha num projeto que responde às necessidades e interesses de todos, a fim de melhorar a qualidade das suas vidas; e o segundo visou, através de uma intervenção psicossocial individualizada, o empoderamento de alguns moradores que revelaram uma maior situação de vulnerabilidade social. Este projeto traduziu-se num canal privilegiado de apoio e de contributo pessoal e humano, onde é valorizado a participação dos atores sociais, tendo como resultado mais evidente a construção de um projeto de requalificação efetivamente participado por todos e que responde às necessidades das pessoas.

Palavras-chave: Requalificação das Ilhas; Projeto; Intervenção Psicossocial; Investigação-Ação Participativa; Relação de Ajuda.

ABSTRACT

The islands of Porto emerged in the late 19th century in order to meet the housing needs of the working class, in a period of great industrial expansion. For decades, the interest was the eradication of the islands, currently the goal is their recovery, enjoyment and enhancement (Oro, Vieira, Travasso, & Almeida, 2019). “(Re) Build, (Re)Qualify, (Re)Frame” is a psychosocial intervention project developed with people in a situation of social vulnerability, who live on an island in the center of Porto. The owner of the island, and a group of architects, collaborated in the project as well. This interventions’ purpose was to “change the island’s requalification process, to involve the participation of the residents, while aiming to improve their well-being and quality of life, as well as empowering and establishing aid relationships between them”.

It was based on the Participatory Action Research methodology, and it was developed along two axes: the first was directed at the whole community, aiming to transform the island’s rehabilitation project into a project that met the needs and interests of all, with the goal of improving the quality of the residents lives; and the second, through an individualized psychosocial intervention, provided empowerment to some of the residents who revealed a greater situation of social vulnerability. This project became a privileged channel of support and of personal contribution, where the participation of social actors was valued, with the most evident result being the construction of a requalification project effectively participated by all, which met people’s needs.

Keywords: Requalification of the Islands; Project; Psychosocial Intervention; Participatory Action Research; Helping Relationship.

LISTA DE SIGLAS

AIIA Porto – Programa Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa

Ap. – Apêndice

CEUP – Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo

CIPP – Contexto *Input* Processo Produto

CMP – Câmara Municipal do Porto

EIS – Educação e Intervenção Social

ESE – Escola Superior de Educação do Porto

DGS – Direção Geral de Saúde

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

HP – Habitar Porto

IAP – Investigação-Ação Participativa

IP – Intervenção Psicossocial

IP – Intervenção Psicossocial Individualizada

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

JF – Junta de Freguesia

MIARQ – Mestrado Integrado em Arquitetura

MEIS – Mestrado em Educação e Intervenção Social

OG – Objetivos gerais

OE – Objetivos específicos

P. – Problema

PV – SRU – Porto Vivo–Sociedade de Reabilitação Urbana

RA – Relação de Ajuda

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Sr. – Senhor

Sra. – Senhora

WAF – Workshop Arquitetos de Família

NOTAS PRÉVIAS: OS PRIMEIROS CONTACTOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Este projeto iniciou-se no dia 5 de novembro de 2020, com a nossa (minha e da colega de mestrado que desenvolveu o projeto em coautoria comigo) primeira visita à ilha X² e, seguidamente, com uma reunião com o arquiteto Aitor Oro, responsável pela apresentação do projeto de requalificação da ilha. Na primeira visita, o arquiteto Aitor Oro fez-nos uma breve apresentação do espaço exterior da ilha (corredor, anexos, instalações sanitárias), referindo que a presente ilha foi uma das ilhas piloto que foi selecionada para ser intervencionada no âmbito do programa 1º Direito. A atenção e seleção desta ilha surgiu do contato por parte da sua proprietária, junto do Programa Habitar, com o pedido de reabilitar o seu património, mantendo os atuais moradores. Este desejo parte, principalmente, das condições habitacionais precárias e da falta de recursos económicos para realizar obras de grande envergadura.

Seguidamente, o arquiteto Aitor Oro, fez uma contextualização das ilhas do Porto, o surgimento das mesmas e as principais características (aspetos abordados no segundo capítulo deste relatório). De seguida, convidou-nos para reunirmos num café perto da ilha, onde fez uma pequena apresentação do seu trabalho e do seu papel enquanto coordenador do Workshop Arquitetos de Família (WAF). Partilhou que o trabalho que desenvolve nas ilhas, institucionalmente, é ao abrigo de um contrato de “cooperação inter-administrativo” entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) e a Câmara Municipal do Porto. Adicionalmente, é técnico externo da Porto Vivo-Sociedade de Reabilitação Urbana (PV-SRU). Desta forma, acaba por ser investigador da FAUP, onde coordena o WAF e outros programas entre a FAUP e o Município do Porto e a partir desse protocolo consegue articular com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e outras entidades. Na PV-SRU, está responsável pela coordenação do projeto com as ilhas, a partir do qual trabalha com a educadora social Isabel Vieira, e com outros membros das ciências sociais e arquitetos.

² Na impossibilidade de colocar o nome que identifica a ilha onde o projeto foi realizado, ao longo deste relatório terá a designação de ilha X

Entre alguns tópicos relevantes discutidos, um deles foi o convite do arquiteto Aitor Oro para participar e auxiliarmos, enquanto mestrandas de Educação e Intervenção Social (EIS) e Educadoras Sociais, no projeto de requalificação da ilha X. O arquiteto transmitiu-nos, como referido, que o interesse na requalificação da ilha partiu da proprietária, que conheceu o programa 1º Direito em 2018, pelo jornal de notícias, aquando da reabilitação de uma outra ilha no Porto. Acrescentou que esta tenciona recuperá-la e manter os atuais moradores. Partiu igualmente da vontade de querer restaurar o seu património e melhorar as condições das habitações, aproveitando a linha de financiamento do Programa 1º Direito, que permitirá realizar as obras, uma vez que não tem condições financeiras para fazer a requalificação necessária, considerando o estado degradado e as poucas condições de habitabilidade de algumas das casas. Posteriormente, apresentou-nos, de um modo geral, a proposta de trabalho que é pretendido desenvolver pelos mestrandos de Mestrado Integrado em Arquitetura (MIARQ) da FAUP (desenvolvido no tópico 3.1), evidenciando as entidades envolvidas, o que é preciso cumprir em termos legais e as condições que projeto deve ter para obter financiamento.

Ressaltou que a necessidade de profissionais da área social começou a ser sentida por ele, uma vez que nas experiências anteriores de requalificação de outras ilhas depararam-se com alguns problemas com os moradores (como por exemplo, uma senhora que recusou deixar a sua casa, pois tinha uma cristaleira com valor sentimental. Por ser muito grande, não seria possível levá-la para a casa onde seria realojada temporariamente, pelo que recusou deixar a sua casa sem a cristaleira, o que acarretou recuos bastantes significativos no processo, pois era necessário que os inquilinos ficassem realojados para avançar com as obras), sendo o processo de resolução, em alguns casos, bastante difícil. As obras numa ilha acarretam um conjunto de dinâmicas que afetam as rotinas e a vida das pessoas a todos os níveis.

Tendo alguma formação em metodologias participativas, o arquiteto refletiu acerca dos problemas encontrados nas intervenções anteriores: “Nós estamos a dar respostas a um problema da Junta, um problema dos proprietários, mas não se trabalhou o problema com a pessoa”. Acrescentou que muitas vezes o problema das pessoas não passa pelas questões habitacionais, mas sim por ter que sair das suas casas, mudar as suas rotinas, entre outros, com pouco suporte e acompanhamento a nível pessoal e social. Neste sentido, defende que seria enriquecedor envolver estudantes da ESE nestes projetos com uma vertente voltada para a

arquitetura, assente na valorização dos interesses das pessoas, um trabalho para e com as pessoas para que se sintam parte integrante e não apenas como destinatárias de uma medida que consideram que seja eficaz para elas. No final, mencionamos aspetos importantes que integram os projetos sociais, abordando a IAP e outros aspetos, como, por exemplo, a importância de conhecer bem a realidade, estabelecer uma relação de confiança com as pessoas, respeitar o tempo delas, ter empatia, valorizar a voz e criar espaço para a participação, identificar problemas, necessidades, potencialidades e recursos e, com as pessoas procurar estabelecer objetivos e uma finalidade para que o resultado seja benéfico para todos.

Desta forma, enquanto estudantes do MEIS, Duda Montrond e Angélica Lemos, fomos convidadas pelo arquiteto Aitor Oro, coordenador de projeto da PV-SRU e coordenador do WAF, para participar e auxiliar na conceção do projeto de requalificação da ilha X, ouvindo os interesses dos moradores da respetiva ilha e recebendo um conjunto de informações úteis para o projeto “Programa estratégico “As ilhas do porto”: estratégias específicas para a regeneração habitacional das ilhas do Porto” que almeja aumentar a qualidade de vida das populações das ilhas e contribuir para a sua reabilitação habitacional e social, de modo consistente e sustentável. Este programa integra uma das atividades envolvidas no Programa Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa (AIIA Porto), no Eixo III – Comunidades Inclusivas (Portal Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa, 2021). Referir ainda que a entidade promotora deste projeto de requalificação é a PV-SRU e conta com uma equipa multidisciplinar externa composta por técnicos de arquitetura e das ciências sociais.

No final da reunião, discutimos se seria melhor entrar no terreno de forma independente ou através do contacto com a proprietária. Decidimos, em conjunto, que seria mais adequada se a nossa integração fosse estabelecida por intermédio da proprietária, para autorizar a nossa presença mais regular no espaço. A senhoria encontrava-se fora da cidade, pelo que, na impossibilidade de conseguir estar presente, o primeiro contacto com os moradores foi estabelecido através do seu filho, Sr. Fabrício (nome fictício), na nossa segunda visita à ilha. O arquiteto Aitor Oro colocou-nos em contacto com o Sr. Fabrício e, no dia 13 de novembro de 2020, fomos novamente à ilha. Nesta segunda visita, o Sr. Fabrício apresentou-nos, de uma forma mais detalhada, a ilha, contextualizando-nos sobre alguns aspetos, deu-nos a conhecer as casas devolutas e apresentou-nos aos moradores presentes, afirmando que a partir daquele momento

passaríamos a frequentar a ilha, pois estávamos a desenvolver um trabalho académico. Por estarem poucos moradores presentes na ilha à hora da visita, foi necessário voltar no dia seguinte para concluir as apresentações. Desta forma, a nossa entrada na ilha seria feita juntamente com os mestrandos de arquitetura para a realização do WAF. Em paralelo, daríamos continuidade a um outro projeto (com as pessoas) mais extensivo, onde se avaliaria e incorporariam todas as preocupações a nível da habitação, de modo a desenvolver um trabalho de arquitetura, mas que incluiria as preocupações de carácter social. Para que a equipa se conhecesse e partilhasse um pouco das suas experiências académicas foi realizado uma apresentação na FAUP com as mestrandas de Educação e Intervenção Social e todos os participantes do WAP, mestrandos da FAUP, onde realçamos a importância do envolvimento de todos no projeto e da valorização das suas vozes enquanto agentes implicados neste projeto.

Posto isto, importa salientar que os primeiros contactos junto dos moradores ocorreram paulatinamente, de acordo com a disponibilidade de cada inquilino/família. Estes contactos reforçaram a importância desta investigação, da participação dos moradores que, concomitantemente, começaram a habituar-se à presença das mestrandas, a estabelecer uma relação de confiança e a ter uma maior abertura para partilhar acerca das suas vidas, o que colmatou num maior conhecimento acerca da realidade e, conseqüentemente num maior envolvimento e participação na realização deste projeto.

É importante considerar que este projeto teve início num contexto pandémico e que o estado “normal” de convivência foi sendo reajustado. Assim sendo, o projeto foi desenvolvido, procurando encontrar alternativas que colmatassem os constrangimentos, sendo que uma delas é a utilização das máscaras que, apesar de dificultar a nossa comunicação, permite-nos estar com os moradores em “segurança”. Devido a esta situação atípica que vivemos marcada por uma pandemia, COVID-19, as visitas foram pautadas por uma preocupação acrescida de ambas as partes, sendo que não foi possível as mestrandas entrarem, inicialmente, nas casas ou estabelecer um contacto tão próximo com os moradores. Muitas vezes foi preciso reduzir o número de visitas à ilha, sobretudo quando o país se encontrava num confinamento obrigatório, como forma de minimizar os riscos e tranquilizar alguns dos moradores que, muitas vezes, se mostraram receosos e, em alguns casos, pouco disponíveis para receber as mestrandas. Nas visitas à ilha foi sendo reforçado a importância da utilização da distância de segurança, das

máscaras e do álcool gel como medidas que protegem os moradores, pois, por estarem nas suas casas, diversas vezes havia um certo facilitismo em não ter os cuidados básicos e não se sentiam “obrigados” a fazê-lo. Esta conduta serviu para preservar a saúde e a vida dos moradores e das mestrandas, para além de serem as normas de segurança recomendadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), trata-se de uma precaução de ambas as partes para evitar uma hipótese de transmissão ou contágio do vírus e, assim, criar condições para que o projeto pudesse ser desenvolvido.

Índice

AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
NOTAS PRÉVIAS: OS PRIMEIROS CONTACTOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	4
1.1. OS PROJETOS SOCIAIS E DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	4
1.2. A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA E A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS.....	6
2. A VIDA NAS ILHAS E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	11
2.1. UM OLHAR TEÓRICO SOBRE AS ILHAS DO PORTO.....	11
2.2. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MEDIAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E EMPODERAMENTO.....	16
2.3. A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	20
3. CONHECIMENTO E ANÁLISE DA REALIDADE.....	27
3.1. PRIMEIROS CONTACTOS E “ARQUITETOS DE FAMÍLIA”.....	27
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ILHA X.....	30
3.3. OS MORADORES.....	33
3.4. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO.....	41
4. DESENHO DO PROJETO.....	49
4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES.....	49
4.2. RECURSOS, POTENCIALIDADES, CONSTRANGIMENTOS.....	51
4.3. AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	52
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	54
5.1. EIXO 1: AÇÃO 1 – (RE)UNIR PARA INFORMAR.....	54
5.2. EIXO 2: AÇÃO 2 – “NOVOS HORIZONTES”.....	67

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	89
APÊNDICE A – REUNIÃO COMUNITÁRIA I.....	90
APÊNDICE B – REUNIÃO COMUNITÁRIA II.....	97
APÊNDICE C – GUIÃO ENTREVISTA AOS MORADORES	105
APÊNDICE D – A ILHA X (INFORMAÇÕES EXTRAS).....	111
APÊNDICE E – CASA E ANEXO 10 DA ILHA X.....	113
APÊNDICE F – QUADRO COM DADOS DOS MORADORES.....	114
APÊNDICE G – CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS.....	115
APÊNDICE H – GUIÃO DE ENTREVISTA À PROPRIETÁRIA DA ILHA.....	142
APÊNDICE I – ANÁLISE AO PROGRAMA BASE FEITO PELOS MESTRANDOS DE MIARQ....	145
APÊNDICE J – REUNIÃO COM O ARQUITETO (FEV).....	148
APÊNDICE K – LIMPEZA DO ANEXO 10	154
APÊNDICE L – REGISTO DAS OFERTAS POR PARTE DAS MESTRANDAS E DOS MORADORES.....	155
APÊNDICE M – PRIMEIRA VISITA DA EDUCADORA SOCIAL À ILHA	157
APÊNDICE N – REUNIÃO COM OS TÉCNICOS EXTERNOS DA PV-SRU.....	160
APÊNDICE O – EXPLICAÇÃO DOS FASEAMENTOS B E D E PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTALEIRO.....	170
APÊNDICE P – CONTINUAÇÃO DO TRABALHO DA EQUIPA DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS ILHAS.....	174
APÊNDICE Q – SESSÕES DA IPI COM A SRA. HÉLIA.....	180
APÊNDICE R – SESSÕES DA IPI COM A SR. FÁBIO.....	189
ANEXOS	196
ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO.....	197
ANEXO B – ESQUEMA PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO.....	199
ANEXO C – FOTOGRAFIAS DA ILHA.....	200
ANEXO D – CARTOGRAFIAS, PLANTAS E FOTOS DA ILHA X.....	201

ANEXO E – PROGRAMA BASE DA ILHA X – WAF	206
ANEXO F – MAQUETE	211
ANEXO H – PROPOSTA ALTERADA PARA O PÁTIO.....	212
ANEXO I – PROPOSTAS DE FASEAMENTOS	215
ANEXO J – INFORMANTE AOS MORADORES	217

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta o projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”, um projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social (MEIS), na Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico do Porto. Este relatório pretende apresentar a conceção e o desenvolvimento de um projeto de educação e intervenção social (EIS) realizado com pessoas em situação de vulnerabilidade social, moradores numa ilha (ilha X) localizada numa freguesia central do Porto, com a proprietária da ilha, bem como com a equipa de arquitetos que iriam desenhar o projeto de requalificação da ilha. A finalidade deste projeto foi a de “transformar o processo de requalificação da ilha num processo participado pelos moradores, com vista ao seu bem-estar e melhoria na qualidade de vida, e alcançar o empoderamento das pessoas baseado em processos de relação de ajuda”.

A metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP), na qualidade de uma metodologia que busca articular investigação e ação, enfatizando a participação dos indivíduos neste processo, foi a metodologia eleita no desenvolvimento deste projeto. Esta escolha deve-se ao fato de ser uma metodologia que proporciona o envolvimento das pessoas na tomada de decisões, traduzindo-se numa participação ativa entre o investigador e o investigado (Lima, 2003). Este ciclo infundável que engloba estes dois processos também ajuda a encontrar novas maneiras de fazer as coisas face à realidade em constante mudança.

A convite do arquiteto Aitor Oro, as mestrandas do MEIS Angélica Lemos e Duda Montrond foram desafiadas, juntamente com estudantes do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIARQ) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) a desenvolver um projeto na ilha X. Como referido nas notas prévias, a integração das mestradas no contexto deu-se por meio deste convite para auxiliar na conceção do projeto de requalificação da ilha X, possibilitando um contacto direto com os moradores, ficando facilitado um olhar mais holístico sobre a realidade e um trabalho multidisciplinar. Salientar o facto da conceção e do desenvolvimento deste projeto ter sido construído em coautoria com a mestranda Angélica Lemos e com todos os participantes.

Deste modo, o projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” é apresentado neste relatório e no relatório de projeto de Lemos (2021), exceto no que se refere ao eixo 2 do projeto, surgindo em cada relatório apenas os processos de intervenção psicossocial desenvolvidos com as famílias que cada autora do relatório acompanhou. As descrições das duas reuniões comunitárias, colocadas em apêndice (Ap. A, pp. 90–96 e Ap. B, pp. 97–104), integradas na ação 1 do eixo 1 do projeto, surgem com texto igual no relatório de Lemos (2021, pp. 55–60 e pp. 61–66), uma vez que foram realizadas em coautoria. As informações referentes ao projeto de requalificação da ilha, da responsabilidade dos arquitetos, foram validadas pelo arquiteto Aitor Oro que fez uma análise crítica aos conteúdos incluídos nas notas prévias, no ponto 3.1, nos apêndices J, N, O, e no anexo C. Importa salientar que a partir do capítulo referente à análise da realidade será utilizado um discurso na primeira pessoa do singular e do plural, pois enquanto autora deste relatório fui, igualmente, participante deste projeto.

Para que fosse possível a realização do projeto, bem como a escrita e a divulgação deste relatório, foi necessário a autorização de todos os participantes. Neste sentido, as mestradas entregaram um consentimento informado (Anexo A, pp. 197–198) onde se explica o propósito do projeto, enfatizando que toda a informação partilhada é sigilosa, mantendo-se o anonimato, os dados pessoais e os participantes protegidos, garantindo uma participação informada e consciente deste projeto. Com efeito, de modo a salvaguardar a identidade dos atores sociais e manter o anonimato dos participantes, os nomes utilizados ao longo deste relatório, são fictícios (à exceção do arquiteto Aitor Oro e da educadora social Isabel Vieira que deram autorização para tal) e não serão fornecidas informações que permitam identificar os participantes. A par disto, destaca-se a importância de cumprir os princípios éticos na investigação e na prática do trabalho social. Banks e Nohr (2008) ressaltam a questão do cuidado, da responsabilidade e da atenção que deve estar presente nas relações, que neste caso pode ser descrito como a ética do cuidado. Com efeito, uma intervenção deve ser “apoiada no carácter e nas relações”, onde o interventor é enxergado como um profissional honesto, de compaixão e íntegro (Banks & Nohr, 2008, p. 13). Assim, intervir junto de pessoas e de grupos em situação de vulnerabilidade social e carência humana acarreta responsabilidade e compromisso dos (Baptista, 2012), perante si e os outros, protegendo os discursos privados de todos aqueles que, numa relação próxima e de confiança, partilham as suas

experiências mais íntimas. Esta necessidade de seleção da informação transforma-se, segundo Pierre Bourdieu (2001, citado por Maximo-Esteves, 2008, p.107), "num sentimento de inquietude no momento de tornar públicas as finalidades privadas das confidências recolhidas através de uma relação de confiança, cuja existência só é possível numa relação a dois. Desta forma, quando se trata da IAP, é necessário garantir que todos os participantes conheçam e concordem com os mesmos princípios éticos. Por conseguinte, considera-se imprescindível o esclarecimento prévio de todo o processo de investigação, o consentimento e o acordo de confiança e responsabilidade por parte de todos (Maximo-Esteves, 2008).

Este relatório encontra-se estruturado em seis capítulos, uma introdução, e ainda as considerações finais e as referências. O primeiro capítulo explana o enquadramento teórico e metodológico sobre a construção dos projetos de educação e intervenção social. O segundo capítulo retrata o enquadramento histórico das ilhas e reflexões em torno dos processos de intervenção psicossocial baseados na relação de ajuda, incluindo ainda algumas anotações sobre o papel do cuidador informal, situação de uma das famílias com quem foi desenvolvido um processo de intervenção psicossocial, constituindo um conjunto de contributos teóricos importantes para a compreensão do projeto. No terceiro capítulo surge a caracterização e análise da realidade e a avaliação do contexto. O desenho de projeto e a avaliação de entrada surgem no capítulo seguinte e, posteriormente, no capítulo quinto, apresenta-se o desenvolvimento do projeto e a análise crítica do processo. O sexto e último capítulo alude a avaliação final do projeto. Por fim, serão elaboradas as considerações finais e apresentadas as referências mobilizadas ao longo do relatório. Este relatório integra, ainda, um conjunto de apêndices e anexos que permitem elucidar o projeto apresentado.

1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Este capítulo apresenta alguns contributos teórico-metodológicos importantes para a compreensão dos projetos em EIS: os projetos sociais, a metodologia de IAP, as técnicas de recolha de informação e o modelo de avaliação do projeto.

1.1. OS PROJETOS SOCIAIS E DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

A noção de projeto sofreu algumas modificações ao longo do tempo, mas, no geral, significa a vontade de mudar, transformar e melhorar a realidade (Mendonça, 2002; Serrano, 2008). Cada projeto é único e não generalizável, e significa o desejo de concretização de um conjunto de intenções (Mendonça, 2002). Cada projeto social tem as suas particularidades em função do contexto e dos problemas sociais que visa responder, é orientado pela finalidade e por um conjunto de objetivos (Mendonça, 2002; Serrano, 2008). Segundo Carvalho e Baptista (2004, p. 65), “a noção de projeto permite valorizar a planificação educativa num sentido simultaneamente pragmático e utópico”. Um projeto que tem este propósito transformador, “tem como missão prever, orientar e preparar bem o caminho do que se vai fazer” (Serrano, 2008, p.16), o que, por meio de seu escopo, acaba, igualmente, por fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento (Mendonça, 2002). Portanto, “a investigação centra-se em problemas da realidade social e na prática dos sujeitos nela implicados, e orientada para a ação, para a resolução de problemas que formem parte dessa realidade (...)” (Coutinho, 2013, p.32). Em geral, o projeto agrupa uma série de informações conscientes e estruturadas que incluem um conjunto de objetivos na tentativa de atingir a finalidade instituída (Mendonça, 2002; Serrano, 2008). Mendonça (2002) enumera ainda algumas características que despontam dos projetos, nomeadamente: a autonomia e a responsabilidade; a autenticidade; a intencionalidade; a complexidade; a criatividade; o processo; e o produto, que é o último momento em que se dá a avaliação do resultado, e nesta altura, muitas vezes, entende-se que o trabalho pode ainda não estar terminado.

Os projetos sociais, e em particular, os projetos de EIS desenvolvem-se em realidades complexas, onde existem múltiplas origens para o mesmo problema e, por isso, um projeto é considerado um ciclo em espiral, num movimento constante entre a ação e a reflexão guiado por uma lógica de adequação à realidade, mas desafiando a mesma, no sentido da sua transformação (Ander-Egg, 1990; Lima, 2003; Mendonça, 2002). Desta forma, os projetos sociais devem salvaguardar a individualização de cada indivíduo, com o objetivo de garantir a satisfação das suas necessidades e melhoria na sua qualidade de vida.

Mendonça (2002, p. 9) refere que “os projetos sociais criam oportunidades para que os educadores se coloquem num posicionamento de investigação sobre a sua prática, que pressupõe uma atitude crítica e análise reflexiva, de forma a adequar a intervenção às necessidades das pessoas”. Para que isto aconteça, é necessário que o investigador seja ativo e participativo e não um mero observador da realidade. É necessário engajar-se nesta mesma realidade, sendo um catalisador para o seu desenvolvimento (Lima, 2003), estabelecendo vínculos, visto que o projeto não é feito para as pessoas, mas sim com as pessoas. Estas devem ser considerados parte integrante da intervenção, e, naturalmente, promotores do seu próprio processo de transformação, autores das suas próprias vidas (Carvalho & Baptista, 2004; Cembranos, Montesinos, & Bustelo, 2001; Mendonça, 2002). As experiências e os saberes dos sujeitos são valorizados e ambos, investigador e intervenientes, constroem o conhecimento e, assim, eliminam a ideia de que deve haver um sujeito disseminador do conhecimento (Lima, 2003), e um objeto a conhecer. Como resultado, o trabalho social deve basear-se no respeito, colaboração e compreensão mútuas, onde há uma participação efetiva das pessoas ao longo do processo, isto é, todos participam na tomada de decisões (Ander-Egg, 1990). Assim, como sublinha Ander-Egg (1990), a capacidade de diálogo e a comunicação entre as pessoas e os profissionais são de grande pertinência. Para que isso seja possível, é necessário reconhecer que os atores sociais são capazes de ter um conhecimento autónomo para construir uma relação colaborativa a partir do diálogo, o que promove um sentido de responsabilidade e, portanto, a sua autonomia (Lima, 2003). O pesquisador deve, portanto, escutar de forma ativa os participantes para otimizar o desenvolvimento das suas capacidades como seres autónomos e autênticos, sendo o projeto uma ferramenta importantíssima para fomentar a mudança. Deste modo,

acredita-se que um projeto de intervenção social deve ser desenvolvido à luz de uma perspectiva humanista, onde todos os elementos devem ser incluídos no processo, proporcionando assim um acompanhamento e apoio mais humano e significativo, no respeito pela diferença, na defesa da igualdade de oportunidades, e acreditando que todos são capazes de mudar para melhor.

Posto isto, o investigador deve posicionar-se num paradigma que denuncie seu posicionamento metodológico (metodologia, métodos e técnicas), a sua visão do mundo, bem como as suas crenças e atitudes (Alvira, 1982, citado por Igea, Beltrán, Agustín, & Martín, 1995). De acordo com Igea, Beltrán, Agustín e Martín (1995), o investigador que se posiciona nesse paradigma questiona a realidade atendendo ao passado e ao presente, pois há uma influência entre a historicidade e o aqui e agora. Além desta influência, o investigador sociocrítico deve considerar que este paradigma contempla a representação e a opinião dos indivíduos em relação ao que é investigado (Igea et al., 1995). A subjetividade está, portanto, presente neste paradigma, pelo que se verifica uma abolição da neutralidade que dá espaço a uma influência em termos de valores e crenças na construção do conhecimento (este é também o papel educativo dos projetos de EIS).

1.2. A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA E A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Sendo a transformação social o grande objetivo dos projetos de EIS, a metodologia eleita é a IAP, inserida no paradigma sociocrítico, que visa uma transformação social positiva (Santos, 2010). A IAP “corresponde a um modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver, para que possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe” (Lima, 2003, p.306). Mais do que conhecer o mundo, a IAP visa transformar “alguma coisa”, equilibrar as sociedades, criando novas condições para se viver melhor.

Ander-Egg (1990) afirma que a IAP inclui três componentes: 1) a investigação que corresponde a um processo crítico e reflexivo, cujo intuito passa por estudar um aspeto da realidade, com um objetivo prático - transformação e/ou desenvolvimento; 2) a ação que corresponde à forma como o estudo é realizado e é um modo de intervenção em que a sua finalidade está orientada para a

ação, sendo ela a fonte do conhecimento; 3) por fim, a participação centra-se na atividade em si, onde o envolvimento de todas as partes interessadas (sejam investigadores ou os atores sociais) deve ser eficaz. Estes cooperam e são sujeitos ativos na transformação e na busca pelo conhecimento da realidade para a qual o projeto se destina. Nesta etapa, deve-se destacar o importante papel do investigador na constante busca por uma participação efetiva de todos. Neste sentido, ao refletirmos sobre a Investigação-Ação (IA) podemos analisar dois aspetos: a investigação como edificadora de conhecimento e melhor percepção da realidade e, sob outra perspetiva, a ação enquanto condição transformadora voltada para o aprimoramento da práxis social, pois, além de construir conhecimento, esta metodologia suscita reflexão sobre as práticas sociais, desencadeando uma consciência crítica nos indivíduos (Coutinho, 2013). Santos (2010) afirma que os objetivos deste tipo de investigação, especificamente da IAP,

passam pelo desenvolvimento global das pessoas e dos grupos e promoção da sua auto-capacitação e autonomia, trabalhando para alcançar um contexto social mais aberto, dinâmico, justo, participado, inclusivo, onde as decisões são verdadeiramente partilhadas, negociadas e onde se verifica uma relação equilibrada entre igualdade e liberdade, troca de saberes e um crescimento, tanto a nível pessoal, como a nível social (Santos, 2010, pp. 25-26).

Concisamente, com base nas contribuições de vários autores, Coutinho (2013) caracteriza a IAP a partir de quatro palavras: situacional, interventiva, participante e autoavaliação. Ander-Egg (1990) reforça a ideia da implicação e da participação de todos, conseguindo simultaneidade entre o processo de conhecimento e intervenção, é essencial que os participantes estejam integrados em todos os processos de mudança, bem como no conhecimentos e intervenções nos mesmos (Ander-Egg, 1990), e é esperado uma participação diversificada, mas ativa (Carvalho e Baptista, 2004). Esta transformação da realidade deve partir de uma reflexão congregada e perspetivada pelas pessoas envolvidas no processo, que devem buscar construir conhecimentos práticos e úteis para o quotidiano e que devem ser refletidos (Carvalho & Baptista, 2004; Lima, 2003). A IAP é, então, uma metodologia que expressa "epistemologia, a teoria e a práxis" (Lima, 2003, p.310), isto significa que reflete a forma como o investigador se relaciona com a realidade. Na organização metodológica aqui defendida, as pessoas são a forma, o rosto e a chave da e/ou para a mudança, em que o processo é enfatizado mais do que os resultados (Lima, 2003).

No campo da EIS, tal como na IAP, os projetos têm como princípio basilar a ideia de que as pessoas possuem em si próprias competências e os recursos necessários para que consigam desenvolver-se de forma independente e autónoma. Assim, a participação é um dos componentes cruciais de toda a investigação, valorizando os pontos de vista, os sentimentos, a história e as vivências, e escutando a voz dos participantes para um conhecimento preciso (Lima, 2003). A participação na investigação torna-se uma forma de ação que leva a novos conhecimentos, pois, o investigador deve partilhar com os atores sociais implicados na ação o significado dos problemas (Guerra, 2002). Na IAP, o conhecimento é construído a partir da comunicação e do diálogo com os atores sociais, e essa construção não é apenas do domínio do investigador (Lima, 2003). Neste sentido, destaca-se a necessidade de gerar condições favoráveis à participação (Lima, 2003), bem como disponibilizar ferramentas para que os atores sociais possam participar (Ander-Egg, 1990). Importa, nas palavras de Lima (2003, p. 320), reforçar “o sentimento de si e uma autorrepresentação suficientemente valorizados, em cada elemento participante, para poderem reconhecer o dever e o direito de contribuir, o que implica relações que favoreçam a expressão pessoal, a mais desimpedida possível”. Neste seguimento os sujeitos são co-investigadores no conhecimento e compreensão da realidade e sujeitos participativos na sua transformação (Coutinho, 2013; Lima, 2003).

A IAP faz uso de um conjunto de técnicas diversificadas para a recolha de informação útil que sirva o propósito de conhecer aprofundadamente a realidade. Deste modo, para o conhecimento do contexto do desenvolvimento do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” privilegiaram-se diferentes técnicas, nomeadamente, as entrevistas semiestruturadas, análise documental, observação participante e conversas intencionais. Para os primeiros contactos, as entrevistas semiestruturadas traduziram-se num instrumento facilitador para obter informações e criar os primeiros laços. Quivy e Campenhoudt (1992) mencionam que durante as entrevistas se obtém informações diversas e bastantes relevantes, traduzindo-se num espaço de contacto direto entre os participantes e o investigador. Nas entrevistas semiestruturadas existe a possibilidade de construir “perguntas-guias”, por norma de cariz aberto (Quivy & Campenhoudt, 1992). Este tipo de entrevista permite uma maior abertura e maleabilidade no desenvolvimento do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, contudo, Duarte (2004, p. 216) afirma que esta

“não é tarefa banal”, pois, embora o entrevistador tenha a liberdade de adicionar novas questões ao seu guião, é importante que não se esqueça dos seus objetivos. No âmbito do projeto que aqui se apresenta foram realizadas entrevistas semiestruturadas (guião de entrevista, Ap. C, pp. 105-110) a 12 dos 15 moradores e à proprietária da ilha como forma de aprofundar o conhecimento da ilha e das pessoas.

A análise documental refere-se, tal como o nome indica, à análise de documentos, ficheiros, registos, testemunhos, dados estatísticos. É importante considerarmos que, através da análise documental, se consegue informações verdadeiramente pertinentes para a investigação, traduzindo-se num “verdadeiro método de investigação” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.202). No âmbito deste projeto, a análise da legislação, bem como dos programas de candidatura para a requalificação das ilhas, por exemplo, foram essenciais para a compreensão da realidade. A observação participante possibilita ao investigador conhecer as pessoas, estudar uma comunidade, compreender de modo concessivo o contexto, tendo a oportunidade de participar do quotidiano das pessoas (Coutinho, 2013; Quivy & Campenhoudt, 1992). A observação participante do quotidiano e as conversas intencionais com os participantes revelaram-se fundamentais durante todo o projeto, facilitando o conhecimento das vivências das pessoas, das relações entre todos, das perceções acerca do contexto, das suas histórias de vida e das suas rotinas. As conversas intencionais permitem construir e estabelecer relações próximas, num espaço informal, de confiança para a partilha, fazendo com que os atores sociais se sintam mais confiantes para falarem aspetos das suas vidas e sobre as suas perspetivas, possibilitando uma melhor integração e compreensão do contexto (Coutinho, 2013). De igual modo, os registos fotográficos constituíram um recurso importante neste projeto, tendo sido um contributo crucial para resgatar alguns acontecimentos pertinentes.

Um projeto de EIS, orientado metodologicamente pela IAP, deve permitir que os participantes possam manifestar-se livremente e explorar a sua criatividade, num processo avaliativo que, de forma crítica, duradoura, contínua e cuidadosa no que concerne à sua eficácia, coerência e relevância, acompanha toda a construção e desenvolvimento do projeto, tanto no começo, como ao longo do processo e no final do projeto (Cembranos et al., 2001; Mendonça, 2002). Neste

aspecto, importa fazer ligações com o “conceito de reflexão crítica”, que conduz “as pessoas a implicarem-se na avaliação da sua intervenção e a reflectirem sobre as suas acções, a fim de descobrirem o significado da sua experiência de avaliação e compreensão para reorientar o sentido do seu processo de projecto” (Mendonça, 2002, p.24). A avaliação é definida, segundo Stufflebeam & Shinkfield (1995), como forma de obter informações pertinentes para as tomadas de decisão sobre as metas e objetivos, bem como sobre as ações a desenvolver, em função das necessidades, de forma responsável.

Para avaliar o contexto, o desenho e o desenvolvimento deste projeto foi utilizado o modelo CIPP (Contexto, Input/Entrada, Processo, Produto), proposto por Stufflebeam e Shinkfield (1995). O modelo CIPP permite a avaliação de quatro dimensões importantes: avaliação de contexto; avaliação de entrada; avaliação de processo e avaliação de produto. A avaliação do contexto traduz-se no momento de “identificar os pontos fortes e fracos de algum objeto (...) e fornecer um guia para a sua conclusão” (Stufflebeam & Shinkfield, 1995, p. 196). Por outras palavras, é o momento que nos permite fazer o levantamento dos problemas, necessidades, potencialidades e recursos disponíveis num determinado contexto, permitindo-nos desenhar o projeto a partir das necessidades reais do local e das pessoas. Neste momento, o investigador observa o contexto, analisa e reflete com os participantes se existe a possibilidade de construir e de desenvolver um projeto. Já a avaliação de entrada deve “identificar e valorizar os métodos aplicados (...) e ajudar a explicar e a «desmenuzar» o que foi escolhido para sua aplicação ou continuação” (Stufflebeam & Shinkfield, 1995, p. 197), permitindo-nos analisar o desenho do projeto, para compreender se este está em consonância com a realidade e se é exequível (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Na avaliação de processo é feita uma avaliação apreciativa do desenvolvimento das ações, permitindo perceber se elas decorrem como planeado e atender à realidade, para perceber se há alterações que exijam reajustamentos (reavaliando o contexto), com vista a perceber a congruência do projeto no que concerne aos objetivos traçados. Por último, na avaliação de produto é feita uma análise minuciosa de todo o processo e do impacto dos seus resultados no contexto e nas pessoas, permitindo interpretar e reconhecer o sucesso do projeto (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

2. A VIDA NAS ILHAS E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

Mais do que realizar uma densa caracterização sobre os acontecimentos históricos em torno da origem das ilhas, como tipo de habitação que surgiu na cidade do Porto, importa compreender como surgiram, algumas das suas características e como foram evoluindo ao longo dos tempos. Este capítulo inclui ainda um olhar sobre os processos de intervenção junto de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

2.1. UM OLHAR TEÓRICO SOBRE AS ILHAS DO PORTO

Em meados do século XVIII, a cidade do Porto era conhecida como uma pequena cidade comercial devido ao famoso comércio do vinho do Porto, sendo uma das únicas indústrias que contribuía para o desenvolvimento urbano. Após um período de diminuição da população, devido à invasão francesa e subsequente guerra civil, em 1851, com o impacto da construção de novas estradas e ferrovias no desenvolvimento da cidade e da indústria, a população aumentou cerca de 46% (Teixeira, 1996). Este aumento exponencial da população fabril levou a um aumento de procura de habitação, o que trouxe um complexo problema habitacional para a cidade (Pereira, 1996; Teixeira, 1996), pela necessidade urgente de habitações a baixo custo. Desta forma, as primeiras construções de Ilhas surgiram na cidade do Porto na segunda metade do século XIX (De Matos & Rodrigues, 2009; Oro, Vieira, Travasso, & Almeida, 2019).

Seixas (1997) define ilhas como “uma unidade urbanística de construção espontânea, não se identificando com nenhum tipo anterior de construção urbana ou rural (...) como grupo de casa, isolado de outras habitações e cercado de ruas por todos os lados”, daí a designação de ilhas, ou como “pátio cercado de vivendas pobres” (Seixas, 1997, p.107). Segundo Teixeira (1996), o termo de ilha, enquanto espaço habitacional, surge no Porto a partir de 1850 e que “Gaspar Martins Pereira (...) identifica através do aboletamento de 1830 a existência já de cerca de 200 ilhas na cidade” (Pereira, 1996, p. 110). As ilhas são produtos característicos do Porto, embora se

assemelhem a outros espaços urbanos de outros países (Pereira, 1996). Esta tipologia habitacional era construída nas traseiras das habitações burguesas, e os principais impulsionadores destes tipos de habitação foram os comerciantes ou artesãos da classe média. O modelo mais simples de ilha corresponde a uma fila de 10 a 12 pequenas casas térreas de 16 metros quadrados. O acesso à rua é feito através de um corredor estreito com um comprimento que pode alcançar os 100m, que não passavam de 1,5 a 2 metros de largura (Matos & Rodrigues, 2009; Teixeira, 1996). Em outros casos, a ilha era construída por dois lotes, em que as casas se dispunham dos dois lados do terreno e no meio das casas existia um corredor central (Teixeira, 1996). No que concerne à população residente nas ilhas na época, incluía principalmente trabalhadores das mais diversas ocupações, como comerciantes, polícias, lavadeiras, sapateiros, serralheiros, operários, militares, etc. (Teixeira, 1996). Sendo uma moradia de baixo custo, estima-se que o aluguer a pagar representava cerca de 10% do rendimento familiar. Assim, as construções de ilhas foram sendo feitas por toda a cidade portuense, porém concentram-se principalmente na periferia central (Bonfim, Cedofeita, Santo Ildefonso e Massarelos), bem como em Campanhã e Lordelo do Ouro (Matos & Rodrigues, 2009).

As casas nas ilhas eram a habitação possível para os trabalhadores com baixos rendimentos, e passaram a ser vistas como alojamentos populares onde estavam aglomeradas demasiadas pessoas, especialmente pessoas com baixas posses, com idades avançadas, em condições muitas vezes precárias e com condições de higiene igualmente precárias. Com a intensificação da procura por uma habitação, as ilhas passaram, de igual modo, a ser habitadas por parentes de pessoas que já viviam na ilha, assumindo um papel de extrema importância na sua integração, sendo por isso o lugar onde se cruzam trabalhadores que são, ao mesmo tempo, parentes, vizinhos e conterrâneos. Neste espaço, intensificam-se as relações de vizinhança, transformando a ilha como local de acolhimento e de socialização (Pereira, 1996). Desta forma, estes locais encerram em si histórias infindáveis, convertendo-se num local onde se trocam histórias, se partilham tristezas e alegrias e onde todos no fundo se sentem em casa; as histórias destas pessoas misturam-se e, muitas vezes, cruzam-se, pois partilham condições sociais e económicas semelhantes (Pereira, 1996). Na generalidade, nesta época, as condições de habitação nas ilhas eram débeis: "as casas eram pequenas, (...) insalubres, e muitas delas sobreocupadas" (Teixeira,

1996, p.167). Relativamente às infraestruturas, na sua generalidade, de condições precárias, sendo que a maior parte das habitações não tinha água e o saneamento era feito através das fossas sépticas, a instalação sanitária situava-se no espaço exterior das casas e era partilhada por todos os residentes da ilha (Matos & Rodrigues, 2009). Este espaço social passou a ser visto como degradado, como local de infeções e socialmente imoral, desta forma as ilhas, no século XIX, constituíam locais que apresentavam perigo sanitário e perigo social (Pereira, 1996). Destas condições emergem questões ligadas à saúde pública, como a propagação de várias doenças, nomeadamente a tuberculose, a cólera e, principalmente, a peste bubónica que, em 1899, matou centenas de pessoas, sendo que teve grande foco de incidência nas ilhas (Matos & Rodrigues, 2009; Teixeira, 1996).

A propagação da peste bubónica despertou a preocupação da Câmara Municipal do Porto (CMP), levando à necessidade de se tomarem medidas para controlar a construção destas ilhas (Teixeira, 1996). De acordo com Teixeira (1996), passou a estar regulamentada, a partir de 1903, a construção de novas moradias pelo “Regulamento Sanitário dos Edifícios Urbanos”, documento que referia que não seria autorizada a construção de qualquer género de habitação sem uma avaliação prévia por parte das autoridades sanitárias e sem uma licença. Contudo, continuaram a construir-se, agora ilegalmente, ilhas (Teixeira, 1996). Embora tenham sofrido sucessivas tentativas de erradicação por diversos responsáveis políticos e diferentes planos e programas de realojamento, executados na cidade, o problema das ilhas perpetuou até ao presente (Matos & Rodrigues, 2009). De acordo com Pereira (1996), para intensificar ainda mais esta situação, a renovação urbana veio destruir muitas zonas antigas da cidade, locais esses onde estavam localizadas as pessoas com maiores carências económicas, o que fez com que se sentisse ainda mais as carências habitacionais. Por todas estas características, viver numa ilha é considerado viver em condições socialmente e fisicamente desfavorecidas, degradadas, e em alguns casos consideradas marginais. Todas estas condições contrastam com viver em habitações socialmente mais valorizadas, o que confere às ilhas uma séria desvalorização e faz com que a situação seja encarada como ser e viver num patamar inferior (Pereira, 1996).

Por seu turno, viver nas ilhas é habitar em espaços com mínimas condições de habitabilidade (Ferro, 2018), devido às suas “características construtivas, à sobreocupação, à existência de instalações sanitárias comuns, à falta de saneamento básico, de água quente e degradação física” (Matos & Rodrigues, 2009, p. 41). Atualmente, existem cerca de “957 ilhas, alojando cerca de 10.000 pessoas com poucos recursos – aproximadamente 5% da população portuense – que não encontrariam habitação nos mercados privado ou de arrendamento social” (Oro, Travasso & de Almeida, 2019, p.2). Para Rodrigues e Silva (2015, citado por Silva, Rodrigues, Lopes, Fontes & Mora, 2020, p. 108), atualmente, as ilhas “são espaços donde os seus habitantes não querem sair e nos quais mantêm, em geral, uma relação de vizinhança assente em valores de fraternidade, de solidariedade e de boa vizinhança”. A localização central das ilhas, com acesso facilitado a serviços são alguns aspetos que conferem o direito à cidade destes residentes. Embora as suas condições de vida sejam insuficientes, o lugar de residência dá-lhes a possibilidade de usufruir de um capital urbano de que não querem abdicar, sendo uma mais-valia face às diversas dificuldades económicas e sociais que enfrentam nos seus quotidianos (Ferro, 2018).

Durante muito tempo, existiu um evidente paradoxo entre a vontade de manter e restaurar as ilhas ou eliminá-las. Se o objetivo, por décadas, foi direcionado essencialmente para a erradicação das ilhas, no presente, o interesse passa pela restauração, direitos de uso e valorização, sem descorar o problema social associados às ilhas: o senhorio, geralmente sem capitais, e o inquilino com recursos insuficientes (Oro et al., 2019). Não obstante as diversas iniciativas para reduzir as carências a nível habitacional, muitos problemas de índole estrutural no setor da habitação persistem, repercutindo-se na insuficiente qualidade das habitações. Recentemente, o XXI Governo Constitucional “reconheceu (...) o papel central da habitação e da reabilitação para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial” (Decreto-Lei n.º 37/2018, p. 2348). No âmbito das respostas e soluções de política pública, pelo mesmo decreto-lei, foi criado um programa de apoio público, o 1.º Direito.

O 1º Direito é um programa de apoio ao acesso à habitação cujo objetivo passa por fomentar soluções habitacionais para as pessoas que possuem condições habitacionais desfavoráveis e

não têm condições financeiras capazes de suportar o custo de uma habitação mais condigna (Portal da Habitação, 2019). Este programa, que possibilita a requalificação das ilhas, foi aprovado pelo “governo em 2018, com uma alocação de cerca de 1700 milhões de euros até 2024 (dos quais 700 milhões a fundo perdido para coordenar-se com a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), 2017–2023” (Silva et al., 2020, p. 117). O programa destina-se, primordialmente, à reabilitação (Anexo B, p. 199) do edificado e ao arrendamento e, está comprometido com abordagens integradas e participativas que combinam a inclusão social e territorial, por meio da cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local, bem como os setores público, privado e cooperativo (Portal da Habitação, 2019). Silva, Rodrigues, Lopes, Fontes e Mora, (2020) afirmam que em relação aos moradores das ilhas é-lhes garantido o direito de permanecer, se assim desejarem, e a ter casas requalificadas com as mínimas condições de habitabilidade.

Para a candidatura, é necessário que as famílias apresentem os pedidos de auxílio habitacional ao município, que os avalia de acordo com o quadro da estratégia local de habitação, sendo possível optar por conceder habitação municipal, por incorporar os pedidos na sua candidatura ou prosseguir como pedidos autónomos. De seguida, o município envia a candidatura ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)³. Posteriormente, o IHRU analisa as candidaturas, podendo pedir informação complementar ou recomendar alterações. Por fim, aceites as candidaturas pelo IHRU, é efetivado um acordo de financiamento ou colaboração no quadro do programa 1º Direito (Portal da Habitação, 2019).

Deste modo, e como forma de garantir o acesso ao financiamento, a Câmara atua como intermediária entre os proprietários que desejam requalificar as suas ilhas, por meio do programa 1º Direito, e o IHRU. Este percurso assenta num trabalho desenvolvido no terreno por algumas juntas de freguesia e entidades do terceiro sector (Pinto, Barros, Vilches, Sousa, Jorge & Oro, 2021). O Habitar Porto (HP) é uma destas entidades que presta assistência técnica e que faz um

³ O IHRU é a entidade pública que promove uma política nacional de habitação, assente num instituto público de regime especial e gestão participada incorporado na administração indireta do Estado, provido de autonomia financeira e administrativa e de património próprio, e continua as atribuições do governo na área de residência, sob a superintendência e a proteção do membro do governo que está responsável por essa área governativa (IHRU, 2019).

trabalho de articulação entre inquilinos, senhorios, profissionais de construção e as entidades públicas envolvidas no processo de reabilitação. A HP trabalha, igualmente, em parceria com a FAUP, procurando criar uma articulação entre a intervenção social e o ensino (Portal Programa Habitar, 2021). Uma das grandes vantagens desta abordagem é a garantia da permanência dos inquilinos pós intervenção, traduzindo-se numa mais-valia para todos, na medida em que, por um lado, permite que o senhorio “empobrecido” de uma ilha tenha a oportunidade de reabilitá-la, sem qualquer custo, por outro lado, significa ter os moradores a habitar em melhores condições de salubridade, com uma renda acessível e ajustado aos seus rendimentos. Ademais, o município reduz parte das suas carências a nível habitacionais reconhecidos na sua Estratégia Local de Habitação (Pinto et al., 2021). Finalmente, as políticas públicas podem criar um espaço operacional especificamente dedicado às reais necessidades e recursos, desenvolvendo as áreas locais e centrais. Por um lado, é preciso garantir maior sinergia entre as políticas habitacionais e sociais para evitar tomada de decisões isoladas e desajustadas. Por outro, dar boas-vindas aos participantes que costumam ser excluídos dos debates e soluções por motivos legais e/ou burocráticos (Pinto et al., 2021).

2.2. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MEDIAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

Comunidade pode ser definida como “um campo cultural, uma construção simbólica em que os símbolos partilhados podem variar nos seus significados sem pôr em perigo a sua comunalidade” (Cohen, citado por Lima, 2003, p. 253). De acordo com Lima (2003), uma comunidade é, sobretudo, um grupo de pessoas que, partindo de uma dimensão funcional e relacional, estabelecem laços de interdependência (estipulados, espontâneos ou voluntários) e possuem um papel ou estatuto dentro do grupo com o intuito de alcançar certos objetivos, satisfazer as necessidades, solucionar problemas ou desempenhar papéis sociais. As comunidades partilham “um conjunto de valores, códigos morais, sentimentos de pertença e de identidade, hábitos e costumes” (Lima, 2003, p.256), e representam a “possibilidade de sentimentos de pertença, de proximidade relacional, de segurança, de partilha de códigos simbólicos, de identidade com raízes

que podem contrabalançar o isolamento, a estranheza” (Lima, 2003, p. 251). Para Lima (2003), as comunidades são construídas pelas pessoas que a integram e, idealmente, elas desenvolvem-se num movimento contínuo de distância em relação aos entraves, modificando o espaço a favor de uma melhor qualidade da vida, e têm a função de atender às necessidades sociais de cada elemento. As comunidades são espaços educativos, de desenvolvimento e de socialização.

O processo do cuidado com as pessoas nas comunidades não deverá basear-se em estratégias meramente assistencialistas, mas deveria ser sustentado por uma educação emancipatória e libertadora (Freire, 1983), para que as pessoas possam decidir conscientemente sobre as suas vidas. Reforce-se que a educação social é uma “educação emancipatória, transformadora e transformativa que se afirma em ruptura com o registo assistencialista e parte de uma visão de um mundo que deseja ser mais igualitário, solidário, inclusivo e democrático” (Timóteo, 2010, p. 18) em que o indivíduo é autor e protagonista do seu projeto de vida. Este é também o pressuposto de que se parte num processo investigativo metodologicamente orientado pela IAP, que parte sempre de situações verídicas de uma determinada comunidade, onde cada situação necessita de ser investigada. Neste trilha investigativo, torna-se crucial construir com os sujeitos um “sentimento de si e uma autorrepresentação suficientemente valorizados” para que a participação seja um dever e um direito assumido por todos, “o que implica relações que favoreçam a expressão pessoal, a mais desimpedida possível” (Lima, 2003, p.320).

O potencial das ações educativas para promover o bem-estar de pessoas em situações de vulnerabilidade resulta da necessidade de reduzir as consequências nefastas que a sociedade impõe (Cardoso & Moreira, 2017). Assim, o profissional deve trabalhar com os indivíduos ou grupos com vista a alcançar a sua autonomia, responsabilidade e participação (Veiga, 2009). Para isso, ele deve assumir o compromisso e a responsabilidade de estimular uma participação efetiva de cada um e fomentar a integração das pessoas nas comunidades, consciencializando para o facto de cada uma das pessoas ser uma pessoa singular com vida local e a viver em comunidade (Carvalho e Baptista (2004). Esta ação educativa e desenvolvimental promove o pensamento reflexivo sobre si e sobre o que o rodeia, bem como a consciência da existência de um processo de interinfluência entre todos. Neste sentido, as pessoas devem estar comprometidas com a

mudança e com a resolução dos próprios problemas, e dos problemas da comunidade, focadas na transformação positiva a nível pessoal e social.

Mion e Saito (2001), com base nos pressupostos de Freire (1983) de que a conscientização potencia a transformação, afirmam que é por meio das práticas, da compreensão e das experiências vividas que se investiga o problema e se planeia as ações estratégicas que buscam superá-lo. Assim sendo, um projeto planejado, autorreflexivo e, colaborativamente, vivenciado potencia nos participantes uma maior percepção sobre si e sobre a realidade, a partir das suas próprias práticas e valores. Nas palavras de Freire (1996), a autonomia constrói-se a partir das experiências e das inúmeras decisões que sendo tomadas, possibilitando aos indivíduos transformar a forma como vivem, se relacionam com as outras pessoas, enquadrado numa ética que exalta o ser humano enquanto sujeito num processo histórico. Neste sentido, um projeto de IAP ancorado na racionalidade emancipatória promove processos educativos que se sustentam num plano autreflexivo, o que possibilita aos atores sociais “um meio para viver a conscientização” (Freire, 1980, citado por Mion & Saito, 2001, p. 26). O diálogo é o mediador para o desenvolvimento de uma ação que favoreça a conscientização das pessoas (Freire, 1979; Mion & Saito, 2001). Os indivíduos devem ser vistos como seres conscientes dos seus direitos e deveres, que orientam a sua vida em consonância com os seus valores, que lutam, participam, abrem espaços (Mion & Saito, 2001). Daqui se depreende que é necessário apostar no empoderamento (*empowerment*) das pessoas e na sua capacitação.

A capacitação busca o desenvolvimento “pessoal, social, educacional, económica e política” (Payne, 2002, p.366), visa também auxiliar os indivíduos a controlarem as suas vidas de modo a alcançar um certo grau de autonomia e independência, permitindo-lhes satisfazer as suas próprias necessidades, de forma independente, e a tornarem-se indivíduos responsáveis pelos seus próprios processos de vida. Visa, igualmente, estimular uma maior autoestima, autoconfiança, determinação, para que as pessoas se sintam valorizadas, mais capazes e com força para enfrentar os seus problemas (Payne, 2002). Enquanto forma de trabalho, a capacitação baseia-se fundamentalmente na ajuda mútua e na aprendizagem partilhada em grupo, onde diferentes pessoas partilham as suas experiências, num ambiente aberto e marcado

pela igualdade. Este espaço visa estimular uma maior capacidade crítica e melhorar os recursos individuais e coletivos existentes. Com efeito, o profissional apresenta-se como facilitador, um companheiro na luta pela conquista de direitos, por melhores condições de vida e pela busca da construção do caminho de cada indivíduo (Payne, 2002). Deste modo, torna-se imprescindível que a intervenção promova a consciencialização das pessoas acerca das suas competências e potencialidades. Importa salientar que o resultado depende, parcialmente, dos objetivos delineados e da motivação das pessoas para a mudança (Carvalho & Batista, 2004).

Nos processos de mudança, e até as pessoas estarem capazes de lutarem pelos seus interesses e ideais, por vezes, o educador social e/ou o profissional de relação de ajuda (RA), tem a função de mediador, possibilitando o reconhecimento de recursos e das potencialidades para a resolução de problemas e facilitando a comunicação entre os diferentes intervenientes. Carvalho e colaboradores (2014) afirmam que a mediação pode ser vista como um processo de negociação, conduzido por uma terceira pessoa que procura entender as partes envolvidas, as suas histórias, motivações, argumentos, identidades. O mediador deve surgir como uma pessoa neutra, que visa resolver uma questão ou problema que separa duas ou mais partes envolvidas, em busca de um compromisso com todas elas; que objetiva facilitar o processo comunicacional, a partilha de preocupações e dificuldades; que coordena, ainda, a discussão e apoia no processo da identificação de problemas e na procura de respostas adequadas para os mesmos. O profissional enquanto mediador, para Payne (2002), é um facilitador que apoia o indivíduo na busca de melhores condições de vida, lutando pelos seus direitos e construindo o seu próprio caminho.

A mediação deve ser encarada numa perspetiva “construtora e restauradora dos laços sociais” (Carvalho et al., 2014, p. 12). Por outras palavras, o trabalho de mediação é desenvolvido com e para as pessoas. Enquanto forma de trabalho socioeducativo, a mediação é, fundamentalmente, um processo de partilha e trocas. A mediação propicia um diálogo ordeiro entre todas as partes interessadas, encoraja-as a ouvirem-se ativamente, de modo a conduzir a discussão para uma exploração mais profunda sobre os problemas, permite que expressem as suas opiniões, encontrem soluções em conjunto e forneçam novas perspetivas (Carvalho et al., 2014). A mediação é, de igual modo, uma ferramenta que impulsiona a participação, tornando os indivíduos

mais capazes, cidadãos com voz ativa, conscientes e responsáveis pelas suas próprias decisões, decisões essas que podem afetar os próprios e os outros, o que estimula o espírito de solidariedade pela outra pessoa e pela comunidade envolvente (Carvalho et al., 2014).

Podemos falar de vários tipos de mediação. Começamos pela mediação social. O seu principal objetivo é resolver conflitos das mais variadas ordens, tendo sempre presente que se trata de um processo de procura constante de mudanças individuais ou sociais. Tem ainda como finalidade a resolução dos problemas existentes ou precaver contenções futuras, incentivar ou criar vínculos sociais e guiá-los, levando a alterações privadas ou comunitárias (Almeida, 2008, citado por Carvalho et al., 2014). Podemos ainda referir a mediação comunitária, que visa empoderar os indivíduos, habilitá-los a resolver conflitos de forma independente, restaurar a coesão social que desejam e conferir responsabilidades individuais, principalmente para administrar conflitos dentro do grupo. Trata-se de uma mediação que visa permitir ao protagonista uma participação mais estreita em todo o processo, desde a identificação do conflito à resolução, à definição de um consenso, sendo sempre necessário chegar a um acordo entre todos (Carvalho et al., 2014). No projeto descrito neste relatório foram utilizados os processos de mediação, quer comunitária, quer social, e, para o empoderamento das pessoas e para apoio à resolução de alguns dos seus problemas foi efetuada uma intervenção psicossocial grupal e individual.

2.3. A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Para a elaboração de um projeto de EIS, como já referido, o profissional deve integrar-se na realidade onde intervém, e não ser apenas um elemento externo que está num exercício de observação, análise e busca pela compreensão da realidade (Lima, 2003). A propósito, Machado Pais (2002) afirma que a descoberta da realidade deve seguir as orientações de um pesquisador viajante, assim, não se deve limitar a seguir um circuito, mas sim avaliar os traços registados enquanto orientam a construção do conhecimento, com passos errantes, vagabundeando e, até, um pouco indisciplinado, maravilhando-se com as minudências do social e captando o que

acontece quando nada parece acontecer (Pais, 2002). O pesquisador deve entender o que o cotidiano tem a mostrar, maravilhar-se com os seus enigmas, tomar decisões à medida que vê e sente a realidade, para assim explorá-la melhor e construir conhecimentos sobre ela (Pais, 2002). Não obstante, na intervenção psicossocial (IP), o profissional deve considerar que

embora lide com problemas concretos que as pessoas enfrentam, o que é central à razão de ter de lidar com esses problemas é a dificuldade da pessoa em enfrentar e resolver ela própria a situação de vida que lhe causa esse problema que ela não se sente em condições de resolver por si só (Silva, 2001, p. 26).

A IP procura auxiliar as pessoas nos seus problemas e na relação que as mesmas estabelecem com o contexto envolvente, de modo a conseguir realizações pessoais e transformações, nelas próprias e no meio onde estão inseridas. A IP relaciona-se com o desenvolvimento de competências e capacidades, traduzindo-se numa intervenção que busca trabalhar as capacidades das pessoas para que consigam dar respostas a novas situações de foro pessoal, bem como social (Silva, 2001). Segundo Rogers (1985, p. 43), a intervenção, baseada numa relação de ajuda sustentada pelos valores humanistas, proporciona “o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, o melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida (...) uma maior apreciação, uma maior expressão e uma utilização mais funcional dos recursos internos latentes”. Estes aspetos são significativos para a transformação social, uma vez que contribuem para a “responsabilização e o empenhamento na sua concretização” (Lima, 2003, p. 319). Esta transformação sobre a realidade deve partir de uma reflexão congregada e perspectivada pelas pessoas envolvidas no processo, que devem buscar construir conhecimentos práticos e úteis para o quotidiano e que devem ser refletidos (Lima, 2003). Ora, a IP favorece este processo de reflexão, bem como de capacitação das pessoas, para uma intervenção participada e crítica.

A RA, enquanto modelo de intervenção, traduz-se num “encontro pessoal entre uma pessoa que pede ajuda para modificar alguns aspetos do seu modo de pensar, de sentir e de atuar, e outra pessoa que quer ajudá-la, dentro de um marco interpessoal adequado” (Soriano, 2005, citado por Timóteo, 2010, p.39). Construir uma relação de ajuda é mais do que uma mera comunicação, exige

atenção focada no outro, considerando em conjunto a sua dimensão social e pessoal (Mendes, 2006).

A relação de ajuda, assente em princípios como a liberdade do sujeito, a autonomia, a participação, apoia-se na descoberta das capacidades, na valorização das potencialidades e na mobilização dos recursos internos e externos para lidar com as dificuldades; procura construir novas formas para lidar com problemas; baseia-se na confiança, em si e no outro. Visa simultaneamente a mudança pessoal e a mudança dos contextos onde actores se movem, esta última que se dá, em grande medida, por via da sua capacitação para agirem sobre o seu meio (Timóteo, 2010, p. 149).

Segundo Mendes (2006), quando o profissional trabalha com pessoas, deve intervir tendo presente a escuta ativa e a observação. Deve, ainda, possuir outras características, como a organização, a intencionalidade, a aceitação e o respeito (Timóteo, 2010; Veiga, 2009). É esperado que o profissional de RA consiga construir uma relação assente no respeito, disponibilidade, estimulação da confiança, autoestima, reflexão, congruência, escuta ativa, criatividade, iniciativa, onde exista espaço para a compreensão positiva e incondicional do outro, bem como a compreensão empática (Veiga, 2009). Segundo Baptista (2001, citado por Veiga, 2009), a relação é a base de toda a prática profissional. Portanto, é importante desenvolver uma atitude flexível e reflexiva em relação aos comportamentos, crenças e valores, pois eles terão um impacto positivo ou negativo na intervenção. Porque em qualquer intervenção que envolva pessoas, a RA é uma ferramenta útil e eficaz, foi uma ferramenta utilizada no desenvolvimento deste projeto. É importante, considerando o contexto do desenvolvimento do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar, pensar-se na importância da RA com pessoas com grande vulnerabilidade social: alguns dos moradores da ilha tinham um trajeto de vida marcado por um percurso migratório vincado por diversas instabilidades e necessidades, e outros tinham uma situação de vida atual de grande sobrecarga, pois, para além de trabalharem, desempenhavam o papel de cuidadores informais.

A prestação de cuidados envolve várias dimensões, abrangendo, na opinião de Figueiredo (2007), as dimensões psicológicas, sociais, demográficas e éticas, sociais, bem como clínicos, técnicos e comunitários. Sequeira (2010) menciona que a prestação de cuidados pode ser feita de duas formas, nomeadamente, formal (realizada por profissionais) e informal (realizada por não

profissionais), sendo que em ambas as situações a pessoa que presta cuidados deve conhecer as necessidades, limitações da pessoa e as suas possibilidades. Neste relatório, será dado ênfase aos cuidadores informais no cuidado de pessoas com seniores e com demência, por servir de referência a uma das ações do projeto aqui apresentado.

Em anuência com Figueiredo (2007), a maior parte dos cuidadores informais encontram-se na faixa etária de 45 a 60 anos de idade. O cuidado informal, por norma, é feito por alguém da rede social da pessoa cuidada (familiar, amigo, vizinho) e é realizado, de preferência, no contexto domiciliário (Figueiredo, 2007; Sequeira, 2010). A forma como o cuidado é prestado pode afetar diretamente o processo de adoção do papel de cuidador, pois o cuidado pode recair em diferentes áreas de acordo com as necessidades da pessoa, o que determinará a frequência e a intensidade destes cuidados. No caso da demência, a necessidade de cuidados aumenta, sendo necessário dar especial atenção às deteriorações cognitivas e funcionais bem como às perturbações de comportamento. Estas mudanças exigem atenção contínua ao longo do dia, sobretudo em termos de supervisão, informação e orientação nas atividades da vida diária, por exemplo, o que pode significar, na maioria das vezes, ter disponibilidade quase total para desempenhar esta tarefa de forma satisfatória (Sequeira, 2010). De acordo com as necessidades da pessoa com demência, para além do apoio emocional e nas atividades do quotidiano, os cuidadores informais podem assumir um papel importante no reforço e manutenção das competências pessoais, no auto-cuidado, na adaptação às novas condições de vida. Os cuidadores informais podem deparar-se com dificuldades económicas, que influenciam a qualidade na prestação de cuidados, limitando, por exemplo, a aquisição de recursos materiais e de apoios ao nível de recursos humanos (Figueiredo, 2007; Sequeira, 2010). Realçar que a falta de conhecimento sobre a demência e a própria falta de preparação para o cuidado podem trazer constrangimentos. Significa que cuidar pode tornar-se uma tarefa difícil, podendo conduzir a uma sobrecarga física e psicológica (ansiedade, exaustão, frustração), pela responsabilidade e exigência do papel. Ao assumir esta responsabilidade, o cuidador precisa de reajustar a sua vida e reorganizar o seu tempo para conseguir desempenhar estas funções a par de outras que, geralmente, mantém (pessoais, profissionais, sociais e familiares) (Sequeira, 2010).

A forma como o cuidador gere e experimenta a mudança para o exercício de papel do cuidador depende da sua capacidade de saber gerir comportamentos, problemas emocionais, alterar o meio e utilizar estratégias que responder às necessidades da pessoa a quem presta cuidados (Sequeira, 2010). O cuidador deve, ele próprio, recorrer a outros apoios, formais ou informais; precisa de ser valorizado e de ter reconhecimento pela sua dedicação (Figueiredo, 2007). Por conseguinte, considera-se pertinente um apoio direcionado aos cuidadores informais centrado numa vertente educativa que promova o conhecimento. As intervenções psicossociais auxiliam os cuidadores na forma como estes podem gerir os seus sentimentos, face às alterações comportamentais de pessoas com demência (Sequeira, 2010), no modo como podem lidar com o *stress* provocado pela sobrecarga de trabalho, no modo como podem aceder a informação e outros apoios úteis. Deste modo, o educador social desenvolvendo uma ação psicossocial, baseada no modelo da RA, pode ser um mediador social que abre alternativas em quotidianos marcados pela escassez de tempo para o lazer, para descobrir interesses e ter direito a ser feliz.

A IP deve ser adequada à realidade de cada pessoa, ganhando as formas necessárias para responder às suas necessidades. A ação psicossocial deve ser pautada pelo diálogo, empatia, perseverança e superação, imaginação, avaliação de acontecimentos, pensamento alternativo e criativo, espírito empreendedor, mostrando-se disponível e com a capacidade de escutar, dialogar e aconselhar (Carvalho & Batista, 2004), mesmo nas situações mais desafiantes, como a ação desenvolvida com pessoas ou famílias migrantes. As migrações são um fenómeno mais frequente num mundo globalizado, onde as pessoas circulam e se movimentam mais facilmente. A mudança de país representa o desejo de encontrar uma melhoria na qualidade de vida, mas as barreiras da língua, as dificuldades na legalização de documentos no país de acolhimento e a falta de emprego são processos complexos.

O fenómeno da imigração é cada vez mais frequente em Portugal (Góis, 2019, citado por Guimarães, Fernandes, Godinho, Gonçalves, & Da Rocha, 2021). Perante um número cada vez maior de comunidades de imigrantes, a celebração de contratos de trabalho com cidadãos estrangeiros tornou-se uma prática corrente em Portugal. Além disso, nos últimos anos, o perfil destes trabalhadores alterou-se, o que levou o governo português a alargar os tipos de títulos de

residência, no sentido de adequá-los a estes perfis. Todavia, continua a persistir, empregadores e trabalhadores que ainda têm algumas dúvidas sobre o quadro legal que permite a execução destes contratos e que determina as responsabilidades especiais deles decorrentes (Guimarães et al., 2021). Neste caso, é importante que ambas as partes tenham conhecimento das regras e procedimentos relativos aos títulos profissionais exigidos ao cidadão estrangeiro para exercer legalmente a atividade profissional em Portugal, bem como às obrigações das empresas que contratam imigrantes (Guimarães et al., 2021). Em geral, a legalidade do trabalhador estrangeiro em Portugal e a possibilidade de com ele celebrar um contrato de trabalho mede-se pelo cumprimento das disposições legais relativas à entrada e residência permanente do estrangeiro em Portugal. Desta forma, o contrato de trabalho só pode ser celebrado por um imigrante portador de um dos títulos (trabalhador, estudante, por exemplo) que lhe permita residir em Portugal e exercer ou desenvolver uma atividade profissional (Guimarães et al., 2021). À chegada a Portugal, deve comprovar que cumpre os demais requisitos perante o SEF português. Na prática, muitos cidadãos estrangeiros optam por vir para Portugal em busca de oportunidades de trabalho, normalmente entram no país com visto de turista ou gozam da isenção da obrigação de obtenção de visto anterior, e optam por iniciar o processo de obtenção do visto após a assinatura do contrato de trabalho em Portugal (Guimarães et al., 2021). Embora muitos tenham escolaridade superior e desempenhado profissões qualificadas no seu país de origem, os imigrantes acabam por encontrar trabalho mais direcionados para os sectores dos serviços pessoais e domésticos, em Portugal (Baganha, Marques & Góis, 2010).

Nesta conjuntura das migrações internacionais, a Ucrânia (país de origem de três moradores da ilha) tornou-se nos últimos tempos um importante país de origem de imigrantes devido, essencialmente, à situação económica frágil do país (Baganha, Marques & Góis, 2010). A integração dos imigrantes, neste caso dos ucranianos, é um processo multidimensional, no qual a inclusão profissional desempenha um importante papel, pelo que o emprego é apontado como um dos indicadores centrais para medir o nível de integração. Para ingressar no mercado de trabalho, os imigrantes deparam-se com algumas dificuldades, colocando-os, muitas vezes, numa situação de maior risco e vulnerabilidade social (Guimarães et al., 2021). Com efeito, o reconhecimento de qualificações académicas e profissionais estrangeiras em Portugal é um dos

principais obstáculos que os cidadãos estrangeiros podem encarar no exercício de atividades profissionais que correspondam à formação académica e às competências profissionais específicas conquistadas no seu país de origem. Esta questão tem também impacto na contratação de trabalhadores estrangeiros qualificados por empresas portuguesas. Muitas vezes, deparam-se com a falta de informação, ou informação contraditória e dispersa, sobre os procedimentos a serem adotados e as entidades a quem podem recorrer para que as suas qualificações académicas e profissionais sejam reconhecidas (Guimarães et al., 2021).

Os processos de migração têm passado por diversas mudanças, porém, as dificuldades continuam a manter-se, nomeadamente, na integração, nas barreiras linguísticas e culturais, no acesso ao mercado de trabalho, no acesso aos serviços, sobretudo de saúde, intensificando durante os últimos dois anos de pandemia (COVID-19). Ressaltar o enorme impacto negativo do contínuo estado de emergência implementado devido à pandemia no ritmo de processamento dos pedidos de legalização de muitos cidadãos estrangeiros em Portugal, “os quais praticamente paralisaram os atendimentos nos postos do SEF, no período compreendido entre fevereiro de 2020 e abril de 2021”, situação que persiste (Guimarães et al., 2021, p. 29). Assim, importa refletir acerca dos processos de ingresso no mercado de trabalho das pessoas migrantes em Portugal, reconhecendo os seus principais desafios e criando estratégias para apaziguar este processo e construir assim uma sociedade mais equitativa (Guimarães et al., 2021). Emerge deste cenário a pertinência do desenvolvimento de uma IP de proximidade, bem como uma ação de mediação, no apoio às pessoas migrantes que estão afastadas do seu país e que ainda não foram suficientemente acolhidas naquele que escolheram para morar, mesmo que temporariamente.

3. CONHECIMENTO E ANÁLISE DA REALIDADE

Neste capítulo, serão abordados o conhecimento e a análise da realidade, incidindo no contexto do desenvolvimento do projeto e nos participantes. Apresenta-se, ainda, a avaliação do contexto. No entanto, importa realçar que a análise da realidade não se esgota numa etapa inicial do projeto, mas ela é transversal a todo o projeto, uma vez que a realidade está em constante mudança.

3.1. PRIMEIROS CONTACTOS E “ARQUITETOS DE FAMÍLIA”

Antes de iniciar a caracterização da ilha X, é importante falar sobre o workshop “Arquitetos de Família” (WAF), 3.^a edição, enquanto experiência que permitiu a nossa integração na ilha. O WAF foi uma experiência piloto que se iniciou no verão de 2018, dinamizada e acompanhada pelo programa HP, em cooperação com o grupo de Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) da FAUP, bem como pela Junta de Freguesia (JF) do Bonfim, através do projeto “Casa Reparada, Vida Melhorada” (programa de pequenas reparações nas casas das ilhas). A articulação tem sido feita com as JF (que sinalizaram os casos) e com os proprietários. Apesar do projeto ser elaborado pelos estudantes do mestrado da FAUP, o workshop integra um contrato administrativo entre a FAUP e o Município (Portal Programa Habitar, 2021). Mantendo os objetivos, esta iniciativa, em cada edição, pode envolver parcerias, entidades e programas diferentes, dependendo do contexto onde é realizado o projeto.

Desta forma, o WAF acaba por assumir um duplo objetivo, quando envolve os estudantes do MIARQ da FAUP: permite qualificar as obras e, a partir do conhecimento das condições reais de trabalho, qualificar os estudantes e prepará-los para uma prática profissional que dá melhores respostas a situações reais de habitabilidade precária. O workshop é feito com o intuito de perceber as necessidades dos residentes no que concerne às habitações e o potencial de transformação do edificado, à luz dos regulamentos existentes, tendo como finalidade o desenvolvimento do projeto de reabilitação para as ilhas e as casas que integram. Desta forma, o WAF, para além de criar uma oportunidade aos estudantes para entrarem em contacto com

contextos reais condicionados, presta assistência técnica num projeto de reabilitação, enriquecendo o final do percurso académico dos estudantes. Esta iniciativa pretende contribuir, igualmente, para o desenvolvimento de uma proposta de reformulação dos espaços que cumpra os critérios urbanísticos, conforme os requisitos legais, conseguindo soluções viáveis para todos, isto é, casas condignas sem obrigarem as pessoas a fazer demasiado esforço económico, e a garantia de que as casas proporcionem aos seus moradores um modo de vida mais confortável e saudável, servindo de programa base para a preparação da candidatura ao programa 1º Direito. Por outras palavras, gera a possibilidade de os proprietários com poucos recursos terem a possibilidade de se candidatarem ao 1º Direito e beneficiar de um financiamento.

A 3.ª edição do WAF decorreu entre os dias 16 de novembro e 11 de dezembro de 2020, às terças, quartas e quintas-feiras (14h00-18h00). Esta edição contou com a participação de dois arquitetos (coordenadores do WAF: um membro da CEAU e um arquiteto que já participou do WAF na edição anterior), uma graduada e quatro finalistas do curso de MIARQ da FAUP, as duas alunas do MEIS (Angélica Lemos e Duda Montrond), sob a supervisão do arquiteto Aitor Oro. Durante a elaboração do programa base e da memória descritiva da ilha, contou-se com a presença de críticos convidados (arquitetos). Durante o workshop é elaborado o programa base de reabilitação a ser apresentado à proprietária, que pode propor alterações e que deve submetê-lo, se o desejar, a candidatura. O WAF foi realizado inicialmente na ilha, para que fosse feito o levantamento físico das habitações (começando pelas casas que estão desabitadas) e, posteriormente, num espaço da FAUP. Era esperado que as mestrandas do MEIS recolhessem as informações necessárias para fazer o levantamento sociodemográfico das famílias, dialogando com os moradores, enquanto os arquitetos analisariam a estrutura das habitações, o nível de degradação e salubridade, fariam as medições necessárias para a realização dos desenhos técnicos (plantas, cortes e alçado). O levantamento social ficou, assim, a cargo das mestrandas do MEIS, que procuraram conhecer os inquilinos e perceber as suas necessidades e limitações, através de visitas à ilha e às habitações, enquanto o levantamento físico das habitações ficou ao encargo dos estudantes da FAUP, com o objetivo de fazer um levantamento geométrico e analisar os problemas existentes no interior, e exterior, das casas.

Como referido nas notas prévias, o primeiro contato com a ilha foi feito através do arquiteto Aitor Oro e, depois, com o filho da proprietária. Integradas na ilha, a construção do conhecimento da realidade começou com uma aproximação aos moradores para os conhecer e saber como é habitar na ilha: conhecer as características das pessoas e famílias; perceber o tempo de permanência na ilha; explorar a rotina das pessoas; sentir o ambiente da ilha e os seus acessos; entender as fragilidades, necessidades e limitações, ficando a conhecer melhor a realidade em que cada um vive, entender a sua morfologia, se sofreu alterações e que alterações foram essas, entender se possuem as condições mínimas de bem-estar e qualidade de vida, entre outras variáveis que pudessem surgir como pertinentes. Para tal, passámos a realizar visitas recorrentemente à ilha, numa colaboração estreita com a mestrandia de arquitetura que desenvolveu o seu projeto de mestrado na ilha.

Como forma de iniciar o diálogo, conhecer os moradores e as suas vivências, compreender as suas representações acerca da ilha, a história da mesma, entre outros aspetos, recorreu-se às entrevistas semiestruturadas. Construámos o guião da entrevista (Ap. C, pp. 105-110), com os objetivos e as perguntas-guia, para obter informações sociodemográficas e conhecer de uma forma mais aprofundada os moradores, para apresentação no WAF, mas também para perceber a necessidade de desenvolvimento de um projeto de EIS naquele contexto. Foram realizadas 12⁴ entrevistas aos moradores, com uma duração média de 30 minutos, entre os finais do mês do novembro a janeiro, com exceção de duas, realizadas mais tarde: um morador por se encontrar a viver no estrangeiro (entrevista feita em julho) e a um casal que, devido ao falecimento de um familiar, estava temporariamente fora da ilha (a entrevista foi realizada apenas a um membro do casal, pois a senhora não voltou à sua casa na ilha por estar a tomar conta do familiar em luto). Para a realização das entrevistas foi necessário fazer diversas visitas, pois os participantes tinham o tempo limitado, com outros compromissos, trabalhos ou afazeres que não podiam ser adiadas. Assim, todas as informações foram conseguidas de forma gradual, através de um diálogo pautado pela partilha que partiu sempre da vontade dos participantes e do tempo que

⁴ Dos 15 moradores, uma das inquilinas não se mostrou disponível para realizar a entrevista; uma das senhoras por motivos de saúde não lhe é possível responder as perguntas (encontra-se acamada e com uma demência vascular cerebral) e a Sra. que está ausente da ilha desde o falecimento da mãe (vive com o pai e toma conta dele).

dispunham para conversar. Deste modo, procurámos, sempre, escutar atentamente os moradores no sentido de conseguir estabelecer uma relação de confiança.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ILHA X

Neste tópico serão apresentadas e analisadas as informações recolhidas através das entrevistas, das conversas intencionais, da análise documental e da observação participante. A Ilha onde foi desenvolvido o projeto localiza-se numa freguesia central no Porto com grande densidade populacional. Através de uma pequena exploração aos espaços perto da Ilha e de uma breve pesquisa *online* foi possível verificar que, atualmente, a zona possui uma paisagem diferenciada, bastantes áreas comerciais (mercearias, cafés, *shoppings*, restaurantes, *etc.*) e diversos serviços, nomeadamente, Finanças, Centro de Saúde, Hospital, Escola Básica, Escola Secundária e Universidades, transportes, hotéis, espaços de desporto e lazer, entre outros. Assim, a zona onde está localizada a ilha dispõe de diversas infraestruturas a nível social, cultural, desportivo e escolar, o que potencia o desenvolvimento da população.

A ilha X, propriedade privada pertencente a uma única proprietária, está na posse da Sra. Alice há mais de 20 anos, mas está há mais de um século na família, como referido pela proprietária atual, “a ilha foi feita pelos meus bisavós, há cento e tal anos” (Sra. Alice). A Sra. Alice partilhou que, na época, os seus bisavós tinham uma indústria têxtil e que foi preciso criar esse tipo de bairro porque as pessoas que trabalhavam na fábrica vinham das aldeias e necessitavam de um lugar económico para viver. Desde então, a gestão da ilha ficou ao encargo da sua família, passando de geração em geração. A Sr. Alice herdou a ilha e manteve os arrendamentos que existiam. Como a grande maioria das ilhas portuenses, esta encontra-se nos logradouros das habitações que ficam na frente da rua. Apresenta duas entradas, embora só uma delas seja utilizada: a entrada principal, de livre acesso e bastante estreita, é feita através de um acesso partilhado com o prédio construído na rua da frente; e a outra entrada é uma entrada secundária que se faz por um portão antigo nas traseiras de uma das casas da ilha, mas que atualmente se encontra fechado. A ilha é composta por 13 habitações de dois pisos, com exceção da casa 13, ordenadas de forma sequencial. Atualmente, quatro casas encontram-se devolutas, estando as restantes alugadas,

algumas delas há muitos anos às mesmas famílias (um inquilino não vive permanentemente na ilha, por estar a trabalhar no estrangeiro). A ilha tem um estreito (1,5 a 2 metros de largura) e comprido corredor entre as casas e os respetivos anexos, descrito por uma das moradoras como “muito frio no inverno, (onde) corre muita aragem” (Sra. Patrícia), contudo, no verão o ambiente é agradável e fresco. Há um outro corredor que fica atrás dos anexos. Inicialmente, as casas foram construídas do lado esquerdo, sem anexos: 11 das frações em banda, uma casa que é considerada a casa-ponte e outra casa que dá acesso à entrada pelas traseiras (cf. Anexo C, p. 200).

Por meio das partilhas feitas pelos atores sociais e mediante as consultas à cartografia dos arquivos históricos de Águas do Porto (partilhadas pelos mestrandos do MIARQ) foi possível reconstruir, de um modo geral, as transformações físicas que ocorreram ao longo do tempo, o que permite colocar a possibilidade da ilha ser datada de um período anterior a 1892. Inicialmente estas habitações foram construídas com pequenos quintais à sua frente e casas de banho comunitárias (Anexo D, pp. 201–205), porém, seis dos quintais converteram-se, paulatinamente, em pequenos anexos (clandestinos) para colmatar a limitação de espaço no interior das casas (de apenas 27,7m² no seu total), passando a servir de cozinha e casa de banho. Em conversas intencionais com a Sra. Inês, moradora e nascida na ilha há 63 anos, percebemos que o primeiro anexo a ser construído foi na casa onde viveu com seus pais (casa 7), há cerca de 55 anos. Assim, os anexos foram sendo construídos pelos moradores que viviam nas habitações, utilizando os seus próprios recursos, técnicas e materiais. Deste modo, as casas do lado esquerdo são as casas originais e as do lado direito são construções posteriores. Mediante as informações transmitidas por quatro moradores, todos os seis anexos são posteriores a 1965, sendo considerados construções ilegais, como explicado pela proprietária da ilha: “Eles falavam com a minha tia e a minha tia autorizava. Sabe, naquela altura as coisas eram diferentes, a minha tia nem se lembrou que era preciso pedir à Câmara, fazia-se e estava feito” (Sra. Alice).

A ilha está habitada desde que foi construída. Inicialmente, as cozinhas eram no piso de cima das casas e em baixo eram os quartos e a sala, porém, a Sra. Alice ressaltou que esta gestão da divisão dos espaços no interior das casas passou a ser feita pelos moradores e, conseqüentemente, as casas foram sofrendo alterações: “Hoje está muito mudado. As pessoas tinham galinhas, estas

coisas que as pessoas criavam” (Sra. Alice). Ao longo dos anos, os arrendatários passaram a utilizar os espaços no exterior. Na ilha, cada família personaliza, do espaço comum, a parte que utiliza, o que lhe confere um carácter de diferenciação em relação aos outros, existindo ainda uma parte que é utilizada por todos os moradores. Não obstante as reformas e mudanças de usos, as casas mantêm as tipologias da organização original. No que respeita às casas que se encontram habitadas, atualmente, duas delas possuem todas as divisões no interior da casa (cozinha, sala, quarto e casa de banho), quatro delas têm as casas de banho e cozinha nos anexos e as restantes (3) têm no interior quarto, cozinha e sala, mas por não terem um anexo próprio, partilham as instalações sanitárias numa casa de banho comum no exterior. O contador de água é comunitário, utilizado por estes três moradores que dividem a despesa da água entre eles. Um morador partilhou que uma das casas (casa 12) já foi uma antiga Associação Desportiva e de Pesca (1990), gerenciada por duas pessoas, e, nessa altura, realizavam diversas atividades. Diversos episódios malfadados provocados por pessoas externas que iam para a sede “estorvar” e passaram a frequentar a ilha, levando drogas, bebidas, levaram ao encerramento deste lugar como sede da associação. Apesar da tentativa de mantê-la, com uma nova gerência, a associação acabou por fechar devido a estes problemas e conflitos com alguns moradores (Ap. D, pp. 111-112).

Nas casas devolutas são perceptíveis os sinais de ruína quase total (exemplo no Ap. E., p. 113), também foi apontado por três residentes a existência de ratos nestas casas, constituindo um problema de saúde pública. As casas foram-se deteriorando, consideravelmente, ao longo dos tempos, pela ausência de obras. Segundo a Sra. Alice, as quatro casas estão desabitadas há mais de cinco anos e não têm sido alugadas devido às condições degradadas que apresentam: “Tem pessoas sempre a querer alugar as casas e que se sujeitariam a viver com poucas condições porque precisam de casas baratas e custa-me muito dizer-lhes que não” (Ap. H, pp. 142-144). Algumas das casas que estão alugadas, na altura, foram alugadas em concordância com os inquilinos, que referiam ir fazendo as obras conforme as suas necessidades. A Sra. Alice contou que, em algumas casas, foi possível as pessoas fazerem as obras e depois negociar o valor das rendas. Partilhou, ainda, que o valor das rendas oscila de sete a 170 euros e que, atualmente, o pagamento é feito por transferência bancária. Antes (até 2010), ia até à ilha receber o pagamento, pessoalmente.

Foi possível reconhecer os diversos problemas e fragilidades das casas, nos espaços interiores e exteriores. Muitas das melhorias feitas nas casas partiram dos próprios moradores, apesar dos poucos recursos financeiros, para minimizar o desconforto que, em muitos casos, persiste, consistindo em pequenas intervenções que não "descaracterizam" as casas, mas que não são duradouras e têm uma melhoria pouco significativa nas condições de vida dos moradores.

3.3. OS MORADORES

De seguida, serão apresentados dados gerais sobre os moradores, sendo possível consultar uma caracterização mais detalhada em apêndice (Ap. F, p. 114 e Ap. G, pp. 115-141). Na ilha vivem 15 pessoas, formando um total de nove agregados, sendo que um dos moradores está, desde 1975, a trabalhar e a residir no estrangeiro, ocupando a sua residência apenas nos períodos de Natal, Páscoa, verão ou pequenos outros períodos, quando lhe é possível vir a Portugal. Oito habitantes da ilha são do sexo feminino e sete do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 94 anos de idade, com uma média de idade de 56 anos. Partindo dos contributos teóricos de Alarcão (2008), os agregados familiares a habitar na ilha foram classificados pelas seguintes tipologias: quatro famílias com apenas um elemento, duas famílias monoparentais, três famílias nucleares, duas delas com os filhos emigrados. Importa salientar que duas das famílias (três inquilinos) são naturais da Ucrânia e os restantes moradores nasceram em Portugal, sendo que os familiares mais próximos vivem relativamente perto da área de residência. Os três inquilinos que estão fora do seu país de origem têm o apoio de vários amigos e mantêm contacto com as famílias através de videochamadas nas redes sociais.

O tempo de permanência na ilha é muito diferente entre os moradores, sendo que a moradora mais antiga reside na ilha há 63 anos⁵ e a mais recente há cerca de oito meses. Os moradores exercem profissões variadas: auxiliar de ação educativa, empregada de limpeza, copeira, encarregado de construção civil em obras públicas, funcionário numa peixaria, segurança, cuidadora informal de idosos, entre outros, estando dois moradores reformados e um a estudar (o

⁵ No entanto viemos a saber mais tarde (23 de junho de 2020) que há um senhor que, à data da construção desta caracterização, estava no estrangeiro e é morador na ilha há 72 anos.

jovem de 12 anos, única criança/jovem na ilha). A formação académica é também ela heterogénea, variando entre uma pessoa que não frequentou a escola (não sabe ler nem escrever), e quatro pessoas com licenciatura, sendo três delas de nacionalidade ucraniana. A escolaridade dos restantes varia entre o 6.º e o 12º ano. Importa lembrar que a escolaridade obrigatória foi sendo alargada ao longo dos anos e alguns dos moradores concluíram a escolaridade mínima exigida no seu tempo.

Durante as visitas, procurámos notar os pequenos detalhes observáveis na ilha e conversar com as pessoas, uma vez que tudo o que faz parte da vida na ilha nos interessava: as pessoas, os espaços, a história, as rotinas, as interações, as habitações, a ocupação dos espaços exteriores. Olhámos as roupas penduradas nas cordas, as cores dos espaços, sentimos os cheiros, a temperatura, *etc.* Fomos conversando e explorando vários aspetos sobre o lugar e a história das pessoas. Quando questionadas acerca do que gostam de fazer nos tempos livres ou de lazer, de um modo geral os moradores afirmaram que gostam de aproveitar o seu tempo livre fora da ilha: a passear, ir à praia, pescar, andar de bicicleta, visitar museus, passear o animal de estimação, entre outros. Por outro lado, outros afirmaram que gostam de estar em casa a descansar, ouvir música, ler um livro, estar no computador (quatro famílias com *internet* fixo), ver filmes, dançar, limpar/arrumar a casa, *etc.* Estes *hobbies* e atividades variam conforme a estação do ano. É de realçar que a pandemia condicionou a rotina de todos os moradores, obrigando-os a passar mais tempo em casa e a privilegiar as atividades que lhes permite estar em casa (ler, ouvir música, cozinhar, *etc.*). Todos os moradores apreciam estar na ilha quando é verão, pois o ambiente é mais fresco, aproveitam para fazer um churrasco, cultivo de pequenas hortas, estender a roupa, sentarem-se à porta de casa a conversar e “não custa tanto ter a cozinha e a casa de banho do outro lado”. Afirmam que no inverso é mais custoso, pois o clima é pouco favorável, tem muita humidade, frio e quando chove é muito difícil ter que passar de um lado para o outro.

Quando questionados sobre o percurso e as suas vivências anteriores, embora muito diferentes para cada morador, têm em comum a marca de um percurso de vida pautado por dificuldades que fizeram com que chegassem até à ilha. Oito deles afirmam que, inicialmente, passaram a viver na ilha por necessidade, porque os rendimentos eram insuficientes para alugar casa em outro local e,

depois, a localização da ilha contribuiu para que permanecessem neste lugar. A partir da análise das respostas às entrevistas, é possível verificar que sete pessoas tiveram conhecimento desta ilha através da partilha de informações de terceiros (amigos, familiares, colegas de trabalhos, etc), alguns que já habitavam uma das casas da ilha e que tinham o conhecimento de que havia uma casa disponível para arrendamento. Salientar que três moradores já viverem num outro país, cinco moradores já residiram noutras zonas da cidade do Porto, sendo que dois deles, em bairros de habitação social e outras ilhas. No que diz respeito à rotina e ao horário laboral são igualmente muito diversificados, três moradores que começam a trabalhar da parte da manhã, dois da parte da tarde e os restantes têm horários de trabalho rotativos.

Verificou-se que todos os moradores, de facto, consideram que a ilha está localizada numa zona agradável para realizar atividades de lazer e com boa acessibilidade aos diversos serviços, com bons transportes públicos e próxima dos locais de trabalho de alguns, que se deslocam a pé (os restantes deslocam-se para o trabalho de carro ou de transporte público). No que respeita às questões de saúde, alguns moradores apresentam diversos problemas de saúde, alguns associados à idade mais avançada, e que requerem atenção e cuidados específicos: demência cerebral vascular (1), insuficiência respiratória (1), problemas cardíacos (2), pulmonares (2) e/ou renais (1) bronquite (2), diabetes (1), entre outros. Os moradores partilharam que frequentam o Hospital e o Centro de Saúde localizados na freguesia onde a ilha está localizada. Em outros casos, há quatro moradores que continuam a manter os médicos de família nos Centros de Saúde onde estavam inscritos antes de habitar a ilha. Quando conversámos sobre como é viver na ilha, quais são as maiores facilidades e desafios/dificuldades do lugar, para além de todos referirem as dimensões reduzidas e o mau estado de conservação das habitações, apresentaram outros problemas tais como: a iluminação insuficiente; falta de isolamento acústico e térmico; bolor, frio; e, de um modo geral, problemas na canalização e no saneamento e, ainda, uma fragilidade estrutural, sobretudo nos telhados, enfatizando que sendo habitações de pequenas áreas e com poucas aberturas, naturalmente, não há muita ventilação em algumas áreas, o que leva a um rápido desgaste de materiais. É, efetivamente, visível a falta de condições mínimas de habitabilidade em todas as casas: "Eu tive de partir o meu colchão porque não entrava, não é muito

acessível estas casas. Um colchão novo e tive de o partir. Até quero pôr a casa diferente, mas não dá. Não entra nada, é tudo muito pequena”, como refere a Sra. Sofia, uma das moradoras.

Durante as conversas intencionais com os moradores, foi possível perceber que nem todos gostam de viver na ilha. Sete pessoas gostam de viver na ilha e até “romantizam” o cenário, pela sua localização, por considerarem que a relação com os vizinhos, de um modo geral, é pacífica, pelo valor das rendas, pelos serviços que a freguesia onde a ilha está localizada dispõe, contudo, as restantes referem que só vivem nesta ilha por necessidade, por falta de recursos ou pela localização perto do trabalho. Mediante a observação e as conversas intencionais, foi perceptível uma certa resignação por parte de alguns moradores, que, para além de não perspetivarem um percurso futuro diferente, tendem a aceitar a situação que vivem atualmente, até porque cinco moradores afirmam que acabaram por criar um sentimento de pertença. De acordo com as suas partilhas, podemos perceber que algumas famílias almejam um futuro diferente fora da ilha, sendo que duas delas por serem naturais da Ucrânia e desejam, um dia, voltar para a sua terra natal e a outra família porque se candidatou a uma casa camarária da Domus Social e foi aceite. Esta família, em agosto de 2021, soube que lhe tinha sido concedida a casa, no entanto, realçou que se a casa da ilha fosse melhorada preferia ficar, por esse motivo e pelas relações já criadas.

Foi possível identificar, ainda, um outro constrangimento. É perceptível que tanto a entrada, como os corredores que dão acesso à ilha apresentam dimensões reduzidas, sendo inadaptados aos três moradores que têm dificuldades de locomoção, impedindo, também, em caso de necessidade, a entrada de uma cadeira de rodas, uma maca ou, mesmo, dos bombeiros, em caso de incêndio. Assim, surge uma preocupação com as acessibilidades difíceis, existindo espaços e acessos reduzidos, que em situações de emergências se tornam num constrangimento muito grande. Os moradores partilham muitos episódios de quedas devido às características das casas, sobretudo pelas fragilidades estruturais, pelas escadas estreitas (inicialmente, sem corrimão) e pela necessidade de transitarem entre a casa e o anexo respetivo, para idas à casa de banho (sobretudo no inverno em dias de chuva e frio), por exemplo, durante a noite, tanto mais que a idade dos moradores, na sua maioria, se encontra entre os 50 e os 70 anos, havendo três pessoas mais velhas: “Uma vez cheguei a casa do supermercado, encontrei-a no chão, caiu da escada e

partiu a clavícula”, como referido pelo Sr. Fábio em relação à queda da Sra. Ângela. Outro constrangimento apontado por seis famílias relaciona-se com o facto de as instalações sanitárias serem no exterior (quer as que estão no anexo, quer as instalações sanitárias comunitárias), pela insegurança à noite, pelo frio e chuva nos dias de inverno: “Os dias de Inverno custam muito, é mau. Eu tenho o wc lá fora, é um transtorno ter de sair para ir ao wc e tomar banho quando está frio” (Sra. Inês); “A minha mãe, com a sua idade e a locomoção reduzida, faz as suas necessidades no penico e eu geralmente faço num café, num supermercado” (Sr. Fábio); “Colocaria uma casa de banho dentro de casa, já não tenho tanta facilidade para caminhar e conseguir ir até a casa de banho. Além disso o frio não colabora. À noite é muito perigoso, evito sair” (Sr. Joaquim); “Meu filho no inverno quando vai tomar banho, às vezes está a chover e lá estou eu a dizer “oh filho passa rápido porque está a chover”” (Sra. Sofia). Por estes constrangimentos, a Sra. Sofia partilhou que está a adiar o seu desejo de voltar a ser mãe: “Eu não quero ter um filho a morar aqui nesta casa. Isto para muita gente faz sentido, muitos nasceram aqui, mas os tempos eram outros, não havia mais nada. *Hello!* Estamos no século XXI, isto já não deveria existir” (Sra. Sofia).

Outro aspeto considerado negativo por oito moradores diz respeito à questão da insegurança que sentem com relação às pessoas que “invadem a ilha”, pelo livre acesso permitido pela entrada principal que não tem um portão. Nas conversas intencionais afirmaram já terem passado por todos os níveis de ansiedade, de medo, euforia e situações inusitadas: “A noite é pior, tiramos a roupa toda cá de fora porque já tentaram roubar (Sr. Valentim); “Uma questão que me inquieta é a segurança. Não acho muito seguro à noite, por exemplo” (Sra. Patrícia). Na sua visão, a existência de um portão na entrada traria outra segurança. Os moradores partilharam alguns episódios infortunados em que pessoas externas “invadiram a ilha” para tentar roubar ou entrar nas casas. “Já corri com muitos gajos daqui para a fora, (...) iam para a pia lavar os pés, uns a fumar, a fazer necessidades (...) de vez em quando tenho de correr com algumas pessoas que invadem a ilha, já roubaram as botas, roupas e outras coisas da minha filha” (Sr. Francisco). Para além da insegurança, a falta de intimidade é sentida por estes moradores. Mencionam que as pessoas conseguem ver da rua “tudo” o que os moradores fazem dentro da ilha e que muitas pessoas pensam que o corredor da ilha dá acesso à rua de trás: “Se tivéssemos o portão estávamos mais resguardados. Para não falar da intimidade, seria melhor termos um portão que nos permitisse ter

mais intimidade” (Sra. Patrícia). Também afirmam que a entrada da ilha acaba por ser um escape para muitas pessoas, sobretudo para jovens fumarem, drogarem-se, fazerem convívios e até as suas necessidades fisiológicas: “Na entrada da ilha tem sempre pessoas a fumar, a fazer necessidades fisiológicas. (...) Só não sinto mais medo porque tenho o meu companheiro que vem cá” (Sra. Sofia). Alguns moradores contaram que já existiu um portão, mas que foi roubado. Para compreender melhor o acontecido e se pensaram colocar outro portão, questionámos os moradores, que explicaram tentaram colocar outro portão, mas não houve a aderência de todos pelo seu custo. “A minha mulher andou a falar com a vizinhança, depois falou com o serralheiro para saber o orçamento. Dava 50 euros a cada inquilino e não houve aderência” (Sr. Fabrício).

Atualmente, não existe um espaço de convívio e celebração na ilha. Normalmente, as festividades celebram-se em família. Através da partilha de seis moradores mais antigos, entendemos que já houve mais convivialidade entre eles, conviviam em almoços, jantares, churrascos. Hodiernamente, há moradores que trabalham em horário rotativo (manhãs ou tardes), ocupando grande parte do dia fora da ilha, e, como referiu a Sra. Inês, “por norma, é casa-trabalho, trabalho-casa. Ao fim de semana é que costumo ir para casa do meu filho. Como eu trabalho durante a semana e saio cedo e chego tarde não dá para fazer grande coisa”. Pudemos perceber que existem visões diferentes no que concerne à relação com os vizinhos e sobre o sentido de comunidade na ilha: se três moradores consideram não ser muito necessário conviver com os vizinhos e sentem-se “bem” sozinhos, para quatro moradores o espírito de solidariedade é pouco e gostariam de ter uma maior interação com os outros moradores.

Apesar de não haver um convívio e uma relação muito próxima entre todos os moradores, conhecem-se, ajudam-se mutuamente, e têm uma relação de vizinhança cordial. Apesar de, em alguns casos, ser uma relação mais de “bom dia, boa tarde, boa noite ou como está/está tudo bem”, como referido pelo Sr. Fábio, por exemplo, é de realçar a interajuda e o respeito que existe entre todos, sobretudo quando é necessário ajudar ou resolver algum problema, individual ou coletivo. Percebemos que existem moradores que têm laços de amizade entre eles e que, apesar do peso da rotina, têm a preocupação de saber como o outro está (por exemplo, cinco moradores juntaram para resolver o problema que surgiu numa fossa séptica). Os moradores partilharam que

estabelecem pouca comunicação com a senhoria e que, normalmente, ligam-lhe quando têm alguns problemas relativos à casa ou à ilha. Alguns deles demonstraram interesse em que a comunicação com a senhoria fosse mais frequente, para que fosse mais fácil negociar as obras de reabilitação da ilha e conversar sobre os problemas existentes. No sentido de compreender o parecer da proprietária, durante a entrevista realizada, as mestrandas tiveram o cuidado de explorar a relação que a senhoria considera ter com os moradores, tendo esta afirmado que tem uma relação de maior proximidade com alguns inquilinos, sendo eles os que já estão lá há mais tempo, contudo com outros residentes a relação é mais superficial.

Pelas conversas intencionais com alguns moradores, foi possível entender que as dinâmicas relacionais se foram alterando ao longo dos anos. Os moradores que residem na ilha há mais de 30 anos partilham que, antes, havia uma maior interação entre as pessoas e com a partida de uns e a chegada de outros, as relações começaram a ser outras. Importa refletir que a ligação entre os moradores foi-se perdendo porque algumas das famílias que viviam na ilha mantinham laços familiares, o que já não acontece agora. A saída de umas e o falecimento de outras traduziu-se numa rutura que, naturalmente, altera a dinâmica, as relações e os laços entre todos. A Sra. Patrícia, uma moradora da ilha há 32 anos, partilhou que na casa ao lado da sua viveu o seu cunhado e irmã e noutra casa vivia o seu irmão. Mencionou, igualmente, que numa das casas, atualmente devoluta, vivia uma das senhoras mais comunicativas e prestativas que conheceu, interessava-se por conhecer e interagir com todos os habitantes da ilha, era a “alegria em pessoa” e fazia com que quase todos os moradores socializassem, fazendo jantares, convívios, churrascos, e que se ajudassem uns aos outros. Esta senhora vivia com o seu marido, e tinha uma irmã e sobrinho a viverem também na ilha. O Sr. Fábio, morador da ilha há 40 anos, situa no tempo estas vivências: “isto foi-se perdendo com o tempo, há uns 30, 40, 50 anos, se calhar, os modos de vida das pessoas obrigavam que recorressem mais uns aos outros”. Outros moradores, bem como a senhoria, identificaram esta senhora como uma das moradoras mais prestativas da ilha. Agora, as relações também são de simpatia, como referiu a Sra. Alice, “acho que se perdeu um bocado daquilo que era o sentido de família, no entanto, por aquilo que oiço, podem não ser todos amigos de coração, mas a verdade é que se entendem e dão-se todos bem”; afirma, ainda, que

esta relação é uma coisa bonita, contrariamente ao que acontece em muitos prédios e bairros, onde vivem pessoas sem afinidades entre si.

A relação de confiança que fomos construindo com os atores sociais, gradualmente, possibilitou-nos entrar em algumas das casas e conseguir ultrapassar uma barreira que, inicialmente, parecia difícil ser ultrapassada. Os participantes começaram a partilhar as suas vivências, o percurso feito até aqui, os seus desejos, os seus problemas e as suas visões sobre diversos assuntos conversados ao longo das visitas e “a pequena casa transforma-se num espaço de partilha” (Silva et al., 2020, p. 184). Os diálogos “que, num fluir de partilha e de compromisso, vão revelando as suas histórias de vida e de suas famílias na comunidade de pertença” (Silva, et al., 2020, p. 185). Na escuta dos problemas habitacionais, fomos criando outra relação com os moradores, que nos permitiu descobrir diversos problemas e necessidades de ordem pessoal e social. Daqui surgiu a necessidade de desenvolvimento de um projeto que respondesse não apenas aos problemas habitacionais, mas também às necessidades de algumas famílias.

No âmbito de um dos subprojectos do projeto apresentado neste relatório, foi desenvolvido uma IPI com dois moradores, Sra. Hélia e Sr. Fábio, cuja caracterização detalhada se apresenta em apêndice (Ap. G, pp. 115-117 e pp. 120-122). A Sra. Hélia, de 43 anos, reside em Portugal há seis anos e vive na ilha há cerca de oito meses. Veio para Portugal como turista, tendo procurado trabalho antes de entrar no território português. Conseguiu um emprego, a tempo parcial, num café, com a ajuda de uma amiga, onde ganha menos de metade do ordenado mínimo nacional, sem contrato laboral. Para conseguir pagar as contas, faz horas extras como empregada de limpeza em três casas. Começou a aprender a falar português com a ajuda do seu chefe e utiliza os meios digitais para “traduções”, quando tem dúvidas. A Sra. Hélia, para além de ter alguma dificuldade em comunicar na língua portuguesa, não tem autorização de residência legalizada. Preocupou a mestranda a sua situação como imigrante ilegal dada a fragilidade que acaba por ter, dizendo, inclusivamente, que por não ter “os documentos” não podia ir ao hospital ou ter qualquer outro apoio estatal. Nas primeiras semanas, aquando das visitas, a Sra. Hélia mostrou-nos um ferimento grande na perna provocado por uma queda, que, pelo facto de não estar a receber os devidos cuidados médicos, demorou bastante tempo a cicatrizar. Não está inscrita em qualquer

centro de saúde, estando numa situação de vulnerabilidade a vários níveis. A Sra. Hélia afirmou já ter ido duas vezes ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e não ter conseguido resolver a situação. Para além destes constrangimentos, a Sra. Hélia ficou desempregada durante o confinamento (janeiro e março de 2021), o que a deixou numa situação ainda mais vulnerável.

Por sua vez, o Sr. Fábio, de 54 anos, morador na ilha há mais de 40 anos, atravessa um momento difícil da sua vida. Vive com a sua mãe de 94 anos, que se encontra acamada e com alguns problemas de saúde, entre eles, uma demência vascular cerebral. Neste momento, o Sr. Fábio sente-se desapoiado no seu papel de cuidador informal, apesar de ter alguma rede social de suporte por ter um irmão e uma cunhada que apoiam no cuidado com a mãe (banho, refeição, por exemplo) e fazendo-lhe companhia quando o Sr. Fábio precisa de sair. Tem as suas rotinas condicionadas, pois trabalha a tempo inteiro, tem muito pouco tempo para as suas atividades de interesse e de que precisa para o seu bem-estar (passear, ler um livro, por exemplo). Sente que está em sobrecarga de trabalho, afirmando “a minha rotina (risos) (...) está muito limitada por causa da minha mãe. Saio para ir às compras, sou eu que faço os afazeres aqui de casa, o almoço, o jantar, as limpezas, sou eu que cuido da minha mãe”. Por ser muito reservado e preservar bastante a sua vida privada, tem uma relação um pouco distante com os vizinhos, “é bom dia, boa tarde, boa noite e não passa disso”. Mas afirma que, se precisar de alguma coisa, sobretudo em caso de urgência em relação à mãe, sabe que pode contar com eles. Com bastante capacidade para procurar soluções, tentou reduzir o horário de trabalho, falar com o irmão para ajudá-lo e procurou o auxílio dos serviços (centro de saúde, hospital, associação dos cuidadores). Contudo, a sobrecarga condiciona o acesso à informação e acaba por ter mais dificuldade na procura de respostas, desabafando “é bastante cansativo e já não tenho vida própria”.

3.4. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

Apresentado o contexto, serão agora enunciados os principais problemas, necessidades, potencialidades e recursos, pois é a partir desta avaliação que se podem tomar decisões sobre o percurso a seguir (Cembranos et al., 2001; Serrano, 2008) Torna-se, então, importante refletir com as pessoas a fim de interpretar, questionar, relacionar e encontrar uma explicação para tudo

o que foi encontrado. Posteriormente, as pessoas precisam de definir o que querem alcançar e pensar em alternativas para a mudança pretendida. Vale realçar que os moradores apresentam problemas que, nas suas perspetivas, são de primeira ordem, muito ligados às questões da habitação, mas, para além destes, surgiram vários problemas pessoais e sociais, em algumas famílias. Realçar, ainda, que os vários problemas, de natureza diferente, foram identificados pelos moradores e pelas estudantes de MEIS. Os problemas estruturais, bem como as questões técnicas no que se refere à construção das casas, foram, igualmente, avaliados pelos arquitetos e pela mestrandia de arquitetura.

O primeiro problema (P1) identificado pelos moradores diz respeito ao mau estado de conservação das habitações. Este problema carece de uma solução quase embrionária, pois a estrutura da ilha e quase todas as casas têm sérios problemas que condicionam a vida e o bem-estar dos inquilinos. Estes problemas levantam necessidades de intervenção a nível arquitetónico, o que exige recursos financeiros avultados, para colmatar a degradação das habitações. Este problema deve ser visto na sua globalidade e não como um problema que só diz respeito aos moradores que apresentam estas dificuldades. A necessidade de requalificação do espaço é emergente, o que nos leva a refletir, igualmente, que o direito a uma habitação digna não se traduz apenas na localização na cidade ou na interação com as redes de vizinhança, mas carece do cumprimento de outros parâmetros, (conforto, luminosidade, impermeabilização à humidade, dimensões e áreas, cozinha e casa de banho no interior das habitações, entre outros) que se repercute diretamente na vida e no bem-estar dos moradores, trazendo implicações a vários níveis, nomeadamente, social, financeiro e, inclusive, na saúde dos moradores. “A humidade é constante no inverno, eu tenho medo de ligar a ficha do computador ou da televisão, quando a parede está toda molhada, a ficha corre risco de rebentar ou de se dar um curto-circuito” (Sra. Sofia); “nós podemos ficar doentes” (Sra. Hélia); “Já viram a parede? Está tudo preto” (Sra. Inês). O segundo problema apresentado pelos moradores diz respeito à falta de um portão (P2) que, além de trazer uma certa insegurança, é sentido pelos moradores como uma “falta de intimidade”. Estes dois problemas não são de dimensão social apenas, carecem de uma intervenção estruturada do ponto de vista arquitetónico e de construção civil, e exigem a reabilitação da ilha. O nosso papel passa por fazer uma mediação entre os arquitetos, os

moradores, a senhoria e as entidades, no sentido de transformar o projeto de requalificação da ilha num projeto efetivamente participado, que responda às necessidades dos moradores, que resulte de uma informação devidamente partilhada e de tomadas de decisão conjuntas. Os moradores precisam de ser informados sobre o que se vai passar no local onde moram, e, sobretudo, nas casas que são os seus lares, para alguns, há muitas dezenas de anos.

Para Oro e colaboradores (2019), a reabilitação tem como objetivo melhorar sobretudo as áreas degradadas, afetando o território sinalizado e as pessoas que nele vivem. Assim, procura auxiliar os interesses espaciais como a conservação do património cultural, o direito à habitação, a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável. Os autores objetivam provar que não há contradição entre a reabilitação urbana e a manutenção das pessoas com poucos recursos nos locais centrais onde residem; defendem, ainda, que é primordial normalizar a qualificação do território, uma condição essencial para melhorar as condições de vida dos moradores, procurando alternativas que vão ao encontro das exigências nas habitações e que ultrapassam a simples intervenção casa-a-casa. A requalificação do espaço pode traduzir-se numa oportunidade para introduzir novas formas de residir na cidade contemporânea, manter o seu valor histórico, criar melhores condições de habitação e, simultaneamente, manter os valores comunitários e, sobretudo, resignificar estas tipologias (Oro et al., 2019).

É sabido que a requalificação desta ilha partiu de um interesse da senhoria. Como referido, toda a investigação realizada, em parte, busca encontrar melhores respostas para que o projeto de requalificação seja o mais adequado possível às necessidades dos moradores. Enquanto conversávamos com os moradores descobrimos que, do ponto de vista deles, para além de não saberem que a ilha ia ser intervencionada, informação que esperavam ser comunicada pela senhoria (relewa-se como um outro problema, a pouca comunicação com a senhoria-P3), não se sentiram escutadas durante a elaboração do programa base de requalificação. Portanto, apesar de haver um interesse, desde o início, em colmatar as falhas que ocorreram anteriormente noutros workshops, e considerar a participação dos moradores como parte integrante e fundamental para o processo, o programa base para esta ilha não respondia, no seu todo, aos interesses dos moradores. Por outras palavras, durante o WAF foi construído um programa base e a proposta

para a candidatura mediante as soluções que os mestrandos de MIARQ consideravam ser mais adequadas, sem considerar os constrangimentos que não dizem respeito à parte arquitetónica, o que significa que continuou a ser uma construção idealizada pelos estes e que não tem em consideração a voz dos moradores. Realçar que o trabalho articulado entre as mestrandas de EIS e MIARQ, que era pretendido inicialmente, nesta fase, entrou em contrassenso, uma vez que os arquitetos poderiam ter beneficiado, pelo menos, da presença das mestrandas do EIS para “ouvir” os moradores, se acertassem ritmos: o tempo para a construção do programa base exigiria uma espera para acertar com o tempo para a escuta dos moradores.

Neste seguimento, um outro problema (P4) identificado diz respeito à questão de os moradores não terem sido informados sobre o processo de requalificação e não terem sido considerados para a construção do programa base (que não conheciam nesta altura). Este facto parece acontecer, também, por não haver proximidade e contactos regulares entre moradores e senhoria (P3), cuja comunicação, praticamente só acontece, quando um ou outro morador a contacta por algum problema mais urgente que, na maioria das vezes, é resolvido por eles (como foi o caso da fossa séptica). Consequentemente, por não terem sido escutados, posteriormente, chegámos à conclusão de que o projeto de requalificação não servia, no seu todo, às necessidades e interesses dos moradores desta ilha. Cientes do risco de omitir elementos importantes ou de levar em consideração elementos poucos significativos, enquanto mestrandas de EIS, procurámos explorar as informações levantadas nas conversas com os moradores de maneira contínua e sustentada, pois consideramos que enquanto pessoas e participantes do projeto têm elementos de análise importantes que devem ser explorados e tidos em conta. Sabendo a importância de ouvir e entender as necessidades e as limitações dos moradores para, posteriormente, poder atender a cada pedido ou exigência, importava transformar o projeto num projeto onde todos os moradores pudessem ter participação mais ativa. Era necessário identificar e explorar possíveis diálogos entre os diferentes intervenientes no processo de reabilitação das ilhas, como proprietários, inquilinos e, mesmo, diversas entidades públicas. Importa salientar que será importante estudar os agentes que possuem maior influência na gestão das ilhas, e avaliar um possível papel conjunto na eventual capacidade de transformação social dos espaços em estudo. A ideia será, a partir dos vários sectores existentes, destacar as ações que tiveram de alguma

maneira impacto nas soluções viáveis de habitação para as ilhas. Desta forma, este problema pode ser colmatado com a apresentação do programa base aos moradores e analisá-lo conjuntamente. A escuta ativa acerca daquilo que cada morador tem para partilhar e o trabalho de mediação com todas as partes envolvidas, de forma a negociar e conseguir alterar os aspetos que não se adequem à realidade e aos interesses dos atores sociais, são medidas essenciais para responder às necessidades que emergem do P3. É importante conhecer a visão de cada um, tal como é importante ir ao encontro do que está por trás das motivações das pessoas, perceber onde estão as resistências, os medos, as fragilidades da casa, da cidade, e como se podem ultrapassar individual e coletivamente estas questões, por outras palavras, quais são as coisas concretas que impedem as coisas de mudarem, quais são as mudanças que permitem que as coisas aconteçam. Como supracitado, um dos problemas identificados pelos moradores (P3) está relacionado com a pouca comunicação que têm com a senhoria. Neste sentido, seria importante criar um espaço, onde a mediação entre os moradores e a senhoria possibilitasse o entendimento de ambas as partes para as questões relativos à habitação e para que, juntos, encontrassem soluções sem prejudicar nenhum dos lados, agora, mas, essencialmente, no futuro.

O quinto problema reconhecido pelos moradores diz respeito ao pouco ou nenhum espaço de lazer, para além das rotinas diárias na ilha (P5). Apesar de afirmarem nas conversas intencionais que têm diversos *hobbies*, notamos uma certa acomodação à rotina no dia-a-dia, pois para além do trabalho, passam o tempo na ilha a realizar, essencialmente, as tarefas domésticas. Para mais, na ilha não existe um espaço comum, um espaço onde podemos estar a conversar com os moradores com alguma privacidade. Este aspeto levou a que conversássemos com eles na entrada das suas casas (no corredor), traduzindo-se num certo desconforto, sobretudo nos dias de chuva, por ser um espaço descoberto e estarmos de pé e à chuva. Dificultou as nossas visitas e a disponibilidade dos moradores para conversar. Pela situação pandémica que o país enfrenta, a maior parte das famílias não nos convidava a entrar nas suas casas, decisão que compreendíamos, e criava uma certa distância. O espaço reduzido, a rotina e o horário laboral diversificados, bem como a pandemia, foram fatores que dificultaram o estabelecimento de uma relação mais próxima, conosco, mas percebemos que condicionava também a relação entre moradores, sobretudo para os residentes que vivem na ilha há menos tempo. Com o passar do

tempo, compreendemos que as relações entre moradores foram acontecendo, em função do tempo de permanência na ilha, havendo maior confiança entre alguns, mas, sobretudo, quando acontece qualquer incidente, de natureza pessoal ou comunitário, sabem a quem recorrer (“depois ela conta como correu”; “depois vou perguntar à x”). Para estimular e aprofundar as relações, principalmente com os moradores a viverem há menos tempo na ilha, e criar um certo sentimento de pertença, seria benéfico haver momentos onde pudessem fortalecer os laços e desenvolver as redes de vizinhança, restabelecendo rituais anteriores, como a comemoração de determinadas festividades ou apenas momentos de interação e convívio, tendo sempre em conta o contexto pandémico atual. Consequentemente, é necessário incentivar dinâmicas que permitam diversificar o quotidiano dos atores sociais, saídas ao exterior da ilha e atividades de lazer no sentido de encontrarem uma maior satisfação pessoal. Importa refletir que esta ideia traduz-se na importância de valorizar a individualidade de cada um, entender o que torna as pessoas diferentes, pois apesar das ilhas terem características semelhantes, possuem as suas particularidades, não só pelas pessoas, mas também pelas suas características físicas.

Para além destes problemas comuns aos vários moradores, também foram identificados outros, de natureza psicossocial, de alguns moradores. O primeiro aspeto diz respeito à solidão (P6), reconhecida pelo Sr. Joaquim que mora sozinho desde que ficou viúvo, em fevereiro de 2020, como refere, “tem dias que são solitários. Ainda não consigo lidar com a falta da minha mulher”. Este partilhou com a mestrandia que não tem conseguido lidar bem com a saudade e a falta que a mulher lhe faz, dado que viveram juntos durante muitos anos e que foram os melhores anos da sua vida. Diz que atualmente tenta suprir essa ausência na companhia dos seus filhos, que vão à ilha todos os dias, netos e bisnetos. Este morador passa muito tempo na ilha; durante a tarde, um dos filhos vem buscá-lo por volta das 15 horas para ir à sua horta ou passear. A filha, antes de ir trabalhar vai ver como o pai está e depois, na hora do almoço, volta para almoçarem juntos. Procuramos perceber se tem interesse em atividades oferecidas pela comunidade, mas não demonstrou muito interesse, transmitindo-lhe que, apesar da solidão sentida pelo Sr. Joaquim ser um sentimento que se traduz numa saudade da sua esposa, seria importante encontrar algo que o envolvesse, um novo *hobbie*, junto da família ou dos serviços na comunidade para não se sentir tão só. Importa, contudo, perceber que o Sr. Joaquim está num processo de luto, que precisa do

seu tempo, e que tem o apoio da família neste processo. Ao longo do projeto fomos estando atentas, embora não tivéssemos desenvolvido nenhuma ação especificamente com este senhor, contudo a resolução do P5 trará impacto também na diminuição do sentimento de solidão.

Outro problema levantado, relaciona-se com a baixa autoestima e desvalorização pessoal e social (P7) sentidas pela Sra. Laurentina, ucraniana e residente há 20 anos na ilha. Esta tende a desvalorizar as suas capacidades, enaltecendo as do seu marido ao longo das conversas, mostrando uma descrença enorme na sua pessoa. A Sra. Laurentina desvaloriza as suas capacidades e pouco crê no seu potencial, a própria aponta este fator como um “ponto negativo” na sua personalidade. Apesar de ter diversas qualidades, no seu discurso está constantemente a inferiorizar-se, sobretudo na questão da língua: “Ele sabe inglês, aprende mais rápido”; “Não sou tão boa com a língua, mas o meu marido é. Ele é muito inteligente”. A insegurança deixa-a inibida para comunicar, para se autorreconhecer como capaz. Foi sentida pelas mestrandas uma “proteção excessiva” por parte do marido que, muitas vezes, não a deixa expressar, conversar conosco, “fazendo uma certa pressão” para ela voltar para dentro de casa, visto que a maioria das conversas acontecem no corredor da ilha, à porta da sua casa. Por conseguinte, revela a necessidade de desenvolver um sentimento de confiança em si e nas suas competências, no sentido de acreditar que é capaz de realizar diversas tarefas e ser autossuficiente. Seria importante trabalhar a comunicação entre a Sra. Laurentina e o seu marido. A dificuldade no domínio da língua portuguesa foi mais um problema levantado pela Sra. Hélia e a Sra. Laurentina (P8), ambas naturais da Ucrânia. Apesar de procurarem alternativas para conseguirem comunicar, surge a necessidade de um maior domínio da língua portuguesa, de modo a conseguirem estabelecer uma melhor comunicação e relação com os demais. Além de que o domínio da língua é importante para a integração social e profissional.

A situação de ilegalidade em que se encontra a Sra. Hélia pareceu-nos ser um outro problema (P9). Durante as conversas, tentou-se perceber se a Sra. Hélia está disposta a regularizar a sua situação, precisando de encontrar um emprego que lhe permitisse ter um contrato de trabalho, ter um número na segurança social e, assim, requerer o pedido de residência junto do SEF. Ora, este problema não depende exclusivamente da vontade da Sra. Hélia, pois tem na sua origem causas

mais macrossistêmicas. Neste sentido, surge a necessidade de procurar encontrar um emprego que possibilite regularizar a sua permanência no país, como é a sua vontade, dando-lhe a possibilidade de fazer um contrato de arrendamento. Ocupa uma casa na ilha alugada por um amigo que se encontra a viver numa outra cidade, e esta situação coloca-a num lugar de grande fragilidade, após a reabilitação da ilha. Será necessário apoiá-la neste processo, desenvolvendo uma intervenção psicossocial. Outro problema identificado relaciona-se com a atual situação do Sr. Fábio, enquanto cuidador informal desapoiado (P10). Para colmatar este problema seria importante ativar uma rede de vizinhança, que possa servir de retaguarda enquanto o Sr. Fábio está a trabalhar ou para ter um momento de lazer, e um apoio formal no cuidado com a mãe.

Serrano (2008) diz que, embora se tenha consciência de que se trata de um processo longo e custoso, é importante eleger os problemas que podem ser resolvidos. Dada a panóplia de problemas e de necessidades levantados, decidimos desenvolver o projeto em dois eixos: o eixo 1, desenhado para responder aos problemas comuns ligados ao processo de requalificação da ilha e os processos comunicacionais (P1, P2, P3, P4, P5), a ser desenvolvido em conjunto pelas duas mestradas do MEIS; e o outro eixo, desenhado para responder aos problemas particulares dos moradores (P9, P10). O eixo 2 inclui dois subprojectos: um, desenvolvido por mim, autora deste relatório, centrado nos problemas apresentados pela Sra. Hélia e o Sr. Fábio; o outro, desenvolvido pela mestranda Angélica Lemos, centrado nos problemas da Sra. Laurentina (P7 e P8).

4. DESENHO DO PROJETO

O desenho do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” foi co-contruído com os moradores e com a minha colega Angélica Lemos. Assim, a finalidade e os objetivos surgem definidos de igual modo neste relatório e no relatório de Lemos (2021).

4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

A construção de um projeto de EIS é de suprema pertinência para melhorar a qualidade de vida das pessoas e alcançar uma verdadeira transformação (Carvalho & Baptista 2004). As finalidades dos projetos “indicam a razão de ser de um projeto e a contribuição que ele pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar” (Guerra, 2002, p. 163). A finalidade deste projeto é, portanto, “transformar o processo de requalificação da ilha num processo participado pelos moradores, com vista ao seu bem-estar e melhoria na qualidade de vida, e alcançar o empoderamento das pessoas baseado em processos de relação de ajuda”. Se pensarmos na qualidade de vida, como uma percepção subjetiva, de si e do ambiente (Leal, 2008), percebe-se a necessidade do projeto partir daquilo que as pessoas pensam sobre o que é viver na ilha e a necessidade de transformar a realidade para colmatar os problemas identificados.

Segundo Serrano (2008), os objetivos gerais (OG) são delineados para colmatar as necessidades levantadas e, portanto, os mais vastos e aqueles orientam a ação com vista a conseguir a finalidade definida. Os objetivos específicos (OE) indicam o que se pretende alcançar com o projeto e permite uma avaliação mais congruente. Tendo em conta as naturezas distintas dos problemas identificados, o projeto foi desenvolvido a partir de dois eixos: eixo 1, problemas relacionados com o mau estado de conservação habitacional e o projeto de requalificação da ilha; eixo 2, problemas de carácter pessoal e social da vida dos moradores. Deste modo, para o eixo I foram definidos pelas mestrandas os seguintes OG e OE:

OG1: Transformar a proposta de requalificação da ilha numa intervenção benéfica para todas as partes envolvidas –OE1.1.: Readaptar a proposta de requalificação da ilha com vista a responder

às necessidades e interesses dos moradores e da senhoria; OE1.2.: Reajustar as estratégias de atuação para reconstruir o plano de intervenção.

OG2: Promover a consciencialização dos moradores acerca dos seus direitos e deveres e alcançar um maior envolvimento nas questões ligadas aos problemas da ilha e sua requalificação – OE2.1.: Conhecer o programa base, as políticas e os programas de requalificação e financiamento público; OE2.2.: Reconhecer a importância da participação de todos ao longo do processo de requalificação; OE2.3.: Envolver-se ativa e autonomamente no processo de tomada de decisão, partilhando as suas dúvidas, opiniões e interesses, acerca das alterações que gostariam que fossem feitas na requalificação.

Relativamente ao eixo 2 este incluiu dois subprojectos, cada um deles desenvolvido por uma das mestrandas do MEIS. Nos dois subprojectos, foi desenvolvida uma IPI com as respetivas pessoas nos seus meios naturais de vida. Neste relatório, apresenta-se apenas o subprojecto do eixo 2 desenvolvido com o Sr. Fábio e a Sra. Hélia, e para o qual foram definidos os seguintes objetivos:

OG3: Promover o acesso à informação, empoderamento e valorização das competências pessoais. OE 3.1.: reconhecer os seus interesses e competências pessoais; OE 3.2.: Realizar atividades de interesse pessoal; OE 3.3.: identificar as redes de apoio comunitárias existentes; OE 3.4.: aceder aos diferentes serviços de uma forma eficaz e ativa.

No sentido de alcançar os objetivos definidos, foram também delineadas algumas estratégias. Destacam-se as conversas intencionais; reuniões comunitárias; os momentos de partilhas, reflexão e debates; a promoção de uma comunicação entre todos; o estabelecimento de uma relação de confiança, os diálogos e reflexões, os encontros individuais e grupais, a conscientização dos direitos, deveres com vista a proporcionar uma participação crítica, ativa e consciente e as narrativas das histórias de vida. As estratégias serão utilizadas num clima relacional que privilegia a comunicação entre todos, o estabelecimento de uma relação de confiança, a conscientização dos direitos, deveres com vista a proporcionar uma participação

crítica, ativa e consciente. Ressaltar que, ao longo do projeto, pode ser necessário recorrer a outras estratégias, de modo a aprimorar o projeto.

No que concerne às ações, partiram-se dos diversos momentos de partilha e reflexão com os moradores, espelhando os seus interesses e necessidades. No que respeita ao eixo 1, a ação denominada “(Re)Unir para informar”, é direcionada a todos os moradores, à proprietária, ao arquiteto que está em articulação com as entidades competentes. Visa responder aos OG 1 e 2 e aos respetivos OE. Referente ao eixo 2, no subprojecto 2, foram desenvolvidas duas ações, ambas denominadas “Novos Horizontes”, uma desenvolvida com a Sra. Hélia (Família A) e a outra com o Sr. Fábio (Família B), procuram responder ao OG 3 e aos respetivos OE.

4.2. RECURSOS, POTENCIALIDADES, CONSTRANGIMENTOS

Importa analisar agora os recursos, potencialidades e constrangimentos possíveis ao desenvolvimento do projeto. Com relação aos recursos, consideramos o WAF um recurso que possibilitou a construção de um programa base que respeita os requisitos legais e responde aos problemas da habitação, e que, conseqüentemente, permitirá à senhoria candidatar-se ao programa 1º Direito. São, ainda, recursos importantes as entidades envolvidas neste processo de requalificação, nomeadamente CMP, IHRU, PH, FAUP, PV-SRU. Salientar que, ao longo do projeto, pode vir a ser necessário envolver outros atores sociais, nomeadamente os familiares de alguns moradores que serão um recurso a ativar durante o desenvolvimento das ações, bem como outros recursos disponíveis na comunidade, com o intuito de conseguir aproximar as pessoas dos serviços e recursos existentes.

No que se refere às potencialidades, pode mencionar-se o acesso facilitado a serviços diversos pela localização da ilha; o espírito de interajuda e a relação cordial entre os moradores; a disponibilidade, o interesse e a motivação por parte da proprietária da ilha, dos moradores, do arquiteto Aitor e dos demais participantes para a realização e participação neste projeto.

Enuncia-se enquanto constrangimentos a dificuldade em estabelecer um contacto mais próximo com as pessoas devido à pandemia por Covid-19, criando também alguma instabilidade das relações; a não existência de um espaço onde pudéssemos conversar abertamente e nos abrigar nos dias de chuva; a ansiedade e desconfiança em relação ao projeto de requalificação que se repercutiu, direta e indiretamente, na nossa relação. Outro aspeto importante, associado à falta de um espaço próprio para conversarmos, teve a ver com as conversas sobre assuntos mais privados ocorrerem no corredor da ilha e haver o receio de que os vizinhos estarem a ouvir, o que inibia os participantes de revelarem conteúdos mais pessoais. Mesmo assim, por diversas vezes os moradores partilharam aspetos pessoais e íntimos, correndo o risco de os vizinhos ouvirem, o que nos levou a refletir com eles a questão da confidencialidade e da ética.

4.3. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

A avaliação de entrada traduz-se num momento importante para refletir se o desenho do projeto se ajusta ao contexto, considerando os problemas, necessidades, potencialidades, recursos e constrangimentos identificados (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Em relação à finalidade deste projeto, acredita-se que vai ao encontro dos problemas e das necessidades identificadas. Se a qualidade de vida depende de uma perceção subjetiva, de si e do ambiente (Leal, 2008), percebe-se a necessidade do projeto partir daquilo que as pessoas pensam sobre o que é viver na ilha e a necessidade de transformar a realidade para colmatar os problemas identificados. Os objetivos definidos visam responder a estas mesmas necessidades.

Em relação ao eixo 1, foi desenhado com o intuito de abranger toda a comunidade com vista a apoiar e transformar o projeto de requalificação da ilha. Esta ação visa responder aos OG 1 e OG2. Assim, visa trabalhar com os participantes os aspetos referentes aos problemas da habitação e do processo de requalificação de modo a conseguir uma solução benéfica para todos. O eixo 2 visa responder aos OG3 e aos respetivos OE. Surgiu na sequência de, através da relação de proximidade estabelecida, se ter verificado a importância de apoiar estas pessoas, construir uma relação de confiança de modo a assegurar um sentimento de maior segurança, empoderamento,

proporcionando um apoio psicossocial que pudesse melhorar de alguma forma a vida das pessoas.

Entende-se que os recursos, bem como as potencialidades, supracitados possibilitam e parecem garantir o desenvolvimento do projeto, bem como a disponibilidade dos participantes e o grau de envolvimento destes. No que respeita às estratégias definidas, procura-se uma intervenção integrada, construída a partir da fala e da escuta de todos, de forma a responder aos problemas e necessidades identificadas. Acredita-se que, mais conscientes, empoderados, participantes, os moradores possam partilhar as suas opiniões e os aspetos que querem ver melhorados na ilha. Para mais, almeja-se através destas estratégias estabelecer uma relação de confiança e proximidade com as pessoas e com o contexto. Quanto aos constrangimentos referenciados, a utilização do anexo 10, permitido pela proprietária da ilha, em abril de 2021 será o espaço utilizado como um espaço de encontro com os moradores, com o devido distanciamento e o recurso a máscaras e ao álcool-gel, diminuindo alguns dos constrangimentos identificados. Pelas conversas estabelecidas com os moradores, entendemos que a vacinação será algo benéfico que reduzirá o medo do contágio do vírus. Importa refletir que, ao longo do projeto, poderão surgir outros constrangimentos, mas acredita-se que poderão vir a ser colmatadas recorrendo às potencialidades do contexto, em diálogo com os participantes e na procura de soluções plausíveis.

No que se refere à avaliação final do projeto, recorrer-se-á à observação participante, conversas intencionais e reuniões comunitárias no sentido que fazer uma análise com os participantes sobre o projeto, o processo e os resultados. Esta transformação deve proceder mediante uma reflexão congregante e prismada pelos atores sociais implicados no processo, devem buscar construir saberes práticos e profícuos para o quotidiano e devem refletir sobre eles (Lima, 2003). Deste modo, incidir-se-á na perceção das pessoas acerca da sua participação no projeto de requalificação da ilha, na qualidade do projeto, na qualidade e bem-estar das suas próprias vidas, bem como nos problemas identificados.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

5.1. EIXO 1: AÇÃO 1 – (RE)UNIR PARA INFORMAR

A ação 1 “(Re)Unir para informar”, integrada no eixo 1, foi coconstruída e desenvolvida com a mestranda A. Lemos (2021). Desenvolvida de fevereiro até agosto de 2021, foi direcionada essencialmente aos moradores. Foi sendo desenvolvida na ilha, durante as conversas intencionais com os moradores (na casa 10, no corredor, nas portas e no interior das casas), com o arquiteto Aitor Oro, com a mestranda de arquitetura, com a senhoria e o seu filho. Contou, igualmente, a partir de 2 de junho de 2021, com a participação da Equipa da Porto Vivo–SRU representada pela educadora social Isabel Vieira. Esta ação foi sendo desenvolvida de forma gradual e sistemática com todos os participantes, durante sete meses, sendo que para além do contacto presencial, recorremos ao contacto telefónico, plataformas digitais como *Facebook*, *email*, *zoom*, para estabelecer comunicação com todos. Esta ação visou responder, como referido, aos OG 1 e 2 e incluiu duas reuniões comunitárias. O nome desta ação partiu da necessidade de reunir e unir todos os moradores para que conhecessem o projeto de requalificação, convivessem, partilhassem opiniões e contributos de forma a transformar a requalificação num projeto que responda aos seus interesses.

Esta ação partiu de um problema que foi identificado em janeiro de 2021, quando os moradores tiveram a informação que a proprietária tinha interesse em requalificar a ilha. Até esta data, os moradores não tinham consciência de que a ilha ia ser intervencionada ou, pelo menos, não era uma hipótese que cogitaram que poderia acontecer tão cedo, uma vez que a proprietária não lhes tinha dado essa informação. Os moradores acabaram por descobrir em janeiro, quando houve um problema com a fossa séptica e foi necessário ligar à senhoria, uma das inquilinas ligou e foi-lhe comunicado pela senhoria que não faria mais nenhuma obra na ilha, pois a ilha iria ser intervencionada. Após aprofundarmos esta questão, em conversa com a Sra. Alice, a proprietária partilhou que pensou que seria mais fácil serem as mestrandas do MEIS a dar a notícia, pela pouca

relação que mantínhamos com a senhoria, e que, por isso, não pensou em falar aos moradores: “Devem ter uma visão diferente e devem aceitar de uma maneira diferente, principalmente no sentido de não os deixar preocupados” (Ap. H, pp. 142-144). No entanto, percebemos que os moradores esperavam que essa informação fosse transmitida formalmente pela senhoria. Após este incidente, os moradores começaram a questionar sobre o que foi dito pela proprietária e a cobrar o facto da mesma não ter transmitido desde o início qual era a sua intenção. Mostraram-se preocupados, ansiosos e inseguros perante a situação, visível, por exemplo, nos seguintes discursos: “eu não vou sair da ilha, já moro aqui há anos. Não me podem pôr daqui para fora” (Sra. Patrícia); “estas obras não vão para a frente. Não acredito. E daqui não saio” (Sr. Joaquim). Nas primeiras visitas à ilha, não tínhamos falado com os moradores sobre as obras por nos ter sido pedido que não o fizéssemos ainda, para não criar falsas expectativas relativamente a um processo que era, ainda, embrionário.

A relação de confiança que estava sendo estabelecida com os moradores, de certa forma, foi posta em causa, pois alguns deles afastaram-se e tornaram-se poucos recetivos para conversar connosco. No fundo, sentiram-se traídos, como se estivéssemos a esconder algo deles. Procurámos explicar o nosso papel, o nosso ponto de vista e tranquilizá-los, afirmando que não tínhamos, à data, nenhuma informação concreta. Durante duas semanas, procurámos diminuir as visitas presenciais, até porque o período de confinamento assim o exigia, e a insegurança das pessoas em relação ao covid-19 aumentava. Posteriormente, fomos conversando com cada um deles e, gradualmente, compreenderam que não estávamos na ilha para prejudicar ninguém, mas queríamos conhecer os seus pontos de vista. Enquanto mestrandas do MEIS, quando começámos a frequentar a ilha, partilhámos que estávamos a desenvolver um trabalho académico. Nessa altura, já sabíamos da possibilidade de intervenção na ilha, contudo, por termos poucas informações e por ter sido solicitado que não o fizéssemos, optámos por não partilhar esta informação com os moradores. Foi uma arte difícil entrar no terreno sem falar das obras, mas uma estratégia que utilizámos, inicialmente, passou por problematizar a questão das obras, dialogando com os moradores sobre o que é viver na ilha, como é viver com tanta proximidade física uns com os outros, fazer perguntas mais gerais, nomeadamente: “Viver aqui já ajudou? Já complicou? Se pudesse alterar alguma coisa o que seria? Se tivessem uma bola de cristal, que futuro imaginam,

se continuassem aqui? Se pudessem viajar no tempo e ir para o passado o que alterava? Pode contar-nos um episódio concreto sobre um acontecimento que colocou em causa a sua segurança?”

Conseguimos falar sobre o papel que a ilha e as casas têm na vida das pessoas ao invés de falar diretamente das obras, que não eram da nossa responsabilidade e, à data, desconhecíamos os prazos das candidaturas. Por conseguinte, para resolver este problema, procurámos de forma individual e em diversas visitas perceber quais eram as prioridades e interesses face à intervenção na ilha. A mediação deste processo implicou não só conhecer como as pessoas vivem, mas também como elas se relacionam, descobrir a sua (in)dependência e autonomia, descobrir os sentimentos de pertença, se têm como projeto ficar ou não na ilha e, enquanto falávamos destes assuntos, iniciava-se um processo de conscientização sobre todo o processo de requalificação, os seus direitos e deveres e a importância da participação de todos.

Para compreendermos melhor as preocupações dos moradores e conseguirmos auxiliá-los da melhor forma, fizemos uma análise à candidatura para a requalificação da ilha apresentada pelos arquitetos, como resultado do WAF, à senhoria (fevereiro de 2021). A descrição pormenorizada da ilha encontra-se num documento “Programa Base da Ilha X”, construído pelos alunos do MIARQ da FAUP onde apresentam a memória descritiva e Programa Base (Anexo E, pp. 206-210). Após analisarmos a candidatura (Ap. I, pp. 145-147), realizada a partir do programa base, inicialmente, ressaltou-nos algumas preocupações que vão ao encontro das questões apresentadas pelos moradores, como por exemplo, o valor da renda que os inquilinos terão de pagar após a requalificação da ilha. “Se vão fazer uma obras, eu fico com a mesma renda ou não?” (Sr. Joaquim). É de salientar que a reabilitação não será apenas nas casas, mas no espaço coletivo, o que significa que a casa que será atribuída a cada morador, após as obras, não será igual àquela onde moram, e isso transforma o espaço em que se vive e, até, altera o local de referência. Era necessário refletir também acerca destas preocupações que, apesar de serem de natureza urbanística e ambiental, não deixam de ter a uma natureza psicossocial, uma vez que todas as alterações trazem uma certa insegurança, ansiedade e incertezas relativamente ao futuro. Nesta altura, contactámos o arquiteto Aitor Oro para marcação de uma reunião (Ap. J, pp. 148-153) para

nos informarmos sobre algumas questões de carácter arquitetónico e legislativo e conseguirmos, num processo de mediação, informar e apoiar os moradores. Procurámos perceber se havia a possibilidade de alterar alguns aspetos do programa base, se os moradores entendessem que isso seria benéfico para todos.

Neste seguimento, e como forma de apoiar e compreender melhor os interesses da proprietária, decidimos marcar um encontro com a mesma, para nos conhecermos e realizar uma entrevista semi-estruturada, que foi realizada por telemóvel, uma vez que vive fora do Porto, em abril de 2021. O guião desta entrevista encontra-se em apêndice (Ap. H, pp. 142-144). Durante a entrevista, que fluiu como uma conversa, foi possível partilhar um pouco do caminho feito até aqui com os moradores, dar-nos a conhecer e conhecer um pouco sobre a história da ilha, o que motivou a senhoria para querer requalificá-la e que perspectiva tem para o futuro. Entendemos que a intenção da senhoria é a conservação do seu património, mas por escassez de recursos financeiros, visa candidatar-se ao programa 1.º Direito para a realização das obras. Conversámos sobre a importância deste projeto ter o envolvimento de todas as pessoas, partilhámos também as preocupações e as inquietações dos moradores que receiam serem despejados, que não consigam pagar a renda, caso venha a ser alterada, ou que sejam impostas casas, pós-requalificação, que não sirvam as suas necessidades, reforçando que estas questões têm implicações pessoais e sociais sérias. Salientámos que, no fundo, ambiciona-se que a ilha seja um espaço onde toda a gente viva bem. Assim, moradores e proprietária estão interessados na reabilitação da ilha, embora por razões diferentes, e torna-se importante trabalhar este sujeito coletivo, sendo essencial aclararmos este tema com todas as partes envolvidas e perceber as implicações que a reabilitação tem, sob o risco, se não for feito, de conflitualizar as relações entre todos e gerar desconfiança e cansaço.

Consequentemente, decidimos voltar a conversar acerca dos problemas das habitações, com os moradores. Ressaltar a importância de conhecer a visão de cada um, tal como é essencial ir ao encontro do que está por trás das motivações das pessoas, perceber onde estão as resistências, os medos, as fragilidades da casa e como se podem ultrapassar, individual e coletivamente, estas questões. Através das conversas intencionais percebemos que os problemas levantados no WAF

vão ao encontro daquilo que os moradores consideraram relevante. Nesta fase, a nossa grande preocupação era conseguir um equilíbrio entre todos, processo complicado que exige que todas as partes estejam envolvidas e não só os moradores, apesar de serem aqueles com quem temos um maior contacto. Era importante alcançar uma solução acessível e sustentável para todos. Desta forma, para que os moradores conhecessem o programa base e o processo de requalificação, considerámos benéfico convocar uma reunião comunitária com, pelo menos, um representante de cada família (decisão ponderada com os moradores de forma a reduzir o número de pessoas e o risco de contaminação ou propagação do Covid-19); a mestranda de arquitetura, a senhoria e o arquiteto Aitor Oro (para que conhecessem as necessidades dos moradores).

Segundo Freire (1979, p. 22), “o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la”. Acrescenta que as pessoas podem não estar habituadas a participar nas tomadas de decisões, que é necessário prepará-las, formar e ajudá-las para a participação ativa. Seja qual for a situação em que as pessoas vivem, elas encontram-se continuamente envolvidas num processo educacional (Freire, 1996). No caminho educativo e emancipatório de Freire (1979; 1996), antes de juntar as pessoas, procurámos devolver, de uma maneira criativa, os vários pontos de vista, para construir melhor a visão e a posição de cada um, e para estruturar os diversos contributos, de modo que as pessoas estivessem melhor preparadas para assumirem a sua voz na reunião, contudo, de forma anonimizada e organizada. Além de conversarmos com os moradores sobre os problemas habitacionais, procurámos tranquilizá-los, afirmando que ninguém seria despejado e que a reunião será um momento para conversarmos e entendermos as motivações que levaram a senhoria a candidatar-se para o projeto de requalificação. Para mais, procurámos refletir, com elas, sobre as suas vidas, as suas dúvidas e como elaborar as perguntas, empoderando-as para o exercício do direito de lutar por uma melhor qualidade de vida em termos habitacionais, junto da senhoria, junto dos arquitetos, junto dos decisores. Neste sentido, esta preparação para a reunião comunitária foi sendo feita de forma cuidadosa, uma vez que nunca se tinham juntado. Falámos do que iríamos tratar na reunião, deixando explícito que este encontro fora marcado porque consideramos que seria um momento importante para fortalecer a comunicação entre todos, contribuir para os moradores conhecerem

o projeto de requalificação da ilha, as implicações e consequências que este projeto tem nas suas vidas, durante e depois das obras de requalificação, e, sobretudo, para serem ouvidos.

Concisamente, analisámos com cada participante (moradores, senhoria, arquiteto Aitor e mestrandas) a data possível para realizar a reunião. Por envolver tantos elementos, houve alguma dificuldade em conseguir uma data comum a todos, por conseguinte, percebemos que o melhor dia da semana seria a um sábado. Para além disto, ouvimos os moradores no que concerne ao espaço onde a reunião pudesse ser realizada para cumprimento das regras de distanciamento. Algumas sugestões foram dadas (nomeadamente, uma associação de moradores, frequentada por dois moradores da ilha, parques, *etc.*), mas acarretavam deslocação e custos monetários, não agradando a todos. Uma moradora propôs pedir-se à senhoria a cedência do anexo 10, que estava devoluto. Desta forma, entrámos em contacto com a senhoria que se prontificou a ceder o espaço, que serviria também para outras reuniões e encontros com os moradores, com vista a uma maior proximidade com os inquilinos, durante a realização do projeto. No dia 18 de maio, fizemos a limpeza do espaço para a reunião (Ap. K, p.154) para que pudesse ser utilizado.

Cientes de que no trabalho em grupo é necessário “ouvir todas as posições que se possa (...) e adotar um estilo de facilitador(a)” (Silva et al., 2020, p.90), definimos os objetivos para a reunião, listámos os temas a tratar, para não perdermos as questões levantadas pelos moradores ao longo das visitas. Este momento permitiu-nos estarmos preparadas para mediar a reunião, e uma vez que já conhecíamos um pouco da perceção dos moradores, podíamos levantar algumas questões em nome deles, de forma anónima, diminuindo o medo da retaliação. A preparação da reunião permitia também que os temas fossem estratégica e taticamente “organizados de modo não só a reivindicar a satisfação dos seus interesses comuns como, de modo algum, a alterar as relações de poder em termos locais e nacionais face aos interesses de classes dominantes e elites políticas” (Silva, et al., 2020, p.41).

No dia 22 de maio de 2021, entre as 14:00H e as 17:30H decorreu a nossa primeira reunião comunitária (Ap. A, pp. 91-96), no anexo 10 da ilha X (espaço cedido pela senhoria para reunirmos com os moradores). Contámos com a presença de 19 pessoas na reunião, entre elas nove

moradores (um membro de casa agregado), as mestrandas de EIS, a mestranda de arquitetura, a proprietária da ilha e o seu filho, o arquiteto Aitor Oro e, por último, quatro familiares dos moradores mais. Durante a sessão, fizemos as apresentações e explicámos os objetivos (Ap. A, p. 90), sendo que um deles visa criar um diálogo entre todos com vista a transformar o projeto de requalificação da ilha num projeto benéfico para todas as partes envolvidas. Para tal, foi necessário apresentar o projeto e os seus impactos, durante e depois da requalificação, explicar como ficarão as oitos habitações, divididas em quatro módulos de dois pisos, independentes (duas casas de tipologia T1 com duas casas rés-do-chão e duas no 1.º andar e outras duas casas de tipologia T2 com duas casas rés-do-chão e duas no 1.º andar) e os espaços em comum. Houve, igualmente, espaço para a senhoria partilhar as suas motivações e interesse na reabilitação da ilha. Eu e a mestranda Angélica procurámos orientar a reunião para que todos, à vez, participassem e pudessem ouvir-se uns aos outros, partilhassem as suas dúvidas, opiniões e dessem os seus contributos. Os moradores mostraram uma certa insatisfação perante alguns aspetos, nomeadamente, o valor das rendas, (“se as casas vão melhorar calculo que o valor das rendas também irá ser superior ao que pagamos atualmente” (Sr. Fábio). o ter de sair das suas casas, dos módulos de casas serem de dois pisos, os espaços exteriores serem comuns, a duração das obras e o medo de não regressarem à ilha. Procurámos explicar cada um destes aspetos no sentido de tranquilizá-los, mas mantendo-os informados. A mestranda de arquitetura propôs a realização das obras de forma faseada, depois de consultar as outras intervenções realizadas pelo HP nas outras ilhas, para que pudessem acompanhar as obras e diminuir os constrangimentos apresentados.

Embora com algumas resistências e inquietações por parte dos moradores, mostraram-se interessados em conhecer e participar neste projeto que lhes diz tanto. Além de se mostrarem disponíveis, apresentaram diversas questões e contributos pertinentes para a alteração e melhoria do projeto de requalificação da ilha. Não tivemos oportunidade de responder e esclarecer todas as questões, pelo que ficou decidido que seriam respondidas logo que tivéssemos mais informações, em função das alterações da candidatura e das respostas por parte das entidades. As mestrandas ficaram de levantar as questões que ficaram pendentes e reencaminhar ao arquiteto responsável para que pudessem ser respondidas pelo IHRU. No final, os moradores

propuseram, para que entendessem como irá ficar as alterações propostas, a realização de uma maquete da ilha. Ressaltamos a importância de pensarem e tomarem as decisões em conjunto de forma a alcançar uma solução viável para todos.

Posto isto, torna-se importante fazer outros apontamentos no que respeita a esta reunião comunitária. Mion e Saito (2001, p. 132) afirmam que “conhecer a realidade, decidir coletivamente o que conhecer, implica conhecer coletivamente e coletivamente transformá-la através de instâncias organizadas da comunidade”. Num panorama alargado, a reunião esteve voltada para as transformações coletivas, sem descorar as necessidades individuais, e o compromisso em concretizar esta ação desenvolveu uma prática participativa. Salientar que os moradores afirmaram que compreenderam que o projeto de requalificação pretende melhorar todas as habitações, passando a cumprir com as áreas mínimas, nomeadamente a cozinha, casa de banho, quartos salas e lavandaria, evidenciando que os constrangimentos iniciais deixariam de existir (aspeto considerado bastante positivo por todos). Para Mion & Saito (2001), na IAP, a exploração do conhecimento serve um lugar relevante no processo, portanto, a aquisição de conhecimentos possibilita aos sujeitos envolvidos uma ação crítica, consciente, autónoma e confiante no contexto social. Outra característica crucial diz respeito à vivência do processo de uma ação conjunta e colaborativa na transformação e no conhecimento da realidade, experiência que os torna sujeitos ativos na sua própria história. Os autores ressaltam, de igual modo, que o processo de busca de um maior grau de envolvimento dos participantes está intimamente ligado à construção de cidadãos ativos, por meio do empoderamento, e constitui um meio para alcançá-lo. Apenas conhecer não é suficiente, é necessário participar, perder o medo, realizar tarefas e agir em conjunto de modo a alterar o que está errado. Logo, é esse conjunto – o conhecimento e a experiência conjunta – que permite construir a cidadania.

Na reunião, pretendíamos que os moradores se sentissem parte integrantes, participassem, contribuíssem e que se sentissem ouvidos. Desta forma, “se advoga que todos os membros de uma sociedade devem ter oportunidade de exercer o direito e a responsabilidade de participar nos assuntos da comunidade em que vivem, envolvendo-se ativamente na resolução dos seus próprios problemas” (Carvalho & Baptista 2004, p. 53). Foi dado espaço a todos de propor, refletir

e participar no processo e na ação e a partir desses contributos revisamos os nossos próximos passos. Mais do que mediar a reunião, este momento foi pautado por aprendizagens e consciencialização, onde foram trabalhadas competências pessoais, grupais, sociais. Sintetizando, quando vivemos este processo de conscientização passamos a questionar as nossas práticas, isto porque, somente os indivíduos que estão cientes da pertinência e da necessidade de serem protagonistas das suas propostas de trabalho, conseguem realizar ações transformadoras. Ao vivenciar este processo de autorreflexão, colocamo-nos como sujeitos da ação e consciencializamo-nos das nossas limitações e potencialidades (Mion & Saito, 2001).

Ao longo da reunião houve espaço para o esclarecimento de dúvidas, mas se é certo que o debate traz novos questionamentos e facilita a construção de propostas criativas (Silva et al., 2020). Nas semanas seguintes à reunião, fizemos um levantamento das demais dúvidas que ficaram por esclarecer ou que surgiram posteriormente, para que fossem respondidas pelo IHRU. Também questionámos o que acharam sobre a reunião, quais eram as suas expectativas e se ficou algum ponto por abordar. Pelas partilhas, entendemos que as pessoas se sentiram escutadas e que as alterações sugeridas ao programa base serão postas em práticas. Mostraram-se disponíveis e com vontade de verem as mudanças a acontecer. Compreenderam também que estávamos ali para ajudá-las, para facilitar a comunicação, auxiliar no movimento que elas quiserem, estimular a sua capacitação para que possam decidir sobre se querem ficar ou sair da ilha, conhecer as reais condições da candidatura, do financiamento e da reabilitação, ver vantagens e desvantagens nas suas decisões, para que possam decidir o que lhes parecer melhor. Além disso, entregámos a cada família uma cópia do programa base impressa. Como apoio, levámos impressos para os moradores algumas referências sobre o programa 1º Direito, HP, IHRU para que possam ler, analisar e esclarecer posteriormente as dúvidas.

Durante algumas visitas, fomos discutindo com os moradores as alterações sugeridas na reunião, nomeadamente nas áreas comuns. Para ter uma maior perceção da proposta do projeto os moradores pediram que a mestranda de arquitetura fizesse uma maquete, exemplificando como ficará a ilha após as obras. A maquete (sem a alteração dos pátios) foi construída e apresentámo-la a cada família, tendo começado dia 1 de junho de 2021 (Anexo F, p. 211). A maquete ficou no

anexo 10 para que cada morador possa revê-la. Vendo e analisando a maquete, os moradores compreenderam melhor a proposta, comentando, com visível alegria: “Está bonita, está muito bem” (Sr. Valentim); “Gostei, era bom que fosse para frente” (Sra. Inês); “Aí, que chique!” (Sra. Patrícia); “Uh, que bonito” (Sra. Laurentina); “Porreiro, está fixe” (Sra. Sofia). Mencionar que três moradores estavam poucos recetivos e incrédulos quanto à intervenção na ilha, “eu já não acredito no Pai Natal, faz tempo, menina”, no entanto participaram na reunião e começaram a aceitar a ideia de que a ilha poderá ser intervencionada, contudo pensam que deve ser algo longínquo, “eu ainda vou morrer e isto está assim” (Sr. Joaquim de 83 anos). Relativamente aos restantes moradores, apesar dos sentimentos de ansiedade e insegurança, estavam bastantes curiosos e disponíveis, pois queriam saber como ficará o espaço e se as mudanças que propuseram seriam acolhidas. O Sr. Fábio, por exemplo, afirmou num dos encontros que não tem grande interesse no espaço de convívio e que, devido à rotina de trabalho-casa, para alguns moradores também não tenha grande relevância. Mas acrescentou que o espaço comum devia ser algo discutido com todos e que devia ser feito algo que fosse para o benefício de todos. Atendendo a este contributo, é perceptível a abertura do morador para discutir novas alternativas e soluções viáveis que tenham em conta os recursos e interesses de todos. Em conversa com os moradores, compreendemos que é do interesse destes discutir pontos que ficaram pendentes na reunião, pelo que pediram que reuníssemos novamente, assumindo o compromisso com o espaço que habitam e que pretendem que fique bonito, com boas condições e que seja bem aproveitado. Recolhemos, então, propostas de data para realizar a segunda reunião comunitária.

Acrescentar que, embora a nossa relação com a maior parte dos inquilinos fosse de confiança, após a realização da reunião, ela fortaleceu-se, passando a convidar-nos com mais frequência para entrar nas suas casas, para lanchar, para conversar. Por esta altura, alguns moradores já se encontravam vacinados contra a Covid-19, estando mais tranquilos, permitindo uma relação mais próxima. Em alguns visitas, ofereceram-nos coisas (Ap. L, p. 155) e ajudaram em alguns momentos: emprestaram cadeiras para reunirmos no espaço cedido pela senhoria, em dias de chuva emprestaram guarda-chuvas, entre outros. Houve diversos momentos de trocas entre as mestrandas e os moradores, sendo que oferecemos também no Natal e na Páscoa postais e uma pequena lembrança (Ap. L, p. 156). Para as mestrandas, estes gestos não foram vistos como uma

forma de agradecimento, mas sim um gesto de carinho, interesse e interação. No dia 2 de junho de 2021, a educadora social Isabel Vieira foi até à ilha, onde fizemos uma pequena apresentação e um enquadramento geral sobre os moradores e o trabalho que temos vindo a desenvolver (Ap. M, pp. 157-159). De igual modo, a educadora partilhou como tem sido a sua experiência de trabalho numa outra ilha, comparando as características de cada uma das ilhas. No final, convidou-nos para apresentarmos o trabalho realizado na ilha X à equipa técnica (arquitetos e equipa social) do projeto de requalificação, o que veio a acontecer no dia 11 de junho de 2021, numa reunião via plataforma *zoom* (Ap. N, pp. 160-169). No final da apresentação, abrimos espaço para esclarecimentos de dúvidas, levantamento de algumas questões e conversar um pouco mais abertamente sobre o que foi apresentado. A equipa fez alguns apontamentos positivos, reconhecendo a boa articulação por parte das três mestrandas (do MEIS e de arquitetura) e do esforço para conseguir resultados positivos para todos. Esta reunião permitiu também articular com um dos parceiros do projeto e, em conjunto, refletirmos sobre as boas práticas nos processos de requalificação das ilhas.

A segunda reunião comunitária (Ap. B, pp. 97-104) decorreu no dia 10 de julho de 2021, entre as 14:30H e as 16:30H, no anexo 10. Contou com a presença das mestrandas de EIS, a mestrandas de MIARQ e cinco moradores (os restantes, devido a problemas pessoais, não puderam estar presentes). Iniciámos a reunião com a apresentação dos objetivos da mesma e dos tópicos a serem conversados. Assim, partimos dos tópicos discutidos na primeira reunião comunitária e que sofreram alterações no programa base, após os contributos dos moradores: os pátios individuais, as áreas comuns e, ainda, o modelo de faseamento das obras. A mestrandas de arquitetura apresentou sugestões, ilustrando com algumas fotos impressas (Anexo H, pp. 212-214), para os pátios individuais, e fomos ressaltando que, poderiam deixar sugestões e fazer outras propostas, mas as decisões deveriam ser tomadas em prol do interesse de todos e só após os moradores que não estavam presentes na reunião estarem informados e partilharem também a sua opinião.

Relativamente aos espaços em comum, na reunião, os contributos dos moradores centraram-se, sobretudo, em decisões que pudessem evitar futuros possíveis conflitos: optaram por escolher

pátios individuais, diminuir o máximo possível tudo que implica despesas coletivas (luzes, tanque, sensores de presença, entre outros). No que concerne aos faseamentos das obras (Anexo I, pp. 215-216), após a apresentação dos mesmos, tentámos perceber quem está disponível para se ausentar temporariamente da ilha durante as obras de requalificação, qual a proposta que consideram será mais adequada, que condições dispõem para as mudanças, que dúvidas e sugestões ou alternativas apresentam. Explicámos que os mesmos foram feitos considerando o contributo e as conversas com os moradores, ao longo das entrevistas, e priorizando as necessidades e interesses das pessoas com uma idade avançada ou com problemas de saúde (Ap. O, pp. 170-173). Para além disso, conversámos sobre as vantagens e desvantagens de permanecer na ilha durante as obras, entre elas, o barulho, pó, falta de espaço e de privacidade, etc. No entanto, reforçámos que a decisão de ficar ou não cabe a cada agregado familiar e que devem considerar todos os aspetos mencionados. Os moradores apresentaram-se apreensivos em relação ao realojamento e com receio de não voltarem para as suas casas ou que a duração das obras ultrapassasse os 18 meses, tempo definido pelo programa 1º Direito, e não terem, depois, o apoio estatal para as rendas. Procurámos tranquilizá-los para que tomassem uma decisão de cada vez, poderíamos procurar informação sobre este aspeto, conversar com o arquiteto Aitor Oro e com a educadora social que, à data, sabíamos poder dar continuidade a este processo, em nome da equipa que está à frente do projeto de requalificação. No final da reunião, combinámos que, nas próximas semanas, conversaríamos com todos os moradores no sentido de os ouvir e apoiar, esclarecer as suas dúvidas, receber os seus contributos e transmitir todas as informações ao arquiteto responsável que, posteriormente, transmite ao IHRU. Algumas questões ficaram em aberto e as decisões para mais tarde, pois nem todos estavam presentes.

Nas semanas seguintes à reunião, conversámos com os moradores que não puderam estar presentes e partilhámos como decorreu a reunião, explicámos, juntamente com a mestrandia de arquitetura, as propostas de alterações relativas ao pátio e apresentámos as duas propostas de faseamentos. Os moradores foram partilhando as suas opiniões, dúvidas, sugestões. Assim, após as apresentações e com novas informações, outras questões foram sendo levantadas entre os dias 4 a 24 de julho de 2021. Na medida do possível, algumas dúvidas foram sendo esclarecidas por nós, no entanto, entendemos que algumas das questões feitas pelos moradores, sobretudo

na primeira reunião comunitária, ainda não tinham sido respondidas. Sentimos que as ausências de algumas respostas por parte do IHRU causavam uma certa inquietação nos moradores, despertando sentimentos de insegurança e ansiedade. Tentávamos tranquilizá-los e comprometemo-nos a contatar os responsáveis para perceber quando irão responder às questões colocadas pelos moradores. Duas moradores mostravam-se claramente insatisfeitas com as propostas de faseamento, referindo, uma delas, “eu não aceito esta proposta de faseamento”. Analisámos em conjunto a proposta, as razões da sua apresentação e as dúvidas da moradora. Para a proposta, tinham sido consideradas as sugestões dos moradores, e a planificação do faseamento das obras foi concebida e desenhada de modo a garantir a segurança, estabilidade e um possível conforto dos residentes (Ap. O, pp. 170-173), sem obscurecer os problemas específicos de mobilidade, dependência, problemas de saúde, a vontade das pessoas em permanecer ou ficar temporariamente fora da ilha. Procurou-se minimizar os problemas do processo de (re)construção examinando as soluções possíveis em conjunto e a todo o momento, salientando o que cada possibilidade acarreta. Durante as conversas intencionais, fomos trabalhando a importância de assumirem coletivamente este compromisso de participação no processo, de análise dos desejos individuais, mas considerarem também o bem comum, e a necessidade de tomarem decisões coletivamente. Assim, propusemos que conversassem e decidissem qual das propostas de faseamento seria a mais adequado.

No dia 10 de agosto de 2021, fizemos uma reunião *online* (via *zoom*) com o arquiteto Aitor Oro, onde expusemos as preocupações dos moradores e a inquietação destes perante a falta de respostas por parte das entidades competentes. O arquiteto transmitiu que as perguntas (Ap. B, p. 104) feitas pelos moradores já estavam a ser esclarecidas e que, brevemente, a equipa externa da PV-SRU se descolaria até à ilha para informá-los e esclarecer as questões pendentes e fazer o pedido de documentos (comprovativos de rendimentos e declarações de elegibilidade, recolhidos no dia 7 de agosto de 2021. Ap. P, pp. 174-179) a cada agregado. A equipa apresentou-se formalmente, no dia 28 de agosto de 2021, através da educadora social Isabel Vieira (responsável pela coordenação da equipa social), acompanhada do arquiteto Aitor Oro e do Sr. Fabrício, filho da proprietária da ilha, que responderam oralmente às questões colocadas e depois deixaram um documento escrito, com as mesmas respostas, a cada família (Anexo J, pp. 217-219).

Esta equipa externa da PV-SRU daria continuidade ao trabalho de mediação realizado por nós até esta data. Para isso, foi necessário articular as ações já desenvolvidas com as futuras, facultámos algumas informações importantes para a candidatura ao 1º Direito e estabelecemos o contacto entre os moradores e a equipa que está a desenvolver o projeto nas ilhas (Ap. P, pp. 174-179), disponibilizámo-nos, ainda, para apoiar, sempre que possível, a equipa. Por último, importa mencionar que, ao longo deste período (julho a setembro), conversámos com os moradores acerca do término do projeto, enfatizando com cada família que as nossas visitas, gradualmente, deixariam de ser tão frequentes, porém continuaríamos disponíveis para conversar com todos eles e apoiá-los. Não obstante, simultaneamente, procurámos calcular como o projeto podia ter continuidade, mesmo sem a nossa presença assídua na ilha, isto é, como os próprios moradores podem continuar este projeto, valorizando a autonomia, o empoderamento e a conscientização desenvolvidos ao longo do projeto. Com uma maior consciência sobre as suas vidas, sobre a realidade e sobre o processo de requalificação podem, em conjunto, procurar respostas para os seus problemas, sabem a quem podem recorrer, que movimentos podem fazer e como podem lutar para que as suas vozes sejam ouvidas. Para mais, tendo uma melhor comunicação com a senhoria e com as entidades competentes, referimos a importância de procurarem respostas junto deles e, se necessário, convocarem uma reunião e conversarem sobre os problemas, para que estes sejam resolvidos da forma mais benéfica para todos.

5.2. EIXO 2: AÇÃO 2 – “NOVOS HORIZONTES”

A ação “Novos Horizontes”, um dos dois subprojectos do eixo 2, foi desenvolvida individualmente com duas pessoas, a Sra. Hélia (fevereiro a setembro de 2021) e o Sr. Fábio (abril a setembro de 2021) e visou responder aos OG 3 e respetivos OE. A ação traduziu-se num IPI, acompanhamento este que foi sendo feito de forma presencial, telefónico ou virtual, e de forma sistemática (tendo havido outros contactos durante as visitas à ilha), assente nos princípios da RA. Os encontros foram sendo agendados previamente, conforme a disponibilidade de cada pessoa e da mestranda. As sessões presenciais ocorreram maioritariamente dentro das casas dos próprios participantes e os assuntos abordados eram, na maioria das vezes, trazidos pelos próprios. O

critério utilizado pelas mestrandas para escolher as famílias com quem iriam desenvolver a IPI foi o nível de proximidade e de confiança estabelecidas durante os primeiros contactos que possibilitaram o estabelecimento de uma relação mais sólida, empática e que, naturalmente, se desenvolveu mais com uns moradores do que com outros. Importa referir ainda que, durante todos os processos de IPI, as mestrandas foram refletindo em conjunto e foi havendo uma articulação constante de modo a salvaguardar a consistência e a congruência da intervenção, movidas pela ideia central de que a intervenção deveria ter um impacto positivo na vida de cada sujeito, bem como na sua participação. De seguida, apresenta-se uma síntese dos dois processos de IPI, evocando os principais contributos e resultados (os registos das sessões constam do apêndice Q, pp. 180-188 e apêndice R, pp. 189-195).

A IPI com a Sra. Hélia teve início em fevereiro de 2021, mantendo-se até setembro, com encontros mais regulares até agosto. Desde o início das visitas à ilha (novembro 2020) a relação que estabeleci com a Sra. Hélia foi bastante cordial e empática, e foi-se fortalecendo ao longo dos encontros, tornando-se gradualmente, uma relação de confiança. Tal como Pais (2002) refere, é no e pelo quotidiano que a relação de ajuda vai sendo construída, e foi nestes encontros semanais/quinzenais/mensais, que tive a oportunidade de a conhecer melhor, conviver e apoiá-la nos seus problemas e desafios. A IPI com a Sra. Hélia desenvolveu-se num total de 15 sessões presenciais e centrou-se em diversas dimensões, onde procurámos solucionar a questão da falta de autorização de residência no país, estimular a participação, a tomada de decisões, a valorização pessoal, incentivar a realização atividades que gosta, apoiar no acesso aos serviços comunitários, melhorar a qualidade de vida e bem-estar, apoiar no acesso à vacinação contra a Covid-19, e, por fim, facilitar a aprendizagem da utilização das plataformas digitais e da língua portuguesa. Durante a ação, foi necessário reagendar algumas sessões devido ao horário laboral incerto da Sra. Hélia e por alguns compromissos inesperados, pois além de trabalhar no café, faz horas extras como empregada de limpeza em três casas. A Sra. Hélia é, inclusive, descrita pelos vizinhos como a “inquilina que está sempre a trabalhar e raramente está em casa”. Este aspeto não permitiu, em certas alturas, que as sessões decorressem de forma ainda mais sistemática, tendo recorrido aos contactos à distância de forma a manter a relação de ajuda.

A Sra. Hélia aprendeu a falar português, essencialmente, no seu local de trabalho, mas apesar de compreender muito bem, releva algumas dificuldades na produção verbal, sobretudo, na concordância entre sujeito e verbo. Assim, durante o processo de acompanhamento psicossocial, houve uma atenção especial na comunicação verbal, havendo um cuidado na oralidade, para se falar de forma clara e pausada, reformulando o discurso para adequar à compreensão da Sra. Hélia, explicando de uma forma simples alguns conceitos e tentando ampliar o vocabulário da participante, sempre de forma contextualizada.

Nas visitas anteriores ao desenho do projeto, a Sra. Hélia transmitiu o interesse essencialmente em conseguir estar legal em Portugal e ter acesso aos serviços de saúde. A partir das nossas conversas intencionais, pude perceber que vivia angustiada, sentindo-se insegura não só por estes motivos, mas também por querer ajudar o seu filho que está na Ucrânia e que cuida da sua casa. Neste sentido, procurei conversar com a mesma e propor uma IPI, desenvolvendo-se no seu meio natural de vida, esta concordou de imediato, mostrando-se bastante colaborativa, “fico feliz em contar consigo, espero poder ajudar também com o vosso trabalho”. Assim, a primeira sessão decorreu no dia 18 de fevereiro de 2021 e consistiu, sobretudo, em partilhar de forma mais aprofundada e cuidada à Sra. Hélia a intencionalidade da ação, definindo em conjunto o que pode melhorar na sua vida e os desafios adjacentes. As primeiras sessões centraram-se num maior conhecimento sobre a Sra. Hélia e na construção de uma relação de maior confiança, possibilitando um ambiente emocional favorável à construção de uma IPI, baseada no modelo da RA. Fui ouvindo e percebendo a sua história, os seus gostos, a sua rotina, os seus interesses, problemas e necessidades. Os temas e as conversas trazidas em pauta durante as sessões tinham origem, essencialmente, nos problemas e nos assuntos que a participante considerava pertinentes. Para mais, pude conhecer um pouco o seu percurso de vida antes de chegar a Portugal, por que decidiu sair do seu país de origem, como foi a sua adaptação, quais vêm sendo as suas maiores dificuldades e o que deseja para o futuro.

Nestas primeiras sessões, a Sra. Hélia relevou algumas dificuldades com a utilização das redes sociais. Propus ajudá-la, apoiando-a na utilização de algumas ferramentas para que conseguisse contactar de forma mais rápida familiares e amigos e aceder às informações de que necessita.

Explorámos algumas funcionalidades do *Messenger* e do *What's App*, como enviar um áudio, realizar pequenas pesquisas, trabalhar com o google e o google tradutor, no caso de precisar (sessão 4, Ap. Q, pp. 181-182). Durante as sessões, por diversas vezes conversámos sobre a sua rotina, a sua cultura, os seus gostos e interesses (sessão 5, Ap. Q, p. 182). Explorámos a possibilidade da mesma realizar atividades de lazer regularmente, de forma a descontrair e aproveitar o pouco tempo livre que tem, fazendo coisas de que gosta (sessão 6, Ap. Q, pp. 182-183). A Sra. Hélia adora cuidar de si: “quando posso, faço minhas unhas, arranho o cabelo, pinto a cara”. Para mais, adora cozinhar, ir às compras, passear e estar com as suas amigas, apesar de ter pouco tempo. Também gosta de estar em casa sozinha para descansar, ver televisão, ouvir música e a conversar com a sua família (sessão 5, Ap. Q, p. 182). Durante as conversas, percebeu-se que apesar de viver distante da família, conta com o apoio de algumas amigas vindas do mesmo país de origem.

A pandemia (Covid-19) afetou significativamente a vida e a rotina da Sra. Hélia, tendo ficado um período em casa quando foi declarado, em Portugal, confinamento obrigatório no final do mês de janeiro de 2021. Durante este período (janeiro-março) ficou sem trabalhar, o que significou estar e viver com menos recursos e numa situação precária. Para mais, acresce a preocupação com o seu filho que está na Ucrânia, visto que uma parte do seu rendimento está destinado a ele. A situação alarmante que a Sra. Hélia vivia no momento trouxe uma grande preocupação pelo facto de estar numa situação vulnerável, desfavorecida, pois, para além da ilegalidade, vive numa situação de fragilidade laboral e dificuldades em ter acesso a diversos serviços (sessões 3 e 4, Ap. Q, pp. 180-182). Em diversos encontros, fomos conversando sobre a possibilidade de ter que procurar um novo emprego que lhe permita ter acesso à segurança social e requerer o título de residência (sessão 7, Ap. Q, pp. 183-184). Explorámos as implicações e as consequências subjacentes a estas mudanças. Ter um contrato de trabalho para tratar do visto de residência⁶ significa ter de procurar outro emprego, encontrar um trabalho a tempo integral, com descontos

⁶ Conforme informações no portal do SEF, para um imigrante conseguir um visto de residência precisa de entregar comprovativos da “concessão de autorização de residência” e “dos meios de subsistência” (<https://imigrante.sef.pt/prorrogar-permanencia/vr/>)

para a Segurança Social, mas com direito a receber subsídios de Natal, de refeição, de férias. No final da sessão, desafiei a Sra. Hélia a imaginar como se vê daqui a cinco anos, nomeadamente, a nível da habitação, do trabalho, realizações pessoais. Espontaneamente, afirmou: “espero ter os documentos, trabalhar, estar com o meu filho, ou pelo menos conseguir vê-lo durante este tempo, ter uma casa arrendada em meu nome e tempo para fazer coisas de que gosto”; acrescentou, ainda, “espero, daqui a cinco anos, poder contar as novidades à menina, até gosto de si (risos)”. De seguida, fizemos uma reflexão sobre o que tinha partilhado, fazendo dois principais apontamentos: primeiro, pontuámos que, acima de tudo, os problemas que enfrenta neste momento têm uma solução, e estarei disponível para ajudá-la; segundo, que todo este processo é bastante delicado, que implica tempo e dedicação (sobretudo nesta fase pandémica quando diversos serviços têm sofrido atrasos). Outro aspeto trabalhado com a Sra. Hélia diz respeito à requalificação da ilha. Durante os encontros na ilha e ao longo das sessões da IPI, fomos conversando sobre as informações que tínhamos acerca deste assunto. Foi-lhe apresentado o projeto na íntegra e os seus contributos foram considerados. Procurámos que a sua participação fosse ativa e que se sentisse parte integrante em todo o processo, salvaguardando a sua situação (sessões 8 a 11, Ap. Q, pp. 184-186).

No que concerne ao problema central da Sra. Hélia (a questão da sua situação ilegal no país), procurei perceber o que já tinha feito para alterar esta situação, tendo dito que já foi, pelo menos, duas vezes ao SEF e que não conseguiu resolver o problema, pois necessita de um contrato a tempo inteiro (sessão 12, Ap. Q, p. 186). Procurámos encontrar formas de resolver esta questão. No dia 23 de agosto, a Sra. Hélia apresentou os documentos que tinha: contrato de trabalho, documentos das finanças (Autoridade Tributária e aduaneira) e um documento de identificação do sistema de segurança social (sessão 13, Ap. Q, p. 187). Consultámos em conjunto o portal das finanças, na sua área privada. Durante a sessão, analisámos os documentos e o que poderia ser feito. No mesmo dia, afirmou que o patrão estava a pressioná-la para que fosse vacinada, senão não poderia continuar a trabalhar, a não ser que apresentasse um teste negativo à Covid-19 todos os dias. Decidimos que, juntas, íamos procurar informações sobre como poderia ser vacinada mesmo não tendo um número de utente dos serviços de saúde em Portugal. No dia 8 de setembro (sessão 14, Ap. Q, p. 187), explorámos a importância da vacinação e os benefícios que pode trazer

para a Sra. Hélia e fizemos [a inscrição para a vacina COVID-19 para imigrantes em situação irregular](#), vindo a receber uma mensagem via telemóvel ou *email* nos 15 dias seguintes com a marcação. Durante o mês de setembro, pela análise dos documentos cedidos pela própria, percebemos que tem um contrato de trabalho com uma carga horária de 21 horas semanais em que recebe, na proporcionalidade, um valor muito abaixo do ordenado mínimo nacional, que tem um número de contribuinte e um número da segurança social, com data de produção de efeitos em 2019, válido até 2024. Importa salientar que enquanto decorriam as sessões, procuramos encontrar respostas por parte das entidades competentes de forma a agilizar todo o processo. Aconselhei a Sra. Hélia a conversar com os seus amigos mais próximos e perceber como conseguiram o título de residência (inclusive, poderia conversar com o casal seu vizinho, na ilha). A Sra. Hélia manifestou o seu interesse em continuar a trabalhar no mesmo local, afirmava que está habituada, já conhece os clientes e é bem tratada. É compreensível a decisão da Sra. Hélia em permanecer no seu local de trabalho, onde já trabalha há mais de seis anos. Mediante a manifestação do seu desejo e após explorar as redes disponíveis, surgiu a ideia de conversar novamente com o patrão (já tinha tentado outras vezes) para tentar novamente um contrato a tempo inteiro. Apesar de algumas resistências, conseguiu que o patrão fizesse um novo contrato a tempo inteiro, contudo este só poderá ser feito em dezembro do presente ano (sessão 15, Ap. Q, pp. 187-188). Enquanto aguarda, procuramos fazer a marcação para o atendimento no SEF para que possa ser atendida o quanto antes.

A IPI permitiu auxiliar a Sra. Hélia nas questões do dia-a-dia, na procura de respostas e de soluções para muitos dos seus problemas e integrá-la, do mesmo modo, em tudo o que diz respeito à requalificação, enquanto participante e uma das protagonistas da ilha. Estes contactos revelaram-se, ainda, importantes enquanto apoio emocional, tendo sido reconhecido pela Sra. Hélia que este apoio foi importante, pois teve alguém disponível para a ouvir e a ajudar nos momentos em que se sentia sozinha e insegura. Freire (1996, p.113) ressalta que “é escutando que

⁷Covid-19: Imigrantes em situação irregular já podem inscrever-se para vacinação:
<https://jornaleagora.pt/covid-19-imigrantes-em-situacao-irregular-ja-podem-inscrever-se-para-vacinacao/#:~:text=Portanto%2C%20os%20imigrantes%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20irregular%2C%20especialmente%20os,de%20vacina%C3%A7%C3%A3o%20covid-19%2C%20atrav%C3%A9s%20do%20endere%C3%A7o%20eletr%C3%B3nico%20%28aqui%29>

aprendemos a falar” com as pessoas, numa “escuta paciente e crítica”, e assim o diálogo acontece, em reciprocidade. Pude perceber que a atitude da Sra. Hélia, perante os seus problemas, mudou, pois estava motivada e disposta a resolvê-los e a procurar incessantemente por respostas. À data da redação deste relatório, a Sra. Hélia ainda aguarda o agendamento da reunião no SEF.

A IPI desenvolvida com o Sr. Fábio iniciou-se no mês de abril, mantendo-se até setembro de 2021. Os encontros com o Sr. Fábio ocorreram pontualmente e conforme a sua disponibilidade (um pouco reduzida). Os primeiros contactos com o Sr. Fábio ocorreram aquando da realização da entrevista, onde partilhou alguns aspetos da sua vida que prenderam a minha atenção, despertando uma certa preocupação. Apesar do Sr. Fábio ser uma pessoa reservada, como o próprio se descreve, com o passar do tempo foi possível conhecer um pouco mais da sua vida, instalando-se entre nós um clima de confiança. Segundo Timóteo (2010), uma relação coconstruída dá-se num ambiente socio-afetivo, cujo objetivo passa por apoiar a(s) pessoa(s) num momento de maior vulnerabilidade e necessidade, numa jornada partilhada para descobrir formas de alcançar a mudança, de trabalhar os recursos internos e externos, da vida em sociedade, com vista ao bem-estar. A IPI desenvolveu-se num total de 10 sessões presenciais, para além dos contactos telefónicos. Os temas e conversas foram trazidos, maioritariamente, pelo próprio. Este apoio centrou-se, sobretudo, em apoiar o Sr. Fábio enquanto cuidador informal da mãe, na procura de serviços que possam facilitar o seu dia-a-dia, no acesso a informações sobre a requalificação da ilha e ampliar as suas redes de apoio comunitários. Centrou-se, igualmente, no estímulo à participação, à realização de tarefas de seu interesse pessoal, na procura de uma melhor qualidade de vida, tanto para si como para a sua mãe. As primeiras sessões foram focadas na construção de uma relação mais sólida e de confiança com o Sr. Fábio e no hetroconhecimento de forma a estabelecer uma relação que propiciasse a IPI. Durante estas sessões (sessão 1 e 2, Ap. R, pp. 189-190), foi possível conversarmos sobre o que seria este acompanhamento psicossocial, sobre a história, a rotina, os gostos e dificuldades do Sr. Fábio, entre outros.

Para que eu ficasse a par dos problemas de sua mãe, partilhou quando e como descobriu a doença da sua mãe, explanou diversas informações sobre o estado de saúde da Sra. Ângela.

Gradualmente, foi possível construir um espaço favorável para o estabelecimento de uma RA. É importante explicar às pessoas os processos que existem em torno do trabalho com elas (sessão 1, Ap. R, p. 189), dar-lhes as informações necessárias, sensibilizá-las, para que possam clarificar a sua posição e tenham oportunidade de expressar as suas ideias e motivações perante a senhoria e as entidades envolvidas. Em primeiro lugar, foi necessário proporcionar acesso à informação, para que o Sr. Fábio participasse no processo de tomada de decisões que afeta direta ou indiretamente a sua vida, mas de forma esclarecida e consciente. Senti que era necessário este apoio para com o Sr. Fábio, pois, muitas vezes, a sobrecarga nos cuidados com a mãe condicionava o acesso às informações. O apoio ao Sr. Fábio consistiu, sobretudo, em facilitar o acesso a informações diversas, sobretudo no que concerne aos apoios que pode ter enquanto cuidador informal de uma mãe que se encontra dependente. Ao longo do tempo procurei compreender a rotina da sua família e conhecer a retaguarda familiar deste morador e, juntos, procurar os serviços disponíveis numa tentativa de auxiliar e incentivá-lo a realizar atividades que promovam a sua qualidade de vida e bem-estar. As nossas sessões foram pautadas por partilhas acerca dos seus interesses, da sua rotina, das suas maiores dificuldades (sessão 4 e 5, Ap. R, pp. 191-192), onde procurámos que ocupasse o seu pouco tempo disponível com atividades de seu interesse e que o ajudassem de alguma forma, a sentir-se bem.

Em maio, surgiu um convite da Associação de Cuidadores (sem o nome da associação de modo a manter o anonimato) para o Sr. Fábio participar numa formação para cuidadores informais, que recusou por falta de tempo (sessão 5, Ap. R, p. 192). Trabalhámos juntos no sentido de conseguir organizar o seu tempo, pedir mais ajuda aos familiares e abrir-se a novos desafios. Em agosto voltaram a fazer o convite para a formação (sessão 9, Ap. R, pp. 194-195) e, desta vez, aceitou o desafio, comprometendo-se a ir e tirar o melhor proveito, com a possibilidade de aprender algo novo que o ajude no cuidado com a sua mãe e na forma como lida com os problemas. Como Freire (1989) afirma, ocupar o tempo livre (com atividades que estimulem a comunicação e o pensamento, como a leitura, por exemplo, de que o Sr. Fábio tanto gosta) pode não significar um ato de liberdade ou de escolha consciente, visto que, por vezes, as pessoas não sabem fazê-lo ou fazem-no, mas retiram o sentido ou a satisfação do que foi feito. É fundamental que o lazer corresponda aos desejos, interesses e aspirações das pessoas. É importante ressaltar que o uso

do tempo livre é visto na perspetiva de oferecer oportunidades que possibilitem o questionamento e a exploração de si, dos outros e do mundo. É um período de experimentação, de desenvolvimento pessoal e interpessoal (Freire, 1989). A autonomia e a liberdade devem ser pilares basilares na preferência da ocupação do tempo livre. O lazer é fundamental para a qualidade de vida, para o bem-estar pessoal e social, pode melhorar a autoestima, o autoconceito, o desenvolvimento das relações sociais e a pertença a grupos (Freire, 2001). No que se refere à EIS, nomeadamente à IPI desenvolvida com o Sr. Fábio, ao longo dos encontros procurei perceber o valor que este senhor dava ao espaço para realizar atividades de que gosta, mas também estimulei a possibilidade de alargar os seus horizontes, compreender novas perspetivas, vivenciar novas experiências, atendendo sempre às condicionantes da sua vida e às suas atuais preocupações.

Durante todas as sessões, o Sr. Fábio procurava sempre esclarecer as suas dúvidas em relação ao projeto de requalificação, pois, por não ter muita disponibilidade para conversar e trocar impressões com os outros moradores, necessitava deste apoio no sentido de estar a par dos contributos de todos (sessões 6 e 8, Ap. R, pp. 192-194). Outro tema sempre trazido para os encontros dizia respeito à sua situação enquanto [cuidador informal](#)⁸ (sessões 7 e 10, Ap. R, pp. 193-194 e p.195), procurava incessantemente respostas ou formas de resolver os seus problemas, mostrando-se bastante motivado em cuidar da sua mãe. Com o passar do tempo, passou a realizar algumas tarefas de seu interesse como ler, passear, procurava ajustar o seu horário conforme o estado de saúde da sua mãe e, caso não se sentisse bem psicologicamente, saía meia hora mais cedo para caminhar um pouco, beber um café. Deste modo, durante o acompanhamento individualizado, pude observar que o Sr. Fábio além de demonstrar bastante interesse em participar no projeto de requalificação, busca constantemente formas de apoiar a sua mãe e, ao mesmo tempo, de cuidar do seu bem-estar físico e psicológico (auto-cuidado), para poder sentir uma maior tranquilidade e cuidar bem da mãe.

⁸ Diário da República, 1.ª série. Aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio: <https://files.dre.pt/1s/2019/09/17100/0000300016.pdf>

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO

A avaliação final deste projeto resultou dos contributos de todos os participantes (moradores, senhoria e o seu filho, arquiteto Aitor Oro, educadora social Isabel Vieira (equipa do projeto de requalificação das ilhas) e as três mestrandas, de EIS e MIARQ), sendo que foram tidos em conta os discursos e as práticas. O desenvolvimento do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” ocorreu num momento particularmente desafiante em termos sociais e económicos, desencadeados no âmbito da pandemia, que trouxe novos desafios ao desenvolvimento do projeto. As medidas impostas pela pandemia limitaram a realização de ações de maior proximidade física, tornando-se, por vezes, um constrangimento ao estabelecimento das relações com os moradores. Por outras palavras, o projeto foi marcado por alguma instabilidade e resistência, não só pelas restrições provocadas pela pandemia, mas porque, inicialmente, os moradores estavam incrédulos relativamente à possibilidade de haver uma requalificação no espaço. Mais tarde, as frequentes mudanças trouxeram algumas inquietações e ansiedade, o que influenciou o desenvolvimento do projeto, pois enquanto uns procuravam respostas para as suas inquietações, outros retraíram-se, fazendo com que as mestrandas dialogassem no sentido de perceber que inquietações eram essas, acalmá-los e apoiá-los nesta transformação. Ressaltar, no entanto, que o que se ganhou em conhecimento, participação, envolvimento e comprometimento das pessoas foi muito positivo e decisivo para o avanço desse processo. As relações estabelecidas permitiram-nos compreender as estratégias de confronto ou de articulação que surgem marcadas pelos interesses económicos, sociais, ou até emocionais (Silva et al., 2020). É importante mencionar que este projeto evidencia a capacidade crítica e emancipatória destes moradores, que apenas necessitaram de um espaço que favorecesse a expressão das suas capacidades, tendo sido reconhecido as suas competências. Desta forma, é fundamental que existam condições para o exercício pleno da cidadania e para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

A crescente confiança que os moradores depositaram em nós (mestrandas) para expor diversos aspetos das suas vidas deve-se, talvez, ao facto de termos procurado construir uma relação

transparente, deixando claro que estaríamos dispostas a defender os seus interesses, a apoiá-los na procura de soluções para os seus problemas e a escutá-los. Para além disso, conversávamos previamente com eles sobre todos os passos, de forma a se fazerem ouvir e a sentirem-se partes integrantes. Incentivámo-los também a procurar respostas para os seus problemas, sobretudo perante as entidades envolvidas na requalificação da ilha. Este processo autorreflexivo e transformador, não foi uma tarefa fácil, pois foi necessário elaborar um projeto tendo em vista o compromisso assumido com a mudança e com os participantes, envolvê-los em todas as fases do projeto e criar espaço para que houvesse participação. Nem sempre a disponibilidade e a vontade de participação surgem, pois, as pessoas têm características, disponibilidade e problemas diferentes que influenciam a sua participação, aspeto que foi trabalhado nos dois eixos do projeto. Entendemos que um indivíduo comprometido é aquele que está presente e que não desiste de participar (Mion & Saito, 2001).

Mediante os contributos dos moradores, destacamos o facto de terem mencionado que se sentiram apoiados, estimulados a refletirem conjuntamente e a participarem ativamente. Os moradores reforçaram que, pelo facto de conhecerem melhor o processo de requalificação da ilha, a participação ficou facilitada, permitindo partilhar as suas dúvidas, o que contribuiu que se tornassem sujeitos mais conscientes dos seus direitos e deveres, conhecessem e fizessem parte de um projeto que diz respeito a todos e que mexe com as suas vidas e o local onde habitam. É sabido que a participação ao longo do projeto foi sendo incentivada, para mais, procurámos compreender todos os passos que estavam a ser dados, a favor de quem, refletindo sobre as nossas práticas, que relação queríamos estabelecer, como estávamos a articular a teoria com a prática e se os objetivos estavam a ser alcançados. Acredita-se que um ponto positivo deste projeto tem a ver precisamente com a consciência de cidadania veiculada durante as ações desenvolvidas, uma cidadania ativa e menos conformista, de que nos falam Mion e Saito (2001, p. 35), quando referem “um sujeito que tem consciência da cidadania e sentimentos éticos presentes busca na sua ação concreta, individual, e no fazer coletivo, construir o poder democrático através de relações também democráticas”. Em suma, ao assumir que os moradores são cidadãos, atores e protagonistas deste processo de construção de projeto arquitetónico (requalificação da ilha) que, articulado com um desenvolvimento de carácter psicossocial, obteve-

se este efeito catalisador na forma como a voz dos moradores foi valorizada em defesa dos seus direitos.

Num panorama alargado, atendendo aos objetivos definidos para o eixo 1, pode afirmar-se que a ação serviu para responder aos problemas identificados, uma vez que os moradores se sentiram valorizados a nível pessoal e social, visível pelos discursos positivos que fomos escutando e conseguiram transformar o projeto inicial (programa base) de requalificação da ilha. Assim, o envolvimento de todos possibilitou a troca de conhecimentos e competências e, com um forte empenho e compromisso, foi possível a concretização do projeto de requalificação da ilha, cuja candidatura foi submetida em outubro de 2021. Desta forma, este projeto evidencia a potencialidade dos projetos sociais na promoção do bem-estar das pessoas em situação de vulnerabilidade social com o intuito de minimizar os constrangimentos nefastos que a realidade que vivem impõe (Cardoso & Moreira, 2017). Desta forma, o projeto, a partir do eixo 1, conseguiu criar condições para que a senhoria, com segurança, avançasse com a candidatura e os moradores aceitassem, apesar de algumas resistências, a requalificação da ilha revertendo o processo a favor da melhoria das casas, consoante as necessidades e interesses dos inquilinos. Ressaltar que este processo passou por diversas alterações (um morador ficou ilegível, foi necessário mudar as tipologias, um morador saiu da ilha antes mesmo do projeto terminar, a intervenção para o espaço comum foi reajustada) e estes moradores foram capazes de se unirem e desenvolverem uma prática coletiva e individual, para transformarem os lugares e as suas vidas, numa ação verdadeiramente participada e, por isso, transformadora.

A experiência na ilha fez-nos pensar na potencialidade da conscientização e da mediação como ferramentas de intervenção, que, através da escuta e do diálogo reflexivos, acarretam uma responsabilidade ética que importa registar. Referencia-se um impacto positivo do projeto na dinâmica relacional dos moradores, pois os diversos encontros e reuniões impulsionaram um maior contacto entre todos. A comunidade fortaleceu-se de uma forma tão natural, que conseguiram encontrar alternativas para certos problemas inicialmente identificados, nomeadamente, o pouco convívio e contacto com os vizinhos, a pouca comunicação com a senhoria, as rotinas que não deixavam tempos livres para se refletir sobre as questões da ilha e

do coletivo, por exemplo, passando a existir uma maior comunicação, partilhas nos corredores da ilha e um maior espírito de interajuda. Ao longo do projeto, os moradores partilharam as suas visões acerca do nosso trabalho, evidenciando a importância deste projeto nas suas vidas: “Vocês trouxeram vida a esta ilha, agora todos os dias temos uma novidade (risos) (Sra. Hélia)”; “A vossa colaboração foi muito importante para todos, sem vocês estaríamos bem perdidos”(Sr. Fábio); “Se não fosse a vossa ajuda, nem sei” (Sra. Sofia); “Vá, as meninas são dedicadas, apoiaram-nos bastante e nós moradores sabemos da importância do vosso trabalho”(Sra. Inês); “Este momento é importante para todos nós, sozinhos seria bem mais difícil” (Sra. Laurentina); “Vocês passam a vida aqui, vamos pedir à senhoria para vos alugar a casa 10 (risos) (...), agradeço mesmo o vosso contributo e preocupação para que as coisas estejam de acordo com as nossas necessidades” (Sra. Patrícia). Os profissionais do projeto de requalificação das ilhas (arquitetos e técnicos das ciências sociais) reconhecem a importância do nosso trabalho enquanto catalisador para uma maior conscientização, autonomização, empoderamento e mediação que facilitou a realização do projeto de requalificação proposta para a ilha X. Foi notório que as práticas de intervenção das mestrandas foram sofrendo alterações, nomeadamente, na forma de atuar e de se relacionar com os moradores, levando a uma transformação pessoal e profissional. Do ponto de vista dos profissionais, este projeto enquanto primeira experiência multidisciplinar, foi uma mais-valia, pois, a partir dela é possível retirar contributos úteis para a escolha dos caminhos a seguir nas próximas intervenções nas ilhas e aperfeiçoá-los.

Quando falamos de realidade e transformação, vale pontuar a reflexão que nos leva a pensar em que medida este projeto pode ser importante também para futuros projetos de arquitetura. É importante envolver a comunidade com os diversos profissionais, desde o início da conceção do projeto, para que este seja desenhado de acordo com as necessidades dos diversos agentes e atores sociais, mas sobretudo, para que sirva aqueles que irão beneficiar do projeto, e para que seja adequado às especificidades de cada realidade.

Deixo aqui uma reflexão e pistas para o futuro: apesar das ilhas terem diversos problemas de habitabilidade parecidos, cada ilha também tem os seus problemas específicos, a sua história, as suas necessidades. Ressaltar uma maior reflexão sobre as intervenções e a necessidade do

projeto servir cada realidade, não apenas do ponto de vista físico, mas humano, pois cada contexto tem as suas particularidades e nesta ilha não foi diferente. Através dos contributos e da força de vontade dos moradores em participar sem medo, e da vontade da proprietária e dos profissionais em escutar, foi possível alterar um projeto de requalificação desenhado pelos “sabedores” por não conter, por exemplo, um espaço comum e, simultaneamente, quintais e anexos individuais. No trabalho de reabilitação, não se trata apenas de mudar do ponto de vista físico o espaço que é habitado, mas esta é uma mudança que se imiscui na vida de determinado grupo, que altera o olhar subjetivo sobre o lugar e, em consonância, o modo como se vive nesse lugar, do ponto de vista sensorial, das relações e das representações. No futuro, surge como um desafio operacionalizar e melhorar este aspeto no terreno, colocando-o realmente em prática de uma forma articulada e em prol dos participantes. Por outro lado, esta experiência leva-nos a pensar na importância das equipas pluridisciplinares nestes programas de reabilitação/requalificação das ilhas do Porto. Elas são fundamentais, pois deve considerar-se que reabilitar a casa, o espaço onde se vive pode ser um ponto de partida para reabilitar outras dimensões (nas áreas da saúde, social, emocional, etc), importa, ainda, atender ao nível de literacia e compreensão de cada um, e desenvolver o sentido de vida na comunidade, que se vem perdendo na sociedade atual. Considerar, igualmente, que um problema pode originar outro, e que uma solução pode levar à resolução de um ou de diversos problemas (por exemplo, os problemas habitacionais que a longo prazo afetam a saúde dos moradores). Com esta reflexão procuro explicar alguns contributos de acordo com o desenvolvimento deste projeto, com base nas reuniões com os diversos profissionais que partilharam as suas experiências e conhecimentos. Assim, sem a pretensão de levantar o “calcanhar de Aquiles” destes programas, ressalto a importância do trabalho social, atendendo que as coisas podem ser feitas de outra forma, considerando as pessoas como protagonistas das suas vidas e sem descorar que cada contexto é único e que exige medidas e intervenções distintas.

Relativamente ao eixo 2, a IPI desenvolvida com os dois participantes revelaram-se importantes e serviram algumas das suas necessidades. Ambos passaram a ter discursos mais positivos, passaram a acreditar na mudança e a procurar ativamente respostas para as suas questões do quotidiano. Inicialmente, a iniciativa do contacto partia sempre de mim, por exemplo. Com o

passar do tempo, a Sra. Hélia e o Sr. Fábio passaram a contactar-me por sua iniciativa, espontaneamente, para esclarecer as suas dúvidas, conversar, contar os seus problemas, saber quando eu ia visitar a ilha, etc. Para a Sra. Hélia foram momentos de aprendizagem, de mudança e busca por novos caminhos, onde se sentiu valorizada, apoiada e escutada. Reconheceu, ainda que timidamente, a sua evolução enquanto pessoa, passando a estar mais disposta a encontrar soluções para resolver e lidar melhor com os problemas do dia-a-dia. Paralelamente, procurou auxílio nas suas redes de apoio próximas. Para o Sr. Fábio, esta relação traduziu-se na possibilidade de olhar para si, refletir sobre os seus problemas e procurar solucioná-los; a ação foi, fundamentalmente, pautada pelas partilhas, pelo apoio crucial para o entendimento do projeto de requalificação e consistiu num processo incentivador para que faça/descubra novos interesses e busque soluções para os seus problemas, sobretudo, em relação ao cuidado e ao estado de saúde da mãe. No que concerne aos objetivos definidos para a IPI do eixo 2, caminhamos em direção a eles, e foram atingidos parcialmente, uma vez que o acesso à informação e a valorização pessoal é um processo contínuo, mas quer a Sra. Hélia, quer o Sr. Fábio estão mais capazes de o fazer e reconhecem-se mais empoderados para acederem aos serviços de forma eficaz, lutando pelos seus direitos ativamente. Salientar que ambos os participantes se mostraram cada vez mais confiantes e otimistas perante a possibilidade de resolução das suas dificuldades e necessidades, o que gerou um sentimento de maior segurança, valorização e empoderamento, reconhecendo as suas potencialidades, o seu valor e a competência para novas aprendizagens.

Em suma, decerto que o projeto não permitiu a supressão total dos problemas e necessidades encontrados, todavia possibilitou o desenvolvimento do grupo e a valorização dos recursos e das potencialidades existentes no contexto, das suas características, das suas histórias com vista a defender os seus interesses e enfrentar melhor os seus problemas a diversos níveis. Concluiu-se que neste desafio é importante idealizar com as pessoas a mudança e o futuro que desejam. Este trabalho no domínio da intervenção psicossocial com as famílias e com as pessoas da ilha X irá contribuir para o conforto e o bem-estar, quando a ilha estiver reabilitada, e teve um impacto forte na realidade onde as pessoas estão inseridas, abrindo espaço para que as pessoas possam desenvolver-se, transformar-se e valorizar-se, num movimento de (re) significação de si mesmo e dos outros, no mesmo sentido que lhe confere (Veiga, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” procurou-se, sobretudo, apoiar os moradores para uma participação efetiva no processo de requalificação da ilha, ancorado na realidade e partindo dos problemas e necessidades dos moradores. Visou, ainda, o apoio psicossocial das famílias que se debatiam com alguns problemas mais emergentes, para a conquista de uma melhor qualidade de vida. Considerando o sentido crítico e a transformação social, este projeto procurou essencialmente aprofundar a reflexão sobre as respostas a problemas e oportunidades específicas, sobre a democratização do acesso a habitações condignas e acessíveis, investigar e explorar o contributo disciplinar da arquitetura e da educação social na construção dos direitos à cidade e do bem-estar social, por meio de um processo de integração holística, participativa e de proximidade com os atores sociais.

Por sua vez, estando bem integradas na realidade, foi-nos possível descobrir os verdadeiros problemas deste contexto e ir além da compreensão comum dos mesmos, através de um desenvolvimento de um projeto de cunho pessoal, social, habitacional, co-construída diariamente com os participantes. Desde o início, foi reivindicada a necessidade de um trabalho participativo e colaborativo, este trabalho não seria possível se todos os participantes não tomassem o projeto como seu. Deste modo, o envolvimento das estudantes de MEIS e de MIARQ, a participação e os contributos dos moradores, o compromisso por parte dos agentes políticos em garantir uma casa condigna e acessível, e da senhoria em manter os atuais moradores e conservar o seu património, foram elementos basilares para o desenvolvimento deste projeto de carácter arquitetónico e, simultaneamente, social. No que respeita o processo de requalificação da ilha X, o projeto preconizou-se centrado num trabalho de maior proximidade com todos os atores sociais, essencialmente os moradores. Realço a importância deste projeto ter possibilitado que os moradores se tornassem mais próximos, mais conscientes de todo o processo de requalificação. Além da valorização, da consciencialização e do empoderamento dos sujeitos, o projeto contribuiu para alterar a dinâmica da ilha e resignificar o sentido de viver numa ilha, em comunidade e num contexto cheio de desafios. A IAP, enquanto metodologia privilegiada, assegurou a concretização

de um projeto co-construído, que se concretizou com a participação, colaboração, voz e compromisso de todos, tornando-os protagonistas na concepção e desenvolvimento deste projeto. Lima (2003) afirma que as decisões tomadas, a forma como o investigador se relaciona com os atores sociais, o posicionamento metodológico terá influência nas decisões e na relação entre os intervenientes, bem como na sua participação e envolvimento no processo e tomada de decisões. Estas questões são significativas para a existência da transformação social, visto que contribui para a “responsabilização e o empenhamento na sua concretização” (Lima, 2003, p. 319). Estas questões foram salvaguardadas neste projeto.

Enquanto mestrande de EIS, esta experiência permitiu-me aprofundar saberes, adquirir novos conhecimentos, mobilizando-os ao longo do projeto e adaptando-os à realidade social. Foi de extrema importância para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade profissional. A minha presença amiudada neste contexto foi entendida como geradora de uma relação de confiança, diálogos, trocas de experiências, histórias e culturas, traduziu-se num caminho repleto de aprendizados, emoções, vivências, desafios, partilhas, lições e oportunidades. Conheci o espaço, tive o privilégio de conhecer as casas dos inquilinos, observar as suas rotinas, conversar acerca dos seus problemas, ouvir histórias de superação e de lutas e, de algum modo, transformar as suas vidas e crescer com tudo o que me proporcionaram. Foi um trajeto percorrido com diversas instabilidades e, substancialmente, desafios que me obrigaram a procurar estratégias para preservar a relação de confiança estabelecida com cada morador e com os restantes participantes e, acima de tudo, honrar o compromisso ético feito desde o primeiro dia. Foi um longo caminho, que demandou de muita flexibilidade para que, passo a passo, os participantes pudessem refletir as suas práticas com vista a uma evolução e transformação sucessiva da realidade. Enquanto participante deste projeto, tinha como utopia desenvolver um trabalho enquanto profissional “transformador e transformativo que transforma o outro e se transforma” (Coimbra de Matos, 2004, p. 30).

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2008). *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ander-Egg, E. (1990). *Repensando la investigación acción-participativa: comentarios, críticas y sugerencias*. México: Editorial El Ateneo.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (Org.) (2010). *Imigração ucraniana em Portugal: a emergência de uma ou várias comunidades?* Lisboa: Alto-Comissariado para a imigração e diálogo intercultural (ACIDI I.P.).
- Banks, S., & Nohr, K. (2008). *Ética prática para as profissões do trabalho social*. Porto: Porto Editora.
- Baptista, I. (2012). Ética e educação social interpelações de contemporaneidade. *Pedagogía Social*, (19), 37-49.
- Cardoso, R., & Moreira, D. (2017). Da educação à intervenção social: a construção do conhecimento na transformação da realidade. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, Vol(N.º), 102-106.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, S., Barbosa, J., Topa, J., Abrantes, E., Sérgio, A., Cunha, C., Proença, C., Martelo, S., & Neto, A. P. (2014). *Linhas orientadoras para a mediação social e comunitária no âmbito da reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e de dependência*. Lisboa, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica* (8ªEd.). Madrid: Editorial Popular.

- Coimbra de Matos, A. (2004). *Saúde Mental*. Lisboa: Climepsi.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologias de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2ª reimpressão). Coimbra: Almedina.
- De Matos, F., & Rodrigues, R. (2009). As Ilhas do Porto: lugares de resistência. *Revista Eletronica de Geografia*, 1(1), 33-57. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/download/43383/22684>.
- Decreto-Lei n.º 37/2018. Diário da República, 1.ª série, n.º 106, de 4 de junho de 2018, 2348-2364. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/37-2018-115440317>.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualificativas. *Educar em Revista*, (24), 213-225.
- Ferro, L. (2018). Ilhas do Bonfim: a vida urbana no Porto, para além das fachadas. *Plataforma Barómetro Social*, série II. Disponível em <http://www.barometro.com.pt/category/cultura-e-artes/>.
- Figueiredo, D. (2007). *Cuidados familiares ao idoso dependente*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1983). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia* (25.ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, T. (1989). Lazer e desenvolvimento humano. *Jornal de Psicologia*, vol (N.º)27-31.
- Freire, T. (2001). Ócio e tempo livre. Perspetivar o lazer para o desenvolvimento. *Revista galego-portuguesa de psicologia e educacion*, 7, 345-349.

- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção* (2ª ed.). Cascais: Príncípa Editora.
- Guimarães, J., Fernandes, M., R., Godinho, R., Gonçalves, S. P. & da Rocha, V., A., (2021). *Recrutamento, seleção e inclusão de migrantes: Guia prático para profissionais de gestão de recursos humanos*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/354533089_Recrutamento_selecao_e_inclusao_de_migrantes_Guia_pratico_para_profissionais_de_gestao_de_recursos_humanos.
- Igea, D. D. R., Beltrán, A. L. Agustín, J. A., & Martín, A. S. (1995). *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Dykinson.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2019). *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*. Disponível em: <http://www.ihru.pt/web/guest/quem-somos>.
- Leal, C. (2008). *Reavaliar o conceito de qualidade de vida*. Açores: Universidade dos Açores.
- Lemos, A. (2021). *(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar: A relação de ajuda como base para o empoderamento de um grupo de moradores de uma ilha do Porto* (Relatório de Projeto não publicado). Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantando do chão... com os pés assentes na terra*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Maximo-Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da Investigação-Acção*. Porto: Porto Editora.
- Mendes, J. (2006). A relação de ajuda: um instrumento no processo de cuidados de enfermagem. *Revista Informar, Ano XII*(36), 71-77.
- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projetos*. Porto: Edições ASA.

- Oro, A., Vieira, P., Travasso, N., & Almeida, M. (2019). Nem perpetuar nem erradicar: uma proposta de transição para as ilhas do Porto. *Revista de Morfologia Urbana*, 7(1), e00065. Disponível em <https://doi.org/10.47235/rmu.v7i1.65>.
- Pais, M. (2002). *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Payne, M. (2002). *Teoria do trabalho social moderno*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Pereira, G. M. (1996). Casa e família: as Ilhas no Porto em finais do século XIX. *População e sociedade*, (2), 159-183.
- Pinto, L., Barros, R., Vilches, L., Sousa, G., Jorge, S., & Oro, A., V. (2021). Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez. *Pobreza na imprensa*. Acedido em 28 de agosto de 2021, em <https://eapnimprensa.blogspot.com/2021/04/solucoes-para-habitacao-chamem-os.html>.
- Portal Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa (2021). *AIIA, Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa*. Disponível em <http://aiia.porto.pt/>.
- Portal da Habitação. (2019). *1º Direito*. Disponível em <https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/como-se-candidatar>.
- Portal Programa Habitar (2021). *Programa Habitar*. Disponível em <https://www.programahabitar.org/quem-somos>.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa* (7ª edição). Lisboa: Moraes Editores.
- Santos, B. S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

- Seixas, P. C. (1997). Identidades de uma cidade: As ilhas e o Porto. In V. O. Jorge, & R. Iturra (Coords). *Recuperar o espanto: O olhar da antropologia* (pp. 103–115). Porto: Edições Afrontamento. Disponível em <http://www.mat.uc.pt/~alma/gefac/XISemanaCultural/identidadesdeumacidade.pdf>.
- Sequeira, C. (2010). *Cuidar de idosos com dependência física e mental*. Lisboa: Lidel.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais – Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva, L. (2001). *Intervenção psico-social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, M. C., Rodrigues, F. M., Lopes, J. T., Fontes, A. C., & Mora, T. (Orgs.) (2020). *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática, guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Teixeira, M. C. (1996). *Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Timóteo, I. (2010). *Educação Social e relação de ajuda. Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Veiga, S. (2009). *Palcos de conhecimento, espaços de transformação. Contributos da metodologia sociodramática para a formação dos educadores sociais* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REUNIÃO COMUNITÁRIA I

Guião com os objetivos e tópicos a abordar na reunião comunitária I.⁹

Reunião Comunitária I – Objetivos:

1. Apresentar o projeto de requalificação da ilha aos moradores;
2. Analisarmos, em conjunto, o projeto de requalificação da ilha
3. Perceber as consequências e as implicações durante e depois da requalificação das casas para os moradores (e para a senhoria)
4. Criar um espaço para senhoria, inquilinos e técnicos falarem sobre as questões ligadas à reabilitação, em partilha com os demais;
5. Perceber qual a visão dos moradores, senhoria e técnicos sobre os problemas e potencialidades da reabilitação;
6. Desenvolver uma comunicação entre todos, baseada no consenso e na partilha dos seus interesses

Tópicos a abordar:

1. Apresentações
2. Introdução – o que será abordado na reunião
3. Senhoria esclarecer: objetivo da senhoria com as obras,
4. Falar e explicar as etapas da candidatura, financiamento e prazos
5. Apresentar o projeto proposto e como será as soluções e as obras (Áreas comuns/exteriores)

⁹ Apêndice construído em coautoria com a mestranda Angélica Lemos (Lemos, 2021).

6. Senhoria: a questão dos arrendamentos pós-reabilitação, os novos contratos/ressarcimento /indenização, realojamento, trazer a questão dos contratos de longa duração – como fica?
7. Abrir espaço para debates, sugestões/dúvidas
8. Perguntar o que acharam do nosso papel aqui? O que acham que pode ser ou é mais interessante trabalhar connosco?

A reunião Comunitária I

“A reunião comunitária decorreu no dia 22 de maio de 2021, entre as 14:00H e as 17:30H, no local previsto. Nesta reunião estiveram presentes nove moradores, ou seja, estiveram presentes pelo menos um elemento por cada habitação, as mestrandas de EIS, a mestrandas de arquitetura, o arquiteto Aitor Oro, a proprietária da ilha, Sra. Alice, e o seu filho, Sr. Fabrício. Além disso, e uma vez que na ilha temos moradores com uma idade avançada, estiveram também presentes nesta sessão os filhos dos mesmos, neste caso, quatro pessoas externas à ilha, perfazendo assim, um total de 19 pessoas presentes. Pretendia-se com este momento dialogar com todos os moradores da ilha acerca do projeto de requalificação, sendo-lhes dada a possibilidade de conhecerem a respetiva proposta base e, também, estarem informados em relação às implicações durante e depois da requalificação, quer para os próprios moradores quer para a proprietária da ilha. Também, durante a sessão, foi possível conhecer as perspetivas, interesses e preocupações dos moradores e da proprietária face a esta requalificação. Tal como mencionado anteriormente, esta primeira reunião realizou-se no anexo da casa 10, que nos foi cedida pela proprietária da ilha para nos ser possível reunir com os moradores ou, até mesmo, fazermos reuniões entre as três mestrandas. A opção pelo local foi determinada pelos moradores que sentiram ser uma vantagem estarem no seu contexto, uma vez que a requalificação em análise seria na ilha, pela proximidade das suas casas e, também, devido à dificuldade de determinados moradores, mais velhos, se deslocarem para o exterior da ilha.

No início da sessão, foram feitas as devidas apresentações e foi explicado por ambas as mestrandas do MEIS a forma como esta reunião iria ser conduzida (Ap. A, pp. 90–96). Colocamos

os moradores à vontade para questionarem as suas dúvidas, abrindo assim o debate depois de estes ouvirem a proprietária da ilha, a própria colega de arquitetura que explicou o programa base e o arquiteto responsável que esclareceu algumas questões mais técnicas sobre as quais não tínhamos o devido conhecimento. Posto isto, as questões abordadas nesta sessão foram: Qual o objetivo das obras? Como fica a questão dos arrendamentos, nomeadamente, após a reabilitação? Serão feitos novos contratos? O que acontece aos contratos de longa duração? Há possibilidade de realojamento e/ou de receber uma indemnização no caso de não querer permanecer na ilha? O que acontece aos moradores durante o período das obras? Foram ainda fornecidas informações sobre as etapas da candidatura, financiamento e prazos; o projeto proposto e respetivas soluções e obras; as áreas comuns exteriores às habitações. Questionou-se, ainda, sobre o papel das duas mestrandas do MEIS durante este período e o que achariam que poderia ser trabalhado em conjunto. Após as explicações iniciais, a palavra foi cedida à proprietária da ilha (Sra. Alice) que iniciou o seu discurso dizendo “a minha ideia era... gostava de entrar aqui e ver uma coisa bonita, não é estas casas. (Seriam) Casas em que eu efetivamente gostaria de viver, ou gosto de viver, pronto”. Prosseguiu dizendo: “mas eu não tenho dinheiro para isto, por isso vi este projeto e pedi a ajuda à Câmara para tal, e consegui. Isto já não é de agora, há muito que eu queria fazer isto”. Depois de explicado o motivo desta intervenção por parte da proprietária, os moradores rapidamente começaram a questionar, querendo saber mais e agradecendo o facto de a Sra. Alice ter em consideração os seus inquilinos. A Sra. Patrícia comentou: “bem, eu acho que estamos todos agradecidos com a ideia que a Sra. Alice teve, ao fim de tantos anos (...) ter pensado em nós inquilinos, para nos dar condições melhores, desde que nos beneficie também em outros aspetos que é uma coisa que vamos agora ver”. A sessão prosseguiu, com a afirmação da Sra. Alice de que ninguém iria sair prejudicado com a reabilitação da ilha, mas sim beneficiados, ao ficarem com melhores condições habitacionais.

Fomos, eu e a colega Angélica Lemos, orientando a reunião para que todos os moradores pudessem colocar as suas questões, na sua vez. Assim, algumas das questões colocadas foram as seguintes: “agora vamos gostar de saber se vamos continuar com a Sra. Alice como senhoria, ou se será o 1º Direito que vai tomar conta do assunto, se vamos pertencer à Domus Social, se vamos pertencer a Câmara?” (Sra. Patrícia); “o que acontece com as rendas? Vão subir?” (Sr.

Fábio); “eu pessoalmente não me importo de pagar mais um bocadinho, porque vou ter melhores condições, mas não pode ser um valor elevado que eu não consiga suportar” (Sra. Patrícia); “e há outra coisa a saber, como funciona tudo na hora das mudanças? Eu tenho 63 anos e vim para qui na barriga da minha mãe, não quero ter de sair daqui” (Sra. Inês). Após tantas questões colocadas, os moradores foram tranquilizados quanto ao valor de rendas, que irão ser definidas de acordo com o bom senso entre a proprietária e os inquilinos, mas também, que a diferença entre as rendas atuais e o valor da prestação mensal que for depois definido, se necessário, poderão ser cobertos pelo programa IHRU. Neste caso, os moradores não terão de se preocupar com esta questão, uma vez que, numa fase mais tardia do processo, técnicos da CMP irão à ilha, para fazer um levantamento das condições financeiras de cada agregado familiar para perceberem quanto é que cada um pode disponibilizar para a renda da habitação. No que concerne às mudanças, uma das questões mais levantadas pelos moradores em conversas intencionais anteriores à reunião, foi explicado que há possibilidade de os moradores permanecerem na ilha durante as obras, mas, também, de serem realojados em outras habitações externas à ilha, com a garantia de que voltariam às suas casas. Pois, o que mais temem, é que após as obras não possam regressar. Deste modo, enquanto mediadoras de todo este processo, garantimos aos moradores que as obras não serão feitas sem terem em mãos documentos escritos e assinados pelas entidades competentes que garantam o seu regresso. Além disso, e apesar de a candidatura ter sido apresentada no mês de fevereiro nada estava ainda garantido.

Entre algumas conversas paralelas, onde se ouvia por parte de alguns moradores a insatisfação em sair do seu ambiente e a vontade de permanecer, a sessão prosseguiu com a explicação do projeto no que diz respeito aos módulos e aos espaços exteriores e comuns da ilha. A colega de arquitetura mostrou uma cópia do projeto aos moradores e passou a explicar como este foi elaborado. Após a reabilitação, a ilha contará com oito habitações apenas, com dois pisos (duas casas), existindo assim quatro módulos, duas tipologias T1 e duas T2. As primeiras casas a serem demolidas são as que se encontram no final da ilha, ou seja, as que estão devolutas e, assim, a obra começará do fim para o início da ilha. A proposta gerou nos moradores alguma inquietação, mesmo antes desta sessão acontecer, uma vez que, alguns boatos sobre isto foram surgindo mesmo antes da apresentação desta proposta. Os moradores, em conversas anteriores à reunião,

já nos tinham confidenciado o seu desagrado quando ficaram a saber que não estariam numa habitação isolada, mas que ocupariam um dos dois pisos das casas, com entradas independentes. Não estavam habituados a ter um vizinho em cima ou em baixo deles. Assim, na reunião questionaram esta decisão: “só uma pergunta: o porquê do primeiro andar? Não há espaço?” (Sra. Patrícia); “Eu não gosto dessa ideia, vamos ouvir muito barulho. A vizinha vai andar com o salto alto dela e vai se ouvir tudo” (Sr. Valentim). Após alguma agitação, no que concerne a esta questão, calmamente explicamos aos moradores que em termos arquitetónicos esta foi a opção mais viável, tendo em conta a necessidade de ampliar os espaços interiores das habitações, no cumprimento da legislação em vigor, e ser possível a estratégia de poupar em circulações e evitar compartimentações. As mestrandas referiram, ainda, que as habitações terão isolamento, e embora se possa ouvir algum ruído, os moradores poderão ter a possibilidade de escolher entre eles o piso que querem habitar e, se assim o pretenderem, com a nossa ajuda, o vizinho com o qual querem ficar nos módulos (designação usada pelos colegas arquitetos), de acordo com as suas afinidades. Haverá escadas para o acesso ao módulo superior, mas serão poucos os degraus. Após alguma discussão entre os moradores e a possibilidade de em conjunto, e connosco, refletirem, todos chegaram ao consenso de que podiam aceitar a proposta tal como ela foi elaborada e mostraram bastante interesse na possibilidade de escolher o vizinho que ficará no seu módulo habitacional. No entanto, no que diz respeito ao plano para os espaços exteriores, teriam de ser feitas algumas alterações, pois alguns dos moradores não concordavam com o facto de deixarem de ter a sua horta e quintal privados, como explicaram: “nós aqui não estamos de acordo, com quintais coletivos” (Sra. Patrícia); “estamos bem com o nosso quintal e fazemos o que quisermos nele” (Sr. Valentim); “já viram o que é eu chegar ao quintal e algum vizinho já ter estendido os lençóis na linha, quantos ele quiser, e depois não haver espaço nem para mim nem para os outros? É por estas coisas que o quintal coletivo não vai funcionar” (Sra. Sofia). Após análise da situação entre todos, chegámos à conclusão de que as alterações podiam ser feitas e houve disponibilidade da parte da colega de arquitetura para fazer alterações no projeto no que diz respeito aos quintais coletivos, tal e qual o desejo dos moradores, que já imaginavam a existência de alguns conflitos entre vizinhos caso se mantivessem os quintais coletivos.

A reunião prosseguiu e a ansiedade sobre o que implica esta obra foi aumentando, os moradores questionaram-nos acerca do modo como a obra vai ser conduzida e como ficam os inquilinos durante a sua realização. Foi explicado que a obra terá uma duração de 18 meses e que os moradores têm duas opções: uma delas, é permanecer na ilha durante a obra; a segunda opção é serem realojados fora da ilha nesses 18 meses. Esta questão levantou um certo alvoroço nos moradores que diziam: “é obrigatório realojar?” (Sra. Patrícia); “eu não quero ser realojada, não tenho idade nem saúde para andar com a mobília às costas” (Sra. Inês): “pronto, mas em relação ao realojamento, é na zona? É perto? Porque durante esse determinado tempo uma pessoa vai ter de mudar o projeto de vida também, não é?” (Sra. Patrícia). Considerando as dúvidas dos moradores foi explicado que podiam ficar na ilha durante as obras, no entanto, ao permanecerem na ilha, as obras iriam com toda a certeza ser mais morosas do que se estes se ausentassem. Alertamos também para o facto de existirem alguns constrangimentos, tal como o pó, o barulho, o incômodo causado pelas máquinas e respetivos trabalhadores. Explicou-se também o apoio à renda a que estes têm direito por parte do IHRU, para o alojamento temporário, prevenindo os moradores de que se a obra demorar mais do que o tempo estipulado, o programa não prestará apoio durante esse período que ultrapasse o prazo estipulado no contrato. Sabendo que a ilha é o lar destas pessoas, o ambiente no qual gostam de estar, era importante despertar a consciência dos moradores da ilha para todos os constrangimentos que uma obra desta envergadura traria. Em alternativa, propusemos um plano de faseamento para as obras, que posteriormente iria ser refletido pela equipa de arquitetos e analisado com os moradores, para diminuir os constrangimentos elencados, para todos aqueles que ficassem na ilha durante o período das obras.

Durante a reunião, nem todas as questões ficaram respondidas. No final, comprometemo-nos com os moradores em procurar informação que permitisse encontrar as respostas ainda em falta e em acompanhar as propostas de alteração, uma vez que, à data, a candidatura ao programa base ainda não fora aprovada e, nós, enquanto mestrandas, a própria colega de arquitetura e o arquiteto responsável, não tínhamos conhecimento que nos permitisse responder a algumas das questões. Os moradores propuseram também que lhes fosse apresentada uma maquete da ilha, após as obras, para que vissem as alterações que vão ser feitas. No que diz respeito ao faseamento,

esclarecemos os moradores de que íamos, conjuntamente, pensar em alternativas para que ninguém ficasse prejudicado e, quando a proposta de faseamento estivesse concluída, tal como a maquete, lhes mostraríamos. Para terminar, reforçámos a ideia de que algumas decisões teriam de ser tomadas em conjunto, no coletivo, e que dificilmente é possível responder à vontade de cada um, mas é necessário tentar chegar a um consenso, a uma solução que seja viável para todos. Ficou estipulado com os moradores a marcação de uma próxima reunião, com o objetivo de dar resposta às perguntas que não foram respondidas devido às limitações existentes, e para analisar e discutir a proposta de faseamento que a colega de arquitetura iria preparar. Como conclusão desta reunião, realçamos o compromisso, o empenho e a participação da grande maioria dos moradores. Destacamos em particular a participação de uma das moradoras que, desde o início, se mostrou interessada em saber mais, recorrendo constantemente à nossa ajuda para estar informada e pesquisar de forma autónoma acerca dos assuntos tratados. De sublinhar, para nossa surpresa, o empenho dos moradores, a qualidade das suas intervenções, a pertinência das questões formuladas, algumas que desconhecíamos, embora tivéssemos preparado em conjunto esta reunião, além disso, a disposição dos moradores em apresentar alternativas/soluções à proposta base de candidatura revelava o seu investimento e interesse no processo. Assim, foi importante para nós perceber que os moradores se sentiram bem e à vontade durante a reunião, e ainda se mostraram disponíveis para outros encontros. As pessoas referiram: “é sempre bom falarmos, é conversando que a gente se entende” (Sra. Patrícia); “pela primeira vez senti-me ouvido, senti-me bem” (Sr. Fábio); “é a primeira vez que me foi dada a possibilidade de falar. Assim tive a oportunidade de escutar e ser escutado” (Sr. Fábio).”

APÊNDICE B – REUNIÃO COMUNITÁRIA II

Guião com os objetivos e tópicos a abordar na reunião comunitária II¹⁰ e algumas informações adicionais.

Reunião Comunitária II– Objetivos:

1. Apresentar a revisão do Programa Base, com referências aos espaços e materiais para apreciação dos moradores;
2. Apresentar e analisar, em conjunto com os moradores, as opções de faseamento das obras;
3. Perceber as consequências e implicações das opções de faseamento;
4. Avançar com a proposta, a partir de um consenso baseado na informação e na construção de possibilidades conversadas em conjunto;
5. Analisar com os moradores as suas dúvidas, condições e perguntas sobre a reabilitação da ilha.

Tópicos a abordar:

- Sumarização do que se pretende e do que será abordado na reunião;
- Apresentação do Programa Base revisto;
- Apresentação do projeto de estaleiro;
- Espaço para sugestões, dúvidas, perguntas
- As obras e as possibilidades de faseamento. Aspetos considerados, constrangimentos, condições de realojamento;
- Opções de faseamento B e D;
- Espaço para sugestões, dúvidas, perguntas;

¹⁰ Apêndice construído em coautoria com a mestranda Angélica Lemos (Lemos, 2021).

- Importância do comprometimento e da participação de todos ao longo deste processo.

“A reunião comunitária II, ao contrário da primeira que fora convocada pelas mestrandas de EIS, foi pedida pelos moradores no final da primeira reunião. Esta segunda reunião decorreu no dia 10 de julho de 2021, entre as 14:30H e as 16: 30H, na casa n.º 10. Nesta reunião, para além das três mestrandas, participaram cinco moradores, sendo que os restantes não puderam estar presentes por condicionantes pessoais, tendo ficado acordado que as mestrandas lhes explicariam, posteriormente, o sucedido na reunião, apresentariam o projeto alterado e as propostas de faseamento das obras, recebendo o contributo de cada um e esclarecendo eventuais dúvidas. Tal como na primeira reunião, iniciamos o encontro apresentando os objetivos (Apêndice B, pp. 97-104) e explicando os temas que seriam abordados, deixando claro que poderiam interromper em caso de dúvidas ou caso tivessem algum contributo para partilhar. Posto isto, partimos de assuntos discutidos na primeira reunião comunitária para dar continuidade a esta. Começámos por apresentar o programa base com as alterações sugeridas pelos moradores na primeira reunião (atualizado com os pátios individuais e alargamento das passagens, traduzindo-se numa melhoria das condições de acessibilidade).

De seguida, discutimos alguns aspetos que dizem respeito ao espaço comum da ilha, nomeadamente as entradas, o tanque, a luz, os estendais, o tamanho do pátio, os portões, a iluminação, os arrumos, entre outros. Esclareceu-se que as duas entradas seriam acessíveis e controladas pelos próprios inquilinos. A mestranda de arquitetura apresentou algumas fotografias impressas (Anexo H, pp. 212-214) para que os moradores pudessem ver as sugestões para os pátios, ressaltando que poderiam sugerir uma outra proposta. Discutimos qual seria a melhor proposta, tendo em conta apenas o contributo dos moradores presentes, e deixando claro que teríamos de conversar com os que não puderam comparecer. Discutimos qual seria a melhor solução no que diz respeito ao tamanho que cada pátio deveria ter, sendo que duas hipóteses foram levantadas: a de manter a mesma área para todos (15m²) ou fazê-los de acordo com a tipologia de cada família, sendo que todos os moradores presentes optaram pela primeira solução, para evitar “confusões” futuras: “pode ser igual” (Sr. Valentim); “se vocês tiverem os metros para fazer áreas iguais, ninguém vai andar a dizer que aquele é maior, aquele outro é mais pequeno...”

(Sra. Sofia); “é preferível porque se não depois é para confusões. Tudo igual” (Sra. Patrícia). A mestrandia de arquitetura explicou ainda as alterações a realizar nos pátios e o tipo de material que iria ser utilizado (Anexo H, pp. 212–214). Os moradores questionaram porque os arrumos iam continuar ao fundo e não dentro de cada pátio. Estes arrumos serviriam, sobretudo, para guardar pertences que não utilizam frequentemente, e para poupar espaço nos pátios e no coberto (lugar onde se pode colocar um estendal maior e arrumar o espaço coberto de uma forma mais conveniente), foram colocados fora do pátio. À semelhança dos pátios, cada arrumo terá a sua chave.

A questão da existência de muitos espaços em comum foi levantada como algo que poderia trazer ou gerar conflitos entre os moradores, pois teriam de fazer uma divisão das despesas comuns e uma calendarização da limpeza dos espaços partilhados por todos. Neste sentido, os moradores sugeriram que cada pátio tivesse a sua luz individual, uma torneira, caso quisessem ter uma mangueira no quintal, e que o tanque que existia atualmente fosse desativado ou até removido (caso a senhoria e os outros moradores não se importassem): “isto é assim, nós não estamos habituados a usar o tanque. Cada um tem o seu contador d’água, cada um tem o seu espaço. Se precisar de uma pia, ficamos com a que temos ou compramos uma destas” (Sra. Patrícia); “a mim também não faz falta” (Sra. Sofia). No que concerne à iluminação, com a colocação dos portões e das campainhas, os presentes dispensaram as luzes coletivas, mesmo tendo os sensores de presença, uma vez que a segurança estaria assegurada, alegando que as pessoas poderiam não pagar ou afirmar que uns passaram mais do que outros e que a divisão seria injusta. Um dos moradores presentes sugeriu que os contadores poderiam ficar no mesmo lugar, tendo os restantes concordado. Encerrando o tópico relacionado com o espaço coletivo, prosseguimos a reunião, focando-nos no faseamento das obras e no realojamento. Reforçámos novamente a importância de pensarmos em conjunto numa alternativa que considere todos os inquilinos e que seja benéfica para todos.

Inicialmente, foram elaboradas quatro propostas pela mestrandia de arquitetura, contudo só foram apresentadas duas, a proposta B e D (Anexo I, pp. 215–216). A proposta B foi analisada pelo arquiteto Aitor Oro e a proposta D foi feita mediante as informações que os moradores foram

partilhando na última semana no que diz respeito a querer ficar ou não na ilha durante as obras. Afirmamos que a reunião tem como intuito perceber com as pessoas “quem está disponível para o realojamento, que condições impõem, o que pode ser feito e de que forma”, para depois reunirmos as informações e resolver o problema da melhor forma possível. Foi explicado que o plano de faseamento foi feito considerando os contributos recolhidos durante as conversas intencionais, ressaltando que são apenas dois exemplos feitos como ponto de partida para que entendessem como é feito o faseamento e que está sujeito a alteração ou que ainda existe a possibilidade de serem feitas novas propostas. Posteriormente, abrimos espaço para que os moradores pudessem esclarecer as suas dúvidas ou fornecer algum contributo. Os moradores presentes mostram-se apreensivos sobretudo com o realojamento.

De seguida, conversamos acerca dos prós e dos contras no que concerne a ficar ou não ficar na ilha durante as obras de requalificação. Explicámos quais os critérios considerados nas duas propostas que estavam em análise: a preocupação em manter os residentes com mais idade na ilha, com dificuldade de locomoção ou outro problema de saúde, pela disposição das casas que influencia a permanência ou a saída de cada família, pelo tempo de duração das obras; o cuidado com as demolições adjacentes a casas habitadas e demolição de anexos enquanto as pessoas estão a habitá-la, o constrangimento dos anexos e das passagens estreitas para o transporte dos materiais, a utilização das instalações sanitárias, sobretudo para os que utilizam as que são comunitárias, evitar muitas mudanças e longos períodos realojados, entre outros. Deixámos claro que, pela distribuição das casas e pela estrutura da ilha, as obras seriam mais fáceis se começassem de trás (onde estão as casas devolutas e o portão que neste momento se encontra fechado) para a frente, uma vez que é preciso espaço para deixar as máquinas e os materiais e as próprias pessoas precisam de espaço para trabalharem. Aspectos como o barulho, pó, lixo, falta de espaço e de privacidade, entre outros constrangimentos foram, naturalmente, tidos em conta para os que desejam ficar na ilha. Por outro lado, enfatizámos o facto de conseguirem acompanhar as obras mais de perto. Enquanto mestrandas de EIS, transmitimos que a decisão de ficar ou sair da ilha durante o período de intervenção cabe a cada agregado. Salientámos que esta decisão, para além de ser pensada de um modo individual, deve ser refletida e tomada em conjunto, que devem salvaguardar as pessoas que estão numa situação mais vulnerável e que

devem estar conscientes das implicações e dos constrangimentos que implica ficar ou não na ilha durante a requalificação. Desta forma, mostrámo-nos disponíveis para apoiá-los nesta decisão e no que fosse preciso. Disponibilizámo-nos, igualmente, para trazer documentos que possam ajudá-los na compreensão dos programas subjacentes (IHRU, 1º Direito...) e esclarecendo as dúvidas enquanto aguardam as respostas por parte das entidades competentes.

Outro aspeto levantado por um dos moradores relacionava-se com o tempo das obras: “se as pessoas vão ficar aqui, a obra vai demorar 3 anos” (Sr. Valentim); “mas isso a mim não interessa” (Sra. Patrícia); “vai partir paredes, vai partir telhados...” (Sr. Valentim); “ainda cai uma parede...” (Sra. Sofia). Além destas preocupações, os moradores apresentam outras relativamente à duração do benefício de apoio à renda de 18 meses e a margem para imprevistos e situações onde o inquilino pode ficar sem apoio para a renda caso seja ultrapassado o tempo máximo para a realização das obras. Até porque, “não foi pedido por nós (...) estávamos muito bem no nosso canto, ela quis fazer as obras e agora vem dar-nos dor de cabeça a nós, certo?” (Sra. Manuela). Os moradores ainda se mostravam relutantes quanto à requalificação e a necessidade de alguns moradores terem de ser realojados em outras casas, casas cedidas a todos os moradores pela CMP, durante o período das obras (“não posso, nem quero”, Sra. Patrícia; “não posso, nem quero, não vale a pena insistir”, Sra. Manuela), pelo que procurámos tranquilizá-los em relação ao retorno à ilha após as obras concluídas, afirmando que acima de tudo estamos ali para prezar os seus interesses neste processo que desejamos que seja feito com a maior transparência e com o consentimento de todos. Uma das participantes presentes afirmou que seria mais fácil se todos saíssem e não tivessem de escolher quem iria ficar e quem iria sair: “então porque vocês não entram aqui a dizer assim, ora bem, se vai fazer obras, os senhores vão ter de sair, vão ser realojados, vão sair e acabou a conversa” (Sra. Patrícia). De seguida, explicamos que nós enquanto equipa da área social estamos a tentar ver, em consonância com os interesses dos moradores, a melhor forma de definir as coisas. Enquanto mestrandas, acreditamos que o facto de a ilha ter casas disponíveis é uma mais-valia, pois possibilita os moradores verem as obras a acontecer e perceber a transformação das casas quando a primeira casa “pivô” ficasse concluída. Chegámos à conclusão que seria melhor cada morador ir diretamente para a casa que lhe é destinada, depois da requalificação. Os moradores sentiam-se inseguros, reticentes em relação a tudo, e acreditam

que, sobretudo, esta requalificação beneficiará a proprietária: “vamos ser sinceros, vem beneficiar os inquilinos, mas vai beneficiar mais a senhoria, não me venham... vocês não têm culpa, o vosso trabalho é ajudar-nos a decidir... estão a fazer o vosso trabalho” (Sra. Patrícia). Eu e a minha colega de mestrado resgatámos um assunto discutido na primeira reunião como forma de perceber a emergência das obras e como a requalificação pode trazer benefícios para todos: aludimos para a questão do mau estado de conservação das casas (principalmente as devolutas), como estão cada vez mais degradadas, e que, com o passar dos anos, contaminarão as restantes casas, trazendo mais prejuízo, uma vez que terão de estar constantemente a fazer obras nas habitações.

Posto isto, surgiram outras questões ligadas às habitações, nomeadamente se a cozinha e a casa de banho já vêm equipadas ou se será responsabilidade de cada agregado, como será o transporte dos seus pertences, quem se responsabilizará por estes custos: “é assim, nós sabemos que temos de carregar, mas não vou fazê-lo duas vezes, certo? Porque eu tenho despesas, porque mandei montar móveis, comprei, mandei montar, vou desmontar, vou voltar a pagar e ninguém está para estas despesas...” (Sra. Patrícia). No final da reunião, reforçámos novamente a ideia de que a decisão deveria ser, idealmente, tomada com o conhecimento de todos e que as próprias entidades envolvidas neste processo estavam interessadas em ouvir os contributos dos moradores e todas as questões que têm colocado. Deste modo, participam no projeto, tornam-se coautores do plano de requalificação, parte integrante deste processo de reabilitação, apresentando ideias, levantando questões pertinentes e propondo soluções que respondem ao interesse dos que vivem na ilha. Ficou em aberto qual seria a melhor proposta, pois ficámos de as analisar também com os restantes moradores. Por fim, foi pedido que colocassem outras dúvidas, para além das que foram sendo levantadas, para que depois fossem transmitidas e enviadas ao arquiteto Aitor Oro que, posteriormente, reencaminharia ao IHRU. Sublinhámos que podiam continuar a levantar questões nas semanas seguintes, pois estaríamos presentes na ilha para conversar com todos. Ficou acordado que os parciais (documento com a imagem do apartamento de cada agregado) do programa base, seriam entregues quando decidissem a opção de faseamento mais vantajosa e, tomada esta decisão, entregaríamos a cada morador uma cópia correspondente à casa que lhes era destinada (Anexo E, p. 207)".

OBSERVAÇÕES REUNIÃO COMUNITÁRIA II

Devido à limitação de páginas e ao facto de terem surgido diversas dúvidas durante esta reunião, colocamos em apêndice algumas observações respeitantes à mesma.

A mestranda de arquitetura explicou que todos os pátios teriam uma parte coberta e que o pavimento poderia ser em microcubo ou ter uma área de cultivo em terra para os que querem ter uma pequena horta, tornando-se um espaço com uma área permeável, tendo todos uma chave. Apesar de ter uma dimensão muito mais pequena daquela que foi pensada inicialmente, para os que têm interesse em manter o espaço coletivo, preserva-se este, junto ao espaço onde se encontra o tanque na entrada principal da ilha. Inicialmente a nossa colega de arquitetura tinha feito quatro propostas de faseamento, no entanto, duas semanas antes, ao nos apresentar as propostas, consideramos que duas delas não eram vantajosas e poderiam gerar ainda mais constrangimentos. Enquanto mestrandas de EIS analisamos em conjunto com a mestranda de arquitetura as quatro hipóteses, das quais vimos que duas delas implica ficar na ilha, todavia os inquilinos teriam de estar em constante mudança das casas dentro da própria ilha. Para além deste constrangimento, de estar sempre em mudança, as próprias tipologias não são correspondentes ao número do agregado de cada família, pelo que o espaço não seria de todo ajustado a cada família e traria outras implicações, como por exemplo no pagamento da luz, água, etc. Ao longo da reunião foram colocadas diversas perguntas, entre elas: As obras ocorrendo em fases, é possível que o apoio à renda seja pelo período da mesma e não apenas de 18 meses? ; Quais são as opções de realojamento? ; Quais são os mecanismos de segurança, de garantia de retorno à habitação após o processo das obras? ; O que pode levar ao despejo? Os moradores presentes pediram para que as respostas fossem dadas pelas entidades envolvidas o mais breve possível, afirmando que não desvalorizam o nosso trabalho, mas que há respostas que não podem ser dadas por nós. "Vocês sabem que nós convosco nos entendemos durante este tempo todo, falamos com vocês, pusemos as dúvidas e vocês nos responderam, só que eu acho que devia ter um representante aqui, uma vez que depois vamos ter de fazer escolhas..." (Sra. Patrícia). Entendemos que apesar de confiarem no nosso trabalho e sentirem que estamos presentes para

apoiá-los, a falta de respostas faz com que se sintam mais angustiados e ansiosos, mesmo tendo acesso a diversas informações transmitidas e fornecidas por nós.

Perguntas colocadas pelos moradores:

- 1- As obras ocorrendo em fases, é possível que o apoio a renda seja pelo período da mesma e não apenas de 18 meses?
- 2- Quais são as opções de realojamento?
- 3- Quais são os mecanismos de segurança, de garantia de retorno à habitação, no caso do realojamento?
- 4- O que pode levar ao despejo?
- 5- Há a possibilidade de se realojado em uma casa camarária? Havendo essa possibilidade, é possível permanecer na habitação?
- 6- No caso de incapacidade, o contrato pode ser feito no nome do responsável ou tem de ser feito em nome daquele em que está atualmente?
- 7- Sendo feito no nome de outro membro do agregado familiar, quais são as seguranças, garantias dos demais membros em caso de falecimento do responsável pelo contrato?
- 8- Como são controladas as rendas?
- 9- Como são definidas as rendas?
- 10- Como são definidos os ajustes às rendas na renovação dos contratos?
- 11- Existe possibilidade de alteração tipológica, a pedido do agregado? Que critérios são aceites? Quais os requisitos para tal? Quais as implicações?
- 12- Como funciona, quais são os valores da compensação financeira no caso de um inquilino não querer ficar?

APÊNDICE C – GUIÃO ENTREVISTA AOS MORADORES

Guião de entrevista realizada aos moradores (objetivos e perguntas)¹¹

A presente entrevista é realizada no âmbito da Unidade Curricular *Projeto*, do Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Porto, tendo como objetivo a recolha de dados acerca das pessoas que habitam a Ilha. Pretende-se com esta entrevista conhecer as pessoas que habitam nesta ilha e perceber as suas representações acerca do lugar onde moram. Para isso, solicitamos a sua participação, que será voluntária, podendo interromper a entrevista em qualquer momento. Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos pedimos a sua autorização para a gravação áudio da entrevista. As informações recolhidas serão analisadas e utilizadas exclusivamente para este projeto, mantendo o anonimato da pessoa entrevistada e assegurando a confidencialidade das informações recolhidas. A assinatura neste documento representa:

1. a sua autorização para a realização da entrevista
2. para a gravação áudio da entrevista
3. para a utilização das informações para a finalidade prevista e apresentada acima

Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração!

Assinatura do/a entrevistado/a

¹¹ Apêndice construído em coautoria com a mestranda Angélica Lemos (Lemos, 2021).

Objetivos:

1. Recolher dados sociodemográficos;
2. Perceber o tempo de permanência e como vieram morar para a ilha;
3. Conhecer e estabelecer um maior contacto com os moradores, reconhecendo-os como parte integrante e importante nesta investigação;
4. Compreender como é viver na ilha e como observam, usam o espaço da ilha/casa. (espaços de encontro);
5. Compreender qual é a sua visão relativamente à ilha (situar no tempo – o antes e o agora).
6. Entender o seu papel/posicionamento, o que realmente pensam e desejam para si, para a ilha;
7. Perceber se têm retaguarda familiar;
8. Perceber quais são as dificuldades/problemas, bem como as potencialidades que se podem encontrar na ilha, nas pessoas e no seu quotidiano;
9. Perceber qual e como é a sua relação com os outros moradores/dinâmica relacional;
10. Perceber as suas rotinas;
11. Compreender como se sentem relativamente às suas dificuldades (financeiras, habitacionais, outras);
12. Identificar a que serviços e espaços da cidade recorrem e como os utilizam;
13. Conhecer a forma como se descolam pela cidade;
14. Perceber como é feita a manutenção das habitações.

Ficha Biográfica do Habitante da Ilha

Sexo: _____	Nº da Habitação: _____
Idade: _____	
Estado Civil: _____	
Agregado Familiar:	
Filhos- Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Nº de filhos _____	
Idade _____	

1- Como se chama? Qual a sua naturalidade?

2- Qual é a sua idade?

3- Qual o seu estado civil?

4- Tem alguma formação académica? Se sim? Qual?

5- De momento, encontram-se no ativo? Se sim, qual é a sua profissão?

6- Há quanto tempo habita nas ilhas? De que forma chegou até às ilhas?

- 7- Como é habitar nesta casa? O que sentiu quando viu a casa que habita, a primeira vez?
Como tem sido viver nesta casa/neste lugar?
- 8- Com quem habita nesta casa?
- 9- Gosta de habitar na ilha/neste lugar? Pode falar um pouco sobre o que mudaria, o que faz mais falta, o que atrapalha?
- 10- Como é viver nesta rua? Quais vêm sendo as maiores facilidades ou dificuldades em habitar nesta ilha? Nomeadamente, no que diz respeito à casa, ao lugar.
- 11- Como é a sua casa?
- 12- Pode falar-nos um pouco da sua rotina?
- 13- A sua família viver perto? Quando precisa de algum tipo de apoio, conta com quem? Com amigos? Com família?
- 14- Conhece os seus vizinhos? Encontram-se em espaços comuns? Como é a relação entre todos?
- 15- Quais são os espaços de encontro na ilha? Celebra-se alguma festividade?
- 16- Como são os dias de Inverno aqui? Como são os dias de Verão?
- 17- Como é que se desloca da ilha para outras zonas da cidade? Tem transporte próprio? Há acessos facilitados, como por exemplo, rede de transportes, para poder aceder a diversos serviços tais como, escola, trabalho, serviços sociais, serviços de saúde?

18- Como tem sido a sua saúde? Tem alguma doença específica ou apresenta dificuldades de mobilidade?

19- Quando precisam de resolver alguma questão relacionada com a casa a quem recorrem? Podem mudar alguma coisa por vossa iniciativa? O que mudariam?

Perguntas extras (morador que vive no estrangeiro)

1. Há quanto tempo já não vive na ilha? Por que saiu da ilha?
2. Como faz a manutenção da casa? Tem algum contato na ilha ou responsável pela casa quando está no estrangeiro?
3. Tem interesse em continuar na ilha, após a reabilitação?
4. Que informações gostaria de saber sobre o processo? O que é mais crítico para si no processo? Tem alguma questão a colocar?

Nota: Perguntas realizadas ao Bernardo (de 12 anos, filho da moradora Sra. Sofia) – as perguntas foram feitas ao longo de uma conversa intencional com o Bernardo e com a Sra. Sofia, sendo que as questões eram colocadas de uma forma espontânea mediante as suas respostas.

Perguntas:

1. Como te chamas?
2. Que idade tens e o que fazes?
3. Como costumavas ir para a escola?
4. Gostas de estudar? Como é a relação com os teus os colegas?
5. E como estás a lidar com esta questão do Covid? E como está a ser as aulas à distância? O ano passado foi difícil acompanhar a matéria à distância?
6. Achas que os teus colegas respeitam as regras de segurança?

7. Achas que os teus professores colaboram ou procuram entender como está a ser esta fase para vós?
8. Como está a ser a quarentena? Lidas bem com o facto de estar fechado o dia todo?
9. Costumas fazer vídeo chamada com os teus amigos?
10. O que é que gostas de jogar? GTA, FreeFire Fortnite?
11. Como são os dias de verão e de inverno?
12. Gostas desta área da cidade?
13. Tem algum sítio da cidade que gostas de ir?
14. Como é viver aqui na ilha? Achas que é seguro aqui? Sentes-te bem aqui?
15. Se tivesses de explicar o conceito de ilha para eles o que dirias?
16. Já trouxeste os teus amigos para aqui? Os teus amigos sabem o que significa uma ilha? Achas que sugeria algum preconceito relativamente a isso?
17. Se pudesses criar um espaço aqui na ilha do teu interesse ou para fazer algo que gostasses o que farias?
18. Já sabes o que queres ser?
19. Que outros interesses tens além do futebol?
20. Já sabes para que áreas queres ir no secundário?
21. E já falas inglês? Que língua gostavas de aprender?
22. E queres ir para a faculdade?
23. Tens algum problema de saúde?
24. E costumavas ajudar a tua mãe nas lidas domésticas?

APÊNDICE D – A ILHA X (INFORMAÇÕES EXTRAS)

Casa 12

Através de uma observação por parte das mestrandas foi possível verificar que, na entrada da ilha, existe uma caixa do correio correspondente à casa 12 com o nome de uma associação. Suscitadas pela curiosidade, as mestrandas questionaram os moradores, com vista a compreender, se existiu efetivamente uma associação na ilha. De acordo com alguns moradores existiu uma Associação Desportiva e de Pesca. Esta associação, em tempos, foi uma cooperativa composta por um grupo de 15 amigos, gerenciado apenas por dois deles. Este espaço era utilizado como sede onde reuniam, conviviam, serviam cafés, bebidas e petiscos, faziam jantares, churrascos, festas, realizavam concursos em que as pessoas eram premiadas com dinheiro, televisões ou materiais de pesca. Este grupo de amigos foram os responsáveis por fazer as obras da casa e remodelar tudo, para isso contavam com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. A mestranda questionou um dos moradores que frequentava o espaço como era a dinâmica e a gestão do espaço na ilha e como os moradores lidavam com isso. O Sr. Francisco partilhou que os moradores “não ligavam” muito à existência da cooperativa porque não havia grandes problemas, os únicos moradores que frequentavam o espaço era o próprio e o Sr. Joaquim, iam lá tomar café e conviver. Referiu que, com os antigos gerentes, a entrada para a sede era feita pelo portão que fica nas traseiras e todas as pessoas podiam frequentar o espaço para conviver, contudo os sócios, como ele, para poderem pescar tinham de pagar uma quota. Os responsáveis pela fundação da cooperativa começaram a ficar saturados pelos distintos episódios desditosos de pessoas externas passaram a frequentar a sede com o intuito de “estorvar”, levando drogas, bebidas, o que deixou o ambiente “tenso” e colmatou no abandono dos gerentes da associação. Com a saída dos antigos gerentes e sócios, as pessoas começaram a entrar e a sair pela parte da frente para chegar até à sede, o que significava atravessar a ilha inteira até chegar no fundo do corredor, fazer muito barulho e incomodar os moradores. As pessoas que estavam a causar distúrbios acabaram por assumir a sede, fazendo com que as confusões continuassem e de acréscimo permaneciam na sede até muito tarde. Apontou que chegou a ter diversas “chatices” com os mesmos e que depois de algumas confusões os responsáveis da

associação viram-se obrigados a sair da ilha e a procurar outro espaço. Confessou que acabou por ser um alívio quando o espaço fechou porque realmente as pessoas que assumiram, posteriormente, a sede estavam a causar um mau estar entre as pessoas. O Sr. Francisco diz ter pena que tenha chegado a esse ponto, pois um espaço que, outrora fora um ambiente “porreiro e engraçado”, tornou-se palco de confusões. A cooperativa deixou de existir há mais de cinco anos e atualmente encontra-se fechada e num péssimo estado de conservação.

Rendas

Embora as rendas das ilhas sejam inferiores à média praticada na habitação privada, as famílias continuam a ter poucos rendimentos que permitam realizar obras e melhorar as suas condições habitacionais. Este aspeto leva a mestranda a pensar nas questões habitacionais, pois se as famílias não têm condições de pagar uma renda mais elevada, que dirá fazer obras em condições para conseguir ter uma qualidade de vida minimamente digna. De acordo com o Sr. Fabrício, por muita boa vontade que haja, é complicado conseguir realizar obras de grande envergadura. Afirma, ainda, que já recorreram diversas vezes à Câmara porque não têm capitais próprios, contudo ficaram sempre à espera de uma oportunidade. A Sra. Alice confessou que nunca pretendeu vender a ilha, por mais que o seu estado de conservação não fosse favorável, pois é um património da sua família e gostava de deixá-lo para os seus filhos e netos, todavia, com melhores condições. Afirmou já ter recebido propostas para comprar a ilha, no entanto “só que tiveram o azar de me dizer que iam deitar para fora os inquilinos e pronto, eu fiquei logo com o meu problema resolvido porque nunca venderia aquilo” (Sra. Alice). “Não é justo, já moram lá há tantos anos. A que propósito é que eu tenho o direito pô-los para fora? (..) Acha que alguém que viveu vários anos ali, agora no fim da sua vida eu ia tirá-la dali” (Sra. Alice). No que concerne às obras, são negociadas com a senhoria, onde os moradores fazem um orçamento mediante os gastos considerados comportáveis para a intervenção e depois este orçamento é apresentado à proprietária que desconta o valor nas rendas equivalente ao valor das obras. No entanto, alguns moradores afirmam que, pela renda ser tão baixa não se justifica pedir a senhoria para comportar o valor as obras, assim informam-na que vão realizar as obras por conta própria.

APÊNDICE E – CASA E ANEXO 10 DA ILHA X



Fotos retiradas pela mestrandia autora deste relatório.

APÊNDICE F – QUADRO COM DADOS DOS MORADORES

Quadro com algumas informações recolhidas durante as entrevistas e conversas intencionais com os moradores.¹²

Famílias	Sexo	Nomes Fictícios dos moradores	Nº de agregados	Relação Familiar	Idades	Estado Civil	Situação Profissional	Tempo de permanência na ilha
I	F	Ângela	2	Mãe	94;	Viúva	Reformada	60 anos
	M	Fábio		Filho	54	Solteiro	Auxiliar de Ação Educativa no Agrupamento de Escolas X	40 anos
II	M	Joaquim	1	-	83	Viúvo	Reformado	40 anos
III	F	Hélia	1	-	43	Solteira	Funcionária num café, e empregada doméstica em 3 casas	8 meses
IV	M	Valentim	2	Marido	64	Casados	Segurança	20 anos
	F	Laurentina		Mulher	60		Cozinheira num lar de idosos.	
V	F	Sofia	2	Mãe	30	Solteira	Copeira numa confeitaria	3 anos
	M	Bernardo		Filho	12	Solteiro	Estudante	
VI	M	João	2	Marido	61	Casados	Encarregado de construção civil em obras públicas e engenheiro técnico de segurança no trabalho.	39 anos
	F	Viviana		Mulher	61		Trabalha como empregada domésticas	
VII	M	Francisco	3	Marido	59	Casados	Funcionário numa Peixaria	32 anos
	F	Patrícia		Mulher	55		Técnica de Farmácia	
	F	Manuela		Filha	30	Solteira	Trabalha num escritório	30 anos
VIII	F	Inês	1	-	62	Divorciada	Trabalha com Idosos ao Domicílio como cuidadora Informal	63 anos
IX	M	Jacinto	1	-	74	Casado	Reformado	72 anos

¹² Apêndice construído em coautoria com a mestranda Angélica Lemos (Lemos, 2021).

APÊNDICE G – CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS

De uma forma mais individualizada, dou agora a conhecer os agregados da ilha X. Todas as informações que, de seguida, serão apresentadas foram recolhidas durante a realização das entrevistas e nas conversas intencionais quando foi realizada a análise e o conhecimento da realidade. Assim, sendo, na impossibilidade de colocar a entrevista na íntegra devido à confidencialidade de alguns dados, serão explanadas algumas informações partilhadas pelos moradores.

Família I – Sra. Ângela e o Sr. Fábio (algumas informações partilhadas encontram-se no capítulo 3)

A Sra. Ângela, 94 anos de idade vive com o seu filho Fábio, de 54 anos, ambos naturais da cidade onde moram. Viúva há cerca de três anos, a Sra. Ângela é reformada, tendo feito o 4º ano e trabalhado como operária têxtil; vive na ilha há mais de 60 anos, pelo que é das residentes mais antigas. Atualmente encontra-se acamada com múltiplos problemas de saúde e sob o cuidado do filho. Nas palavras do filho, a Sra. Ângela tem “Demência Vascular Cerebral, cardiopatia isquémica, insuficiência respiratória, locomoção reduzida” (Sr. Fábio), entre outros. Neste seguimento, e na impossibilidade de as mestrandas conseguirem conversar com a Sra. Ângela, tentámos saber pelo filho alguns aspetos que considera importante para o conhecimento desta senhora. Até descobrir a sua doença (2015), o Sr. Fábio partilhou que a sua mãe era uma mulher muito trabalhadora, dedicada, que gostava de ter as suas coisas bem organizadas e ordenadas.

Posto isto, o Sr. Fábio aos 14 anos veio viver com a mãe e seu padrasto. Segundo este, quando veio para a ilha sentiu uma diferença muito grande, pois antes vivia num colégio interno com muitas crianças e veio para um local onde “as vivências são diferentes e estranhas” (Sr. Fábio). Tendo concluído o 12º ano, trabalha como auxiliar de Ação Educativa num Agrupamento de Escolas, contudo está temporariamente de baixa para conseguir tomar conta da mãe que necessita da sua companhia e cuidados.

Em conversas intencionais, o Sr. Fábio partilha que a casa tem muitas limitações e que foi necessário fazer algumas alterações e melhorias ao longo dos anos, uma delas foi colocar um polibã no interior da casa para que a sua mãe evitasse ter que sair para tomar banho fora da casa. Afirma que é um dos moradores que utiliza as instalações sanitárias comuns no exterior, porém, tenta utilizá-las apenas para despejar dejetos da sua mãe, preferindo utilizar as casas de banho dos cafés ou da escola onde trabalha.

Menciona que apesar de tudo, ambos gostam de viver na ilha e que passaram a maior parte das suas vidas construindo história nesse local. Reforça a grande vantagem de estarem numa área geográfica favorável, perto de todos os serviços e de ser uma zona acessível, contudo, acrescenta que em tempos não fora assim, pois, antigamente não era o que é hoje, “estava muito atrasado, mas com o tempo houve progressos, desenvolvimentos nos comércios, serviços” que contribuíram nesse sentido (Sr. Fábio). Acredita que um protocolo entre a Câmara Municipal, os proprietários e moradores que “permitisse haver um ajustamento de verbas, nem ficar caro ao senhorio, nem ficar caro ao inclino, (...) pronto que houvesse ali uma complementaridade em que o custo fosse suportado entre as entidades” (Sr. Fábio).

Foi partilhado com a mestrada que ao longo dos anos tentaram fazer algumas melhorias e reparações na casa. “Face ao valor da renda que pagamos, nós não temos coragem de pedir a senhoria para fazer as obras. Fazemos as nossas obras de acordo com as nossas necessidades” (Sr. Fábio). Acrescenta que gostaria de melhorar a casa para que a sua mãe vivesse em melhores condições, porém comporta valores muito elevado que não lhe permite fazer obras de maior envergadura.

Pelo aquilo que foi observado pela mestrande e através das conversas intencionais foi possível verificar que o Sr. Fábio além de ser uma pessoa reservada, não tem uma relação muito próxima com os vizinhos e que gosta de preservar a sua vida. Considera a ilha uma zona tranquila e pouco agitada e a relação entre os moradores pazigua. “Não tem aqueles hábitos como há uns anos atrás, aqueles hábitos de vizinhanças em que havia mais convívio familiaridade. Isto foi se perdendo com o tempo, há uns 30/40/50 anos, se calhar, os modos de vida das pessoas

obrigariam que se calhar recorressem mais uns aos outros (...) talvez pela pobreza das vivências, não sei, as pessoas aconchegavam mais umas às outras. Eram outros tempos, havia uma convivalidade, mais interação” (Sr. Fábio).

Diz que apesar de tudo, há uma interajuda entre os moradores e que se precisar de alguma coisa sabe que pode bater à porta de qualquer um deles e que vai ser ajudado, sobretudo em alguma situação de urgência em relação à sua mãe. Reforça que têm pena que a sua mãe não possa partilhar algumas das vivências e perspetivas do que é viver na ilha, pois certamente saberia melhor contar as vivências.

Família II – o Sr. Joaquim

O Sr. Joaquim de 83 anos, natural de Viseu, vive na ilha há mais de 40 anos e está viúvo desde fevereiro de 2020. O Sr. Joaquim partilhou que, apesar de não ter estudado, trabalhou durante 39 anos na Comissão (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR) como técnico de jardinagem tendo sido chamado, depois de reformar, para explicar a sua experiência para os novos funcionários, no entanto não aceitou devido aos problemas de saúde. Veio para a ilha porque um colega de trabalho disse-lhe que a casa estava disponível e pela localização ser perto do local onde trabalhava. Assim, mudou-se para a ilha para facilitar a sua rotina e estar mais próximo do seu local de trabalho. “O espaço era apertado, mas conseguimos dividir bem o espaço” (Sr. Joaquim). Reforçou que foi uma questão de hábito até começar a gostar de viver na ilha, que o espaço era pequeno para a sua família pois, mudou-se com a sua falecida esposa e os seus três filhos, já adolescentes. Seus filhos viveram na ilha até começarem a construir as suas famílias, atualmente são todos casados e o seu Joaquim tem três netos e cinco bisnetos. No interior da sua casa tem uma sala e dois quartos no andar de baixo e uma cozinha no andar de cima, sendo um dos moradores que utiliza as instalações sanitárias no exterior.

Revelou, ainda, que conheceu a sua esposa quando tinha 14 anos e que viviam na mesma aldeia, portanto, viveu a sua vida toda com ela. Afirmo que com a partida da sua esposa tem tido dias mais solitários, no entanto tenta supri-los com a presença de seus filhos, netos e bisnetos. O Sr.

Joaquim confessou que gosta de passar muito tempo na ilha, “não gosto de estar de um lado para o outro” (Sr. Joaquim).

“A minha filha trabalha perto da ilha, almoça comigo todos os dias, limpa e arruma a casa. Depois, à tarde, o meu filho vem buscar-me de carro para irmos dar uma volta, ir até ao quintal da família. Quem cuida do quintal é o meu filho mais velho, ele é feirante. Antes era de roupa, agora é de frutas (...). Também faço o comer, vejo televisão e descanso que já não estou novo” (Sr. Joaquim).

Proferiu que antes da sua esposa falecer fazia as suas compras, ia passear e tinha uma vida muito mais ativa. Acrescentou que os problemas de saúde começaram a agravarem e que com a pandemia tende a ficar por casa. “Antes da pandemia o meu filho ia comigo e com a minha falecida até Resende, via o resto da família, mas ia de manhã e voltava no mesmo dia” (Sr. Joaquim).

No que concerne à segurança o inquilino considera que a ilha é um lugar calmo, enfatizando a relação pacífica entre os moradores, porém contou alguns episódios de tentativas de assalto e vandalismo, especialmente à noite. Mencionou que quando veio para a ilha existia um portal na entrada do prédio que protegia um bocadinho os moradores.

Na opinião do Sr. Joaquim a ilha está localizada numa zona que dispõe de todos os serviços necessários. Considera que o acesso à ilha é um pouco reduzido, sobretudo, porque já está numa idade avançada e não consegue caminhar com tanta facilidade. Mencionou que quando era mais novo andava muitas vezes a pé ou de transportes públicos, atualmente, recorre aos seus filhos que têm transportes próprios. Afirmou também que, por vezes, os médicos/enfermeiros deslocam-se até a sua casa quando precisa de tratamento ou fazer análises.

Afirma ter alguns problemas de saúde, nomeadamente problemas cardíacos, respiratórios, problemas no sangue e nos rins. O Sr. Joaquim mencionou não pode “usar máscara porque faz cateterismo ao coração e se usar o coração incha” (Sr. Joaquim). “Quando vou ao hospital eles já têm tudo pronto cá fora, tiram o sangue, por exemplo e venho logo embora. Senão vem cá a tirar o sangue e fazer as consultas” (Sr. Joaquim). Ao longo das visitas e das conversas, o Sr. Joaquim,

revelou uma certa dificuldade auditiva, o que implicou que as conversas fossem pautadas por repetições de algumas frases que não foram compreendidas e também exigiu por parte das mestradas uma verbalização mais acentuada das palavras para que o mesmo pudesse compreender o que era dito. Em conversa com a sua filha percebeu-se, ao longo das visitas, a necessidade do Sr. Joaquim resguardar-se, pois, para além dos muitos problemas de saúde, do frio, com a covid-19 os cuidados passam a ter de ser redobrados. Assim, devido ao frio e aos receios de resfriados e outras enfermidades, os filhos têm aconselhado o pai a proteger-se. Esta decisão dificultou o nosso contacto com o inquilino, sendo um dos que inicialmente conversava bastante com as mestradas e partilhava muitas histórias sobre a ilha. Não obstante, a decisão tomada foi a mais acertada, sendo que as mestradas optaram por ter conversas mais curtas com o Sr. Joaquim e um maior contacto com a filha.

Apontou que as suas maiores dificuldades que tem sentido, ao nível da habitação, diz respeito às instalações sanitárias, ter que sair de casa para tomar banho e fazer as suas necessidades fisiológicas é algo que não é fácil. Partilhou que antes era algo que não o incomodava muito, mas que com o avançar da idade e a mobilidade reduzida que tem se tornado cada vez mais difícil e pouco prático, especialmente nos dias de frio e chuva. Relatou que ao longo dos anos foi feito algumas obras na casa com vista a melhorar alguns aspetos, que normalmente vê os problemas da habitação sempre com os seus filhos e como podem resolver a situação para depois comunicar à senhoria e resolver.

Relativamente à relação com os vizinhos, o inquilino afirma que conhece todos os moradores, que tem uma relação próxima com uns e com outros nem tanto. Afirma que antigamente as relações eram mais próximas, principalmente quando a sua esposa era viva. “Antes da minha mulher falecer ainda nos juntávamos lá fora como já lhe disse, ela costumava fazer uma feijoada e nós abríamos a mesa que eu fiz e almoçávamos todos” (Sr. Joaquim).

Tem uma vizinha que trata como se fosse sua filha, a Sra. Inês. “Quando ela chega do trabalho vem buscar a sopa que faço para ela e vê como anda a minha pressão e se está tudo bem, põe e tira a roupa da linha se for preciso” (Sr. Joaquim). Partilhou com a mestranda que a Sra. Inês tem a chave

da sua casa para ver como está, quando os seus filhos não podem estar por alguma razão, fazem companhia um ao outro e conversam. Assim, é notável que, apesar de viver sozinho e sentir-se só, o Sr. Joaquim é acompanhado diariamente pelos filhos e pela vizinha, traduzindo-se numa retaguarda familiar bastante importante e que contribui para suprir um pouco a falta que a sua esposa faz.

Em conversas intencionais com a filha de Sr. Joaquim, esta partilhou que seu pai tem condições para viver num outro sítio com melhores condições, contudo, o pai considera que é a casa onde viveu com a sua mulher e os seus filhos os melhores anos da sua vida e que por ter uma idade muito avançada prefere continuar na casa. Deste modo, importa refletir que, por um lado, o Sr. Joaquim demonstra um sentido de pertença muito grande pela casa e pelo espaço onde construiu grande parte da sua vida e onde foi muito feliz com a sua família, por outro é notável um certo isolamento e uma solidão que foi sendo crescente desde o falecimento da sua esposa. Mesmo tendo a sua vida condicionada pelos problemas que a habitação acarreta, pelos problemas de saúde e pela locomoção reduzida, prefere manter-se na ilha. Apesar de tudo, o Sr. Joaquim tem a consciência de que a falta que a sua mulher faz é um sentimento que não pode ser suprido, todavia tenta confortar-se na presença dos seus familiares.

Família III – Sra. Hélia (algumas informações partilhadas encontram-se no capítulo 3)

A Sra. Hélia, de 43 anos, é natural da Ucrânia e vive na ilha há cerca de oito meses. Solteira há mais de 16 anos, afirma que foi casada há vinte e três anos com o pai do seu filho que vive na Ucrânia. Partilhou com a mestranda que fez faculdade de Química durante três anos e que gostava de trabalhar na área, mas que na sua terra natal a sua vida não estava fácil. Reside em Portugal há seis anos, trabalha num café e em três casas como empregada de limpeza.

Quando questionada do motivo por ter deixado Ucrânia, conta que vivia sozinha e sem trabalho e decidiu vir para Portugal porque tem uma cunhada que vive em Portugal há 20 anos e que sabe mais ou menos como é viver aqui. “Ela é casada e está cá há 20 anos e tem dois filhos” (Sra. Hélia). Na época, tinha uma oferta de trabalho (café) e acabou por vir. Menciona que, atualmente, na

Ucrânia a situação está tudo muito difícil, com muita gente em casa devido a COVID-19, mas que lá não tem emprego para uma faixa etária superior aos 35 anos. Em termos de custo de vida diz ser relativamente parecido, mas que os salários e as rendas são melhores em Portugal.

Apesar de ainda ter alguma dificuldade com a língua portuguesa consegue perceber e comunicar-se minimamente bem. Diz que a adaptação não foi fácil, mas que quando começou a trabalhar tinha um colega ucraniano que escrevia os pedidos e depois traduzia, por exemplo tostas mistas, café pingado, *etc.* Aprendeu a língua portuguesa com a ajuda de seu chefe e amigos do café onde trabalha e com a ajuda do google tradutor. A Sra. Hélia não tem a situação regularizada, todavia afirma que deseja continuar a viver em Portugal.

A inquilina vivia num outro concelho e chegou até à ilha por intermédio de uma amiga/madrinha ucraniana que vivia na casa. O filho desta amiga é o arrendatário mudou-se para a Ucrânia, deixando a casa na ilha desocupada. O que significa que vive na casa que está alugada por uma amiga, pois a amiga foi viver na casa dos patrões. Assim, sendo, a Sra. Hélia corre um sério risco de ter de sair da casa, caso o filho da amiga regressasse para Portugal. “Não tenho papéis, contratos, não tenho nada. Pago tudo para a minha amiga, mas é complicado para mim” (Sra. Hélia). Parece que há alguma incerteza se o filho desta amiga ainda vem para a ilha morar, o que torna a situação da Sra. Hélia ainda mais incerta e instável em termos de alojamento, apesar de parecer que, por enquanto, nada deve mudar dada a situação da pandemia.

A Sra. Hélia partilhou com a mestranda que adora viver sozinha e que a casa é suficiente para viver sozinha, visto que tem a cozinha, sala, dois quartos e casa de banho dentro da casa, o que não traz o constrangimento que os outros moradores têm de ter de passar de um lado para o outro. No seu caso, o frio não é um incómodo e diz estar habituada. Partilha que nem sempre se sente segura por estar só e que nas primeiras semanas foi difícil adaptar-se e estar sozinha, então ia passear, via televisão e conversava com o seu filho. “No início isto tinha cheiro a velho, mas agora esta melhor. Acho o espaço muito bom para mim. Não sinto falta de nada” (Sra. Hélia). As suas amigas ajudaram-na com mobiliário, utensílios de loiça, coisas para cozinhar, *etc.* e que aos poucos conseguiu juntar as suas coisas.

Quando questionada sobre o que mudaria na habitação, diz que não mudaria nada, isto porque mal fica em casa, pela sua atual situação, pelo tempo livre que é escasso, pelos recursos que tem e por não ter grande interesse, uma vez que o interior da habitação tem tudo para atender as suas necessidades básicas. Usou como argumento o facto de não passar muito tempo em casa.

Confessa que a casa é suficiente para viver e que só tem dificuldades financeiras, daí trabalhar muitas horas por dia. A inquilina partilhou com a mestranda os seus gastos fixos, sublinhando que tem o passe mensal, tem um pacote de duas semanas de *internet* por 15 euros, água e que a luz é o que mais gasta – “a luz é muito cara por aqui” (Sra. Hélia). Ajuda o filho financeiramente e tem casa própria na Ucrânia que pertencia aos pais e que seu filho toma conta juntamente com a sua namorada. “Tenho de pagar contas aqui e na Ucrânia, ajudo o meu filho com as contas da minha casa lá” (Sra. Hélia). Contou que deseja que o seu filho venha para Portugal, todavia com a pandemia pensa que não seja o momento indicado. Sonha voltar para a sua terra natal, no entanto, sabe que em Portugal tem trabalho e isso faz com que não queira voltar.

Considera que viver nesta rua traz muitas vantagens, pois em poucos minutos chega a qualquer serviço que necessita, que esta muito bem servida a diversos níveis. Reforça que utiliza os serviços que lhe parece mais conveniente pela proximidade da sua área de residência e pelo preço acessível. Quando está de folga gosta de ver televisão, ficar na *internet*, descansar e conversar com a sua família e amigos.

Mantém relações meramente cordiais com os vizinhos, apesar de ter vizinhos ucranianos não têm uma relação extremamente próxima. Mantem contato com amigos e familiares ucranianos através das redes sociais e aqui conta com o apoio de algumas amigas, sobretudo ucranianas. “Tenho alguns amigos aqui, amigos ucranianos que convidam para cozinhar, jantarmos, juntarmos. Quando tenho tempo, mas o tempo é pouco” (Sra. Hélia). Diz que nas festividades não faz muita coisa, pois chega cansada do trabalho e só quer descansar.

Família IV – Valentim e Laurentina

O Sr. Valentim, de 64 anos e a Sra. Laurentina, de 60 anos são casados, oriundos da Ucrânia e vivem na ilha há 20 anos. Antes de vir para Portugal o Sr. Valentim era professor de Matemática no Ensino Superior. Quando chegou em Portugal e ficou a residir em Lisboa por onde trabalhou durante seis meses. Posteriormente, veio trabalhar para o Porto, tendo já feito trabalhos em diversas áreas. Partilhou que precisou fazer um curso de vigilante, pois estava desempregado por três anos, quando acabou o curso conseguiu arranjar um trabalho como segurança, até então, com horários rotativos. Trabalha como segurança há mais de cinco anos. A Sra. Laurentina era professora da Escola Primária na Ucrânia e aqui em Portugal trabalha como cozinheira num lar de idosos, veio para Portugal mal o marido veio viver para o Porto. Viu-se obrigada a deixar de trabalhar durante o estado de emergência, no entanto, com o desconfinamento conseguiu regressar. Este casal soube que a casa na ilha estava disponível através de uma antiga inquilina e conhecida do Sr. Valentim que vivia na casa.

A Sra. Laurentina, apesar de estar em Portugal há muitos anos, tem algumas dificuldades em falar a língua portuguesa e por considerar que tem dificuldades em aprender português acaba por se resguardar e ter receio de dialogar com as pessoas. O Sr. Valentim fala fluentemente português, acredita ter facilidade em aprender outras línguas.

“Portugal tem uma história muito rica, gostamos daqui. Gostamos mais de viver no Porto por achamos que as pessoas são mais recetivas” (Sr. Valentim). A adaptação foi complicada, sobretudo para a Sr. Laurentina, pois, de acordo com o seu marido, é muito apegada à sua família, “confia nas pessoas e depois dececiona-se”. Em conversas intencionais com o casal é perceptível que partilham o desejo de regressar a terra natal, uma vez que a maior parte da família reside lá, inclusive têm filhos (de outros relacionamentos) na Ucrânia. A moradora considera que ainda não se adaptou totalmente e que se dependesse da sua vontade já tinham voltado para a Ucrânia. Não têm família em Portugal, contam com muitos amigos, sendo que a maior parte deles são ucranianos, pertencem também a uma associação frequentada por ucranianos. Mantém contacto

com as famílias através de vídeos chamadas pelo *Skype*, *What's App*, *Viber*. Também costumam frequentar a missa todos os sábados à noite e aos domingos na igreja ortodoxa.

Vivem na ilha sobretudo pela questão financeira, pela renda ser acessível, por ter diversos serviços disponíveis e estarem perto dos trabalhos. Afirmam ter transportes à porta de casa, porém por terem transporte próprio chegam facilmente a qualquer lado. O Sr. Valentim acrescentou que estaciona nos parquímetros perto da ilha e que tem uma senha que paga 25 euros por ano.

No que concerne às dificuldades que têm vindo a sentir, mencionam o isolamento interno que absorve tudo e a humidade que deixa a casa cheio de manchas. Em termos de segurança, acreditam que um portão traria uma maior segurança para os moradores. Reforçaram durante a noite é mais complicado e que normalmente põe dentro de casa tudo o que têm no exterior. O Sr. Valentim salientou que todas as casas deviam ter uma campainha na porta. Compartilham que apesar da casa ser pequena, a arquitetura da casa não dificulta a limpeza e a manutenção e que depende das coisas que as pessoas têm. Realçam a satisfação de terem a casa de banho e polibã dentro de casa e que apesar de ser pequena a casa tem uma cozinha, uma sala, uma casa de banho e um quarto.

No que diz respeito à relação com os moradores consideram que é "normal", não conversam com todos os vizinhos da mesma forma e que pela rotina de alguns, muitas vezes não passa de um bom dia/boa tarde. No entanto, é notável o interesse destes em estabelecer uma maior interação com os vizinhos. Nas festividades, a Sra. Laurentina partilhou que é cada um na sua casa, mas que todos os seus vizinhos sabem que são ucranianos, que têm uma cultura diferente, o que significa que celebram algumas festividades em outras ocasiões. O casal, para além de conhecer as comidas típicas do Portugal, tem um grande apresso pelo bacalhau, por exemplo, demostram, igualmente um grande interesse em partilhar um pouco da cultura com as mestrandas. A arte e a cultura portuguesa desperta neles bastante interesse, sendo que frequentam museus, jardins, entre outros.

O Sr. Valentim afirma que, em dias de chuva, gosta de ficar em casa a ler e a descansar, sobretudo agora que os livros digitais estão disponíveis e torna tudo mais fácil. A Sra. Laurentina é quem mais gosta de ler. Adora cozinhar e desafiar-se a fazer novas receitas. Nos dias de verão gostam de passear, ir à praia, fazer campismo e fazer atividades ao ar livre, especialmente ao fim-de-semana. O casal tem um médico que família e frequentam o hospital mais perto da ilha quando necessário, todavia consideram que embora estejam legalizados, nem sempre é fácil para quem vem de um outro país. A Sra. Laurentina tem problemas de saúde que exigem idas a consultas com regularidade, contudo com a pandemia não tem sido fácil. Uma das vantagens observadas pelo casal em ter documentação regularizados diz respeito à vacinação contra a Covid-19.

Família V – Sra. Sofia e Bernardo

A Sra. Sofia, de 30 anos, vive na ilha com o seu filho Bernardo, de 12 anos, há quase quatro anos. A Sra. Sofia tem o 9º ano e trabalha na copa de uma cozinha numa confeitaria. Chegou até à ilha por intermédio de uma amiga e confessa que vive na ilha por uma questão de necessidade.

A Sra. Sofia revela já ter vivido noutras ilhas, bairros e até prédios e que quando chegou à ilha ficou um pouco assustada, apontando que antes não tinha de passar de um lado para o outro para ir a casa de banho e cozinha. Pessoalmente diz não gostar de viver na ilha muito pelas condições que apresenta, pontua que se tivesse a casa de banho e a cozinha dentro da casa talvez a situação fosse diferente. Exemplifica dizendo que tem as roupas empacotadas numa garagem de um amigo e outras em pregos e cruzetas em casa porque não tem espaço para pôr as roupas.

Ressaltou que no início foi muito complicado porque o seu filho era mais pequeno e que quando se tem uma criança é diferente. Partilha que atualmente os problemas persistem e que é sempre necessário fazer reparos e organizar bem as coisas devido ao espaço ser pequeno. “Até quero por a casa diferente, mas não dá. Queria por um fogão novo lá em cima e não passa. Não entra nada, é tudo muito pequena” (Sra. Sofia). Pelo espaço ser reduzido, diz que evita trazer visitas e familiares, sobretudo nesta fase pandémica, passou a ser ela a visitar as pessoas. Muitas vezes

vai comer na sala, não só pela cozinha ser pequena, mas para não estarem a andar de um lado para o outro e resguardarem-se.

A própria estrutura da casa não lhe permite fazer muitas alterações. Tem dois quartos e uma sala de um lado e a cozinha e a casa de banho no anexo. “Eu tive de partir o meu colchão porque não entrava, não é muito acessível estas casas. Um colchão novo e tive de o partir por causa das escadas” (Sra. Sofia). Para além do espaço reduzido, a casa tem muita humidade e bolor, mencionou que limpa com lixívia, mas sabe que é tóxico e não faz bem usar recorrentemente. Diz que por conta da humidade já deitou muitas coisas fora, entre elas um móvel e umas sapatilhas do filho porque estavam todas emboloradas. Diz que no verão é mais tranquilo e é ótimo. “Até se esquece destes problemas, é tudo aberto. Fazemos um churrasco, estamos até tarde cá fora a conversar e a conviver” (Sra. Sofia). Em contrapartida, no inverno é desconfortável em dias de chuva e frio, realçou que seu filho já ficou doente muitas vezes por conta disso. Contou que tinha o sonho de ser mãe outra vez, mas que não via condições de ter um bebé na casa.

Neste sentido, deseja sair da ilha se as condições continuarem a ser as mesmas. Partilhou com a mestranda que é candidata às casas Camarárias da Domus Social e que está só a aguardar uma resposta. Reforçou que não foi um processo fácil até aceitarem a candidatura. A primeira vez que fez a candidatura tinha os seus 18 anos e que por conta das burocracias todas que são pedidas só a quinta tentativa é que a sua candidatura foi aceite, pois tinha de comprovar que era ser residente há cinco anos no Porto (o que não era um problema, pois nasceu e sempre viveu no Porto); os documentos da segurança social e do IRS, a necessidade de contrato de arrendamento (tendo sido uma das razões de ter vindo para a ilha), entre outros. Disse que já havia chamado alguns delegados de saúde para uma inspeção na casa e que apresentou o relatório de insalubridade e de condições perigosas de habitação como documento na candidatura, o que contribuiu para que fosse para uma posição da candidata prioritária. Diz que consegue ver na *internet* qual é a sua posição e que esta na casa dos 300, mas que a sua posição é móvel, podendo ser passada por algum candidato que possua situação de maior urgência. “Ta lá a dizer que sou um caso prioritário, mas de prioritário não tem nada, só se eu for com o meu filho para a rua” (Sra. Sofia).

Tem consciência que é um processo lento e instável, mas mantém-se esperançosa de que vai conseguir. “Por ser prioritário, conto com dois anos se tudo correr muito bem, já passou um ano desde que o pedido foi aceite” (Sra. Sofia). Ressaltou que quando tiver a sua própria casa que será uma conquista muito grande e que poderá investir no seu futuro e no do seu filho, demonstrando uma preocupação sobretudo com a sua segurança e a do seu filho. Acrescentou que sabe que terá de pagar água, renda e tudo o que é exigido, mas sabe que sendo uma casa da Câmara ninguém a tira, que tendo o contrato vitalício como garantia conforta o seu coração. “Que bem ou mal é a nossa casa” (Sra. Sofia). Afirmou que também não investe em melhorias onde vive dada a validade do contrato, que se fosse algo mais vitalício teria outra relação com a casa e que para ela até seria uma mais-valia que o contrato não fosse renovado ao final dos cinco anos, porque isso traria uma certa urgência para o seu pedido da casa da Camararia.

Outro aspeto que a Sra. Sofia referiu diz respeito à ausência de um portão, que no seu parecer poderia ser melhor para a segurança dos moradores. “Na verdade, não me importava de dar x para o orçamento e assim colocarmos um portão, mas ninguém quer saber” (Sra. Sofia). Nas partilhas feitas, percebeu-se que já se tentou fazer um orçamento para os moradores conseguirem por um portão, mas sem sucesso, pois nem todos os moradores quiseram colaborar e pagar o valor.

“Tem pouca luminosidade na rua, só as lanternas das casas. Para eu para ir tomar um café, é com a lanterna do telemóvel ligado senão nem sei. Tenho medo de que alguém esteja à noite na ilha, porque não conseguimos ver se alguém está escondido, porque é tudo muito escuro. Na entrada da ilha tem sempre pessoas a fumar, a fazer necessidades fisiológicas. Já aconteceu de tudo aqui. Só não sinto mais medo porque tenho o meu companheiro que vem cá” (Sra. Sofia).

Em conversas intencionais, a inquilina confessa que se as condições da casa fossem melhoradas continuaria a viver na ilha. “Se tivesse a casa de banho e a cozinha dentro de casa não importava de continuar a viver na ilha” (Sra. Sofia). Apesar de tudo, a Sra. Sofia diz que se as condições fossem melhores conseguiriam viver na ilha, pois na sua opinião a localização da ilha ótima, com tudo perto, a renda é acessível, está perto do local de trabalho e por ter transporte próprio, facilmente consegue fazer as suas coisas. Não apresenta também qualquer problema de saúde e

continua a ir para o mesmo Centro de Saúde e médica de família, pois com transporte próprio, o que facilita a deslocação.

Relativamente à sua rotina, afirma que trabalha, depois vem para casa arrumar as suas coisas e cuidar do seu filho. No seu tempo livre gosta de estar na *internet*, ver uns filmes, ouvir música, passear o seu cão, ir à praia, dançar, entre outras coisas. Também gosta de visitar a sua família, com quem mantém uma relação próxima e recorre sempre que necessário. No que diz respeito à relação com os seus vizinhos, afirma que tem uma relação cordial, mas não se dá com todos da mesma forma, tendo referido o Sr. Francisco e a Sra. Patrícia como as pessoas mais próximas.

No que concerne às obras, afirma que normalmente trata das suas coisas e tenta fazer pequenas reparações, tendo feito bastante obras quando chegou na ilha, uma vez que a casa estava num “estado grave”. Colocou chão flutuantes, limpou as paredes, lixou e pintou as paredes e mudou alguns móveis. No seu ponto de vista não compensa gastar dinheiro em mais nada porque sabe que não quer ou não pretende ficar na ilha se conseguir uma casa. “Uma coisa é eu saber que a Câmara não me aceitou o pedido, outra coisa é saber que já me aceitou o pedido e que mais cedo ou mais tarde vou sair daqui” (Sra. Sofia). Diz que a casa necessita de muitas mudanças, contudo a arquitetura dificulta a limpeza e a atualização do espaço. “Por exemplo o meu namorado e o meu filho batem com a cabeça nas escadas por serem altos” (Sra. Sofia).

O Bernardo, filho da Sra. Sofia, tem 12 anos e está no 7º ano. Em conversas intencionais, partilhou que considera ter uma relação boa com os seus colegas dentro e fora da escola. Os pais estão separados, tem a guarda compartilhada, o que significa que o Bernardo fica uma semana com a mãe e uma semana com o pai. Quando está com a mãe vai para a escola de carro, quando está com o pai vai a pé, a escola fica em frente à casa do pai. Inicialmente o Bernardo sentia muito estas mudanças, mas agora diz estar habituado. Segundo a mãe estas mudanças não lhe afetaram na escola, pois é um bom aluno, contudo, acredita que sente esta instabilidade na pele.

Antes da pandemia, o Bernardo jogava futebol como guarda-redes, viu-se obrigado a sair da equipa por conta da pandemia, mas mantém o sonho de um dia ser guarda-redes profissional.

Partilhou que não sabe se quer ir para a faculdade e que vai depender da profissão que até lá decidir seguir. Menciona que também já quis ser geólogo e polícia, que esta a aprender espanhol e que adora francês e italiano, em contrapartida, não gosta muito de inglês. Ressaltou que adora ciências e história e que, às vezes, no verão quando está calor gosta de fazer experiências, mexer com tintas que mudam cores, desmontar coisas e colar com cola quente. Confessa que gostaria de ter um espaço na ilha onde pudesse fazer estas coisas.

Diz ser muito caseiro e que nos seus tempos livres gosta de dormir, ver séries, ir ao parque, ir à praia, estar no computador e jogar *playstation*, pois fala com os amigos por lá. Quando está no seu pai por ter os seus amigos e primos a viver perto consegue andar pelo bairro a brincar, mas que agora com a pandemia é irregular.

Apesar de se considerar atento e bom aluno, percebeu que a pandemia afetou um pouco a rotina e que passou a sentir dificuldades em algumas matérias da escola. "Tive mais dificuldades em Ciências, tínhamos uma aula por semana e pedíamos muito tempo a entrar, a sair e os problemas de *internet*" (Bernardo). Refletiu que acabam por não conseguir fazer tudo e depois a professora lecionava matérias novas todas as semanas, mandava as fichas para as aulas digitais no *Classroom* e depois tinha de fazer os exercícios por lá. Acrescenta que fica difícil quando não compreende bem a matéria, exige o dobro do esforço da sua parte. "As minhas professoras de Português e de Ciências explicam mais afundo a matéria e perguntam se temos dúvidas" (Bernardo). Referiu que tem o número de alguns professores e que o ano passado tinham um grupo do *What's App* onde organizavam as aulas.

Afirmou que a sua turma é muito cuidadosa e que cumpri todas as medidas de segurança, reforça que noutras turmas já ficaram em casa porque tiveram alunos testaram positivo à Covid-19 e que na sua não. Confessa que o mais chato é ter de usar a máscara e que por usar óculos, fica tudo embaciado.

A nível de segurança na ilha diz que nunca lhe aconteceu nada diretamente, mas que tem um certo receio e que um portão faria muita diferença, sobretudo à noite. Diz gostar muito da zona onde

vive, que tem tudo perto. Costuma ir às compras com a sua mãe e ajuda a sua mãe nas lidas domésticas. “A minha mãe diz que quando crescer já vou saber fazer as minhas coisas e quando estiver solteiro consigo fazer as minhas coisas porque ela vai ser velha e não quer que ninguém a chateie” (Bernardo).

Tentou-se perceber junto do Bernardo qual é a sua visão sobre a ilha e se saberia explicar às pessoas o que é uma ilha. “Diria que são casas juntinhas, que tem uma entrada, que as casas são mais velhinhas. Que tem um pátio e casas de banho cá fora para alguns moradores (...) não sei. Basicamente é isso” (Bernardo). Em conversas intencionais com a mestranda partilhou que alguns dos seus amigos sabem que vive numa ilha e outros talvez não. Reforça que é um assunto que nunca surge nas conversas, mas que na sua opinião os amigos não têm preconceito com isso, pois tem amigos que vivem ou viveram em bairros e ilhas. Acrescenta que não costuma trazer os seus amigos para a ilha e que a maioria vive no bairro ao pé da sua escola e que quando está no seu pai, esta com eles ou então conversam pelas redes sociais ou *playstation*, principalmente agora na pandemia.

Como forma de colaborar com o estudo do Bernardo, especialmente na pandemia, forneci um nome de um canal educativo no *Youtube* (Didatics - <https://www.youtube.com/channel/UC6Qp0jm83uxJKJEbkafI35g>) para que o Bernardo possa assistir vídeos didáticos e reforçar o seu estudo.

Família VI – João e Viviana

O Sr. João, natural de Vila Nova de Gaia, tem 61 anos e é casado com a Sra. Viviana desde os seus 22 anos. O Sr. João concluiu o 9º ano de escolaridade e atualmente assume o cargo de encarregado de construção civil em obras públicas e engenheiro técnico de segurança no trabalho. Diz já ter trabalhado como vereador e foi sócio/gerente de uma fábrica até os seus 33 anos, no entanto a fabrica faliu e viu-se obrigado a fazer outros cursos ligados ao seu atual emprego. Vive na ilha há cerca de 39 anos com a sua esposa. Atualmente, diz ser o único do seu agregado familiar a vive na ilha, pois os seus filhos trabalham no estrangeiro e só vem para Portugal de férias e a sua

esposa está na casa do pai. “Tenho 2 filhos e eles viveram aqui também. Mas um já saiu daqui há dois anos e outro há quatro anos. Nasceram e foram criados aqui na ilha” (Sr. João).

A sua esposa, apesar da ilha ser o seu local de residência, atualmente vive na casa dos pais há cerca de 6 meses, pois com o falecimento da sua mãe foi obrigada a mudar-se para cuidar do seu pai que se encontra doente. A Sra. Viviana, de 61 anos, trabalha como empregada doméstica em regime *part-time* e cuida do seu pai. O morador afirma que passa muito pouco tempo na ilha, pois ambos prestam apoio ao seu sogro.

O Sr. João partilhou que chegou até à ilha por intermédio de uns amigos. Ressaltou que gosta de viver na ilha e considera ser um lugar sossegado. “Não se passa nada, é bom porque a nível de vizinhança nem há atritos nem nada. O único inconveniente é mesmo a fossa que entope de vez enquanto, porque de resto está tudo bem” (Sr. João).

Mencionou que quando chegou à ilha ficou um pouco assustado com as condições débeis da casa, “sem saber o que havia de fazer. Mas como tive o abalo da senhoria, fiz obras, muitas e fiz o que quis. Aumentei a casa mais um metro, é a mais alta que existe na ilha” (Sr. João). Acrescenta que ficou com a casa em melhores condições, no entanto tem sempre o constrangimento de ter de andar de um lado para o outro por ter a cozinha e a casa de banho no anexo.

Relativamente aos problemas com a habitação, afirma ser o próprio a resolvê-los. “Às vezes uma fossa entupida e não há necessidade, mas pronto. É a única coisa que me atrapalha” (Sr. João). Ressalta que faz falta ter “tudo em conjunto, uma única casa e, também a questão do portão, havia mais segurança, resguardava mais aqui a ilha”.

O Sr. João explicou como era a sua casa, afirma ter feito diversas mudanças no sentido de ter um maior conforto. “Tenho uma escadaria em L que vai para a parte de cima onde tenho os dois quartos. E, tenho ainda o sótão onde guardo lá algumas ferramentas.” Contou que a cozinha era no piso de cima, contudo devido aos cheiros e falta de ventilação, passou a ser no anexo. “Eu fiz muitas obras, fiz tetos falsos, pichelaria, entre outros”.

Quando questionado sobre como é viver na ilha, partilha que não tem grandes dificuldades, que por conta dos serviços que presta fazendo obras na casa das pessoas acaba por conhecer muitas pessoas. Menciona, ainda, que por ter carro próprio facilmente circula para todo lado. “Não há má vizinhança, tenho amigos. Também faço muitas obras, um amigo passa a palavra a outro amigo e então eu vou conhecendo muita gente nas redondezas devido às obras que faço” (Sr. João).

O morador afirma que a sua rotina é trabalho–casa, casa–trabalho. diz sair às 7h da manhã e regressar por volta das 19–20h. Contudo, devido à pandemia procura almoçar em casa e evitar espaços com muitas pessoas. “Volta e meia vou ao café, à associação dos moradores aqui da zona, é um ambiente muito familiar. Convivo um pouco com toda a gente” (Sr. João).

Relativamente à sua família, partilhou que os filhos vivem no estrangeiro e que só vem para Portugal de férias. “Tenho os meus sogros aqui perto. As minhas irmãs estão mais longe, mas volta e meia reunimo–nos, principalmente, quando é a missa do falecimento dos meus pais e também para ir ao cemitério”. Afirma ter uma boa relação com a sua família, “damo–nos muito bem, a família é unida”. Ressaltou ser bastante individualista e que procura resolver os seus problemas sozinho. “Tento sempre resolver os meus problemas, se os crio tenho que os resolver, (...) não preciso de apoio, sou muito independente” (Sr. João). Diz conhecer todos os seus vizinhos e tem uma relação bastante satisfatória com a maior parte deles. “Dou–me mais com a moradora Patrícia e o Valentim”. Acrescentou que também faz as melhorias nas casas dos moradores e que isso facilita a interação com todos. Lamenta não ter um espaço para convívios e festividades. “Não nos juntamos, é independente. Antes é que havia mais convívio” (Sr. João).

Salientou que os dias de verão são agradáveis, “posso apanhar os meus banhos de sol no quintal. Antes fazia cultura física, então passava muito tempo ao sol no quintal” (Sr. João). No inverno diz estar mais recolhido devido ao frio e à chuva. Contudo, aos domingos procura passear em família, sempre que possível.

No que concerne à sua saúde diz já ter escapado da morte três vezes. “O coração estava a 200 e escapei, da segunda vez fiz retenção de líquidos e escapei, e agora há pouco tive a bactéria do

pylor, estive à porta da morte como vos disse. Já andava a dar sintomas até que desmaiei e tive que ir para o hospital e descobriram a bactéria. Estive no hospital e fui muito bem cuidado, todos os dias eu dava uma “palestra” aos médicos mais novos, que se estavam a formar, para eles conhecerem esta bactéria”. Acrescenta que é muito bem acompanhado no hospital e no centro de saúde e sempre que pode recorre aos serviços médicos quando necessita. Por causa da bactéria *pylor*, levou 10 transfusões de sangue e ainda esta a recuperar. Dessa forma, os trabalhos que agora faz são trabalhos leves. Com relação ao COVID-19, diz estar tranquilo, “vou levando com serenidade, mas com todos os cuidados, claro. Mas nunca parei, andei sempre a fazer obras, tenho que trabalhar (...), mas eu também já levei a vacina, já estou muito mais tranquilo.” (Sr. João).

Família VII – Francisco, Patrícia e Manuela

O Sr. Francisco vive com a esposa Patrícia na ilha há mais 31 anos, sendo que desta união, nasceu Manuela de 31 anos. O Sr. Francisco, natural do Porto e tem 59 anos, tem a 4ª classe e já trabalhou em diversas áreas, tendo sido funcionário durante 36 anos numa fábrica de redes. Contou que ficou desempregado e foi para uma escola para rever a 4ª classe e depois fazer um curso de jardinagem. Atualmente trabalha numa peixaria. O Sr. Francisco partilhou com a mestranda que conheceu a sua esposa no bairro onde viveu durante muitos anos, pois era a sua vizinha. Começaram a namorar e, mais tarde, vieram viver para a ilha. Confessa que a adaptação, dentro dos possíveis, foi boa, que gosta muito de viver na ilha e que mesmo se arranjasse uma casa noutra bairro tem certeza de que a sua mulher não saía da ilha, pois ambos consideram que o ambiente é agradável. “Ela adora viver aqui, há muita liberdade, não há barulho, fazemos o nosso churrasco no verão” (Sr. Francisco). Chegou até à ilha por intermédio da irmã da Sra. Patrícia, que vivia na ilha, a casa ficou vaga, uma vez que a pessoa que vivia anteriormente na casa onde estão atualmente casou-se com o tio da Sra. Patrícia e foi viver noutra local. Mencionou que a antiga inquilina fez algumas obras na parte do anexo, contudo quando chegou fez algumas alterações, concertou o telhado e tiveram que pagar “20 contos” para conseguir a chave. Depois dos arranjos, fizeram as contas com a senhoria, que passou a descontar o valor das despesas no pagamento das rendas durante alguns meses. Até então a logística vem sendo feito dessa forma. A casa tem dois quartos, uma sala e um espaço de arrumos, nos anexos tem a casa de banho e a cozinha.

Diz sentir-se bem a viver na ilha, visto que a zona é acessível e que apesar de ter consciência de que a casa precisa de algumas melhorias, nomeadamente no telhado, nas janelas e nas portas para evitar a entrada de água dentro de casa em tempos de chuva, não tem muitas razões de queixas. Acrescenta que tinha gosto em ver um portão na entrada da ilha, pois traria mais segurança. “Pra já tapava a vista e tínhamos mais segurança. Já corri com muitos gajos daqui para a fora, andavam aqui no gamanço das roupas. Iam para a pia lavar os pés, uns a fumar, fazer necessidades (...)” (Sr. Francisco). Para além disso, considera que, no inverno, com a chuva é um pouco amassador por ter a casa de banho e a cozinha do outro lado, mas no seu caso por não ser a friorento não é algo que o atrapalha tanto.

O Sr. Francisco tem o hábito de acordar muito cedo para ir trabalhar de manhã e que de tarde, depois do trabalho, costuma ir à praia ou ir pescar. Não tem transporte próprio, ressalta que gosta de andar a pé. “Vou a pé ao trabalho e volto a pé, mas também tenho o autocarro à porta e tudo fica perto” (Sr. Francisco). Quando está a chover ou quando está cansado chega a casa, tenta descansar, ouvir músicas ou tratar dos seus afazeres ou estar na companhia da sua gata. Partilhou que também adora fazer exercício físico, ir passear, andar de bicicleta, pois não gosta de ficar parado.

O Sr. Francisco costuma frequentar os serviços de saúde na freguesia da sua antiga residência, pois tem lá o seu médico de família, porém, se necessário frequenta o hospital mais próximo da ilha. Relativamente aos seus problemas saúde diz ter bronquite e que também já foi operado, tendo colocado uma prótese na perna, o que lhe impede de fazer muito esforço quando faz exercícios físicos.

A maior parte da família do Sr. Francisco vive num bairro de onde veio e que fica perto da ilha. Partilhou com mestranda que a sua família não costuma visitar a ilha, pois o espaço é muito pequeno, por norma são eles que vão visitar a família. Diz ter uma boa relação com a família e que tem bastante apoio. “Andei numa fase, numa vida complicada, que não interessa a ninguém, mas ganhei juízo, graças a deus. Fumava e deixei de fumar. Comecei a ganhar tino, senão estava desgraçadinho. Muitas pessoas dizem à minha mulher “teu homem fez uma coisa que muitas

peças não conseguiriam.” Tive pessoas que me ajudaram, a minha mulher, a minha família. Ganhei juízo, graças a deus. Deixei de fumar de um dia para o outro. Nos primeiros tempos, naqueles jantares de família, era complicado, mas tive força de vontade. Já lá vai 15 anos sem fumar. (...) Já nem acho piada, é a certeza de que já não passa nada. (...) Já não sou um indivíduo de ir para os cafés, beber, fumar. Junto tudo para a minha latinha de moeda” (Sr. Francisco).

No que concerne às vizinhas, partilhou que o seu cunhado vivia numa das casas e era a pessoa que tinha mais ligação, também convivia muito com uns vizinhos que já faleceram. Atualmente diz estar “tudo mais parado”, mas que gostava que houvesse mais convívio. Durante o confinamento viu-se obrigado a ficar em casa sem trabalhar. Depois o desconfinamento, regressou a atividade profissional, contudo, num novo emprego onde trabalha com um familiar na montagem de ar condicionados.

A Sra. Patrícia, é natural do Porto e tem 55 anos. Tem 7º ano e atualmente trabalha como técnica de Farmácia. Diz gostar de viver na ilha, demonstra apreço pela casa e pelo lugar, apesar de ter as divisões da casa separadas e de ter consciência das melhorias evidentes que poderiam ser feitas. Por ter a irmã que vivia na ilha, afirma que já conhecia a realidade de quem vive numa ilha, portanto, adaptou-se muito bem. Compartilhou que preferiu vir para esta ilha pela localização privilegiada com diversos serviços disponíveis, pelos custos relacionados, pela integração com os vizinhos, pela movimentação e alegria, por ter o seu pátio. Reforçou o quanto gosta da zona, mostrando orgulho e um sentimento de pertença muito grande, para além da boa relação com os moradores. Agora não tem a mesma relação com os vizinhos como antes, com a mudança de um e o falecimento de outros as relações foram sofrendo ruturas, todavia valorizou a interajuda e a relação pacífica que existe, dizendo que normalmente não acontece em todo lado.

Por outro lado, considera que a ilha não é totalmente segura, sobretudo à noite, sendo uma questão que a inquieta, reforça que o portão faz falta e que sentiriam mais resguardados. “Para não falar da intimidade, seria melhor termos um portão que nos permitisse ter mais intimidade” (Sra. Patrícia). Comentou que quando tinha portão, mesmo sem chave, era um sossego e que

nunca foi trancado. Menciona que, em termos de mobilidade, especialmente dentro da ilha, para quem tem problemas de locomoção é um pouco complicado e perigoso.

A Sra. Patrícia desloca-se para o trabalho ou para outros serviços de transportes públicos ou a pé. “Aqui há muitos transportes por isso é fácil movimentar-nos quer para o trabalho, quer para o hospital ou para as compras” (Sra. Patrícia). Afirmou não ter nenhuma doença específica e que frequenta o médico de família que tinha antes de vir viver para a ilha.

A Sra. Patrícia trabalha por turnos e afirma que a sua rotina é muito casa-trabalho-trabalho-casa. Gosta de passear, ir às compras, mas que a maior parte de tempo está em casa, onde faz as suas limpezas, joga no telemóvel, vê televisão, faz o jantar e arruma as suas coisas. Diz que não é muito de sair e que gosta muito do seu sossego. Partilhou que os dias de verão são muito agradáveis, costuma estar sentada na sua cadeira a apanhar sol e com a família a fazer churrascos. Nos dias de inverno diz que custa-lhe muito, pois quando chove é sempre muito difícil ter que passar de um lado para o outro.

Ressaltou que tem uma boa relação com a sua filha, acrescentou que falam de tudo e que é a sua melhor amiga. Relativamente à sua família por viverem perto, convive muito com eles. Mencionou que costuma ir mais à casa deles, uma vez que o espaço na ilha não é muito grande.

Mostrou-se descrente em relação a possibilidade de obras, dizendo “ainda nesta vida vão acontecer obras?”. Põe em hipótese que se as obras realmente vierem acontecer deveria ser a Senhoria a informá-los. Referiu que pelo seu contrato ser vitalício lhe traz mais segurança, porém sabe que nem sempre as coisas são “preto no branco”. Reforçou durante as visitas que não quer sair da ilha porque gosta de viver na ilha, está perto do trabalho e de diversos outros tipos de serviços que utiliza. Partilha que se tivesse melhores condições seria ótimo, que não importava de pagar um pouco mais pela renda, pois tem consciência de que com as melhorias feitas faz sentido que o preço seja mais justo, todavia afirma que “quem aguentou vinte ou 30 anos, aguenta outros 30 anos com a casa assim” (Sra. Patrícia).

Como já referido, Manuela de 30 anos e nasceu na ilha. Pela sua rotina e a sua carga horária no trabalho, a Manuela passa a maior parte do tempo fora da ilha, pois vai trabalhar de manhã e só chega à noite. As mestrandas tentaram conversar ou entrar em contato com o Manuela para conhecê-la, porém esta mostrou pouco interesse, afirmando que tudo o que a mestranda precisar saber vamos conseguir com a sua mãe, pois, relativamente à ilha têm a mesma opinião. Mais tarde voltou-se a tentar conversar com a Manuela, mas sem sucesso. Foi possível obter algumas informações através dos seus pais. Seu pai partilhou que, atualmente, a Manuela trabalha num escritório, porém já trabalhou em diversos sítios anteriormente. Durante a semana está com os pais na ilha e passa fim-de-semanas na casa do namorado. A Sra. Patrícia partilhou que a filha tem interesse em arranjar uma casa para viver com o namorado. Confessou que já tentaram algumas vezes alugar uma das casas na ilha, aquela pudesse ter melhores condições, mas o pedido foi recusado pela proprietária por não ter condições mínimas para viver. Ressaltou que a sua filha tem interesse em arrendar uma casa perto ou na ilha para continuar próxima da família, do trabalho e dos serviços que frequenta.

Família VIII – Sr. Jacinto

O Sr. Jacinto, de 75 anos, natural do Porto, é licenciado em Economia. Atualmente, está reformado e vive no estrangeiro com sua esposa que é enfermeira a tempo parcial/ocasional. Tem dois filhos que também vivem no estrangeiro. O Sr. Jacinto veio viver na ilha aos seus dois anos com seus pais, há 73 anos. Afirma ter períodos de ausência da ilha devido “à emigração, mas a renda mensal tem sempre sido paga ininterruptamente ao longo dos anos e continua a ser paga de acordo com o contrato de arrendamento mensalmente, tal como as contas da energia elétrica, dos serviços de águas e de televisão, telefone e internet. Tudo isto com o intuito de ter casa sempre que visito e sobretudo para o regresso definitivo” (Sr. Jacinto).

Contou que os dias de inverno são chuvosos, o interior da casa torna-se ainda mais escuro devido à falta de luz natural. Nos dias de verão, o quarto e a cozinha tornam-se muito quentes devido à falta de janelas, no entanto, o ambiente é bem mais agradável. Revela que a ilha tem um acesso restrito devido “à distância do túnel”, acrescenta que ter de passar na frente de todas as outras

casas para chegar até a sua, ainda para mais quando tem de carregar algo volumoso desde a rua até sua casa. O espaço limitado e o acesso restrito são outros aspetos apontados, devido “a falta de portas a separar os espaços e fora de casa devido a proximidade dos vizinhos com todas as suas atividades” (Sr. Jacinto). Partilhou que estas limitações do acesso único pelo túnel e do limitado espaço e privacidade tornam o “receber alguém para tratar de assuntos pessoais, para comemorar algo ou qualquer outra atividade social” pouco viável. Quando precisa resolver algum problema relacionado à sua procura que sejam resolvidas com a senhoria ou pelos vizinhos que o ajudam com a casa conforme as necessidades. Diz receber apoio tal como correspondência na caixa postal, manutenção e limpeza da casa, sendo que uma vez por semana a casa é limpa por uma senhora contratada pelo seu vizinho Sr. João.

Atualmente divide a casa com a sua esposa. Salientou que sempre viveu na ilha por uma necessidade imposta durante vários anos. Acrescenta que faz falta “cozinhas apropriadas, casas de banho, divisões dentro das casas, janelas e circulação de ar, um espaço comunitário e facilidade de acesso à via pública” (Sr. Jacinto). Explicou que a sua casa tem uma “sala logo na entrada, um quarto pequeno sem janela, uma cozinha muito pequena sem janela e sótão de arrumações. O quintal anteriormente utilizado para plantar legumes e hortaliças tem agora casa de banho provisória com arrumações” (Sr. Jacinto). No entanto, enfática a localização favorável e a proximidade dos diversos serviços que a freguesia tem disponível “transportes, escolas, serviços e bens de consumo.” Revela que não dispõe de nenhum transporte próprio e que utiliza transportes de terceiros ou transportes públicos. Reforça ser uma das vantagens da localização da ilha.

No que concerne à sua rotina afirma que, agora que se encontra aposentado, procura tratar das suas necessidades do dia-a-dia, cuidar da sua saúde e aproveitar a companhia da sua família e amigos. Afirma que a sua saúde tem “limitações habituais para a idade, que não parecendo óbvias a terceiros impõem, no entanto, limitações nos campos visuais e neurológicos”. A família que vive em Portugal reside relativamente perto da ilha e conta com o apoio deles para cuidar da casa na sua ausência e tratar de algum assunto importante. No que respeita à rede de vizinhança, afirma que foi conhecendo os seus vizinhos ao longo das décadas, sobretudo os que residem mais

próximos da sua casa. Mantém, com alguns deles, um bom nível de intimidade e apoio mútuo e amizade, geralmente, boa. Partilhou que os espaços de encontro são praticamente no corredor da ilha. Diz que antigamente celebravam as festividades como o São João (cascatas, balões e foguetes), Páscoa (visita do padre a cada casa, tapetes de verdes e flores, amêndoas), Natal/Ano novo (presépios, cantares das Janeiras, taxos e panelas), contudo, afirma que “disso já pouco existe”.

Família IX – Sra. Inês

A Sra. Inês, de 63 anos, nasceu na ilha e viveu com os pais até aos 17 anos quando engravidou e se casou. Depois de casada, saiu da casa dos pais e encontrou uma outra casa na ilha. “O meu marido deixou-me tinha eu ainda 28 anos, nunca mais refiz a minha vida. Mas eu dou-me bem com o pai do meu filho, enquanto estive casada com ele não tive nada a dizer dele” (Sra. Inês). Apesar de divorciada, continuou na mesma casa com o seu filho, depois o seu filho se casou e foi viver fora da ilha com a esposa. Atualmente, a Sra. Inês vive sozinha na casa onde está há 45 anos e trabalha com idosos ao domicílio como cuidadora informal. Diz ser a mais antiga no seu serviço e que se desloca de autocarro, por norma faz trabalho em três domicílios. Acrescenta que tem o 6º ano e que quando era mais nova não gostava muito de estudar, que por ter engravidado e casado cedo, deixou de estudar. Mas tarde fez uma formação em Geriatria para poder trabalhar na área onde trabalha atualmente.

Em conversas intencionais com a mestrandia é visível a Sra. Inês gosta muito de viver na ilha. “Eu gosto muito de morar aqui (...); (...) sempre me senti bem muito” (Sra. Inês). Segundo a inquilina, as únicas alterações que faria diz respeito à casa de banho no exterior e a ausência de um portão, pois considera que estariam mais seguros e resguardados e que é desagradável ter que não conhecem dentro da ilha e que muitos pensam que o corredor é um acesso para a rua das traseiras. “Os dias de Inverno custam muito, é mau. Eu tenho o wc lá fora, é um transtorno ter de sair para ir ao wc e tomar banho quando está frio” (Sra. Inês). Acrescenta que além do frio, a humidade também é algo que não ajuda, porém, considera que no verão a sua casa é uma maravilha e que são “melhores e mais fresquinhos”.

Quando questionada sobre as obras e as condições da sua casa, a inquilina afirma que dentro de casa tem uma cozinha, uma sala de estar, dois quartos. Fora da casa tem a casa de banho comum que utiliza com mais dois inquilinos, também tem uma dispensa onde guarda as suas compras e que a Sra. Patrícia utiliza, se necessitar. No que concerne às obras, afirma que normalmente é a própria quem resolve os problemas ou melhorias na casa e que se necessitar de algo conta com a sua pessoa ou com a ajuda do seu filho. Acrescentou que há cerca de dois anos reparou bastante coisas na casa, onde gastou umas economias para melhorar o espaço que ficou muito melhor. Na altura entrou em contacto com a senhoria e chegaram num acordo.

Diz gostar muito da zona e gostava de permanecer por lá. Em relação aos problemas da casa, apontou com maior gravidade a ausência de casa de banho no interior, a humidade e infiltração pelas janelas. Inclusive disse que já fez obras no interior mesmo depois da reconstrução da sua casa porque "estava tudo preto". Ela tenta controlar a situação com um desumidificador e a habitação encontra-se em melhores condições. Referiu que o frio também é "chato" no inverno. Em casos de obras ou de ajuda do Estado com a habitação, prefere que sejam feitas obras com casa de banho dentro de casa, tendo enfatizado bastante esse aspeto.

A Sra. Inês partilhou que é muito caseira, que a sua vida sempre foi muito casa-trabalho e que ao fim de semana costuma estar com o seu filho e só volta domingo à noite, pois durante a semana sai cedo para ir trabalhar e chega tarde. Afirma que o seu filho está muito presente na sua vida e que apesar desta pandemia ter feito com que restringisse um pouco as visitas ao seu filho, muitas vezes ele vem até à ilha com a nora e neto, de 14 anos. No seu tempo livre, além de aproveitar com para estar com o seu filho, diz que adora ir às compras, aproveitar para cuidar da sua casa e descansar. Quanto aos seus vizinhos, diz que tem uma relação bastante boa com alguns. Sendo uma das inquilinas que vive há mais tempo na ilha, conhece todos os residentes, no entanto, tem uma relação um pouco superficial com alguns, reforça que todos têm as suas vidas e as suas rotinas e que torna-se difícil por isso também. "Eu saio e quase não vejo ninguém e entro, e quase não vejo ninguém" (Sra. Inês). Refere que a pessoa que mais convive é o Sr. Joaquim e que sempre teve uma relação boa com o Sr. Joaquim e a sua esposa. Compartilhou que dá bastante apoio ao Sr. Joaquim, sobretudo depois que a sua esposa faleceu, mede as tensões e auxilia em tudo o que

é preciso. “Ele todos os dias me chama para vir buscar sopa que ele próprio faz. Eu às vezes até nem quero a sopa, mas já são tantos anos assim” (Sra. Inês).

Contou que na sua juventude a ilha era mais animada, que existiam mais crianças e que com o passar do tempo, os inquilinos foram mudando e perdeu-se um pouco daquilo que eram as relações. Todavia, pensa que apesar da relação não ser próxima entre todos, há uma interajuda entre todos, caso seja necessário.

Menciona, ainda que acha que a zona tem uma acessibilidade muito boa, com supermercados, farmácia, transportes, restaurantes, confeitarias, polícia, finanças e diversos outros serviços úteis. A Sra. Inês não tem transporte próprio, quando necessita deslocar-se fá-lo de transportes públicos ou a pé, reforça que anda muitas vezes de autocarro e que raramente precisa usar o metro.

Quando questionada sobre a sua saúde, diz que é diabética e que faz o controlo, mas que com a pandemia já não vai há algum tempo. Mencionou que recentemente tem sentido muitas dores no joelho e que isso atrapalha no seu trabalho, mas que tem tentado se cuidar. Diz que frequenta, se necessitar, o hospital mais próximo da ilha.

APÊNDICE H – GUIÃO DE ENTREVISTA À PROPRIETÁRIA DA ILHA

Guião de entrevista realizada à proprietária da ilha X (objetivos e perguntas).¹³

Objetivos:

1. Dar a conhecer o nosso papel enquanto investigadoras;
2. Conhecer e estabelecer um maior contacto, reconhecendo-a como parte integrante e importante nesta investigação;
3. Perceber o interesse da senhoria perante o trabalho que estamos a desenvolver;
4. Entender o seu papel/posicionamento, o que realmente pensa e deseja para si (enquanto proprietária), para a ilha e para os moradores;
5. Perceber qual e como é a sua relação com os moradores;
6. Compreender qual é a sua visão relativamente à ilha (situar no tempo – o antes e o agora).
7. Perceber quais são as dificuldades/problemas, bem como as potencialidades que se pode encontrar na ilha;
8. Compreender como se sente relativamente às dificuldades (financeiras e habitacionais);
9. Compreender os acontecimentos mais importantes ao longo destes anos em que se tornou senhoria (sobretudo acerca da história da ilha);
10. Perceber a questão das obras e a negociação com os moradores;
11. Qual o seu interesse nesta reabilitação;
12. Compreender qual acha que deve ser o seu papel ao longo deste processo;

¹³ Apêndice construído em coautoria com a mestranda Angélica Lemos (Lemos, 2021).

13. Perceber que entreves e que vantagens vê relativamente à reabilitação, aos programas;

Entrevista

1- Como se chama? Qual é a sua naturalidade?

2- Qual é a sua idade?

3- Onde mora?

4- Tem alguma formação académica? Se sim? Qual?

5- De momento, encontram-se no ativo? Se sim, qual é a sua profissão?

6- Há quanto tempo a ilha está com a sua família? E na sua posse?

7- Como se sente em relação à ilha? O que sentiu quando viu a ilha pela primeira vez?

8- Quais são os aspetos positivos desta ilha? Que problemas vê ou sabe que existem?

9- Como é a sua relação com os moradores? Gostaria de ter outra relação com os moradores?
Quais considera que foram as principais mudanças e dinâmicas dos/com os moradores?

10- Tem alguma lembrança histórica da ilha? Pode falar um pouco sobre esta ilha?

11- Como funciona atualmente a gestão e a manutenção da ilha? Como funciona a questão das obras? Como foi sendo este processo ao longo dos anos?

12- Já teve algum problema com a ilha?

13- Já teve alguma proposta de compra?

- 14- O que a motivou a querer fazer a reabilitação a ilha? Já quis reabilitá-la em outro momento? Com que fins? Por que não prosseguiu com o processo?
- 15- O que é importante para si, quais os aspetos mais importantes no processo de reabilitação?
- 16- Que entraves vê? E que oportunidades?
- 17- Qual acha que é o seu papel neste processo todo?
- 18- Como veio a saber sobre o Programa 1º Direito?
- 19- Qual é a sua opinião sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Habitar Porto? Quais são os contributos? E os constrangimentos? Como veio a saber do programa?
- 20- Qual é a sua opinião sobre as políticas de habitação? Que problemas encontra? Que benefícios vê? Sente necessidade de algum outro tipo de apoio? Sente necessidade de algum tipo de reforma no sistema?
- 21- O que pensa para o futuro desta ilha?
- 22- Pretende fazer novos contratos de arrendamento? Como é que fica aqueles contratos que estão prestes a acabar?
- 23- Existe alguma situação em que uma casa alugada pelos pais tenha passado a ser alugada pelos filhos, isto é, o arrendamento passou de pais para filho/os?
- 24- Qual é para si a importância do nosso trabalho com os moradores?

APÊNDICE I – ANÁLISE AO PROGRAMA BASE FEITO PELOS MESTRANDOS DE MIARQ

Esta análise diz respeito à Proposta de Reabilitação da Ilha, apresentada pelos arquitetos, no “Workshop Arquitetos de Família- Edição 3”, à proprietária da Ilha. Inicialmente, no documento é apresentada uma descrição e caracterização dos espaços físicos da ilha, bem como das casas existentes. Além disso, é apresentada a caracterização da Intervenção/Projeto da ilha e, por fim, a proposta de Construção. Neste sentido, e tendo em conta o primeiro tópico, os arquitetos caracterizam a ilha, apresentando as fragilidades das habitações que não têm condições mínimas de habitabilidade. Pois, além dos espaços serem reduzidos e existir fragilidade estrutural, existem outros problemas ligados à ventilação, iluminação, humidade e isolamento térmico. Nesta proposta é descrita a planta da ilha, onde são apresentadas a tipologia de construção das habitações, as dimensões arquitetónicas das trezes habitações (incluindo, anexos e respetivas instalações sanitárias exteriores, sendo estas instalações usadas apenas por três moradores desta ilha). Uma das condições para esta proposta, é que se seja garantida a permanência dos atuais inquilinos.

De forma a rentabilizar os custos, as habitações devolutas devem ser demolidas, diminuindo assim o número de fogos, de treze para 9 (6 fogos T1 e 3 fogos T2). É importante mencionar que, atualmente, há 9 casas habitadas, sendo que, em uma delas, o inquilino se encontra a residir fora do país e, por esse motivo, poderá ser excluído desta reabilitação visto que esta não é a sua habitação permanente. Assim sendo, esta proposta poderá sofrer alterações para 5 fogos T1. Posto isto, é-nos apresentada a caracterização da intervenção proposta, cujo intuito passa por melhorar as condições habitacionais dos espaços da ilha. Uma vez que a proprietária da mesma não tem recursos próprios para a elaboração destas obras, recorreu ao “Programa Primeiro Direito”, que tem como objetivo assegurar o acesso a uma habitação digna a pessoas que vivem em condições precárias e que não possuem recursos financeiros para conseguirem uma solução habitacional adequada. Assim, este programa dirige-se aos proprietários, a quem é disponibilizado financiamento a fundo perdido para a reabilitação do próprio edificado.

Nesta proposta, manter-se-ão as casas habitadas (que irão ser reabilitadas) e, apenas irão ser demolidas as habitações número 12 e 13 por ser, respetivamente, a casa que limita o acesso à rua secundária e a casa ponte. Além disto, também os anexos e instalações sanitários exteriores irão ser demolidos. O espaço da ilha irá ficar mais amplo, permitindo a existência de um espaço de convívio/lazer para os habitantes e onde é possível o cultivo de pequenas hortas.

Também nesta reabilitação existe uma preocupação acrescida no que toca às questões de acessibilidade, tornando possível a existência de rampas de acesso para as habitações, a substituição das escadas existentes no interior das habitações e a criação de habitações térreas, devido à idade avançada de alguns moradores (propõem-se assim quatro habitações térreas e outras quatro no segundo piso com dois T1 e dois T2 em cada andar).

Por fim, no que concerne à proposta de construção, é-nos apresentado alguns pormenores das estruturas internas das habitações e os respetivos materiais para a construção das paredes, janelas, fachadas, telhados, entre outros das habitações. É de salientar que para este projeto todos os materiais usados vão ao encontro do conforto ambiental e espacial, tendo em conta os baixos recursos disponíveis.

Analisando a proposta e todos os aspetos supracitados, podemos verificar que a candidatura corresponde a grande parte das necessidades dos moradores no que concerne à qualidade e conforto ambiental e espacial, atende à melhoria das condições de salubridade e habitualidade e, ainda, procura promover um impacto positivo na condição de saúde dos moradores. Contudo, apesar de o programa defender uma reabilitação que considera os baixos recursos financeiros disponíveis e que pode recorrer a apoios estatais que visam melhorar as soluções da reabilitação, os beneficiários desta ação acabam por ser os proprietários e não os inquilinos.

Neste caso, e tendo em conta que esta proposta devia privilegiar os interesses dos moradores, as alterações feitas visam apenas a parte estrutural. Sentimos, assim, que alguns aspetos partilhados pelos moradores foram escutados, mas não foram discutidos com os mesmos, no sentido de se perceber se as alterações vão ao encontro das condições de vida e recursos que

estes dispõem. Referimo-nos ao valor das rendas a pagar que podem sofrer alterações significativas. Este valor é incomportável tendo em conta o nível socioeconómico destes habitantes.

Por fim, sentimos que esta proposta devia ter sido apresentada e discutida com os moradores para que os seus interesses fossem salvaguardados, sobretudo, nesta questão.

Simulação dos valores das rendas com apoio dos Programas de Renda Acessível e Renda Condicionada, feitas no WAF pelos mestrandos de MIARQ

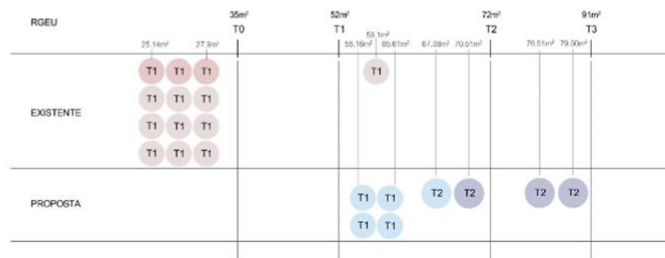
AGREGADOS - EXISTENTE:

	Nº PESSOAS	ÁREA	TG ATUAL	TG ADEQUADA	RENDA
A1	INQUILINO - 2	27,8m ²	T1	T2	10€
A2	INQUILINO - 1	27,7m ²	T1	T1	10€
A3	INQUILINO - 1	27,57m ²	T1	T1	120€
A4	INQUILINO - 2	27,20m ²	T1	T1	132,90€
A5	INQUILINO - 2	27,7m ²	T1	T2	150€
A6	INQUILINO - 1	27,7m ²	T1	T1	45,80€
A7	INQUILINO - 3	27,8m ²	T1	T2	162€
A9	INQUILINO - 0	27,7m ²	T1	T1	125€
A13	INQUILINO - 1	25,14m ²	T1	T1	15€

Para calcular o valor da renda acessível (Portaria n.º 176/2019 de 6 de junho) considerou-se para cada fração as seguintes características: moradia em banda, sem estacionamento, equipada, não mobiliada, em estado de conservação Bom e Classe energética C (valores medianos de arrendamento no município do Porto no 2º trimestre de 2020)

HABITAÇÕES - PROPOSTA:

	ÁREA	TG	RENDA CONDICIONADA	RENDA ACESSÍVEL
1	70,05m ²	T2	432,99€	642,33€
2	79,50m ²	T2	491,37€	698,87€
3	67,08m ²	T2	414,50€	624,04€
4	76,51m ²	T2	472,89€	681,23€
5	64,59m ²	T1	399,21€	608,50€
6	55,16m ²	T1	340,93€	547,73€
7	55,43m ²	T1	342,50€	549,52€
8	65,61m ²	T1	405,52€	614,89€



APÊNDICE J – REUNIÃO COM O ARQUITETO (FEV)

A reunião do dia 26 de fevereiro de 2020 ocorreu, virtualmente, pela plataforma *zoom*, iniciando às 14h30m e tendo o seu término por volta das 16H. Contou com a presença das mestrandas de EIS, do arquiteto Aitor Oro e da mestranda de arquitetura. A reunião foi realizada a pedido das mestrandas de EIS, tendo sido previamente contruído um guião com alguns tópicos selecionados de interesse, nomeadamente:

1. Tirar dúvidas sobre o funcionamento do programa Primeiro Direito;
2. Ficar a conhecer melhor sobre o contexto de intervenção do projeto;
3. Ficar a conhecer melhor sobre o workshop “Arquitetos de Família”;
4. Ficar a conhecer melhor sobre a entidade “Habitar Porto”;
5. Perceber se podemos mostrar a proposta das obras aos moradores e/ou que informações podem já ser transmitidas;
6. Perceber a mudança do valor das rendas e o funcionamento dos apoios existentes;
7. Prazos do início e término das obras;
8. Responder a preocupações colocadas pelos moradores; perceber se os interesses dos inquilinos estava a ser assegurados;
9. Como fica a questão do morador da casa 9? Visto que pode ser excluído das obras por se encontrar no estrangeiro. Ele tem conhecimento disto?

10. Há possibilidade de envolver mais os moradores nesta situação das obras? Ver as suas necessidades desejos incluí-los. Perceber como informaram os moradores sobre as obras nos últimos WFA, perceber o que correu bem, o que correu mal;
11. Introduzir a conversa sobre uma possível reunião comunitária com os moradores, a senhoria, as mestrandas e o arquiteto.

Antes de conversarmos acerca dos assuntos que ocasionaram esta reunião, procuramos informar o arquiteto Aitor Oro, de um modo geral, sobre o que tem acontecido na ilha e com os moradores deste local, tal como salientar os contornos desta experiência para depois explicar o porquê de termos solicitado a reunião com o mesmo.

De seguida, o arquiteto fez um apanhado acerca do funcionamento e papel de cada uma das entidades envolvidas (HP, IHRU, Porto Vivo – SRU, FAUP) e, para além disso, falou acerca do programa 1.º Direito e sobre o WAF. É de notar que este programa de reabilitação das ilhas está em vigor até 2026. Entre diversas partilhas, colocamos várias questões que preparamos para a reunião, havendo, por muitas vezes, a resposta articulada, já que as respostas a uma questão levaram às respostas de outras. Será feito, de seguida, um resumo das principais ideias transmitidas.

A reunião prosseguiu, o arquiteto partilhou que ainda não existe nenhuma candidatura ao 1.º Direito, ressaltou ainda que esta é um processo moroso, que se pode prolongar até um ano para que haja candidatura, “O 1.º Direito foi anunciado em 2018, estamos em 2021 e ainda não há candidaturas”. Além do mais, mencionou que as obras podem demorar até três anos a estarem concluídas. Explicou que não há uma candidatura, mas que no caso da ilha onde estamos a desenvolver o projeto, há um programa base desenvolvido pelas pessoas que participaram no *workshop*, que, todavia, tem de ser validado pela Direção Municipal Urbanístico, visto que a entidade IHRU tem de garantir que o programa base cumpre todas as regras urbanísticas antes de alugar verbas para o projeto.

Acrescentou que não há candidaturas ao 1.º Direito por duas razões: a primeira, porque os acordos e colaboração entre o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e a Câmara Municipal do Porto (CMP) foram assinados há relativamente pouco tempo, e a segunda, por ser algo recente, novo para as entidades envolvidas, o que faz com que este processo seja inovador e requeira cuidado. Neste sentido, pretendem averiguar qual é o melhor modelo de candidatura que permite entregar ao IHRU uma boa solução arquitetónica, uma solução onde estejam discriminadas as responsabilidades e compromentimentos de pagamento do empréstimo pelos proprietários, para garantir que ninguém é prejudicado com a candidatura. Todos estão a estudar a melhor forma de tornar o espaço onde as pessoas habitam num espaço melhor.

Desta forma, ficou perceptível através do seu discurso que é pretendido que todas as pessoas envolvidas cumpram o seu papel, pois todas elas fazem parte do projeto e estão envolvidas num risco que deve ser do conhecimento de todos. Posteriormente, notei positivamente uma frase que o orador referiu, pois traduz um pouco desta dimensão coletiva a que pretendemos chegar, isto é, a participação e o envolvimento de todos. “É preciso atar muitas pontas que estão soltas, entre elas: a dimensão urbanística, a dimensão económica, a dimensão social” (arquiteto Aitor Oro). Assim, procuram trabalhar com as pessoas partindo de hipóteses ao invés de apresentar possibilidades concretas. Foi ressaltada a importância de garantir que são cumpridas todas as regras urbanísticas, para que, futuramente, o projeto não seja posto em causa.

Partiu de alguns exemplos para explicar as ditas regras, nomeadamente a necessidade de demolir as construções ilegais (anexos), a garantia de que se houver um incêndio as pessoas não vão estar em situações de risco e que vão ter pelo menos duas saídas, garantir um espaço que cumpra os critérios de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, entre outros. Por outras palavras, garantir que o financiamento Público é executado de maneira condigna e favorável para as pessoas que vão habitar a ilha, permitindo que as pessoas não passem frio, calor, que exista divisões dos espaços no interior das casas, que exista uma divisão entre a dimensão privada e a dimensão pública, entre outros.

É importante referir que há um sujeito coletivo relevante neste caso. Primeiro, porque não há uma visão unânime, segundo, a proprietária e os inquilinos encontram-se na mesma situação, ou seja, caso exista a separação de inquilinos e de proprietários poder-se-á gerar um conflito. Se este processo for visto como algo que é do interesse de todos o procedimento é mais facilitado, afinal a proprietária pretende melhorar as casas e é também do interesse dos moradores melhorar as suas condições habitacionais, sem que para isso tenham de fazer elevados esforços económicos.

Assim, o que falta é preencher este espaço em branco entre ambos para evitar conflitos e é necessário existir comunicação e participação durante todo o processo para que se reflita acerca das manifestações deste conflito, na sua dimensão complexa e ambígua. Não é preto ou branco, há uma quantidade cinza e de cor que deve ser valorizada. Recomenda-se que haja uma solução que, de um modo geral, é viável e do interesse de todos e que, sobretudo, haja margem para receber as motivações das pessoas, margem para um entendimento maior em direção a uma solução plausível. Nas palavras do arquiteto “desmitificar a ideia de que o inquilino só está preocupado em pagar uma renda muito baixa e a senhoria é a “insensível”, que não faz as obras quando chove dentro de casa e não quer investir num património que lhe pertence”. É de referir que o importante é mediar a situação para que entendam que não existe um culpado, mas, de facto, o problema existe e está por resolver.

O arquiteto apresentou-nos um exemplo que considero relevante mencionar. Este dilema que os moradores, a senhoria e as entidades vivem neste momento é como “se puséssemos na frente das pessoas um telemóvel e afirmássemos o seguinte: Vai tocar aqui uma música. Podemos tentar dançá-la todos juntos?” Esta ação conjunta acarreta consequências que podem ser positivas ou trazer constrangimentos. Fazendo com que as pessoas pensem “E se não der certo, o que fazemos?”. Metaforicamente, é como se o telemóvel representasse o financiamento dos programas, os problemas, as motivações das pessoas. Deste modo, existem várias opções e a escolha deve ser a mais vantajosa. Isto pode ser traduzido em soluções que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, onde procuram conhecer as pessoas que vivem naquele espaço, o que pode ser melhorado, quais as situações que as deixam mais confortáveis ou as situações que as deixam mais frágeis. Para além disso, analisar de que maneira se consegue transformar a

ilha para a tornar mais habitável, para que os habitantes não passem frio, não passem calor, etc. Portanto, são importantes os perpétuos inquilinos que procuram respostas às suas condições de habitação desfavoráveis, estas que consideramos que devem ser efetuadas de encontro aos seus interesses, não devendo ser algo imposto. Mas não esqueçamos que temos, por outro lado, constrangimentos regulamentares e um outro indivíduo, a proprietária, pois está a vincular-se ao pagamento de um empréstimo.

Partilhamos que, do nosso ponto de vista, a dimensão que mais nos preocupa é que os inquilinos fiquem excluídos de alguma forma, o que pode acontecer de duas maneiras: a primeira é que não consigam pagar a renda; e a segunda é que fiquem excluídos porque lhes são impostas casas que não desejam, o que trará problemas verdadeiramente sérios. Enfatizamos a questão da participação dos moradores neste projeto como algo que lhes diz respeito diretamente, para que se sintam parte integrante e sejam ouvidos não só numa fase inicial, mas em todo o processo. O arquiteto respondeu que é importante ter em atenção as propostas e não prejudicar nem os inquilinos, com uma renda que sejam incapazes de pagar ou com casas que não pretendem e que contribuam negativamente para o seu bem-estar, nem a proprietária com um empréstimo a que seja inapta a pagar, nem o Estado, financiando soluções a perpétuas condições precárias trazendo problemas futuramente. Procuramos perceber se havia possibilidade de alterar o programa base de acordo com os contributos, interesses e necessidades, tendo em conta que não se sentiram ouvidos, apesar da maioria dos problemas terem sido respondidos através do programa base realizado pelos mestrados de MIARQ. Demos conta também do facto dos moradores sentirem que a senhoria tinha a obrigação de comunicar a todos os moradores o seu interesse em requalificar a ilha, quais são os objetivos e como funcionará o processo. Mediante isso, partilhamos o nosso interesse em realizar uma reunião comunitária para que a senhoria possa conversar com todos, para que conheçam o programa base, possam partilhar as suas dúvidas, opiniões e contributos.

Perguntamos como está a situação do morador que vive no exterior ao qual respondeu que por ser uma habitação secundária, tornando-o elegível no processo, tendo em conta que se trata de requalificações para quem realmente precisa. Completou afirmando que a senhoria entrará em


contato com ele. Mencionou também que a proprietária não pretende nem que as pessoas saiam da ilha nem que fiquem numa situação insustentável do ponto de vista financeiro. Deseja que as pessoas vivam bem e passem a ter melhores condições habitacionais. Relativamente ao valor das redes, uma das principais questões que nos fez marcar esta reunião, afirma que a lei impede que as pessoas entrem em fase de demasiado esforço económico. O importante é que pagam uma renda, a renda tangível. Acrescenta que não se pode exigir às pessoas que paguem uma renda superior àquilo que as suas capacidades económicas permitem, sendo um dos princípios que está escrito nas leis. Por outras palavras, o IHRU paga o valor em falta, aquilo que nem os proprietários e nem os inquilinos conseguem pagar, ou seja, é pago pelo estado.

Outra questão que pode ser levantada, no final da reunião, diz respeito às especificidades que tem de ser atendidas nas intervenções. Havendo a possibilidade de requalificar o espaço, é importante ter um olhar crítico e uma certa preocupação para que as necessidades atendidas sejam oportunas para as gerações futuras. Neste sentido, refletimos até que ponto a resposta que é dada no presente não vai condicionar (muito ou pouco) as pessoas no futuro. O arquiteto exemplificou afirmando que, eventualmente, a intervenção é condicionada por uma pessoa que poderá não viver ou estar na ilha e que as intervenções feitas condicionam a vida de outras famílias que poderão viver no mesmo lugar. Deste modo, afirma ser importante refletir até que ponto o público está vinculado ao coletivo daquela de uma ilha. Existe esta preocupação e ela deve ser compatível com a função social da habitação e a função social da habitação não se esgota nas pessoas que neste momento estão em casa, deve ter uma concorrente da continuidade. Por dar respostas exatas aos problemas que vivem nas casas pode significar realojar um inquilino porque as respostas não são do seu interesse. Depois de fazer as obras, com condições que facilitam a vida de uma inquilina por exemplo, no caso de ela falecer ou sair da casa, pode não ser proveitosa para o novo inquilino. Convém que sejam respostas que atendem às preocupações de todos, mas que nas soluções sejam ponderadas questões genéricas que possam atender às necessidades de futuros moradores. Fazer respostas à medida da pessoa não é uma autocracia contra as pessoas que não estão a ser consideradas, mas também é importante refletir de uma forma ampla.

APÊNDICE K – LIMPEZA DO ANEXO 10



Fotos retiradas pela autora deste relatório e pelas suas colegas Angélica Lemos e a mestranda de arquitetura.

 O verdadeiro significado do Natal é o amor e a união entre as pessoas! Que a magia do espírito natalício se espalhe pelas nossas vidas. Um feliz Natal repleto de amor!

Ano novo:
Amor, esperança, saúde e paz. São os nossos desejos para o ano de 2021.
2021 será um ano abençoado, um ano para quebrar barreiras, lutar pelo que se acredita e concretizar.
Feliz Ano Novo!
Angélica e Duda



APÊNDICE M – PRIMEIRA VISITA DA EDUCADORA SOCIAL À ILHA

A primeira visita da educadora social Isabel Vieira à ilha realizou-se no dia 2 de junho de 2021, das 14H às 17H. A apresentação da ilha foi feita pelas mestrandas de EIS (Duda Montrond e Angélica Lemos), contamos também com a presença da mestranda de MIARQ da FAUP. Nesta primeira visita, as mestrandas apresentaram a ilha à educadora social e, posteriormente reuníramos no anexo 10 para conversar. Iniciamos a nossa conversa fazendo uma contextualização sobre os moradores, sobre tudo o que temos vivenciado com eles até a data. Fizemos uma caracterização social da ilha, em termos de problemas sociais, partilhamos como tem sido esta experiência e todo o trabalho que temos feito com os moradores, quer direcionado à requalificação, quer relacionado com outros problemas levantados.

De seguida, a educadora social partilhou a sua experiência e o que tem sido o seu trabalho neste projeto de requalificação das outras ilhas, contextualizando a realidade de cada uma delas e as diferenças que existem no que concerne à ilha em que este projeto está a ser desenvolvido. Entre diversas trocas de experiências, foram ressaltados os problemas arquitetónicos de cada ilha e quais são as estratégias de intervenção utilizadas mediante cada contexto. Destacamos a importância de trazer um certo conforto, sobretudo para as pessoas mais idosas que habitam nas casas há diversos anos e têm um sentido de pertença forte, bem como a permanência delas no local onde vivem. Estas pessoas preferem viver com as péssimas condições habitacionais do que saírem das suas casas, com medo de serem despejados ou não voltarem. Em alguns casos, vemos uma população muito envelhecida, sendo que muitos nasceram nas ilhas e não querem deixar de viver naquele espaço, apesar das casas estarem muito degradadas e saberem que a reabilitação traz futuramente um certo conforto e casas mais condignas.

A educadora social partilhou as dificuldades sentidas, os constrangimentos em relação aos moradores e proprietários das ilhas que visita, afirmou que tem ilhas que tem três proprietários, por exemplo, e que se torna difícil a negociação, pois alguns que têm interesse em vender a ilha e

que aguardam apenas que as pessoas mais idosas faleçam para o fazerem, uma vez que estão relativamente protegidos em termos legais. Deu-nos o enquadramento socioeconómico dos inquilinos e exemplificou situações de despejos. Contou-nos, ainda, de como a COVID-19 afetou o seu trabalho e a realidade dos moradores.

Posto isto, conversámos um pouco mais sobre o nosso trajeto até então, como tem sido a construção deste projeto de carácter social e ao mesmo tempo com uma vertente arquitetónica, essencialmente num contexto pandémico. Explicamos que cumprimos todas as regras de segurança necessárias para que tudo corra pelo melhor e para que nós e os moradores estejamos protegidos, dando na mesma continuidade ao projeto.

Apresentamos o projeto de arquitetura, o programa base e as alterações propostas pelos moradores. Ressaltamos como correu a preparação da primeira reunião comunitária e fizemos um pequeno resumo do que aconteceu. Falamos de como as coisas prosseguiram, dos contratemplos, em especial decorrentes da falta e falhas de comunicação que com o tempo procuramos trabalhar com todos. Enfatizamos as mudanças que aconteceram pós reunião e o interesse e o envolvimento dos inquilinos no projeto como um aspeto positivo. Além de estarem mais envolvidos, a participação e a nossa relação fortaleceram-se.

Salientamos o que tem sido o nosso papel, a importância da mediação entre todos, da importância de conscientizá-los, empoderá-los e apoiá-los no movimento que precisaram, sobretudo no projeto de requalificação. Para mais, reforçamos a importância de procurarem informações, para além daquilo que lhes comunicamos. Falamos sobre as possibilidades de faseamento, os constrangimentos e aspetos em causa no processo das obras, da ocupação dos módulos, *etc.* A educadora social sugeriu conversarmos com os moradores e propôs que o faseamento, começasse pelos mais novos, que deixasse as pessoas mais idosas para depois como forma de evitar constrangimentos e desgaste emocional e físico. Aconselhou-nos a ter uma atenção especial a certos problemas, assegurar sempre a confidencialidade e o interesse dos atores sociais.

Prosseguimos a reunião a refletir sobre diversos aspetos existentes na nossa realidade que podem ser considerados positivos, sobretudo em comparação com as ilhas em que a Educadora está a trabalhar, nomeadamente a vontade de requalificação ter partido da proprietária da ilha X, desta mesma ilha ter uma única proprietária, de não existir conflitos muito significantes que afetam a convivência ou o respeito uns pelos outros, do facto da ilha estar localizada numa zona com diversos serviços disponíveis e das pessoas estarem dispostas e interessadas a participarem num projeto que afeta as suas vidas.

No final, a Educadora deu os parabéns às mestrandas pelo trabalho e pelos avanços conseguidos. Convidou-nos para fazer uma reunião com a equipa de técnicos (ciências sociais e os arquitetos) da Porto Vivo- SRU. A reunião ficou agendada para o dia 10 de junho de 2021, sexta-feira, pelas 14h30, em regime virtual, através da plataforma *zoom*.

APÊNDICE N – REUNIÃO COM OS TÉCNICOS EXTERNOS DA PV-SRU

Data: 11/06/2021 (reunião virtual – via plataforma *zoom*)

Guião (tópicos a abordar):

1. Dar a conhecer a realidade da ilha X, a sua realidade física e social;
2. Dar a conhecer e enquadrar os projetos e ações que têm sido desenvolvidas;
3. Apresentar o projeto de reabilitação da ilha X;
4. Chamar atenção às entidades ao interesse de estratégias de intervenção baseadas na proximidade e multidisciplinariedade;
5. Integrar as entidades e seus técnicos de forma mais aproximada sobre a realidade da ilha;
6. Ter a opinião, a visão da entidade sobre o trabalho desenvolvido, articular atores
7. Perceber as impressões da entidade sobre a reabilitação das ilhas, pelo Primeiro Direito.
8. Conhecer e partilhar impressões sobre a realidade das ilhas;
9. Partilhar experiências de intervenção e os processos que foram realizados em outras ilhas;

Começamos a reunião com uma apresentação por parte das mestrandas de EIS e a mestranda de MIARQ da FAUP. Posteriormente, a equipa externa da PV-SRU apresentou-se. Em conjunto com a minha colega Angélica Lemos e a mestranda de MIARQ, preparamos uma

pequena apresentação no *PowerPoint* para apresentar à equipa, que será apresentado de seguida neste apêndice.

APRESENTAÇÃO DA ILHA X

Angélica Lemos
Colega de Arquitetura
Duda Montrond

Mestrado em Educação e Intervenção Social (ESE)
Mestrado Integrado em Arquitetura (FAUP)

A ILHA X



A ILHA X



A ILHA X



A ILHA X



A ILHA X

- Composta por 13 habitações
- ▶ 4 habitações devolutas

- ▶ 4 habitações com 1 pessoa
- ▶ 4 habitações com 2 pessoa
- ▶ 1 habitação com 3 pessoas



A ILHA X

Quem são os habitantes desta ilha?

- 15 habitantes: 8 do sexo feminino e 7 do sexo masculino
- Idades compreendidas entre os 12 e os 94 anos
- Inquilina mais antiga reside na ilha há 63 anos e a inquilina mais recente há 6 meses
- 2 pessoa reformada, 1 a estudar e as restantes a trabalhar.
- 2 pessoas viúvas, 4 pessoas casadas e as restantes solteiras.

TÉCNICAS UTILIZADAS

- Toda a informação que fomos recolhendo e construindo da realidade foi através de:
 - Observação Participante
 - Conversas intencionais
 - Análises Documentais
 - Entrevistas semiestruturadas

■ Os moradores

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DA ILHA “WORKSHOP ARQUITETOS DE FAMÍLIA-EDIÇÃO 3”

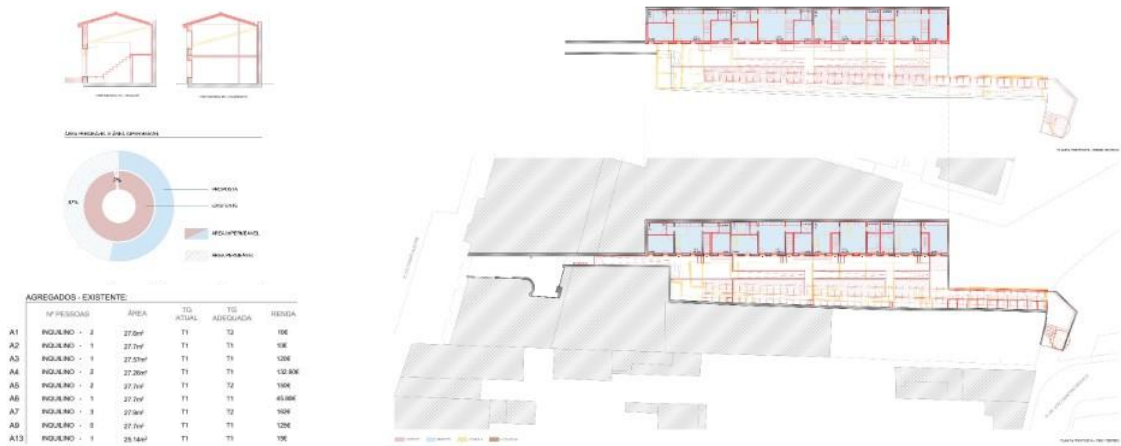
- ▶ Fragilidades Habitacionais:
 - ▶ Não têm condições mínimas de habitabilidade.
 - ▶ Espaços serem reduzidos
 - ▶ Fragilidade estrutural
 - ▶ Problemas ligados à ventilação, iluminação, humidade e isolamento térmico.

WORKSHOP ‘ARQUITETOS DE FAMÍLIA’

- Estudantes dos últimos dois anos do Mestrado na FAUP.
- Prestar assistência técnica no projeto de reabilitação de uma “ilha”.
- Desenvolvimento de um programa base no âmbito da preparação de uma candidatura ao 1.º Direito- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

- Sessões - 16 de novembro a 11 de dezembro de 2020,
 - 3.ª, 4.ª e 5.ª feiras,
 - 14h00 às 18h00,
 - Espaço das Cavalariças, FAUP.
 - Limitado a 4 estudantes.

WORKSHOP 'ARQUITETOS DE FAMÍLIA' - PROGRAMA BASE



PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Problemas associados à habitação

1. Áreas das habitações muito pequenas
2. Instalações Sanitárias no Exterior
3. Humidade e falta de isolamento da habitação
4. Falta de ventilação
5. Falta de Iluminação
6. Mau estado de conservação das casas
7. Acessos dificultados para cadeiras de rodas ou pessoas com mobilidade reduzida

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- **Problemas Sociais:**
- Pouco contacto/comunicação com a senhoria – não saberem do projeto de requalificação, não se sentirem escutados
- Insegurança relativamente às pessoas exteriores à ilha/falta de intimidade – falta de um portão
- Solidão e monotonia
- Dificuldades com a língua Portuguesa
- Cuidador informal desapoiado
- Ilegalidade
- A não existência de um espaço de convívio e pouca interação entre os moradores

- Para connosco:
- Dificuldade em estabelecer um contacto próximo devido ao covid – instabilidade na relação

O NOSSO PAPEL

- IAP (Investigação Ação Participativa) – “corresponde a um modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver, para que possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe” (Lima, 2003, p.306).
- Seu principal objetivo passa pela melhoria da qualidade de vida das pessoas por meio da transformação social. Além disso, seu propósito é investigar e explorar para conhecer, entender melhor a realidade e a ação, bem com procurar uma transformação que prevê melhorar o mundo para aprimorar a vida social e atingir os objetivos não só do profissional, mas especialmente dos participantes (Lima, 2003).

O NOSSO PAPEL



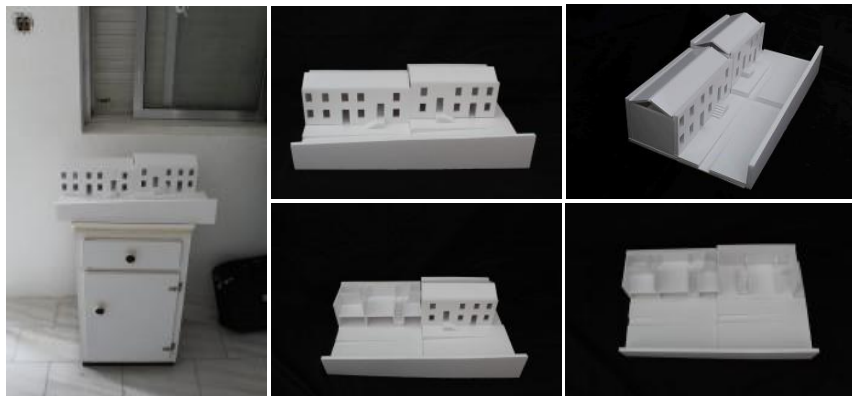
O NOSSO PAPEL

Limpeza no anexo 10 – onde realizamos a reunião comunitária.



O NOSSO PAPEL

Maquete pedida pelos moradores.



APÊNDICE O – EXPLICAÇÃO DOS FASEAMENTOS B E D E PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTALEIRO

A ilha X por ter casas devolutas, de acordo com o arquiteto Aitor Oro, possui uma diferenciação das outras obras feitas nas outras ilhas. Por este motivo, existe a possibilidade das obras serem feitas progressivamente, sendo possível realizá-las com as pessoas na ilha, mudando apenas de uma casa para a outra reabilitada, mantendo-se, assim, nas suas áreas de residência. Embora o realojamento temporário de todos os moradores seja a hipótese mais simples e rápida durante a execução das obras, procuramos conversar com os moradores, durante algumas visitas, sobre a proposta de faseamento no sentido de conseguir reduzir o impacto deste processo nas suas rotinas e ao mesmo tempo sem deixar de viabilizar o projeto de forma eficaz. Existe outra possibilidade que passa pelos moradores habitarem, temporariamente, em casa de familiares. Existindo esta possibilidade, as pessoas acabam por ter uma retaguarda familiar.

Partindo das conversas intencionais, das partilhas e dos contributos dos moradores, procuramos organizar as informações no sentido de facilitar a construção dos faseamentos, sendo que estes foram feitos pela mestrandia de arquitetura. As propostas de faseamento buscam considerar o impacto que as mudanças e as obras têm na vida, na rotina e na realidade social das pessoas/moradores, nomeadamente, as questões ligadas à saúde, essencialmente dos mais velhos, a ansiedade e os receios de não voltarem para as suas casas, constrangimentos como o pó, barulho, falta de espaço para realizar as suas tarefas diárias, entre outros, como referido no Ap. B, p. 96.

De seguida será apresentado as duas opções de faseamentos sugeridas durante a II reunião comunitária. Estas propostas partem dos contributos e partilhas dos moradores, ao longo das nossas conversas intencionais, em termos de disponibilidade para o realojamento e das condições que podem ser colocadas.

Estratégia de faseamento B

A primeira proposta – faseamento B (Anexo I, p. 215) – organiza-se em três fases, sendo que o objetivo é facilitar o processo das obras e reduzir o tempo de realojamento fora da ilha e as mudanças subjacentes. Nesta proposta de faseamento três agregados teriam de ser realojados.

- A sugestão parte do princípio que cada agregado deve mudar, no final das obras, para a casa que lhe é destinada e evitar diversas mudanças e este processo maior de instabilidade.
- Outro aspeto considerado diz respeito à segurança no processo de demolição e construção das casas. Este faseamento presa por aspetos mais práticos, mediante a impossibilidade de demolir os anexos e as casas de banho exteriores, enquanto os moradores que utilizam estes espaços não estiverem realojados ou nas suas habitações definitivas.
- Procurar manter os moradores mais idosos e/ou de maior tempo de permanência na ilha assim como aqueles que estão com problemas de saúde mais “graves”, visto que este processo de readaptação e realojamento para além de ser complicado é bastante desgastante.
- Procura-se, por fim, facilitar o processo das obras e evitar constrangimentos no local, como por exemplo a passagem de materiais, máquinas e trabalhadores. As obras começam de trás para frente (das casas devolutas para as casas habitadas), fazendo o realojamento à medida que as tipologias vão sendo terminadas. Posteriormente, seriam demolidos os anexos e as casas de banhos para a construção dos estaleiros.

Estratégia de faseamento D

Desenvolvida a partir do posicionamento de alguns agregados, esta estratégia – faseamento D (Anexo I, p. 216) – foi desenvolvida, do mesmo modo, mediante o contributo de alguns moradores que deram seu parecer de estarem disponíveis para realojamento, com determinadas condições e de não disponibilidade, de outros. Algumas famílias acreditam que podem ser realocados sob

certas condições (problemas de saúde, a ordem das casas, por exemplo) e não pela questão da disponibilidade para ser realojado. Estas colocações foram dadas antes da reunião quando mencionamos os tópicos a serem abordados durante a mesma. Porém, por interesse de uma construção coletiva da resposta e do tempo até as obras, a segunda opção foi proposta para discussão na reunião assente nos seguintes pontos:

Organizada a partir de cinco fases, onde três famílias são realojadas (uma das famílias está a viver temporariamente com os seus familiares fora da ilha e tem a possibilidade de continuar a viver no mesmo sítio, a segunda, embora também tem uma retaguarda familiar pelo que há uma possibilidade de manter temporariamente fora da ilha durante a requalificação, o terceiro disponibilizou-se a ser realojado numa casa camarária, caso a localização fosse perto e não dificultasse a sua rotina). O realojamento foi apontado, fundamentalmente, pelo impacto que as obras podem ter nos cuidados e na saúde dos moradores, o que não impede que possam acompanhar todo o processo das obras.

Em suma, no que respeita aos dois faseamentos, uma vez que alguns moradores não puderam estar presentes na reunião, é impossível definir um faseamento final. Procuramos que juntos procurassem chegar a uma decisão tendo em conta os seus problemas individuais, sem descorar da importância de valorizar os problemas coletivos. Isto porque, por um lado, estava a falta de consenso, por outro, a importância de notar o impacto da decisão no outro. Este aspeto está ligado, de igual modo, ao tempo de duração das obras (18 meses), que é o tempo que o programa 1º Direito garante o realojamento e o auxílio à renda. Assim, é importante considerarem este aspeto quando decidirem qual faseamento querem seguir. O processo de construção em fases requer atenção para encontrar alternativas para adequar o processo aos interesses dos principais afetados, ou seja, os inquilinos e as consequências de se ignorar estes aspetos, seja em termos da viabilidade quanto das consequências sociais da reabilitação.

Estratégia de faseamento: Plano de estaleiro

Considerando a pertinência das práticas e no planeamento das obras e dado à complexidade desta construção e da operação dos faseamentos, foi desenvolvido um plano do estaleiro para as duas estratégias propostas de faseamento sugeridas. A organização busca verificar a viabilidade e otimizar o processo de forma esquemática. Por um lado, o objetivo é o processo de construção evitar atrasos e custos devido a imprevistos e falta de planificação, por exemplo, relacionado à organização do espaço do estaleiro ou dos materiais, máquinas, trabalhadores ou instalações de sistemas. Por outro lado, procura garantir que os moradores mudem para as casas reformadas o mais rápido possível. O andamento da construção de espaços residenciais e ao ar livre é determinado de acordo com as condições dos moradores. Uma vez determinada, a organização espacial, o andamento da área do estaleiro, a rota de circulação e a descrição de determinados aspetos e condições serão garantidos e considerados. Não foram pormenorizados os elementos do estaleiro, todavia a organização das três zonas distintas: uma área de armazenamento dos materiais antes de serem utilização, de modo a evitar atrapalhar a circulação e os acessos; área de cargas e descargas e, por fim, área onde são transportados os materiais para o trabalho e onde se encontram os materiais não armazenados e descarregados e uma área de trabalho e zona de execução da obra.

APÊNDICE P – CONTINUAÇÃO DO TRABALHO DA EQUIPA DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS ILHAS

Neste apêndice constarão alguns contactos estabelecidos com a equipa externa da PV-SRU, representada, essencialmente, pela educadora social Isabel Vieira e pelo arquiteto Aitor Oro. Estes contactos foram realizados pelo telemóvel e, maioritariamente, pelo *email*. Será explanado, de uma forma geral, o trabalho que foi sendo feito após a integração oficial da equipa (7 de agosto de 2021) na ilha, que dará continuidade ao trabalho que, em grande parte, foi iniciado com a construção e desenvolvimento do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”. Importa salientar que, procuramos manter contacto e auxiliar esta equipa neste processo de recolha de documentação, esclarecimentos de dúvidas e comunicação com os moradores. Relativamente aos moradores, em agosto embora as nossas visitas se tornaram mais esporádicas, procuramos manter a relação de confiança estabelecida até então, comunica-lhes de todas as mudanças, avanços e recuos, escutar, tranquilizar e mantê-los a par de todo o processo de requalificação ao longo deste tempo. Para além disso, procuramos explica-lhes a importância da integração da equipa do projeto de requalificação na ilha e do compromisso assumido por todos em transformar este projeto num projeto participado e benéfico para todos.

No dia 3 de agosto de 2021, a educadora social Isabel Vieira entrou em contacto comigo para me informar que pretendia recolher a documentação necessária para o processo de candidatura ao projeto de requalificação da ilha X. Pediu que enviasse alguns dados dos moradores, nomeadamente o nome, quantas casas estão habitadas, o número de cada agregado familiar, idades, problemas de saúde e o tempo de permanência na ilha. Enviei-lhe, por *email*, o quadro que contém alguns dados dos moradores (Ap. F, p. 114) e fiz um apanhado geral de como o projeto tem sido desenvolvido.

Neste sentido, a pedido da PV-SRU, a equipa social do projeto de requalificação da ilha, representada pela educadora social Isabel Vieira foi até à ilha no dia 7 de agosto de 2021 recolher toda a documentação necessária para o processo de candidatura ao IHRU. No dia 10 de agosto de

2021, a educadora social entrou em contacto com as mestrandas, por *email*, colocando-as a par do trabalho de recolha da documentação. Sendo que recolheram em cada casa:

“uma declaração comprovativa dos rendimentos do agregado familiar; uma declaração de todos os membros do agregado (a autorizar a consulta da sua situação fiscal, para o IHRU poder verificar se têm dívidas às finanças); uma declaração de cada arrendatário em como o seu agregado não dispõe de outra casa para habitar, nunca recebeu apoio público para reabilitar a casa e não dispõe de mais de 8M€ de poupanças em dinheiro” (educadora social Isabel Vieira). Afirmou que já entregou toda a documentação à PV-SRU que fará com que chegue até ao IHRU. No final, mencionou que os moradores se mostraram disponíveis para colaborar e para facultar toda a documentação sem grandes resistências, graças ao trabalho desenvolvido por nós durante o projeto. A mesma foi acompanhada pela nossa colega de arquitetura, que além de estar a par de tudo, colaborou connosco durante o desenvolvimento do nosso projeto de EIS. Infelizmente, tanto eu como a minha colega Angélica Lemos encontrávamo-nos ausentes do Porto e sugerimos que a nossa colega pudesse acompanhá-la.

Posto isto, foi necessário explicar aos moradores ao que se destina esta recolha de documentos, explicar bem o conteúdo das declarações, que foi pedido para assinarem e auxiliar alguns moradores na obtenção dos comprovativos de rendimentos necessários. Os inquilinos colaboraram e disponibilizaram toda a informação. Os moradores voltaram a colocar questões sobre as condições contratuais em que ficarão após a reabilitação, sobre a data prevista para o começo das obras e faseamento das obras. Estas questões já tinham sido esclarecidas mediante as informações ao qual já tínhamos acesso.

No dia 11 de agosto de 2021, a educadora social entrou, novamente, em contacto connosco através do *email*. Voltou a mencionar que enviou à PV-SRU os documentos necessários para a instrução do processo de candidatura no IHRU da ilha onde o projeto foi desenvolvido e de mais duas ilhas. Entregou “cadernetas prediais, comprovativos de rendimentos dos agregados, declarações de autorização de consulta de situação fiscal e declarações de elegibilidade (...)”

(educadora social Isabel Vieira). No final do *email*, reportou algumas informações que dizem respeito às mudanças das tipologias com as questões de elegibilidade.

1. O Sr. Joaquim, de 83 anos, que vive sozinho. Atualmente vive numa casa onde tem dois quartos, no projeto, está previsto ficar com um T1. A filha diz que preferia um T2, porque o pai está muito envelhecido e poderá precisar de alojar um cuidador em casa. Importa salientar, que A tipologia pós-reabilitação foi atribuída de acordo com a dimensão do agregado. A filha do arrendatário tenciona enviar esse pedido por escrito.
2. Relativamente à casa 3, não foi possível contactar o titular do contrato de arrendamento. Reside no estrangeiro, não tem *email* e não fala português. Recolheram-se os dados dos pais (fiadores), que são quem gere a casa. O filho, atualmente, não tenciona regressar, segundo informação prestada pelos pais. Atualmente, têm lá uma afilhada (Sra. Hélia) a residir de favor. Os pais do arrendatário pretendem ficar com a titularidade do contrato, porque precisarão da casa quando se reformarem. Atualmente, residem na casa dos patrões onde são empregados internos, mas não dispõem de outra habitação própria. Pretendem mudar a titularidade do contrato. O programa base contempla um T1 para este agregado, a questão poderá ser apenas verificar sobre a viabilidade legal de transitar a titularidade e verificar a elegibilidade deste casal.
3. Uma das casas ficou vaga. A inquilina Sra. Sofia e o filho já se mudaram para habitação social. A proprietária confirmou que entregarão definitivamente a casa no final do mês de agosto de 2021.
4. Moradores não permanentes: atualmente um dos moradores (Sr. Jacinto, de 74 anos) reside no estrangeiro. A equipa do projeto de requalificação não entrou em contato nem pediram os documentos, pois é considerado como morador não ilegível. Quando esteve uma semana de férias as mestrandas de EIS conversaram com o mesmo que afirmou não ter conhecimento sobre a intenção da proprietária na reabilitação da ilha (depois da sua visita no mês de julho a Portugal, as mestrandas de EIS começaram a estabelecer

contacto com o mesmo para deixá-lo a par sobre o projeto de requalificação da ilha e sobre o projeto de EIS) e explicou que, embora não resida em Portugal permanentemente, poderia interessar-lhe manter a casa para quando se reformar, caso venha viver para Portugal, parecendo-nos ainda uma hipótese remota e desconhecendo se será elegível, visto que esta não é a sua habitação principal. A proprietária tenciona entrar em contato com o morador para conversar. A jurista e a equipa social do projeto de requalificação disponibilizaram-se para conversar e auxiliar o morador no que for necessário.

No dia 20 de agosto de 2021, reencaminhou, via *email*, o relatório que escreveu à PV-SRU, mencionou que, brevemente, irá reunir com o arquiteto Aitor Oro e com os moradores e responder às questões colocadas durante e após as reuniões comunitárias.

No dia 25 de agosto de 2021, fomos contactadas novamente pela educadora social Isabel Vieira, informou que, em sequência das diversas questões colocadas pelos moradores e por causa da nossa persistência em que as mesmas sejam respondidas devido ao sentimento de angústia e ansiedade manifestada pelos moradores, irá até à ilha esclarecer as mesmas, como supracitado. Será acompanhada pelo arquiteto Aitor Oro e pela mestrandia de arquitetura, pelo que nos convidou a estarmos presentes considerando ser benéfico, visto que os moradores têm mais confiança connosco. Eu e a minha colega Angélica Lemos estávamos ausentes do Porto, como forma de prepará-los para este momento, entramos em contacto por telefone com os moradores e conversamos com os mesmos, ressaltamos que a mestrandia de arquitetura estaria presente para representar a equipa da FAUP/ESE. Pareceu-nos importante que eles entendam que todos os intervenientes no terreno estão interessados em fazer um trabalho articulado e com responsabilidade. A senhoria estava de férias, pelo que o filho se dispôs a estar presente na reunião. Aproveitaram a reunião para esclarecer outras questões ligadas a uma proposta de atualização de renda proposta pela senhoria (porque há 4 agregados de renda baixa – 2 de agosto receberam uma carta da senhoria a passar a renda de 7 para 90/110 euros). Consideraram que a reunião seria um espaço importante para compreender as motivações da senhoria e esclarecer as suas dúvidas. No final da reunião os moradores ficaram com uma cópia do documento escrito onde a PV-SRU respondeu às suas perguntas.

No dia 28 de agosto de 2021, a educadora social enviou-nos um documento com uma síntese das respostas às questões dos moradores que entregaram na reunião realizada no mesmo dia e colocou-nos a par do que aconteceu, quem esteve presente e que conclusões chegaram. Salientou que os moradores partilharam que os esclarecimentos tornam-se uma mais-valia, nomeadamente, a clarificação sobre o papel de cada uma das diferentes entidades intervenientes, o ponto de situação atual da candidatura e o esclarecimento prestado pelo representante da proprietária (filho) sobre as notificações de atualização de rendas que alguns receberam.

No dia 30 de agosto, a educadora social enviou, a nosso pedido, algumas informações gerais sobre o projeto das ilhas que está a ser desenvolvido nas três ilhas para que compreendêssemos melhor o âmbito da atuação da PV-SRU. Projeto: Programa estratégico “as ilhas do Porto”: estratégias específicas para a regeneração habitacional das ilhas do Porto (este projeto constitui uma das atividades incluídas no programa [AIIA](#)¹⁴ Porto, no Eixo 3 – Comunidades Inclusivas. A entidade promotora do projeto é a PV- SRU. A equipa que está a intervir é composta por uma equipa multidisciplinar: técnicos de arquitetura e das ciências sociais: arquiteto Aitor Oro (coordenador do projeto); educadora social Isabel Vieira (coordenadora da equipa social), três arquitetos e duas técnicas das ciências sociais. A finalidade do projeto passa por “aumentar a qualidade de vida das populações das ilhas e contribuir para a sua reabilitação habitacional e social, de modo consistente e sustentável” em três ilhas piloto, sendo a ilha X uma delas. O projeto incide sobre uma dimensão imaterial do contexto, com vista a criar uma ponte entre os problemas dos moradores das ilhas do Porto e as respostas que existem ou que poderão ser criadas a partir da articulação dos diversos atores com conhecimento, poder executivo ou de decisão. O projeto parte do princípio de que o combate à exclusão social e à pobreza pode ser resolvido com uma democratização tanto no acesso, bem como na construção dos recursos, sendo estas respostas sociais (apoios, informações ou financiamentos) instrumentos fundamentais para que existam oportunidades de decisões responsáveis e conscientes. Neste seguimento, importa conhecer os principais problemas das pessoas que vivem nos contextos em análise, que não conseguem encontrar soluções e respostas nos canais institucionais que existem ou que encaram

¹⁴ Programa AIIA – AIIA Porto – Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa: <http://aiia.porto.pt/>

dificuldades no acesso a essas respostas, e compreender quais os maiores obstáculos à sua resolução. Importa, igualmente, criar pontes com os parceiros territoriais, que possam assumir um papel crucial na ativação das respostas ou criar respostas integradas e de carácter inovador.

APÊNDICE Q – SESSÕES DA IPI COM A SRA. HÉLIA

Na 2ª sessão, dia 25 de fevereiro de 2021, depois de cumprimentarmos, a Sra. Hélia mostrou uma infiltração no telhado. Disse que já havia ligado à senhoria e que a partida alguém iria resolver o problema. Queixou-se sobretudo da água estar a pingar em cima do sofá e o teto estar todo amarelado e com manchas de infiltração. Ressaltou que não tem nada para além desta questão a apontar sobre a casa, que por estar demasiadas horas a trabalhar mal fica em casa e que, dada a sua situação (como imigrante com situação desregulada), o tempo livre e os recursos que tinha, não tem grande interesse em fazer grandes mudanças, sobretudo por ter a casa de banho e a cozinha dentro da casa, atendendo às suas necessidades básicas (informação partilhada também na entrevista). Posteriormente, partilhou que tinha pintado a casa há poucos dias de branco e as molduras das portas de verde-água, cor que remete a sua terra Natal (Ucrânia). Aproveitei e pedi que falasse um pouco sobre sua vida e do seu percurso até chegar a Portugal. Entre diversas partilhas, enfatizou que sente saudades do tempo em que era jovem e estudava, demonstrando uma grande felicidade ao falar sobre os seus tempos da adolescência. Lamenta o facto de ter se formado em Química e nunca ter trabalhado na área e o quão difícil é ter o reconhecimento quando não se tem experiência na área. Partilhou que, quando veio para Portugal, a situação laboral na Ucrânia estava muito difícil, sobretudo para quem já se encontra numa faixa etária superior aos 35 anos. Desde que cá está (seis anos) não voltou para a Ucrânia, tem um filho de vinte e poucos anos que vive lá e toma conta da sua casa e que trabalha para poder ajudá-lo com as despesas. Afirmou que, apesar de residir há pouco tempo na ilha (oito meses), mantém relações cordiais com os vizinhos, estabelece, igualmente, contacto com amigos e familiares na Ucrânia pelas redes sociais onde faz vídeo chamada recorrentemente. Procurei saber quais são as suas redes de contacto em Portugal, ao qual afirmou que conta com amigos (na sua maioria ucranianos) que, inclusive ajudaram-na com mobiliário, utensílios, loiça quando chegou em Portugal, considerando um aspeto bastante positivo.

A Sra. Hélia, recebe-nos sempre animada e, quando pode, convida-nos sempre para entrar na sua casa e conversar. Neste dia, não estava como nos outros dias. Deste modo, na nossa 3ª sessão, dia 10 de março de 2021, demos continuidade à conversa iniciada na sessão anterior. A vossa

conversa teve início com a moradora afirmando que já tinha resolvido o problema do telhado. Preocupada com o que poderia ter acontecido, após conversarmos um pouco sobre a sua vida e o que tem feito, partilhei com a mesma que acha que estava um pouco triste. “Sim, um pouco” (Sra. Hélia). De seguida, justificou dizendo que estava em casa sem poder trabalhar devido ao confinamento e que estava preocupada, com receio e incertezas sobre os próximos tempos. Diz ter conseguido fazer algumas horas até então, mas que a falta de clientes fez com que o patrão reduzisse os funcionários, temporariamente. Acrescentou que a sua situação no trabalho está condicionada e que não sabe se o patrão irá chamá-la novamente. A situação alarmante que a Sra. Hélia vivia no momento trouxe uma grande preocupação pelo facto de estar numa situação vulnerável. Mencionou que, inclusivamente que por não ter os documentos não podia ir ao hospital ou ter qualquer outro apoio estatal. Partilhou que, para além destes problemas, vive com uma incerteza com relação à casa onde esta, pois a casa é alugada pelo filho de uma amiga, que a qualquer momento pode vir da Ucrânia. Posto isto, disponibilizei-me para apoiá-la no que fosse necessário e, em conjunto, encontrarmos uma solução para resolver os seus problemas. De seguida, a Sra. Hélia precisou de ir trabalhar numa das casas que faz limpezas, pelo que encerramos a nossa conversa. Antes de sair, pedi que disponibilizasse o seu contacto para marcarmos o próximo encontro. Afirmou que tinha o telemóvel avariado e disponibiliza o seu *Facebook* para conversarmos pelo *Messenger*.

A nossa 4ª sessão realizou-se no dia 24 de março de 2021. Nesta sessão começamos por dar continuidade à conversa da sessão anterior, mas antes disse que magoou-se no pé no trabalho. Questionei como fez para tratar do ferimento, ao qual disse que tem um médico que frequenta o café e faz atendimentos a preços mais económicos. Acrescentou que nas urgências as despesas são muito maiores e que marcar as consultas fica muito caro para o seu orçamento. Esta partilha revela-se como mais um aspeto ao qual a Sra. Hélia necessita solucionar e que a inquieta pois não tem acesso aos serviços de saúde. No que respeita ao seu trabalho no café disse que o patrão tinha pago 15 dias de trabalho, ressaltando que não lhe tinha dado qualquer informação do seu regresso. Posteriormente, procurei saber o que já tinha feito relativamente à sua situação para conseguir dar entrada no título de residência em Portugal, uma vez que está cá há seis anos e já podia até ter a nacionalidade portuguesa. Partilhou que já foi duas vezes ao SEF e que não

conseguiu resolver o problema, pois além de precisar de ter um número da segurança social, necessita de um contrato de trabalho. Questionei-a se conhecia ou recorria a algum serviço de apoio a imigrantes, ao qual respondeu que não. Continuamos a conversar acerca do seu trabalho e da possibilidade de pedir ao seu chefe que lhe faça um contrato que lhe permita pedir a autorização de residência em Portugal. Enquanto conversávamos, partilhou ter alguma dificuldade com as tecnologias. Propus ajudá-la, apoiando-a com algumas questões acerca da utilização das redes sociais.

No dia 6 de abril de 2021, realizamos a nossa 5ª sessão, sendo que a Sra. Hélia começou por partilhar que já tinha voltado a trabalhar no café. Notei que estava um pouco mais segura relativamente à sua situação instável vivida nos últimos dias, pois, trabalhar para Sra. Hélia significa “trazer dinheiro para casa e conseguir ajudar o meu filho”. Dialogamos e refletimos sobre como foi administrar a sua vida e sua condição financeira durante o confinamento, tendo feita algumas partilhas sobre as despesas que teve. Relativamente ao custo de vida, afirma ser praticamente igual ao da Ucrânia, porém que os salários e as rendas são melhores em Portugal. Exemplificou através dos gastos fixos que têm durante o mês: passe mensal, renda, água, pacote da *internet*, luz, entre outros. Contudo, verbalizou “a luz é muito cara por aqui”. Quando questionada sobre serviços e lugares que costuma frequentar, explica que vai ao trabalho de autocarro, que gosta de fazer compras e ir ao talho. Disse que não ia ao Froiz pelo preço “muito caro”, mas procura outros supermercados mais conveniente dada a proximidade deles em relação à sua casa e trabalho, ressaltando que a região é muito bem servida em termos dos serviços e transportes públicos. Depois, passamos a explorar os seus interesses pessoais, *hobbies*, onde contou um pouco daquilo que gosta de fazer. No final, continuamos a explorar as redes sociais e como utilizá-las.

A nossa 6ª sessão realizou-se no dia 21 de abril de 2021. Começamos por falar sobre a Páscoa e como tem passado os seus últimos dias. Partilhou que a Páscoa ortodoxa é comemorada em outra data, referindo que este ano seria no dia 25 de abril, mas que a data costuma mudar todos os anos e que o Natal também era diferente, acrescentou que algumas festividades eram bastantes diferentes não só pelas datas, mencionando algumas particularidades.

Posteriormente, partilhou que tem estado a trabalhar bastante nas últimas três semanas. Pareceu-me um pouco abatida e cansada. Questionei se tem descansado e como ia aproveitar o seu dia de folga ao qual afirmou que “depois de conversarmos vou preparar algo para comer e vou descansar um pouco”. Com ela, também colocamos a hipótese de procurar fazer atividades de lazer para que consiga distrair um pouco. Entretanto decidiu ligar a uma amiga para tomarem um café. Antes da sessão, num dos contactos virtuais, a Sra. Hélia partilhou que o filho estava sem trabalho desde o confinamento e que as coisas não estavam muito fáceis. Voltamos a conversar sobre o assunto, ao qual disse que a situação já esta mais calma e que o filho já se encontra a trabalhar numa bomba de gasolina e que, juntamente com a namorada, toma conta da casa. Pela impossibilidade de regressar a Ucrânia, afirmou que não voltou a ver o filho desde que chegou em Portugal. Entre diversas partilhas, foi perceptível que mantém uma boa relação com o filho e que sente a sua falta, apesar de manter um contacto virtual diário com o mesmo. Partilhou algumas histórias de quando viviam juntos, “ele é um bom menino”, salientou que gostava que ele viesse visitá-la, porém aguarda que esta fase pandemia esteja mais calma. No final da sessão, a Sra. Hélia convidou-me para ir até ao seu pátio e ver como está a sua horta com flores e suculentas, elogiei as suas roseiras que, por sinal, estavam muito bem cuidadas. Disse que uma amiga ajuda a cuidar delas quando não pode, que adora jardinagem, que cuidar do seu jardim é um hobby ao qual adora e que de alguma forma fica ao lar livre a relaxar. Ficamos a conversar no pátio até ao final da sessão.

Prosseguindo, a nossa 7ª sessão tinha sido marcada para dia 28 de abril, no entanto, decorreu no dia 12 de maio de 2021. Nesta sessão focamo-nos em perceber como resolver a questão da situação legal da Sra. Hélia. Mediante as partilhas e as conversas que tivemos até a data, notei-a um pouco apreensiva relativamente a esta questão. Se por um lado, era notório a vontade em conseguir o seu título de residência, por outro, havia momentos em que está questão parecia ficar para segundo plano, visto que tem vários amigos e os vizinhos que estão legalizados e está em Portugal há seis anos. Durante as nossas conversas procurei perceber do porquê ainda estar ilegal e o que tinha feito até então para que tal situação mudasse. Não conseguia perceber do porquê a sua situação não estar regularizada. A comunicação é algo que também dificulta um pouco o entendimento de alguns acontecimentos trazidos pela participante, foi necessário abordar este

assunto diversas vezes, não só pela sua pertinência, bem como compreender de forma mais clara os factos para conseguir apoiá-la. Por sua vez, recorro a perguntas como forma de confirmar a informação transmitida de forma a facilitar a conversa, uma vez que compreende português melhor do que fala. Não obstante, trocamos impressões sobre a precarização que esta situação gere e quais são as possibilidades. Para mais, a situação precária relativamente à habitação (não somente pelas condições, como pela própria forma de sublocação) e a falta de acesso aos serviços de urgência hospitalar afetam-na substancialmente. Conversamos sobre a possibilidade de ter que procurar um emprego que lhe permita ter um acesso a um número na segurança social e dar entrada no pedido do título de residência.

No dia 18 de maio de 2021 realizamos a nossa 8ª sessão, dedicada a assuntos relativos ao projeto de requalificação e à primeira reunião comunitária. Apesar de termos conversado noutros momentos durante as visitas à ilha, a Sra. Hélia manifestou diversas dúvidas e interesse em perceber melhor sobre a requalificação. Informei-a novamente sobre a vontade da senhoria fazer uma candidatura ao 1º Direito para obter um financiamento para fazer a reabilitação da ilha e que estávamos a organizar uma reunião conjunta entre todos para que ela pudesse explicar aos moradores o que pretende e os moradores conhecerem o programa base e falamos sobre. Mencionei que seria importante que os arrendatários pudessem estar presentes de modo a salvaguardá-la, pelo que, disponibilizei-me para conversar com os mesmos. No final disse que falaria com eles, acrescentou que a senhoria sabe que a casa está a ser habitada pela “afilhada” dos arrendatários. Foi-lhe explicado, de uma forma resumida, como funciona o 1º Direito, enquanto programa de acesso à habitação, de sentido social e o financiamento, salientando que uma condição do programa passa pela permanência dos moradores e das rendas serem acessíveis. Procurei tranquilizá-la, uma vez que o processo é demorado. Afirmou que paga a sua renda todos os meses e que nunca teve problemas com os arrendatários. Disse-lhe para tentar perceber se é do interesse deles permanecer como inquilinos após a requalificação para que saiba com o que pode contar. Prosseguimos a conversar acerca da requalificação e de alguns aspetos sobre o seu quotidiano.

A nova 9ª sessão teve lugar no dia 1 de junho de 2021. Nesta sessão procurei facilitar o acesso às informações acerca da requalificação. Nesta sessão, a mestranda de arquitetura esteve presente para me auxiliar a responder a questões que a Sra. Hélia pudesse ter, explicar o programa base e como será as obras. A moradora estava um pouco alarmada, por conta das conversas que havia escutado dos moradores sobre como funcionaria o processo das obras. Fizemos um resumo do que aconteceu na reunião e dos contributos dos moradores. Voltamos a explicar o projeto de requalificação e especificar a tipologia designada para a sua casa (T1), reforçando que o programa 1º Direito possui um carácter social e que um dos critérios tem que ver com as rendas acessíveis de acordo com as possibilidades dos moradores, tendo em conta seus rendimentos e a taxa de esforço. No caso da moradora em particular, as rendas seriam calculadas de acordo com a taxa de esforço dos arrendatários. Disse que conversou com a vizinha (Sra. Laurentina), que tinha dúvidas de onde ficaria durante o processo das obras. Explicamos que havia a possibilidade de fazermos as obras de forma faseada, podendo permanecer na ilha ou que poderia ser realojada por um período de 18 meses, com apoio a renda pelo Programa. Ressaltamos que esta é uma questão ainda a ser discutida com todos os moradores e que, no entanto, estamos a explorar uma forma de protegê-la ao longo deste processo. Dissemos que depois discutiríamos com os moradores as possibilidades de faseamento. “Gosto de morar cá, ter liberdade, de morar sozinha”. Conversamos da possibilidade do processo não avançar ou demorar, pois no momento não temos garantias de nada. Ao que nos respondeu: “está bem, por mim tá bem, confio nas meninas”. Questionei-a se como estavam as coisas, ao qual respondeu que estava “cansada, trabalho, trabalho, trabalho”. Acrescentou que o feriado ainda iria trabalhar, nas limpezas das casas. Partilhou que estava com problemas em carregar o passe, mas que já resolveu e que não saiu no seu aniversário e aproveitou para dormir. “Fiz bem, descansei bem”. No decorrer da sessão, mencionou que gostaria de ter um animal de estimação, de preferência um gato ao qual respondi que seria uma ótima ideia, pois seria uma boa companhia e os gatos são mais independentes. No final da sessão combinamos que a próxima sessão esclareceríamos outras dúvidas que possa ter e lhe apresentaríamos a maquete.

A 10ª sessão ocorreu no dia 22 de junho de 2021 e contou novamente com a presença da mestranda de arquitetura. Demos continuidade à conversa da sessão anterior, esclarecendo as

dúvidas da moradora. Voltamos a conversar sobre o faseamento e apresentamos a maquete feita pela minha colega e entregamos uma folha impressa com a planta de como ficará a casa. Realçamos que apesar da casa não ser diretamente para ela, seria importante ter o seu contributo, uma vez que sabe como é viver na ilha e do que precisa para se tornar um ambiente melhor. Neste sentido, procuramos explicar de forma clara tudo o que diz respeito à requalificação e os contributos dos moradores (de forma anónima).

No dia 13 de julho de 2021 realizamos a nossa 11ª sessão. Nesta sessão conversamos sobre a segunda reunião comunitária e de tudo o que aconteceu, nomeadamente, o que foi explicado aos moradores (faseamentos, pátios e espaços comuns), os seus contributos e a que conclusões chegamos. Voltamos a conversar acerca da sua situação e pontuamos alguns aspetos dialogados na segunda reunião, dia 22 de junho. Posteriormente, disse que estava incontactável pelo telemóvel, pois tinha avariado e que estava a encontrar uma forma de concertá-lo. Pediu que eu e as minhas colegas tentássemos arranjar a palavra-passe do *WI-FI* do café que fica na entrada da ilha, pois estava a ter problemas com a sua *internet* e era uma forma de poupar gastos, pelo que ficamos de conversar com a funcionária do café e conseguir o que ela pediu. No final da sessão combinamos que íamos procurar algumas empresas e locais onde pode conseguir um contrato provisório que permitirá dar entrada no pedido do título de residência.

No dia 25 de julho de 2020 realizamos a nossa 12ª sessão. Começamos a falar sobre a sua nova companhia, uma gata. Apresentou-ma e disse que estava muito contente, pois ela era calminha e fazia com que ela não se sentisse tão só. Conversámos acerca do seu filho e de como a pandemia tem afetado a Ucrânia. Referiu que o seu filho se encontra bem de saúde, mas que teme muito contrair o vírus. Voltamos a conversar sobre os documentos que tinha referido anteriormente, salientei que podemos começar a ver que documentos são esses e o que pode fazer com eles, que acessos têm e o que falta. Partilhou que entrou em contato com a cunhada que tem uma amiga advogada e que pode ajudá-la, se necessário. Partilhei com ela que pode ser algo bastante positivo e que isso também é importante pois demonstra a sua procura por soluções e diversas formas para resolvê-los. No final da sessão combinamos ligar, as duas, para o SEF e procurar agendar uma marcação. Disponibilizei-me para ir com ela e apoiá-la no que for necessário.

A nossa 13ª sessão decorreu no dia 23 de agosto de 2020. Mal cheguei na casa da Sra. Hélia notei que estava bastante apreensiva. Quando questionada se está tudo bem, responde que não dorme há duas noites por conta dos problemas no trabalho. Partilhou que o patrão disse que precisa estar vacinada contra a COVID-19 para continuar a trabalhar ou tem de fazer os testes e apresentar resultado negativo para trabalhar. Disse-lhe que ia pesquisar se existe a possibilidade de ser vacinada mesmo não tendo a sua situação irregular. Incentivei-a a procurar junto dos seus amigos e pessoas conhecidas formas de conseguir resolver esta questão. Para além disso, estava preocupada com a questão das obras devido aos comentários dos vizinhos. Expliquei que procuramos protegê-la durante o faseamento, sendo que em nenhuma das opções era necessário sair durante as obras. Voltei a explicar a questão das obras e dos faseamentos, deixando claro não podemos dar certezas de nada, mas que procuramos desde o início que estivesse salvaguardada. “Estou bem mais calma, se é você a dizer, fico mais tranquila”. No final da sessão apresentou-me os seus documentos (contrato de trabalho, Autoridade Tributaria e aduaneira e um documento de identificação no sistema de segurança social) e estivemos a analisar cada um deles.

Na 14ª sessão, dia 8 de setembro de 2021 exploramos a importância da vacinação e os benefícios que pode trazer para a Sra. Hélia. Fizemos a inscrição para a vacina COVID-19 (recebe mensagem via telemóvel ou *email* nos próximos 15 dias). Procuramos fazer um balanço de como tem sido o seu percurso até aqui e que acha que mudou neste período, ao qual respondeu que sente que está cada vez mais confiante que as coisas vão se resolver e que crê que daqui a uns meses terá seu título de residência, que fará um esforço para tal. No final da sessão convidei-a a fazer pequenos passeios em sítios que gosta: praia, jardins, ler um livro, ouvir uma música, pois mencionou que estava a pensar fazer algo diferente e que por norma está sempre em casa ou a trabalhar.

A nossa 15ª e última sessão presencial decorreu no dia 26 de setembro de 2021. Conversámos acerca das futuras possibilidades em relação a sua situação irregular. A Sra. Hélia tem procurado junto do seu patrão obter um contrato a tempo inteiro, uma vez que sente-se mais confortável a trabalhar no café, local que já trabalha há seis anos. Depois de alguma insistência conseguiu que o patrão renovasse o seu contrato, este só poderá ser feito em dezembro de 2021. A Sra. Hélia

convidou-me para tomar um chá e experimentar um chocolate da Ucrânia enquanto conversávamos. Procurei informá-la que independentemente do termino do projeto, estava disponível para ajudá-la e procurar soluções. No final, ficamos a falar um pouco sobre a sua rotina e como era a sua vida na adolescência. Partilhamos histórias uma da outra.

APÊNDICE R – SESSÕES DA IPI COM A SR. FÁBIO

No 1º encontro, dia 9 de abril de 2021, começamos por abordar a intencionalidade deste apoio psicossocial. Entre diversas partilhas, começou por falar sobre a sua mãe, Sra. Ângela. Relatou que em 2015 começou a perceber alguns comportamentos confusos por parte da sua mãe, nomeadamente perdas de memórias, alteração de humor, confusões com questões simples do dia-a-dia. Preocupado com a situação da sua mãe procurou o médico de família que, de imediato pediu para que fosse encaminhada para realizar alguns exames. Acabou por ser diagnosticada com a demência. O médico aconselhou o Sr. Fábio a falar com o Magalhães Lemos que, posteriormente, começou a intervir e a auxiliá-lo. Dado a sua situação muito avançada da doença optou-se por ter um tratamento em casa. Segundo o inquilino, o estado de saúde da sua mãe tem vindo a piorar gradualmente. Relatou que em outubro de 2020 o seu estado começou a evoluir drasticamente, o que colmatou na sua perda força nos membros inferiores, alguma agitação, confusão e perdas de memória mais significativas. A sua mãe toma comprimidos para a memória, controlar a ansiedade e agitação mental. Terminámos a sessão, pois o inquilino tinha de ir para o trabalho, tendo ficado acordado que entraria em contato para agendarmos a próxima sessão.

Na 2ª sessão, dia 23 de abril de 2021, começamos a conversar sobre a sua rotina, como tem lidado com a doença da sua mãe, como esta a sua situação laboral e como lida com todos os problemas do dia-a-dia. Quando questionado sobre a sua rotina afirma que, dantes, trabalhava das 14H às 20H e a sua mãe ficava num Centro de Dia (a carrinha do centro fazia o transporte). Com a pandemia o centro viu-se obrigado a fechar, pois a delegação de saúde considerou que o espaço não tinha condições para continuar aberto e responder às medidas de segurança que eram exigidas. Com o encerramento do centro, a sua mãe passou a estar sob os cuidados do seu outro filho, irmão do Sr. Fábio, que vinha buscá-la um pouco antes das 14H e a trazia às 21H. A situação da sua mãe começou a agravar e viu-se obrigado a mantê-la em casa. Atualmente diz estar com a sua rotina está muito limitada, pois cuida da sua mãe, faz as lidas domésticas e ainda vai trabalhar. Diz que tenta fazer com que a sua mãe levante da cama e vá para a cadeira articulada, faça alguns movimentos simples, passeie de cadeira de roda aos fins-de-semana para que não esteja sempre deitada, no entanto, sabe que é difícil e que o estado da sua doença está numa fase

bastante avança que só tende a piorar. Acrescenta que fez um pedido para trabalhar a tempo parcial de forma a cuidar da sua mãe e, que apesar de algumas resistências, conseguiu. Quando está a trabalhar conta com a ajuda da cunhada que vem até à ilha para tomar conta da mãe e dar-lhe banho. Por não ter transporte próprio, o irmão é quem também lhe auxiliar quando precisa resolver algum assunto, ou levar a mãe para algum lugar, como uma consulta, por exemplo. O Sr. Fábio ressaltou que para além da família (sobretudo irmão e cunhada), do médico de família, recorre ao Centro de Dia que a sua mãe frequentava e, recentemente, com a Cruz Vermelha, que irá fornecer uma cama articulada para que a sua mãe possa comer numa posição mais confortável (valor mensal de 20 euros). O Sr. Fábio afirmou que procurou candidatar-se para conseguir ter um profissional que tratasse da sua mãe enquanto trabalha, mas que “são muitas as burocracias” e que deixar a sua mãe num lar é uma possibilidade que está fora de cogitação tanto para o Sr. Fábio como para o irmão, pois comporta valores que neste momento não tem como pagar. Confessou que já pensou em pedir demissão, a qual aconselhei a não o fazer e manter um pouco a sua rotina, sem deixar de auxiliar a sua mãe. Ao qual acrescentou que outras pessoas já o tinham dito para fazer o mesmo, salientando que poderá ter implicações no futuro e não ser readmitido.

A 3ª sessão realizou-se no dia 1 de maio de 2021. Neste encontro, a pedido do morador, conversámos acerca do projeto de requalificação da ilha X. Questionou sobre a atual situação da ilha e que avanços foram feitos. A voz e as falas do morador revelaram uma certa preocupação. Trouxe ao de cima a sua insegurança face à situação da sua mãe, pois é a arrendatária e “neste momento não tem condições mentais para tomar qualquer decisão relativa à casa” (Sr. Fábio). Acrescentou que um dos vizinhos partilhou que a obra estava para avançar num prazo de seis meses (“olha, põe-te fino, que daqui uns seis meses já devem entrar em obras”) e que ficou bastante apreensivo com esta informação, fundamentalmente pela situação da sua mãe, pela necessidade de ser necessário realizar outro contrato, por não saber o que será feito, como será feito, quais são as intenções da proprietária (“não sei o que ela pretende”), que mediante o que ela disser ele terá de tomar algumas decisões no nome dela e que para tal necessita de realizar alguns procedimentos judiciais que demoram o seu tempo. Procurei tranquilizá-lo, e transmite-lhe que fizemos uma entrevista recentemente com a senhoria e que esta pretende manter os atuais inquilinos. Revelei que pretendíamos fazer uma reunião comunitária o quanto antes com a

senhoria, o arquiteto e os moradores de forma a estarem todos a par das intenções da senhoria com esta requalificação, como funciona o processo, como foi feito o programa base e para que esclareçam as suas dúvidas. Enfatizei que desconhecemos e não transmitimos a nenhum morador a informação sobre as obras começarem dentro de seis meses, o que deixou o morador mais calmo. Acrescentei que os processos pareciam estar a avançar, mas que ainda não tínhamos muitas informações a respeito, ressaltando que é um processo lento e que não temos certeza de absolutamente nada, mas que estamos presentes na ilha para transmitir as informações dos avanços, dos recuos e esclarecer as informações que pudermos, essencialmente no seu caso que tem pouca flexibilidade no seu tempo. No final do encontro disse-lhe que iria entrar em contacto com o arquiteto para averiguar a informação e como procede o seu caso, em particular.

No dia 18 de maio de 2020 iniciamos a nossa 4ª sessão a conversar sobre a rotina do Sr. Fábio e dos seus interesses pessoais. Como já havia afirmado, diz que a sua rotina atualmente é muito difícil. Diz esforçar-se para que a sua mãe não esteja sozinha para que tenha os melhores cuidados possíveis dentro daquilo que pode fazer. São notórios a dedicação e o esforço por parte deste filho para que a sua mãe esteja bem, o melhor possível dentro das suas condicionantes. Ao longo das nossas conversas enfatizei este aspeto como algo notório, importante e benéfico. Tal como em muitas outras conversas demonstrou algum cansaço “já não tenho vida própria”. Afirmou que a sua mãe já não consegue estar de pé, nem andar, passa a maior parte do dia deitada a ver televisão, o que significa ter uma dependência muito grande. Afirmo que até tenta tirar um tempo para si, mas que é muito complicado, pois não pode afastar-se ou estar muito tempo fora de casa. No entanto, mencionou que, ultimamente o seu estado de saúde tem estado mais estável. Procurei perceber o que faz para se distrair, quais são as atividades do seu interesse e como é a sua vida, além de ter os cuidados com a mãe. Mencionou que atualmente tenta manter-se calmo e organizar a sua vida para que consiga cuidar da sua mãe, fazer o seu passeio quando pode ler um livro, ir às compras e estar focado quando está no trabalho. Diz frequentar a biblioteca Almeida Garret e os parques quando quer descontraír. Partilhou que em 2016 teve uma fase muito conturbada, todavia atualmente tenta encontrar apoios e estar bem para que possa cuidar da sua mãe. Propus que pelo tentasse fazer algo do seu interesse pelo menos 30 minutos por dia. Encerramos a sessão, pois o Sr. Fábio tinha de ir trabalhar.

Na 5ª sessão, dia 1 de junho de 2020, depois de perguntar como está, iniciamos a conversa a partir de uma partilha do Sr. Fábio – “estou bem melhor estes dias, com a cabeça mais leve, quando começo a ficar estressado deixo tudo nos conformes e saio meia hora mais cedo para espaiar antes de trabalhar, andar a pé, tomar um café, estas coisas.” Partilhou que foi convidado pela associação de cuidadores (associação que sugeri que entrasse em contacto) para fazer uma formação juntamente com outros cuidadores informais, convite este ao qual recusou. Quando questionado do porquê de não ter aceitado, diz não ter tempo e que neste momento não é uma prioridade. Demostrei a minha compreensão pelo facto de estar a passar por um momento delicado. Aproveitei e partilhei a minha experiência, contei-lhe que em setembro de 2019 fiz uma formação com pessoas que eram cuidadores informais, inclusive a formadora trouxe exemplos pessoais, pois o pai tinha Alzheimer. Questionou-me o motivo pelo qual quis participar na formação, se tinha alguém “na família com alguma doença do género”. Respondi-lhe que não, que quis participar porque no meu primeiro ano do mestrado fiz um trabalho sobre Alzheimer ao qual me despertou bastante curiosidade em perceber melhor a realidade de uma família com alguém portador desta doença e conhecer as suas histórias. Partilhei que aprendi bastante através do testemunho de cada pessoa e que apesar da doença ser a mesma a realidade e a experiência de cada pessoa era bastante peculiar. De seguida, voltamos a conversar acerca da requalificação, tendo dado diversos contributos que consideramos pertinentes. É perceptível o seu interesse em estar informado, disponível e quer participar, independentemente do tempo que possa dispor. Acredita que um protocolo entre a Câmara Municipal, os proprietários e moradores que “permitisse haver um ajustamento de verbas, nem ficar caro ao senhorio, nem ficar caro ao inclino, (...) pronto que houvesse ali uma complementaridade em que o custo fosse suportado entre as entidades” (Sr. Fábio). Voltamos a falar da requalificação, tendo salientado que a nossa prioridade é gerir os interesses e as necessidades dos moradores. Voltei a explicar a questão do espaço coletivo, a demolição dos anexos, como cada tipologia vai ficar e todas as alterações propostas no programa base. Ressaltei também a importância de estar presente (se conseguir) na reunião, de expor as suas opiniões e contributos e de ouvir todas as partes para compreender melhor todo este processo e assim estar mais consciente do que vai suceder daqui em diante.

No dia 15 de junho de 2021 realizamos a nossa 6ª sessão. Esta sessão contou com a presença da mestrande de arquitetura que apresentou a maquete ao morador. A minha colega enfatizou que ainda serão feitas mudanças no espaço do logradouro, conforme as alterações sugeridas na reunião comunitária I. A sessão decorreu em torno do sucedido na reunião. Procuramos esclarecer todas as dúvidas do morador, explicando-lhe as condições do programa 1º Direito, os objetivos da requalificação. O Sr. Fábio perguntou sobre a separação dos fogos, reforçou que tinha dúvidas de como será a organização das casas. Pediu para que a mestrande de arquitetura desenhasse para visualizar melhor como ficará, o desenho ficou na sua posse. Para além disso, a mestrande de arquitetura deixou uma planta com o desenho das casas, incluindo os compartimentos no interior das mesmas. No final, revelou ainda dúvidas com relação ao acompanhamento das obras, quem seria o responsável e quem estará envolvido nesta fase. Salientamos o facto de este projeto ser algo precoce, que ainda esta a ser avaliado em diversos aspetos, pelo que não pudemos dar certeza de nada. No final, o Sr. Fábio partilhou que pretende ir à Biblioteca Almeida Garret. Questionei-o sobre fazermos uma sessão fora da ilha, num sítio que goste de estar ao qual diz que a biblioteca seria um sítio ideal, pois seriam dois 2 momentos em 1. Concordamos em marcar um dia para visitarmos a biblioteca e conversarmos por lá.

A nossa 7ª sessão deu-se no dia 13 de junho de 2021. Tínhamos combinado que o encontro seria na Biblioteca Almeida Garret no dia 6 de junho, contudo o Sr. Fábio teve um contratempo e não foi possível realizar a sessão no local combinado. O morador pediu para que o encontro fosse na sua casa porque tem de estar a acompanhar a sua mãe e não podia estar muito longe de casa por aqueles dias. Explicou-me que estava a tratar do processo para se tornar, oficialmente, cuidador informal da mãe. Falou-me da sua preocupação com relação a este aspeto, dado ao tempo que este processo pode levar e da sua procura, igualmente, por apoio dos serviços para dar entrada no mesmo, a fim de evitar ou diminuir os custos associados. Revelou que tem interesse em dar entrada nos documentos para ser o representante legal da mãe, mas que é ainda algo que esta a acordar com o irmão, no entanto, pretende resolver esta questão o quanto antes porque sabe que estes processos demoram o seu tempo e convém iniciar o quanto antes. Questionei-lhe se para além dos apoios referidos ao qual recorre, se cogita a possibilidade de entrar em contato com a associação de cuidadores, pois esta tem diversos voluntários que auxiliam no cuidado de pessoas

com similares ou diferentes doenças como o da sua mãe. Respondeu que desde que descobriu que a sua mãe tem uma demência procura acompanhá-la e adapta as coisas consoante as reações da Sra. Ângela. “Até então, tudo tem funcionado bem, a gestão dos horários, da limpeza da casa, da sua alimentação, das compras, do cuidado para com ela e do meu trabalho”. Acrescentou que vai estando atento a tudo e que se sentir necessidade de recorrer a alguém para além da família irá fazê-lo. “Nunca aconteceu nada de mal, mesmo quando tive de a deixar sozinha por uma ou duas horas. Antes ela come, faz as necessidades, troco-lhe as fraldas e deita-se a ver TV. Vou sempre com o coração apertado, mas sei que ela esta descansar”.

No dia 23 de julho de 2021 realizamos a nossa 8ª sessão. Encontramo-nos a porta de um café que fica em frente à ilha. Perguntou sobre o processo de requalificação e sobre a reunião comunitária. O morador encontrava-se bastante relutante. Demonstrou interesse em pedir para ficar definitivamente na casa camarária, onde futuramente poderá ser realojado juntamente com sua mãe. Esteve a mostrar os documentos, pois já tentou candidatar às casas camarárias, mas sem sucesso. Afirmei que dificilmente será possível conceder-lhe a casa, pois são processos diferentes, contudo disponibilizei-me para conversar com o arquiteto Aitor Oro e se necessário com as entidades envolvidas. Reforcei, ainda, que se é seu desejo, pode sempre tentar candidatar-se novamente a uma casa camarária. Depois, expliquei-lhe o sucedido na segunda reunião com o intuito: o espaço comum, a proposta dos pátios alterada e os faseamentos. Questionou do porquê as obras precisavam ser desta envergadura, mencionou que estava bastante preocupado com a questão do contrato e da situação da mãe, reforcei o facto da senhoria querer manter os atuais moradores. Insistiu que obras pontuais dariam conta daquilo que precisava, que uma casa de banho no interior chegava. Voltei a explicar-lhe os critérios de reabilitação do 1º Direito, bem como a impossibilidade da senhoria realizar as obras por conta própria, pois não possui tais recursos. No final da sessão, mencionou que sua mãe está bem melhor e que isso faz com que esteja mais tranquilo. Afirma que tem feito a gestão do seu tempo consoante o seu estado, que até então tem corrido dentro dos conformes.

Na sessão dia 29 de julho realizamos a nossa 9ª sessão. Iniciamos a sessão com o Sr. Fábio a partilhar que recebeu novamente o convite para fazer a formação juntamente com outros

cuidadores informais. Desta vez, pareceu-me mais inclinado a aceitar. Propus que tentasse ir, falasse com os responsáveis e caso não desse para continuar já estariam previamente preparados. Ressaltei o facto de ter outras pessoas que vivem realidades semelhantes as dele e que certamente compreenderiam se não pudesse continuar. “Verdade, não tenho nada a perder”. Voltamos a conversar sobre a saúde da sua mãe, pelo que afirma estar bem melhor. Acompanhou-me até ao quarto da sua mãe, esta estava a ver televisão e estava bem-disposta e sorridente. Enfatizou que a associação que sua mãe frequentava faz serviços domiciliários, que conseguiu que a sua mãe recebesse estes serviços por parte de pessoas com mais experiências e que utilizam materiais adequados para lhe dar banho, por exemplo. No final da sessão, o Sr. Fábio esteve a mostrar a sua coleção de livros e partilhou quais gosta mais. Demonstrou bastante felicidade enquanto falava dos seus livros, demonstrando ter um grande apreço pela leitura, um dos seus *hobbies* preferidos. Encerramos a sessão, pois o Sr. Fábio teve de ir para o trabalho.

A nossa 10ª e última sessão decorreu no dia 23 de agosto de 2021. Nesta sessão voltamos a falar do facto de querer ir para uma casa camarária. Depois de ter conversado com o arquiteto Aitor Oro, informei-lhe que pelo programa 1º Direito o realojamento é temporário, isto é, enquanto as obras decorrem e que se realmente deseja uma casa camarária terá de candidatar-se como já fez. Afirma ser uma decisão que ainda está a ponderar com o seu irmão, pois sabe que talvez o valor da renda seja mais baixo, visto que a ilha será reabilitada e o valor poderá ser superior. Voltei a frisar a questão de serem rendas acessíveis e a explicar a questão de não entrarem em demasiado esforço económico. Voltou a frisar que pretende avançar com o processo para ser representante legal da sua mãe, pois sabe que mais cedo ou mais tarde irá ser preciso tomar estas providências. Afirma que, estando legalmente como cuidador informal da mãe as coisas tornam-se mais fáceis. Diz que por agora não necessita de nenhum apoio em específico em relação à mãe, conta com o apoio da associação de cuidadores, da cruz vermelha, do médico de família, do irmão e da cunhada. Em relação à sua pessoa, diz que vai estando bem. Reforça que se precisar de ficar umas duas horas fora para relaxar um pouco pode contar com voluntários que podem vir até à sua casa e cuidar da sua mãe. “Basta fazer a inscrição, e eu confio neles, são pessoas competentes e que entendem do assunto”. Neste sentido, vê-se que o Sra. Fábio procura constantemente formas de resolver os seus problemas, mostrando-se bastante motivado.

ANEXOS

ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de Investigação-Ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

As/os mestrandas/os formam acolhidas/os, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais /desenvolve o projeto no contexto da sua atividade profissional. O envolvimento dos participantes é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

As/os mestrandas/os elaborarão um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e do/participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com as/os mestrandas/os. Confirmando, ainda, que, atempadamente, fui informado oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no

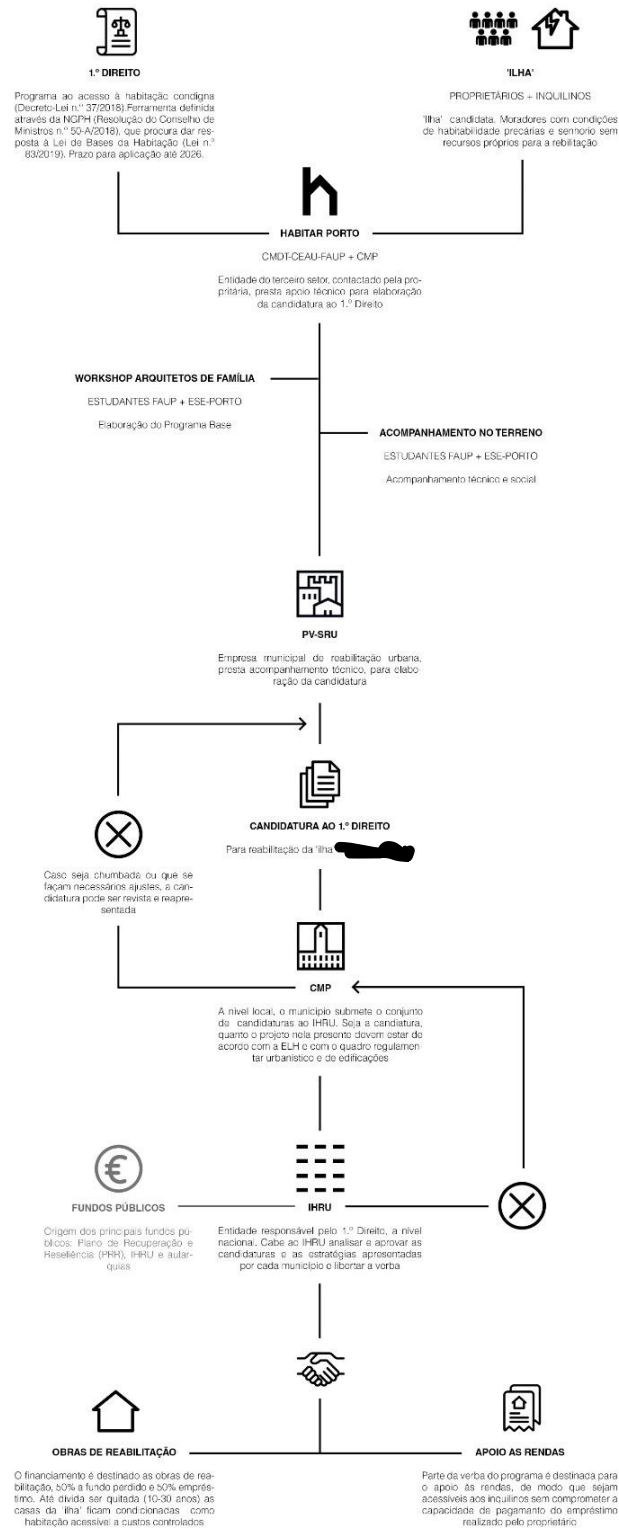
âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Autorizo que as/os mestrandas/os
_____ desenvolvam o projeto de intervenção social com _____.

(Local, Data)

(Assinatura)

ANEXO B – ESQUEMA PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO

Esquema construído pela mestrandia de MIARQ da FAUP para os moradores compreenderem melhor o processo de requalificação, quais são as entidades envolvidas e todo o processo.



Esquema do processo de candidatura ao programa 1.º Direito - ‘ilha’

Diagrama elaborado pela autora da dissertação.

FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; MDT - Grupo 'Morfologias e Dinâmicas do Território'; CEAU - Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo; ESE-Porto - Escola Superior de Educação - Porto; CMP - Câmara Municipal do Porto; IHRU - Instituto de Reabilitação Urbana; PV-SRU - Porto-Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana.

ANEXO C – FOTOGRAFIAS DA ILHA

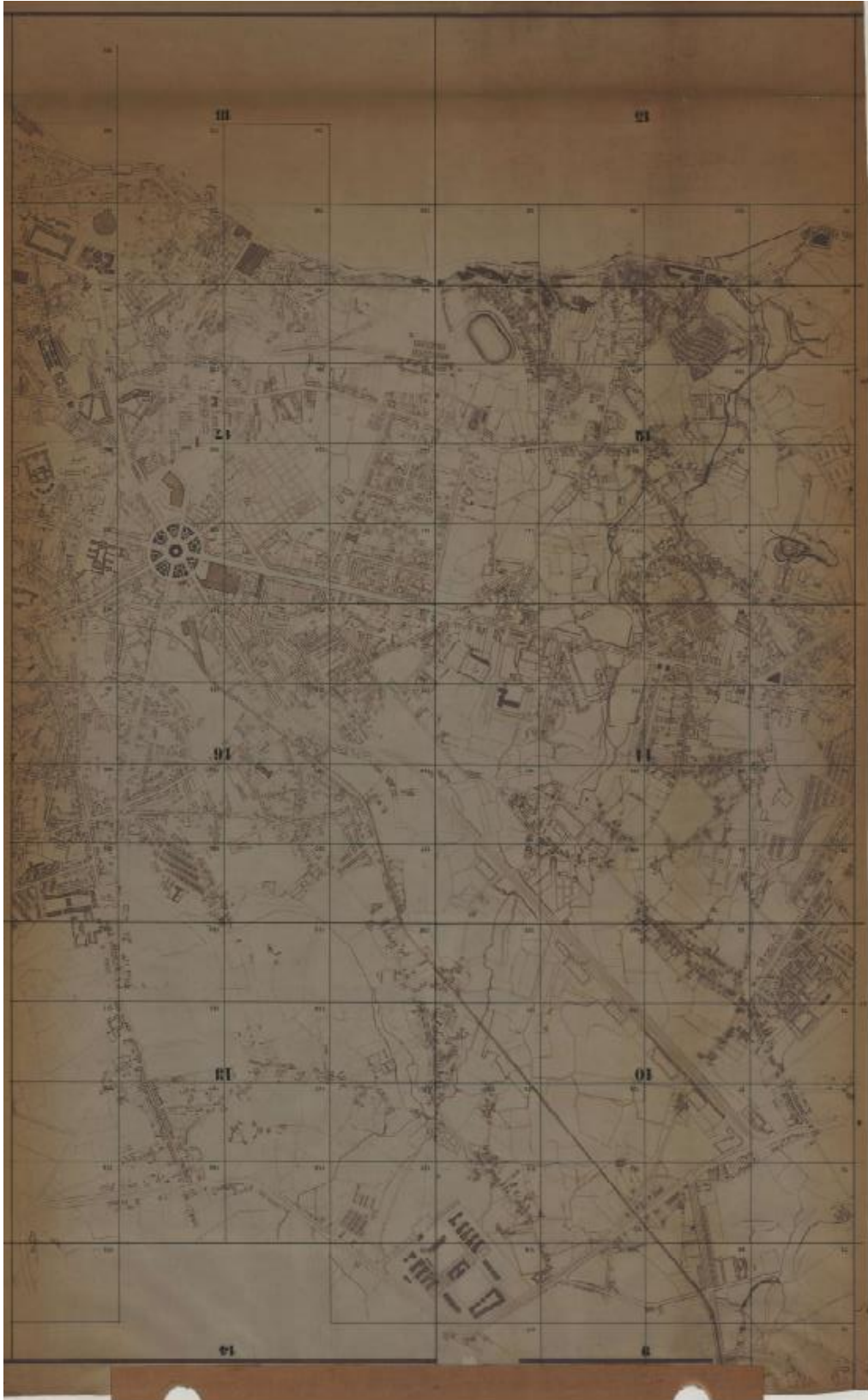


ANEXO D – CARTOGRAFIAS, PLANTAS E FOTOS DA ILHA X

Nota: Todas as fotografias apresentadas a seguir foram disponibilizadas no âmbito do WAF pelos mestrandos de MIARQ da FAUP através da plataforma *Dropbox*. Todas as imagens encontram-se legendadas de acordo com as legendas apresentadas pelos ficheiros originais. As fotografias da ilha encontram-se ampliadas e as legendas nas imagens das cartografias foram tapadas de forma a preservar a localização da ilha onde o projeto foi desenvolvido.



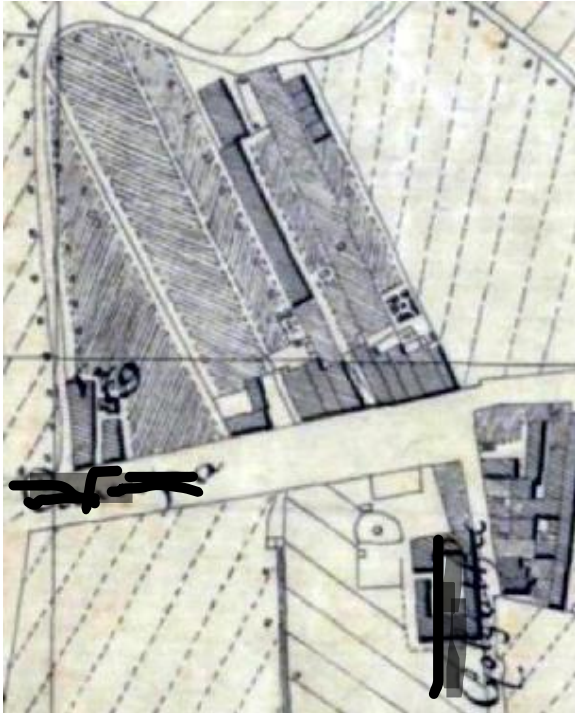
Carta topográfica da cidade do Porto reduzida na escala de 1_500 1895.



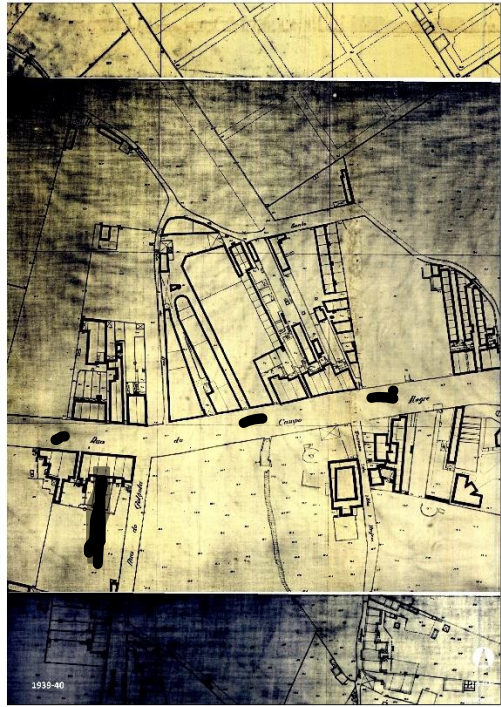
Carta topográfica da cidade do Porto – 1960/ Planta da cidade do Porto escala 1_5_000 - 1960_Setor.



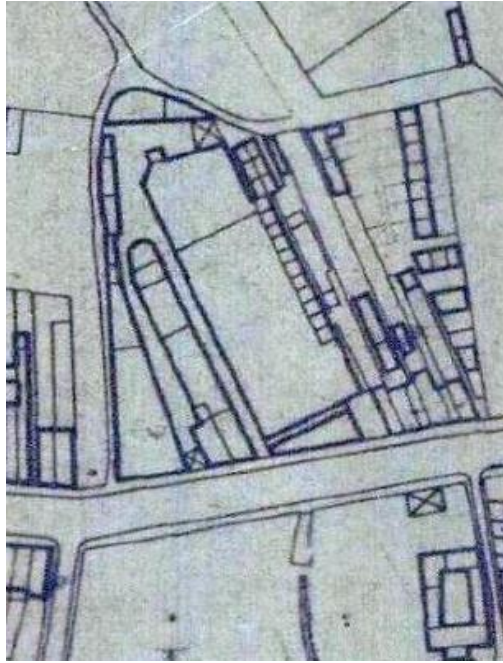
Ilha X



Ilha X – ano de 1892



Ilha X – anos de 1939/40



Ilha X – ano de 1979



Ilha X – ano de 2000



Ilha X – ano de 2014

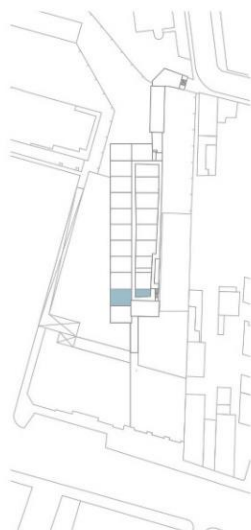


Ilha X – ano de 2017

ANEXO E – PROGRAMA BASE DA ILHA X – WAF

Nota: Programa Base, plantas e desenhos elaborados pelos mestrandos de MIARQ da FAUP aquando da realização do WAF.

CASA 2



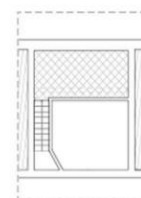
PERFIL DA HABITAÇÃO



MAPA DE USOS



PISO 0



PISO 1

CARACTERIZAÇÃO DOS HABITANTES

Estado: Ocupada - Inquilino | Colaborante
 Agregado familiar: 1 pessoa
 Idade: 84 anos (homem)
 Tempo de permanência como habitante: 40 anos
 Renda: 7.7€ (10€)
 Problemas de saúde: Cardíaco; Mobilidade reduzida

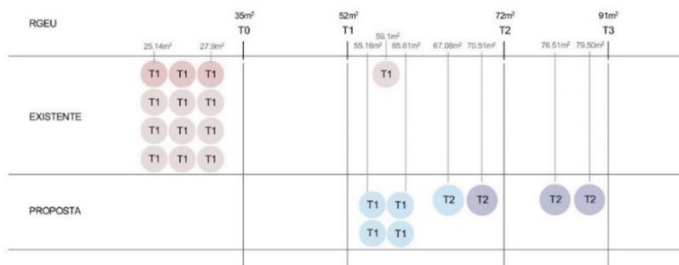
AGREGADOS - EXISTENTE:

	Nº PESSOAS	ÁREA	TG ATUAL	TG ADEQUADA	RENDA
A1	INQUILINO - 2	27.8m²	T1	T2	10€
A2	INQUILINO - 1	27.7m²	T1	T1	10€
A3	INQUILINO - 1	27.57m²	T1	T1	120€
A4	INQUILINO - 2	27.26m²	T1	T1	132.90€
A5	INQUILINO - 2	27.7m²	T1	T2	150€
A6	INQUILINO - 1	27.7m²	T1	T1	45.80€
A7	INQUILINO - 3	27.9m²	T1	T2	162€
A9	INQUILINO - 0	27.7m²	T1	T1	125€
A13	INQUILINO - 1	25.14m²	T1	T1	15€

Para calcular o valor da renda acessível (Portaria n.º 176/2019 de 6 de junho) considerou-se para cada fração as seguintes características: moradia em banda, sem estacionamento, equipada, não mobiliada, em estado de conservação Bom e Classe energética C (valores medianos de arrendamento no município do Porto no 2º trimestre de 2020)

HABITAÇÕES - PROPOSTA:

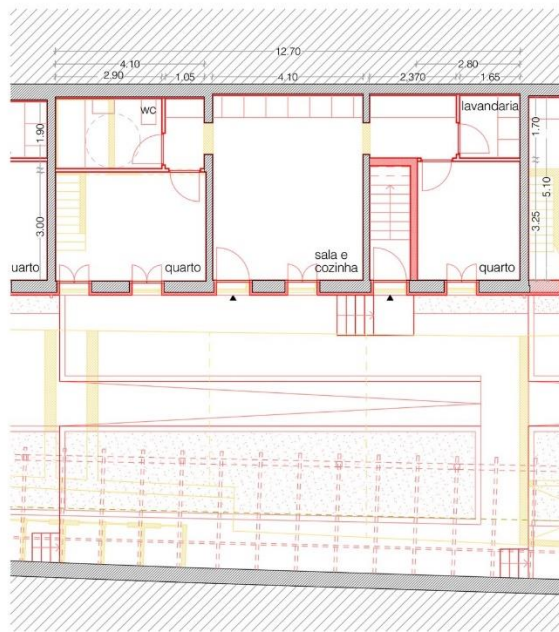
	ÁREA	TG	RENDA CONDICIONADA	RENDA ACESSÍVEL
1	70.05m²	T2	432.99€	642.33€
2	79.50m²	T2	491.37€	698.87€
3	67.08m²	T2	414.60€	624.04€
4	76.51m²	T2	472.89€	681.23€
5	64.59m²	T1	399.21€	608.50€
6	55.16m²	T1	340.93€	517.73€
7	55.43m²	T1	342.60€	519.52€
8	65.61m²	T1	405.52€	614.89€



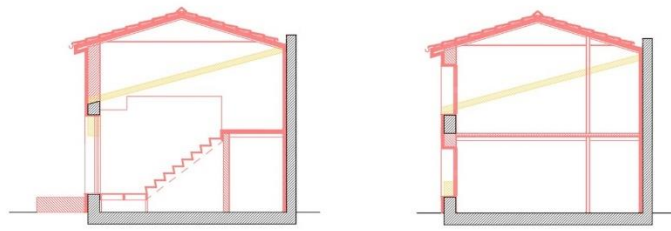
LOCAL

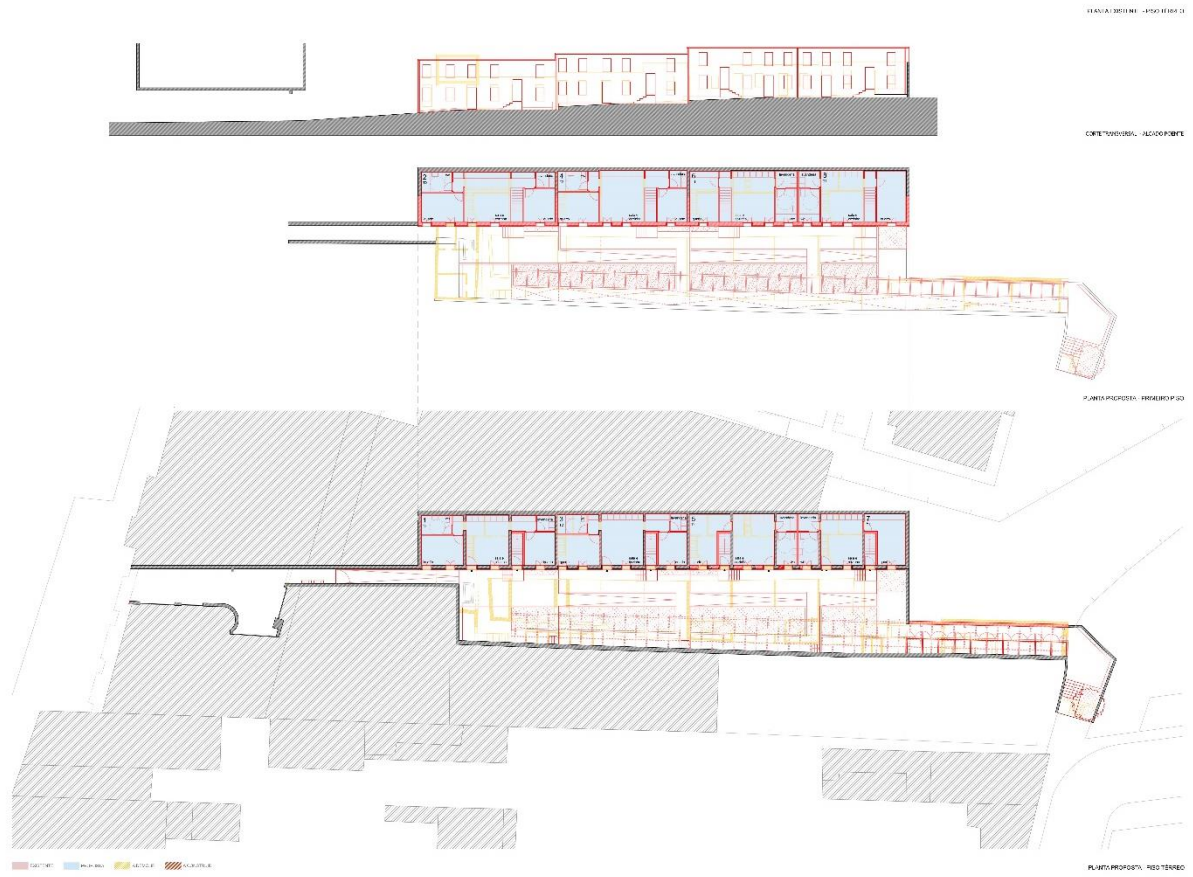
DESENHO: PROGRAMA BASE

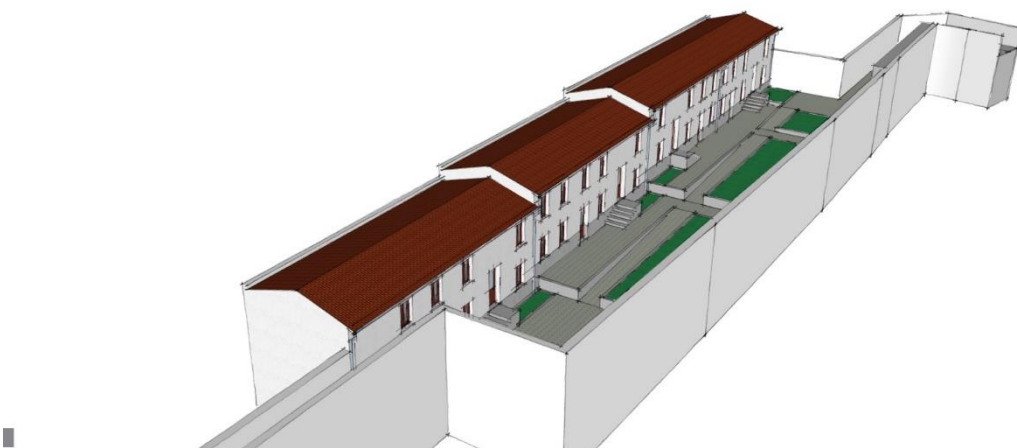
ESCALA: 1:500

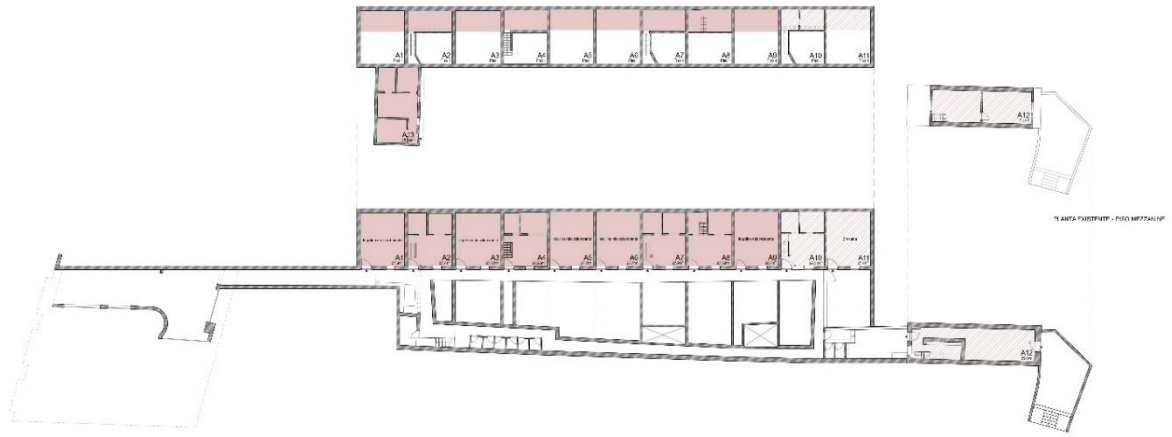


PLANTA MÓDULO T2 - PRSO TERREO







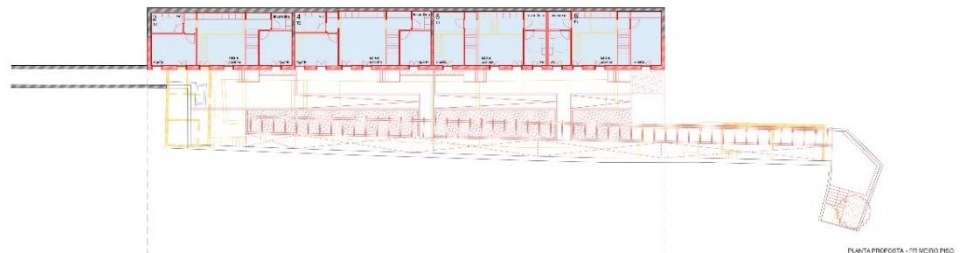


PANTA PRIMA - PISO PRIMO



PANTA PRIMA - PISO PRIMO

LOTTA PRIMA - PIANO PRIMO



PANTA PRIMA - PISO SECONDO



PANTA PRIMA - PISO TERZO

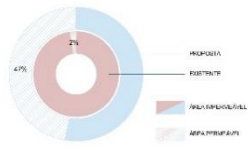
■ MURALE
■ PORTALE
■ PORTALE
■ CANTIERE

ASSIGNAZIONE FUNZIONI

NO. FUNZIONE	AREA	NO. LOCALI	NO. APPARTAMENTI	RENDER
A1	INTRA-NO. 2	37.96	74	174
A2	INTRA-NO. 1	20.24	1	100
A3	INTRA-NO. 1	37.96	74	100
A4	INTRA-NO. 2	20.24	1	100.00
A5	INTRA-NO. 2	20.24	1	100
A6	INTRA-NO. 1	37.96	74	100.00
A7	INTRA-NO. 1	20.24	1	100
A8	INTRA-NO. 2	20.24	1	100
A12	INTRA-NO. 1	20.24	1	100

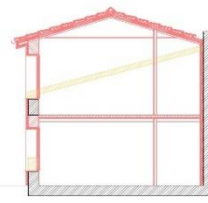
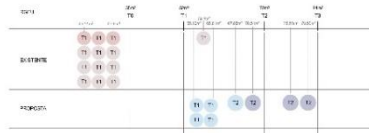
Per questo valore di rendimento l'immobile proposto, con un'età di 40 anni, si caratterizza come un'ottima opportunità di investimento, con un alto livello di redditività, sia in termini di rendita, sia in termini di valore di mercato. Per informazioni e visite, si prega di contattare il nostro ufficio di consulenza immobiliare, tel. 02. 76000000.

ASSIGNAZIONE FUNZIONI E AREA FUNZIONALI

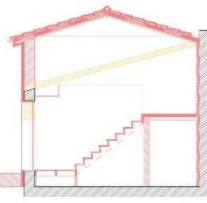


AREE FUNZIONALI

AREA	NO. LOCALI	RENDER	NO. LOCALI	RENDER
1	20.24	100	20.24	100
2	37.96	100	37.96	100
3	37.96	100	37.96	100
4	20.24	100	20.24	100
5	20.24	100	20.24	100
6	37.96	100	37.96	100
7	20.24	100	20.24	100
8	37.96	100	37.96	100

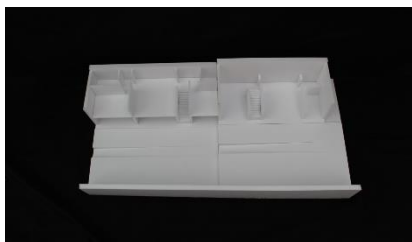
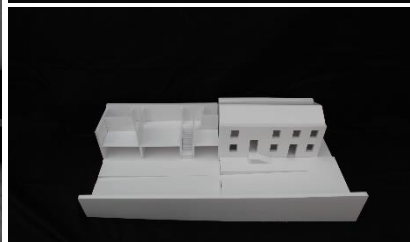
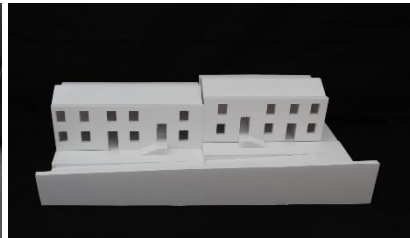
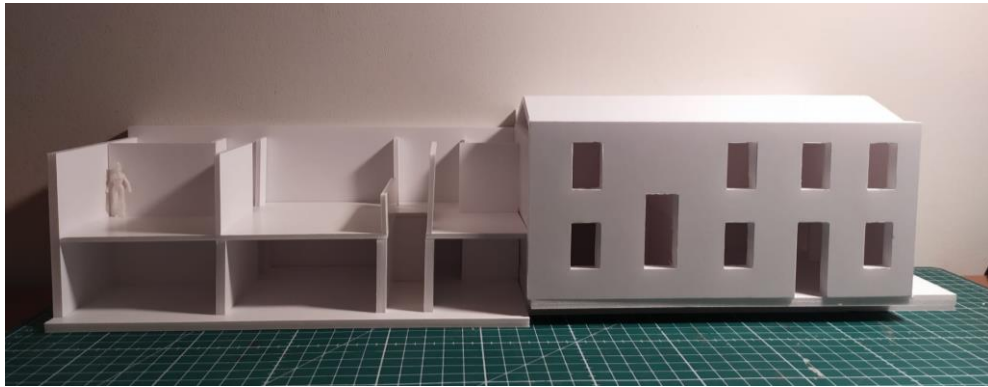


SEZIONE TRASVERSALE TIPO CANTIERE



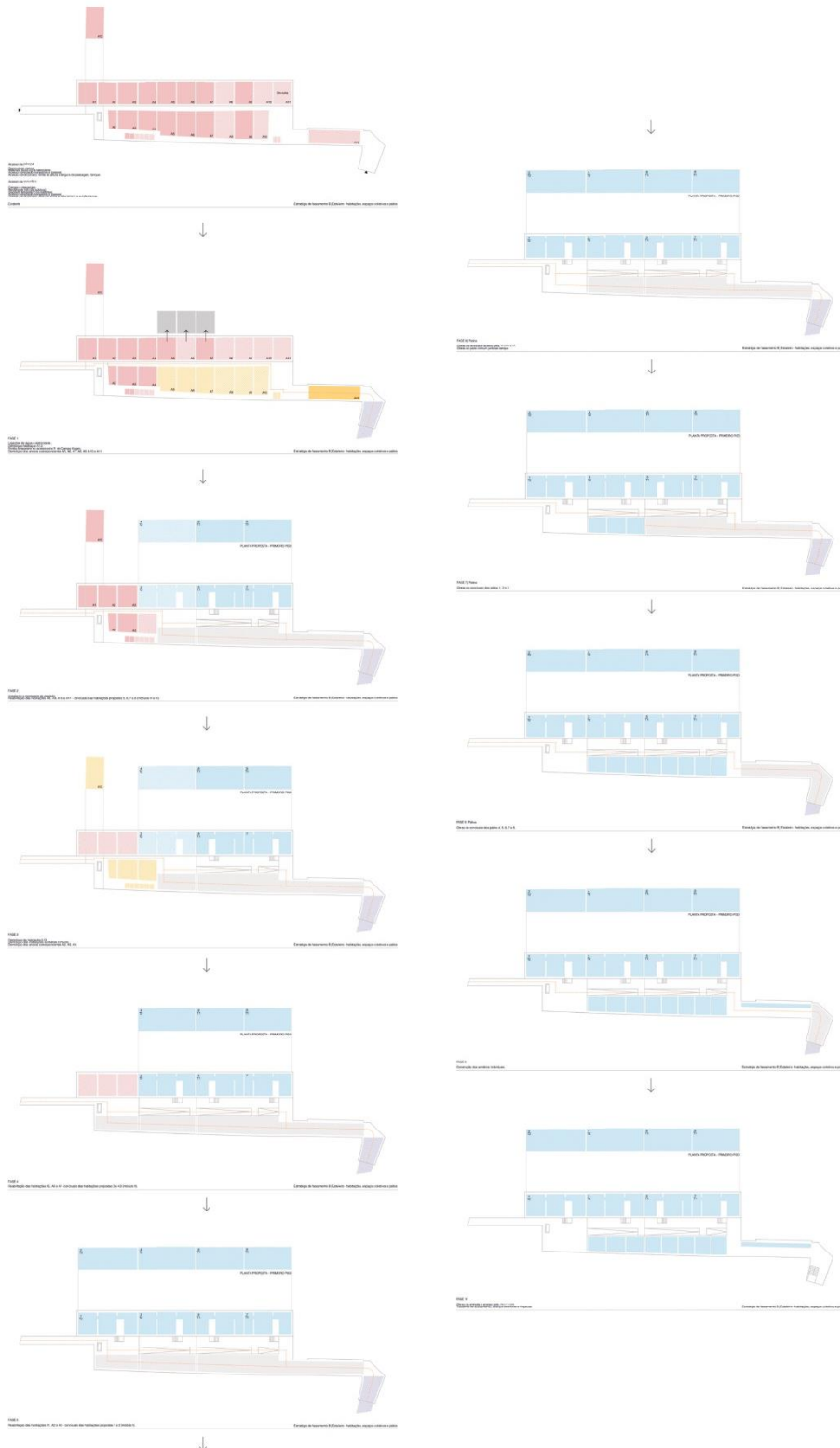
SEZIONE TRASVERSALE TIPO CANTIERE

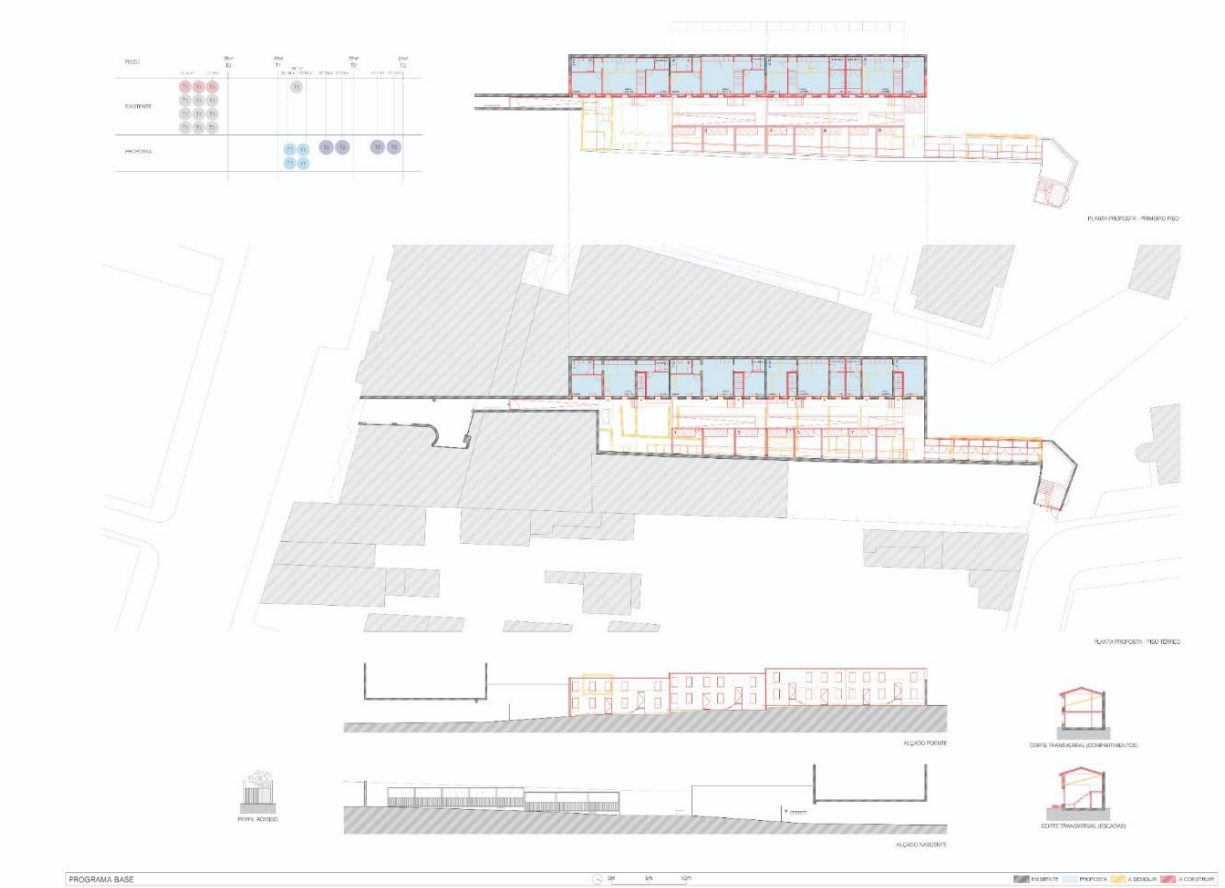
ANEXO F – MAQUETE



Maquete elaborada pela mestranda de MIARQ da FAUP.
Fotografias também da sua autoria.

ANEXO H – PROPOSTA ALTERADA PARA O PÁTIO



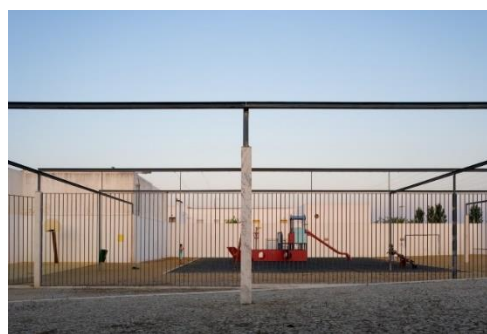


Nota: propostas feitas pela mestranda de MIARQ da FAUP



Casa em Restelo, Pedro Domingos Arquitectos (2020)

Fonte: <https://divisare.com/projects/436557-pedro-domingos-arquitectos-rui-cardoso-house-in-restelo>



Quinta da Malagueira, Álvaro Siza (1973-1993)

Fotografia: Fernando Guerra



Bairro São João de Deus, Nuno Brandão Costa (2014-2019).

Fonte: <https://www.brandaocosta.com/projetos/sao-joao-de-deus-phase-2/>

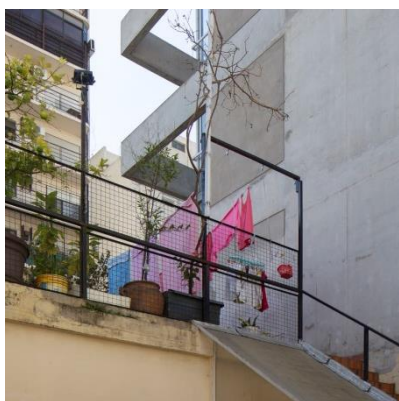


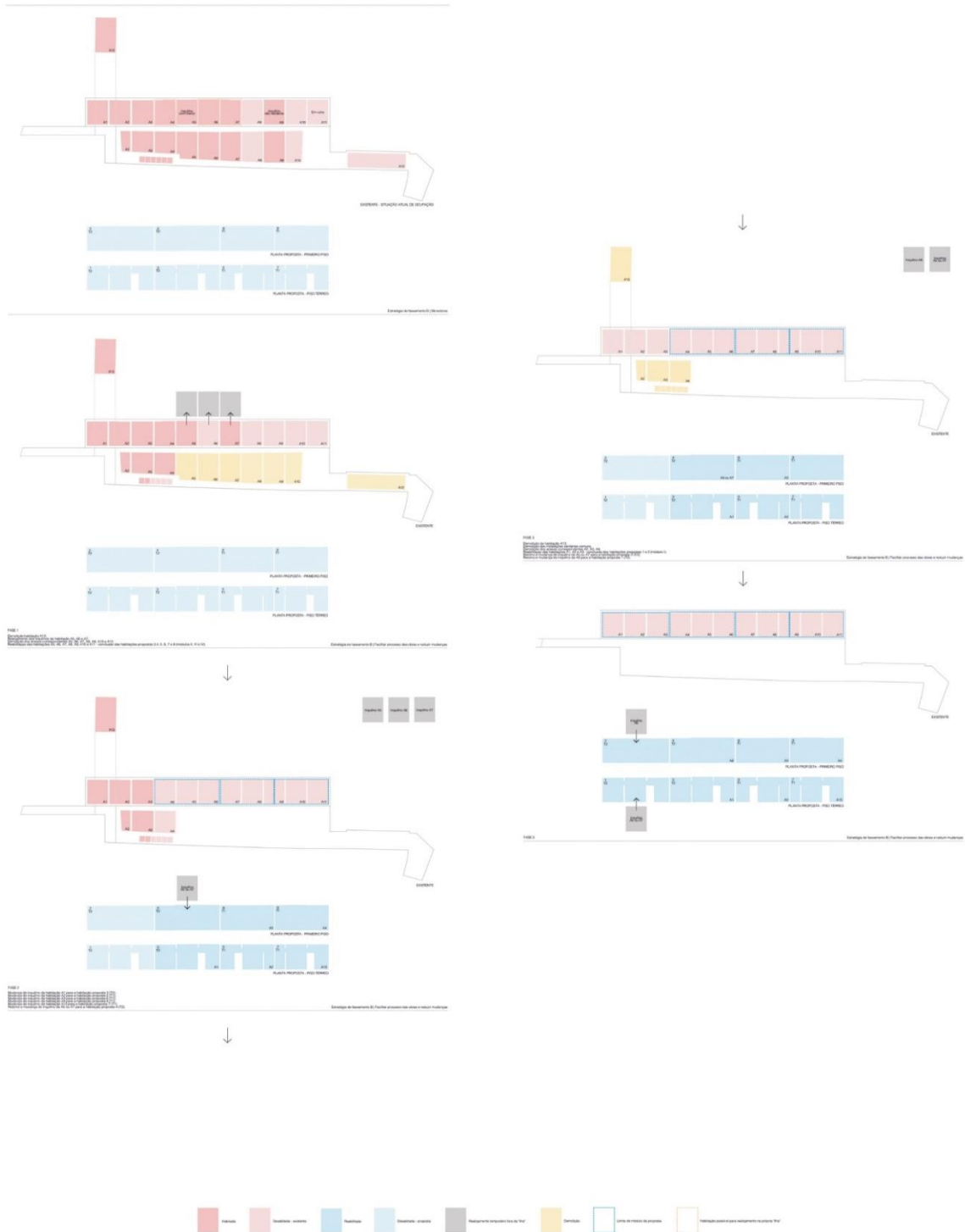
FIG. 4. Franking 684, Tovo/Sarmiento (2021). Referência materialidade.

Fonte: <https://divisare.com/projects/441815-tovo-sarmiento-javier-agustin-rojas-franklin-684>

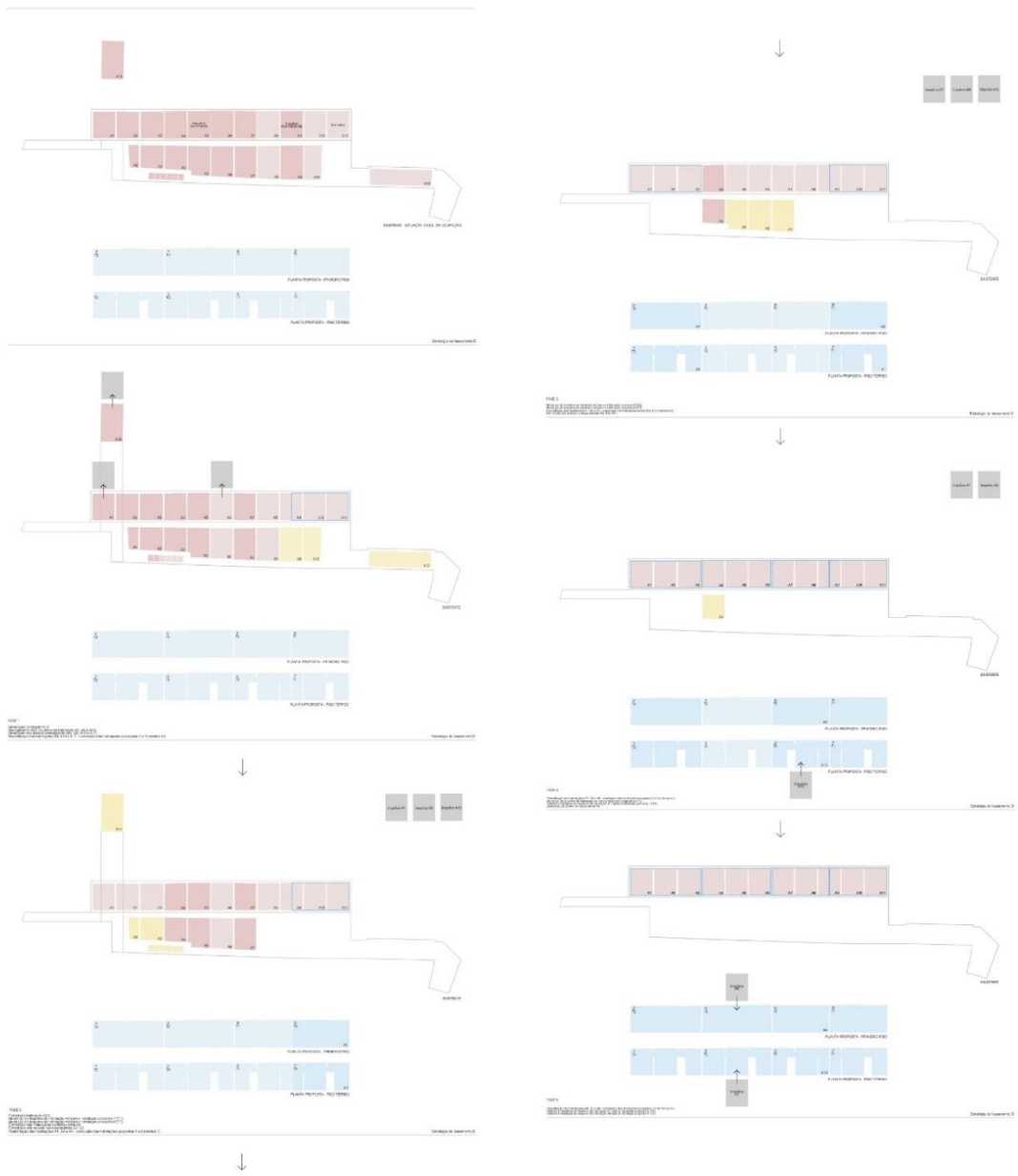
Nota: Refêrências de projetos realizados apresentados pela mestrandia de arquitetura aos moradores como alternativa ao pátio.

ANEXO I – PROPOSTAS DE FASEAMENTOS

Proposta B



Proposta D



ANEXO J – INFORMANTE AOS MORADORES¹⁵



INFORMAÇÃO AOS MORADORES

28 de agosto de 2021

A proprietária da ilha do [REDACTED] manifestou interesse em reabilitar as respetivas casas com recurso ao programa 1º Direito (Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. <https://www.portaldahabitacao.pt/1.-direito>).

Este processo, que tem envolvido várias pessoas e entidades, tem suscitado o questionamento por parte dos moradores. Reconhecendo a importância de os moradores estarem informados, para que possam ser ouvidos e participar num projeto que se espera poder contribuir para que todos vivam em condições mais condignas, a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana responde abaixo a algumas questões que têm sido frequentemente colocadas, manifestando-se disponível, na pessoa da Dr. [REDACTED] para atender e esclarecer outras questões que possam surgir (contactos: [REDACTED]).

PERGUNTAS FREQUENTES:

1. Em que fase se encontra o processo?

Estamos na fase final de elaboração das candidaturas com vista à sua apresentação na Câmara Municipal do Porto.

2. A candidatura já foi submetida?

Ainda não. Estamos em contacto com a Câmara Municipal do Porto (CMP) para a entrega de todos os elementos com vista à validação da candidatura.

3. A Câmara já aprovou o projeto? Qual a entidade que aprova?

Existe um programa base que define os termos da intervenção (aumento das habitações etc.) que já foi validado pelos técnicos da CMP. Após a aprovação da candidatura será contratada a equipa que irá elaborar os projetos.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.
Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214
4050-417 Porto

¹⁵ Informações que identificam a localização encontram-se ocultadas com sublinhados pretos.



4. Qual o papel das diferentes entidades intervenientes: HABITAR PORTO, FAUP, CMP, PVSRU, IHRU?

HABITAR PORTO - Projeto dinamizado pela Relatos Quotidianos - Associação (sem fins lucrativos). Organiza anualmente, junto da FAUP, um workshop a partir do qual os estudantes de arquitetura - e, desde 2020, de educação social - desenvolvem propostas de reabilitação de ilhas em benefício dos seus moradores.

2

FAUP (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto) – Organiza o workshop junto com a HABITAR PORTO e articula com a Direção Municipal de Urbanismo da CMP para garantir que os projetos realizados pelos estudantes reúnem condições para serem aprovados e possam ser, eventualmente, candidatos a financiamento.

CMP (Câmara Municipal do Porto) – Elaborou a Estratégia Local de Habitação que contempla a necessidade de conferir condições de habitabilidade aos habitantes das ilhas, avalia as candidaturas e submete-as ao IHRU. Após a aprovação da candidatura pelo IHRU, a Câmara Municipal do Porto, no exercício das respetivas competências em matéria de gestão urbanística, aprovará os projetos de reabilitação que irão ser submetidos.

PVSRU (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana) - Elabora as candidaturas em articulação com os proprietários e dará todo o apoio e esclarecimentos que todos os envolvidos (proprietários e arrendatários) necessitem.

IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) – Analisa as candidaturas sob o ponto de vista do financiamento e aprova-as.

5. Quais os prazos e linha temporal da intervenção?

Não é possível estabelecer prazos. Apenas podemos afirmar que as candidaturas serão entregues na Câmara Municipal do Porto no início do mês de setembro e que a obra terá de estar concluída até ao final de 2026.

6. Como será feito o realojamento temporário? Quais são as opções de realojamento?

Os agregados serão alojados em habitação adequada às dimensões do agregado familiar.

DL n.º 157/2006, de 08 de Agosto - art. 9º B nº2 O realojamento temporário previsto no número anterior deve ser feito no mesmo concelho, em fogo em estado de conservação igual ou superior ao do locado primitivo e adequado às necessidades do agregado familiar do arrendatário, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º

Nº3 No realojamento temporário, mantém-se o valor da renda e encargos do contrato.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

Mouzinho da Silveira, n.º 209 a 214
4050-417 Porto



7. Como será garantido o retorno à casa após a reabilitação?

A garantia do retorno à habitação é assegurada através de documento escrito subscrito pelo senhorio e pelo arrendatário em que estabelecem as respetivas condições. Contudo, tal só poderá ser efetuado após a aprovação do projeto de reabilitação, porque só aí é que se poderá estimar o início das obras.

3

8. O que pode levar ao despejo?

Não há despejos em consequência das obras. Só poderá haver denúncias ou resolução dos contratos de arrendamento, nos termos gerais (falta de pagamento de rendas, oposição às obras etc.).

9. No caso de incapacidade do atual titular do arrendamento, o contrato pode ser feito no nome de um familiar?

O atual arrendatário pode ser representado por um familiar. A celebração de contrato de arrendamento com este está na disponibilidade do senhorio.

10. Como são definidos os ajustes às rendas na renovação dos contratos?

Não estão previstos ajustes de renda. Esta será atualizada de acordo com os coeficientes anuais.

11. Existe possibilidade de alteração tipológica, a pedido do agregado? Que critérios são aceites?

Não é, ainda, possível estabelecer os termos do realojamento, apenas será possível na fase de aprovação do projeto. Os agregados serão realojados em condições de habitabilidade adequadas às respetivas necessidades.

12. Se o inquilino não quiser permanecer na casa reabilitada, quais são os valores da compensação financeira?

A indemnização tem o valor mínimo correspondente a dois anos de renda, não podendo este ser inferior a duas vezes o montante de 1/15 do valor patrimonial tributário do locado.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214

4050-101 Porto



MESTRADO EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

“ (Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” –
Projeto de Intervenção Psicossocial com pessoas
em situação de vulnerabilidade social numa ilha no
centro do Porto.

Duda Semedo Montrond

